

Vila do Porto
município



2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Fase 3 – Proposta de Plano
Volume IV – Relatório Ambiental

abril 2025

INDICE

1. Sumário Executivo	1
2. Introdução	5
3. Objetivos e Metodologia	7
3.1. Objetivos	7
3.2. Metodologia	8
3.2.1 Enquadramento	8
3.2.2 Procedimentos Metodológicos	9
4. Objeto de Avaliação	13
4.1. Descrição do Objeto de Avaliação	13
4.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial	15
4.3. Questões Estratégicas ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	19
5. Quadro de Referência Estratégico	27
6. Fatores de Sustentabilidade	33
6.1. Vulnerabilidades e Riscos	35
6.1.1 Introdução	35
6.1.2 Objetivos e Indicadores	35
6.1.3 Situação Atual	37
6.1.4 Tendências de Evolução sem 2rPDM_ViladoPorto	52
6.1.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	53
6.1.6 Recomendações	55
6.2. Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	56
6.2.1 Introdução	56
6.2.2 Objetivos e Indicadores	56
6.2.3 Situação Atual	58
6.2.4 Tendências de Evolução sem 2rPDM_ViladoPorto	78
6.2.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	78
6.2.6 Recomendações	80
6.3. Recursos Naturais	85
6.3.1 Introdução	85
6.3.2 Objetivos e Indicadores	86
6.3.3 Situação Atual	87
6.3.4 Tendências de Evolução sem 2rPDM_ViladoPorto	102
6.3.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	102
6.3.6 Recomendações	108
6.4. Ordenamento e Qualificação Territorial	108
6.4.1 Introdução	108
6.4.2 Objetivos e Indicadores	108
6.4.3 Situação Atual	111
6.4.4 Tendências de Evolução sem 2rPDM_ViladoPorto	128
6.4.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	129
6.4.6 Recomendações	135

6.5. Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade	136
6.5.1 Introdução	136
6.5.2 Objetivos e Indicadores	137
6.5.3 Situação Atual	138
6.5.4 Tendências de Evolução sem 2rPDM_ViladoPorto	143
6.5.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	143
6.5.6 Recomendações	147
6.6. Fatores Transversais de Sustentabilidade	147
6.6.1 Governança para a Ação	148
6.6.2 Serviços dos Ecossistemas	151
6.6.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	153
7. Seguimento e Monitorização	157
7.1. Metodologia de Seguimento	157
7.1.1 Orientações Metodológicas	157
7.1.2 Monitorização Territorial	158
7.1.3 Monitorização Estratégica	161
7.2. Implementação do Seguimento	164
8. Conclusões	165
8.1. Síntese dos Principais Efeitos Positivos e Negativos	165
8.2. Síntese das Principais Recomendações	170
9. Bibliografia Consultada	173

ANEXOS

01_REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

02_PONDERAÇÃO PARECERES DAS ERAE AO RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

Técnicos	Especialidade
Coordenação	
Carla Melo	Biologia Ambiente, Saúde e Segurança
Sérgio Costa	Engenharia do Ambiente
Execução Técnica	
Ana Rita Valente	Engenharia do Ambiente
Ana Oliveira	Geografia e Planeamento Gestão e Planeamento do Território
Ana Cristina Padilha	Microbiologia Engenharia do Ambiente
Cláudia Medeiros	Gestão Ambiental
Daniel Silva	Biologia Engenharia do Ambiente
Filipe Martins	Geografia Sistemas de Informação Geográfica
Sérgio Almeida	Engenharia Biológica
Susana Fernandes	Geografia e Planeamento Gestão Ambiental e Ordenamento do Território

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento concretiza o **Relatório Ambiental (RA)**, na sua versão preliminar, da **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto (2rPDM_ViladoPorto) e enquadra-se no disposto pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

A presente AAE foi estruturada de forma a fornecer um quadro de análise estratégica das oportunidades que podem ser valorizadas e das ameaças que será necessário acautelar com a 2rPDM_ViladoPorto de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e territorial da área de intervenção do plano.

Uma análise integrada dos efeitos positivos/oportunidades, efeitos negativos/ameaças e recomendações resultantes das apostas estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto demonstra um balanço significativamente positivo sobre os diversos Fatores de Sustentabilidade (FS) avaliados. É importante referir que ao longo do processo de planeamento foram já salvaguardadas considerações e recomendações da AAE, articuladas e analisadas em conjunto com a equipa do Plano, e que integram já a versão atual da proposta do Plano.

Destacam-se de seguida algumas conclusões.

Recursos Naturais

Os projetos de valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável das áreas já edificadas promovem a gestão eficiente do solo, a estabilidade geológica, a regeneração da vegetação e a conservação da biodiversidade. Paralelamente, medidas para reduzir a impermeabilização do solo e a monitorização de áreas críticas contribuem para minimizar os riscos de desertificação e contaminação, reforçando a sustentabilidade ambiental e a valorização territorial.

Ao nível dos recursos hídricos, a proposta de 2rPDM_ViladoPorto apresenta uma série de projetos que, de forma cumulativa às medidas já prevista pelo PGRH-Açores para a área de intervenção, irão contribuir de forma conjunta para a promoção e preservação do estado das massas de água. Importa a este nível destacar a intenção de beneficiar as redes de adução e equipamentos de tratamento de água para consumo de forma a reduzir as perdas de água, a intenção de beneficiar as redes de drenagem e estações de tratamento de águas residuais urbanas de modo a reduzir os eventos de contaminação tóxica do meio recetor, e a pretensão de valorizar, limpar e desobstruir as linhas de água e respetivas margens.

Do ponto de vista dos recursos energéticos, o município apresenta um conjunto de ações que apresentam potencial para, de forma indireta, incutir uma gestão mais sustentável deste recurso, tais como a elaboração da Carta Municipal de Habitação e de um manual de boas práticas urbanísticas, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação e de taxas municipais, ou a promoção de uma política de taxas municipais privilegiando a recuperação das casas típicas degradadas. Estas medidas constituem oportunidades para introdução de beneficiações ao nível da redução do consumo de recursos energéticos, nomeadamente, recursos de origem fóssil através da introdução de fontes renováveis, aquisição de conforto térmico e melhoria da eficiência energética no parque edificado. A proposta de 2rPDM_ViladoPorto assegura a implementação de diversos projetos de reabilitação de edificado, nomeadamente, em povoamentos tradicionais e obras de beneficiação do parque escolar municipal, que poderão beneficiar a componente física e funcional do edificado existente, dotando-os de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais sustentáveis, tais como, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis.

Ordenamento e Qualificação Territorial

A 2rPDM_ViladoPorto responde eficazmente às questões fundamentais identificadas pela AAE no âmbito deste FS. Através de iniciativas que promovem a reabilitação urbana, a elaboração de planos de pormenor e a contenção da expansão desordenada, o plano assegura a organização eficiente do território, a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao nível dos serviços ambientais, a proposta de 2rPDM_ViladoPorto pretende promover essencialmente a beneficiação das redes de adução e equipamentos de tratamento de água para consumo e beneficiação das redes de drenagem e estações de tratamento de águas residuais urbanas de modo a reduzir os eventos de contaminação tóxica do meio recetor. Os projetos definidos a este nível possuem potencial para reforçar a capacidade de se promover a eficiência no consumo de água, a regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca, redução das perdas de água nas redes de distribuição, recuperação das redes e equipamentos degradados e reforço do controlo analítico, bem como reforço da rede de drenagem, beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, e reduzir as dissonâncias ambientais (p.e. focos de poluição pela deposição de resíduos ou emissão águas residuais não tratadas). Ao nível da gestão de resíduos urbanos detetou-se a necessidade de se estabelecer uma estratégia para os biorresíduos que possibilite a sua separação e reciclagem na origem, através da compostagem doméstica ou comunitária e outras soluções locais de reciclagem, ou a recolha seletiva e posterior transporte para instalações de valorização, evitando a sua mistura no tratamento com outros resíduos, permitindo assim incrementar a capacidade do metabolismo circular do município.

Em contrapartida, ao nível do sistema de transportes e mobilidade, considera-se que deverá ser alvo de um reforço de internalização desta temática no Plano, nomeadamente, ao nível da definição de projetos que favoreçam a descarbonização afeta à mobilidade, promoção da mobilidade pedonal e os modos suaves, reforço dos meios estruturais de transporte coletivo e respetivas condições de intermodalidade e de modernização dos serviços, de modo a melhorar a qualidade e diversidade da oferta e inverter a tendência atual de uso massivo de veículos particulares movidos a fontes fósseis.

Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade

A Ilha de Santa Maria enfrenta desafios significativos na sua trajetória de desenvolvimento socioeconómico e competitividade, exigindo a implementação de projetos estratégicos que integrem a valorização de recursos naturais, culturais e territoriais, o fortalecimento económico, a sustentabilidade ambiental e a proteção civil.

Os projetos identificados são fundamentais para abordar as fragilidades existentes e alavancar o Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade, destacando-se:

- A valorização territorial e ambiental, especialmente das baías da Maia e São Lourenço, recuperação e atribuição de novos usos a áreas degradadas, com especial foco para a extração de massas minerais;
- A promoção do desenvolvimento económico sustentável, com destaque para o turismo rural e paisagístico, apoio ao alojamento local, diversificação económica com base nos recursos endógenos e incentivos à fixação de atividades económicas diversificadas;
- Conservação do património cultural e social com a recuperação das casas típicas marienses, reforçando a identidade local e o sentimento de pertença, através da sensibilização e envolvimento da comunidade local

A implementação destes projetos proporcionará os seguintes benefícios:

- Desenvolvimento Sustentável: Uso equilibrado de recursos naturais e territoriais, com menor degradação ambiental.
- Aumento da Resiliência: Redução dos riscos associados a desastres naturais e maior segurança para a população e bens.
- Crescimento Económico: Diversificação das atividades económicas, atração de investimentos e fortalecimento do turismo sustentável.
- Preservação Cultural: Conservação do património arquitetónico e paisagístico, reforçando a identidade da ilha e os recursos essenciais para fortalecer a economia da ilha e gerar riqueza e novos produtos turísticos.
- Melhoria da Qualidade de Vida: Planeamento urbano eficiente, acesso a serviços de qualidade e maior coesão social.
- Competitividade Regional: Fortalecimento da imagem da ilha como destino sustentável e inovador.

Para maximizar os resultados, recomenda-se:

- Envolvimento da Comunidade: Garantir a participação ativa da população nos projetos.
- Parcerias Institucionais: Colaborar com universidades, organizações científicas e instituições públicas.
- Capacitação e Educação: Investir em programas de formação em proteção civil, sustentabilidade e turismo.
- Financiamento Sustentável: Alavancar recursos europeus e privados para apoiar os projetos.
- Monitorização Contínua: Acompanhar indicadores de impacto e realização e ajustar estratégias conforme necessário.

A Ilha de Santa Maria tem potencial para se destacar como modelo de desenvolvimento sustentável e competitivo, preservando sua identidade única enquanto enfrenta os desafios do século XXI. A implementação dos projetos propostos é crucial para transformar as fragilidades em oportunidades, garantindo um futuro próspero e resiliente para a ilha e para as suas comunidades.

Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais

De uma forma geral considera-se que a 2rPDM_ViladoPorto influencia de forma positiva ao nível dos “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”, tendo sido identificadas oportunidades significativas no que se refere à minimização e eliminação de situações/atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais, essencialmente ao nível da biodiversidade, perspetivando-se um ordenamento e ajustamento dos usos, valorização de elementos patrimoniais, bem como de valorização paisagística.

Ainda assim, apesar da existência de uma parcela considerável do território classificada pelos valores naturais e paisagísticos, foram apresentadas pela AAE um conjunto de recomendações que surgiram essencialmente com o objetivo de reforçar e maximizar a concretização nesta proposta, e que se traduziram num complemento de proteção e valorização das espécies e habitats, permitindo à população usufruir dos benefícios prestados pelos serviços dos ecossistemas presentes e, simultaneamente, oferecer um conjunto de atividades turísticas relacionadas com esses valores naturais e paisagísticos.

Página propositadamente deixada em branco

2. INTRODUÇÃO

A elaboração da presente Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) enquadra-se no disposto pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) – adotada em julho de 2001, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

- a) Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos i a v do referido diploma e que dele fazem parte integrante;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos numa área sensível, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do referido diploma e de mais legislação aplicável;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

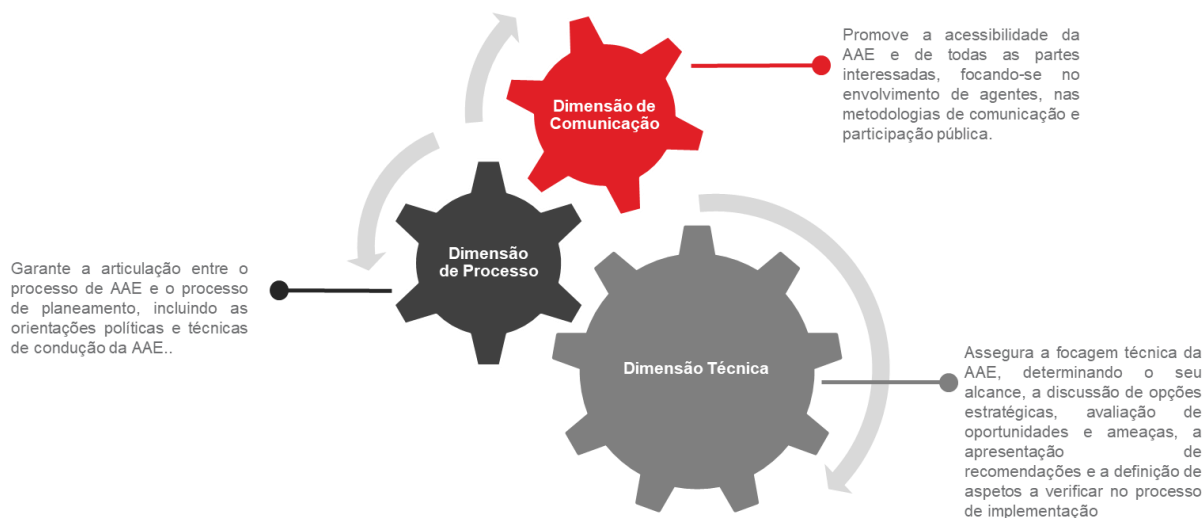
Neste contexto, a aplicação da AAE ao caso da 2rPDM_ViladoPorto é enquadrada pelo facto de este constituir-se como um instrumento de ordenamento com potenciais efeitos ambientais, sendo por isso fundamental uma adequada articulação e integração entre o processo de AAE e o processo de elaboração e implementação do próprio Plano, em harmonia com o conceito segundo o qual foi legalmente concebida.

A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina que processos contínuos como os planos e programas de incidência territorial, que apresentam ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possam ser eficazmente elaborados, implementados e monitorizados.

Nesse quadro, a metodologia para a AAE da proposta de 2rPDM_ViladoPorto pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor, e estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo e de comunicação (Figura 2.1). Entre outras fontes de informação, destaca-se o “Guia das Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica”, publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território”, elaborado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Esta última publicação é especificamente orientada para a elaboração de AAE no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Foram também internalizadas as NT.AAE.1/2020 e NT.AAE.2/2020 publicadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.).

Em síntese, a realização desta AAE, pretende garantir que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração da 2rPDM_ViladoPorto e antes da sua aprovação, contribuindo para a adoção e concretização de soluções mais eficazes e sustentáveis, que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente.

Figura 2.1_Dimensões da AAE



Este documento – Relatório Ambiental (RA) - apresenta a seguinte estrutura (Figura 2.2):

Figura 2.2_Estrutura do RA da AAE da 2rPDM_ViladoPorto



3. OBJETIVOS E METODOLOGIA

3.1. OBJETIVOS

A Diretiva 2001/42/CE, que foi objeto de transposição através do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, é muito clara ao definir que o objetivo global de uma AAE consiste em:

“estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável” (artigo 1.º da Diretiva 2001/42/CE).

Este objetivo está assim alinhado com os desígnios da política comunitária nesta matéria, estabelecidos no artigo 6.º do Tratado CE, o qual determina que as exigências em matéria de proteção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e ações da Comunidade Europeia.

Subsidiariamente, o Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, estabelece assim que o processo da AAE deve contribuir para a adoção dum conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente que resultem da aplicação do plano em avaliação, assente nos seguintes objetivos:



Em consonância com esses objetivos, a AAE intervirá assim em duas fases da 2rPDM_ViladoPorto:

- **Durante o seu processo de revisão:**
 - Sistematizando o quadro de problemas ambientais atualmente existentes e a respetiva evolução tendencial, bem como o quadro de valores ambientais a preservar;
 - Identificando as opções de natureza estratégica que potenciem os efeitos positivos ou que minimizem os efeitos negativos mais significativos;
 - Promovendo a adoção de opções que contribuam eficazmente para a sustentabilidade do plano.
- **Durante o seu processo de implementação e monitorização estratégica:** através do desenvolvimento de ferramentas de avaliação e da formulação de recomendações, que assegurem uma efetiva concretização de objetivos de sustentabilidade da 2rPDM_ViladoPorto, durante o seu período de vigência.

Em síntese, espera-se que os resultados da AAE, incluindo os contributos do respetivo processo de consulta pública, permitam influenciar positivamente o processo de implementação da

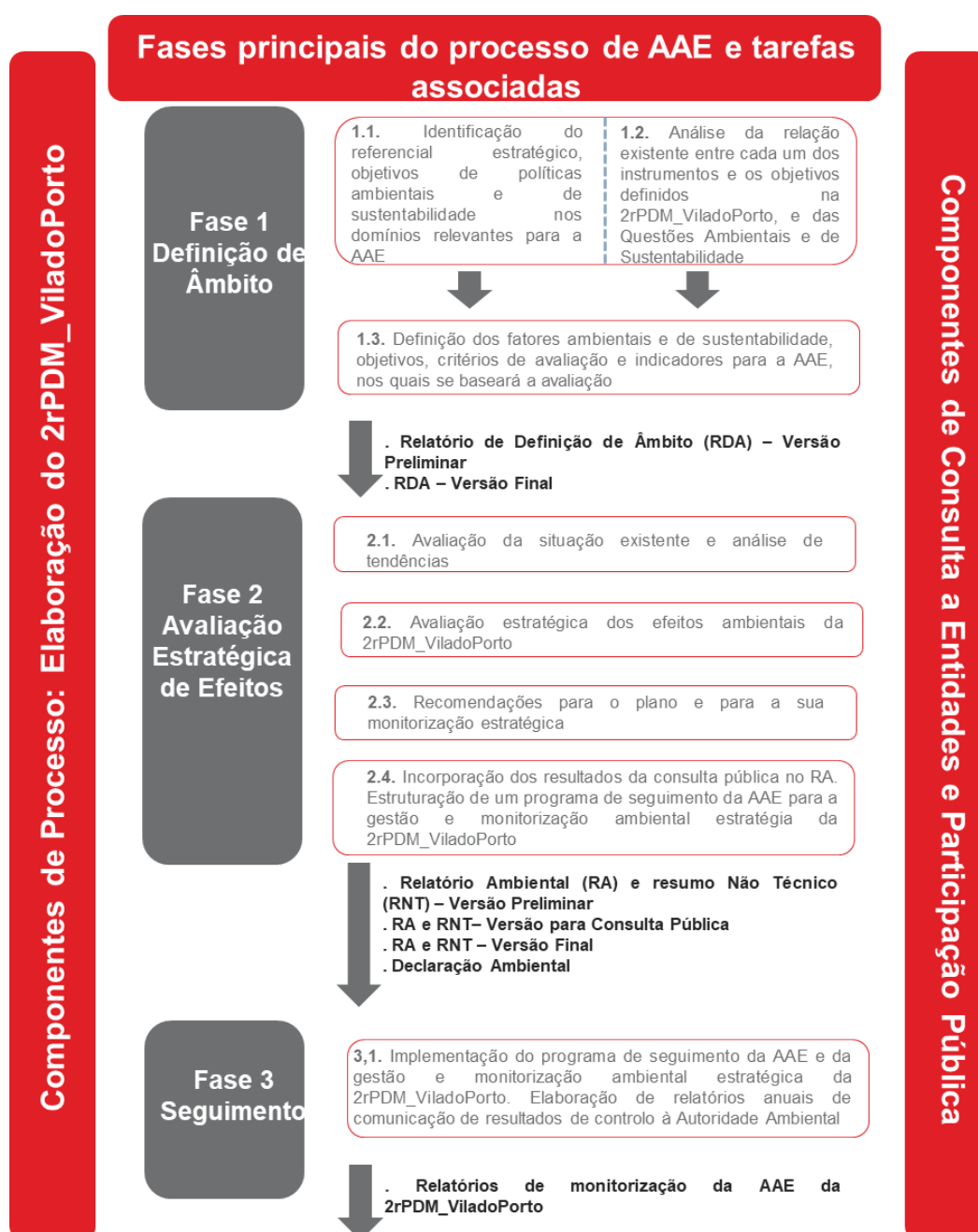
2rPDM_ViladoPorto, garantindo uma maior sustentabilidade do modelo de intervenção proposto para a área de intervenção.

3.2. METODOLOGIA

3.2.1 ENQUADRAMENTO

O esquema da Figura 3.1 ilustra a sequência das diferentes fases, assim como os principais trabalhos a desenvolver em cada etapa, de acordo com a legislação em vigor.

Figura 3.1_Etapas da AAE previstas na legislação e principais produtos da AAE da 2rPDM_ViladoPorto



3.2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta-se neste subcapítulo a metodologia adotada para o presente processo de AAE, que procura respeitar a estrutura e os princípios metodológicos emanados da legislação em vigor e principais guias institucionais.

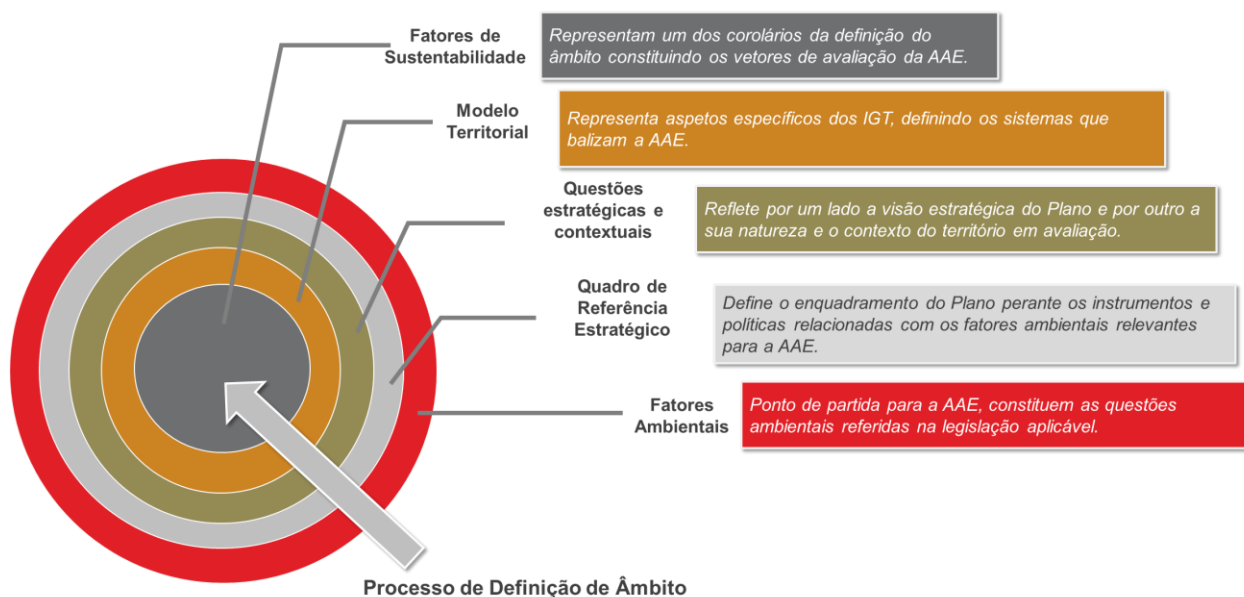
Fase 1 | Definição de Âmbito (Fase Anterior)

Esta fase permitiu desenvolver um enquadramento do projeto que faculta os dados necessários para a definição de um conjunto de fatores de natureza estratégica (Fatores Críticos para a Decisão ou Fatores de Sustentabilidade) com base nos quais se processa a AAE propriamente dita (durante a Fase 2).

A Fase 1 é, pois, uma fase de reflexão, de discussão e de aprofundamento de informação de natureza diversa.

A Figura 3.2 ilustra o caminho que permitiu definir o âmbito da avaliação a realizar, com base na ponderação de um conjunto de questões ambientais, presentes no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, e de outros elementos desenvolvidos.

Figura 3.2_Esquema do processo de definição dos Fatores de Sustentabilidade



Desta análise integrada com as questões estratégicas e ambientais identificadas como significativas na área de intervenção, resultou então a proposta do conjunto de Fatores de Sustentabilidade (FS) relevantes, que permitiu estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica para as opções consideradas na proposta de 2rPDM_ViladoPorto.

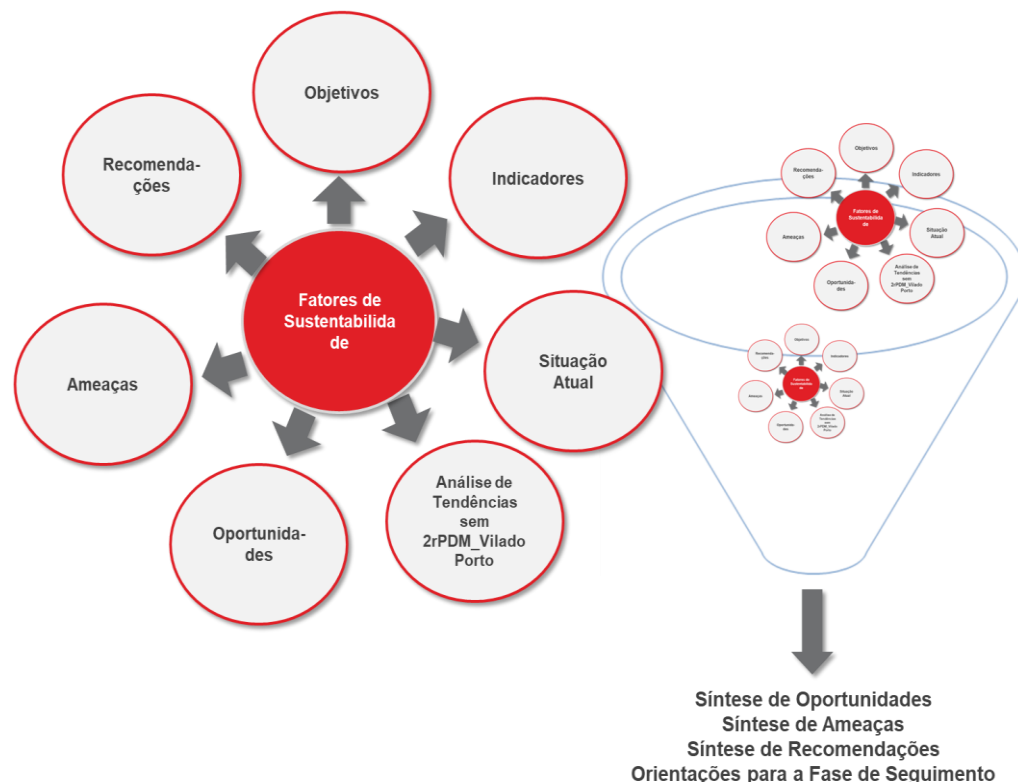
Esta versão preliminar do RDA foi submetida a consulta a diversas entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAe) e a quem interessam, naturalmente, os efeitos ambientais da elaboração da 2rPDM_ViladoPorto, e a ponderação dos pareceres recebidos (Anexo 02) foi internalizada na atual versão do RA.

Fase 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos (Fase Atual)

A Fase 2, cujo primeiro produto é o presente Relatório Ambiental (RA) Preliminar, aprofunda o resultado da Fase 1, com um conjunto de análises sobre os FS, relativamente a diversos parâmetros, como ilustrado na Figura 3.3, e aos respetivos efeitos (negativos - ameaças e positivos - oportunidades) resultantes da implementação da 2rPDM_ViladoPorto.

A versão preliminar do RA será também submetida a consulta de um conjunto de ERAE, cuja ponderação será vertida, posteriormente, na versão do RA para submissão a Consulta Pública, e pós o período de Consulta Pública será elaborada a versão final do RA.

Figura 3.3_ Desenvolvimento do RA em torno dos FS



Formalmente, antes do início da Fase 3 (isto é, antes da implementação do Plano), será elaborada uma Declaração Ambiental (DA), que deverá ser entregue à DRAAC, a todas as ERAE e disponibilizada ao público em geral, contemplando:

- A forma como as considerações e recomendações decorrentes do processo de AAE tenham sido integradas no Plano;
- As observações apresentadas durante o processo de participação pública e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificados os casos em que as mesmas não tenham sido acolhidas;
- As razões que tenham fundamentado a aprovação do Plano, face a outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo e avaliação previstas para monitorização dos efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução da proposta de 2rPDM_ViladoPorto (metodologia apresentada na descrição da Fase 3).

Fase 3 | Implementação do Programa de Monitorização e Avaliação da AAE (Seguimento – última Fase)

Esta etapa, que começa após a aprovação e publicação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto e início da sua implementação, consiste essencialmente na avaliação e controlo dos efeitos significativos decorrentes da implementação do Plano, e verificação da efetiva adoção das medidas constantes na DA. Serão utilizados indicadores de execução de acordo com a metodologia definida no RA, e que se deverão articular em duas dimensões de atuação:

- **Monitorização Territorial:** análise dos indicadores de estado que caracterizam a área territorial;
- **Monitorização Estratégica:** avaliação da concretização das recomendações emanadas do RA, do ponto de vista dos efeitos positivos e negativos identificados.

Página propositadamente deixada em branco

4. OBJETO DE AVALIAÇÃO

4.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto desta avaliação ambiental estratégica é a proposta de 2rPDM_ViladoPorto que foi deliberada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 30 de agosto de 2021, passados quase 10 anos da aprovação pela Assembleia Municipal (17 de dezembro de 2011) do PDM vigente (publicado pelo Aviso nº 3279/2012, de 29 de fevereiro), com base na avaliação desenvolvida no Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) no concelho, que fundamenta a revisão do PDM.

O REOT conclui que, em termos gerais, o modelo de ordenamento do PDM em vigor tem respondido bem às dinâmicas territoriais, económicas e sociais verificadas ao longo dos 8 anos de vigência, e que não foram identificados pelas juntas de freguesia quaisquer constrangimentos resultantes da aplicação do PDM que tenham impedido a concretização de qualquer projeto estruturante nas cinco freguesias.

Refere ainda que foi identificado um conjunto de situações que deverão dar origem a atualizações do PDM e que resultam quanto à sua natureza essencial da necessidade de:

- “Proceder à adaptação deste instrumento face ao novo enquadramento legal, bem como à entrada em vigor de novos planos e programas ou ainda servidões administrativas e restrições de utilidade pública, nomeadamente:
 - Alteração da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBSOTU);
 - A classificação do Lugar do Aeroporto de Santa Maria como conjunto de interesse público;
 - Incorporação das recomendações do Programa Regional para as Alterações Climáticas;
 - A atualização da rede viária municipal de acordo com o levantamento dos marcos toponímicos realizados em 2014, 2016 e 2017;
 - Publicação do POTRAA, que se prevê para brevemente.
- Efetuar a correção de erros materiais e retificações, tais como:
 - Acertos de cartografia determinados por erros de transposição de escalas, definição de limites físicos no terreno, eliminação de linhas de água inexistentes de acordo com o recenseamento dos recursos hídricos, entre outros;
 - Clarificação da redação de disposições normativas resultante da gestão corrente do plano que tenham sido identificadas como de difícil interpretação e/ou aplicação;
 - Retificação de erros nos parâmetros de dimensionamento das áreas de estacionamento e dos perfis da rede viária de acordo com legislação específica vigente;
 - Eliminação de incongruências pontuais entre as peças fundamentais do plano.”

Foram ainda identificadas outras questões a serem ajustadas, nomeadamente a alteração da Reserva Ecológica do município devido à desatualização da base cartográfica, designadamente das linhas de água, e a facilidade operacional que resultará da simplificação das disposições regulamentares associadas às UOPG que deverá se equacionada no âmbito de uma revisão do PDM.

Fundamentos que justificam a necessidade de alteração /revisão do PDM de Vila do Porto.

Neste contexto, os **objetivos** da proposta de revisão são:

- **Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida**, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de

abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes;

- **Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria**, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense;
- **Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território**, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas;
- **Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural**, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto na terra como no mar;
- **Valorizar os recursos naturais e patrimoniais**, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas.

De forma a contribuir para esses objetivos, para além do regulamento, e modelo de ordenamento proposto, foi definido um programa de execução no qual foram, primeiramente, selecionados os projetos que resultam diretamente do modelo, nomeadamente em relação a aspetos como as UOPG e execução de equipamentos e infraestruturas. A rede de objetivos e projetos conta com um total de 30 projetos distribuídos pelos 5 objetivos do plano conforme tabela seguinte.

Tabela 3.1_ Objetivos e Projetos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto

N.º	Objetivos / Projetos
1	Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida , garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes
1.1	Elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria (UOPG 3)
1.2	Implementar a UOPG 1 - Anjos
1.3	Implementar a UOPG 2 - Almagreira
1.4	Implementar a UOPG 4 – Mães de Deus
1.5	Realizar obras de reperfilamento e beneficiação de arruamentos municipais
1.6	Realizar obras de beneficiação do parque escolar municipal
1.7	Elaborar estudo de suporte à adoção de incentivos à fixação de atividades económicas diversificadas nos núcleos urbanos
1.8	Elaborar a Carta Municipal de Habitação
1.9	Elaborar o Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez
1.10	Beneficiar as redes de adução e equipamentos de tratamento de água para consumo
1.11	Beneficiar as redes de drenagem e estações de tratamento de águas residuais urbanas
2	Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria , através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense.
2.1	Elaborar estudo de suporte à adoção de incentivos à recuperação das casas típicas degradadas
2.2	Elaborar estudos urbanísticos para os aglomerados rurais

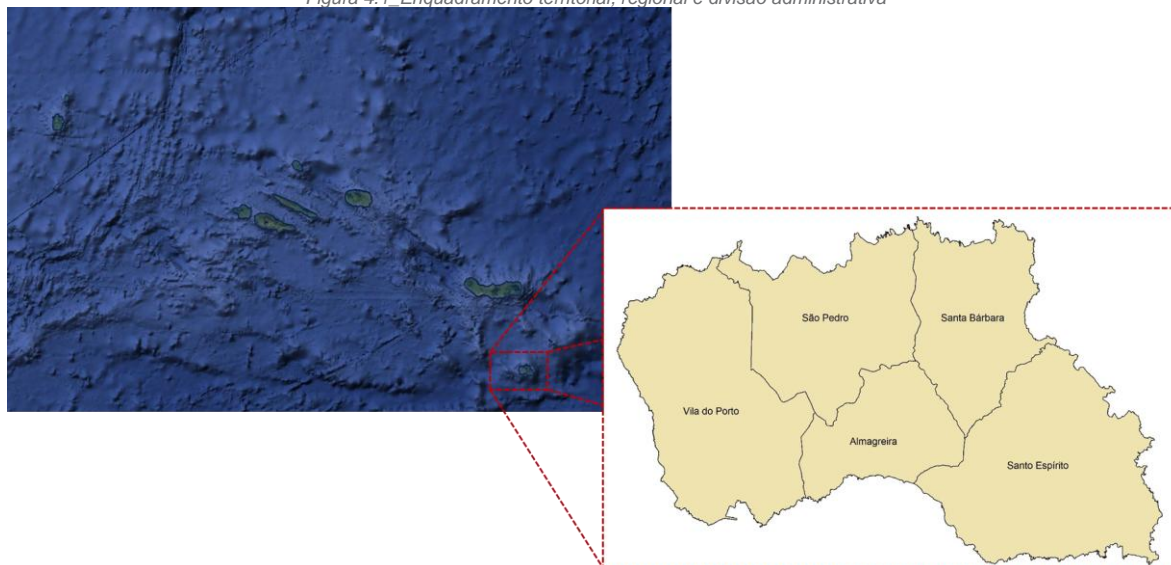
N.º	Objetivos / Projetos
2.3	Elaborar o Plano de Pormenor da Maia
2.4	Elaborar o Plano de Pormenor de São Lourenço
3	Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território , através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento <u>e adaptação às alterações climáticas</u>
3.1	Simplificar e qualificar o atendimento aos cidadãos e às empresas
3.2	Criar programas de educação ambiental com foco na conservação de recursos e valores naturais
3.3	Promover ações de sensibilização para a recuperação ambiental e paisagística de áreas de extração de massas minerais abandonadas
3.4	Elaborar um manual de boas práticas urbanísticas
4	Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural , designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto na terra como no mar
4.1	Desenvolver um plano de turismo sustentável
4.2	Instituir o prémio anual “Mariense”
4.3	Atualizar o regulamento municipal de urbanização e de edificação e de taxas municipais
4.4	Acompanhar e monitorizar o alojamento local
5	Valorizar os recursos naturais e patrimoniais , salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas
5.1	Valorizar as paisagens culturais das baías da Maia e São Lourenço
5.2	Valorizar, limpar e desobstruir as linhas de água e respetivas margens
5.3	Acompanhar a monitorização de movimentos de vertente na Maia, Praia Formosa e Panasco
5.4	Promover campanhas de sensibilização no âmbito da proteção civil (riscos sísmicos, cheias, inundações, desgaseificação difusa, movimentos de massa, entre outros)
5.5	Construir uma base de dados para registo de ocorrências de todos os riscos
5.6	Investir em sistemas de alerta precoce e em infraestruturas que mitiguem os riscos associados à instabilidade geológica
5.7	Elaborar o Plano Especial de Emergência e Proteção Civil para Risco Sísmico (PEERS)

Assim, o objeto de avaliação serão os objetivos da atual 2rPDM_ViladoPorto, traduzidos nos diversos projetos que estão respetivamente associados, bem como a proposta de regulamento.

4.2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DE ÂMBITO TERRITORIAL

Tal como referido anteriormente o objeto desta avaliação ambiental estratégica é a proposta da 2rPDM_ViladoPorto, que abrange território do concelho de Vila do Porto (Figura 4.1), único município da ilha de Santa Maria, integrada no Grupo Oriental da Região Autónoma dos Açores (RAA) e a terceira menor ilha do arquipélago. Tem uma superfície de aproximadamente 97 km² (4,2% da superfície da RAA) e uma linha de costa de cerca de 78 km.

Figura 4.1. Enquadramento territorial, regional e divisão administrativa



Fonte: Adaptado CAOP, 2019; GoogleEarth

O concelho de Vila do Porto encontra-se dividido em 5 freguesias: Vila do Porto (sede de concelho), Almagreira, São Pedro, Santa Bárbara e Santo Espírito.

A parte poente da ilha é aplanada e mais seca, tendo um povoamento do tipo linear disperso. A parte nascente é mais elevada, irregular e húmida, tendo um povoamento mais concentrado. Aqui se localiza Vila do Porto, sede do concelho, que se desenvolve no sentido norte/sul, a partir das proximidades do porto.

Com cerca de 5 400 habitantes, o concelho da Vila do Porto corresponde a cerca de 2,3% da população da RAA (quase 240 mil residentes), tendo uma densidade de ocupação correspondente, em termos médios, a metade da densidade regional (56 hab/Km² face a 102 hab/Km²).

De acordo com os estudos de caracterização efetuados (quer no Volume V dos elementos da revisão, quer ao longo do capítulo 6 do presente RA), o diagnóstico prospetivo do concelho pode ser sintetizado na seguinte matriz SWOT¹, a qual reflete, de uma forma integrada, as características dominantes do território e as expectativas e pressões sobre ele existentes.

Tabela 4.1_. Diagnóstico prospetivo (SWOT)

PONTOS FORTES	
■	Existência de um amplo e claro conjunto de princípios, metas e objetivos a cumprir com aplicação de programas e planos setoriais, permitindo a definição de estratégias de ordenamento e desenvolvimento integradas;
■	Posição geoestratégica e existência de uma Zona Económica Exclusiva;
■	Orientações precisas para a classificação do solo;
■	Modelo de ordenamento do atual PDM tem respondido bem aos desafios do município, tendo as intervenções previstas obtido um nível de execução satisfatório;
■	Reforço da atratividade turística da Região na última década, que tem permitido o desenvolvimento de diversas atividades ligadas ao setor no concelho;
■	Estrutura etária da população ligeiramente menos envelhecida comparativamente com outras Ilhas
■	Melhoria global dos níveis de qualificação da população nos últimos anos;
■	Predomínio das empresas ligadas ao setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (32,4%) – com uma média de 15 ha por exploração, valor superior à média da região (11m4ha/exploração);
■	Tendência para o crescimento do n.º de empresas não financeiras, constituídas maioritariamente por micro e pequenas empresas;

¹ SWOT (S de Strengths – forças; W de Weaknesses – fraquezas; O de Opportunities – oportunidades; T de Threats – ameaças)

- Os principais sectores da indústria transformadora em Vila do Porto incluem as indústrias alimentares e de bebidas, em particular no que respeita ao abate de animais, preparação e conservação de carnes, a transformação de cereais e leguminosas e o fabrico de outros produtos alimentares;
- Bom nível de colmatação dos espaços industriais programados
- Tendência de crescimento de procura pelos estabelecimentos de alojamento turístico do concelho até início da pandemia de Covid-19, verificando-se a retoma já em 2021;
- Infraestrutura aeroportuária de importância regional;
- Rede viária com elevada densidade, estabelecendo a ligação entre os principais aglomerados e entre estes e a rede regional;
- Importante rede de infraestruturas portuárias, de distribuição equilibrada ao longo da costa, onde se incluem um porto de classe B e dois de classe D, além de dois portinhos – estes considerados como infraestruturas de uso múltiplo, com condições para serem classificados como classe E;
- Disponibilidades hídricas subterrâneas passíveis de suprir as necessidades de abastecimento público, a par da qualidade das águas subterrâneas compatível com o uso para consumo humano;
- Elevado nível de atendimento em serviços de abastecimento de água;
- Sistemas de abastecimento de água existentes são atualmente suficientes para satisfazer as necessidades do concelho;
- Serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos cobre praticamente todo o concelho.
- Tendência contínua de crescimento da taxa de valorização de resíduos;
- Potencial energético endógeno através das energias renováveis como a energia eólica;
- Diversidade de equipamentos coletivos, destacando-se um elevado número de equipamentos culturais e recreativos e outras estruturas de lazer.
- Peso significativo da ocupação agrícola do solo, em particular, com pastagens permanentes, prados e forragens – vantagens naturais para a produção animal e para a conservação do solo;
- Paisagem diversificada, com forte identidade e de grande qualidade pontuado por um conjunto de elementos singulares da RAA
- Relevância do património natural reconhecida com a criação do Parque Natural de Ilha e classificação um conjunto de áreas protegidas, com destaque para o Paleoparque de Santa Maria criado em 2018;
- Existência de pontos de vista notáveis e de trechos de paisagem de elevado interesse patrimonial, já aproveitados com miradouros devidamente infraestruturados.
- Forte hierarquização da rede urbana municipal, polarizada pela sede de concelho
- Povoamento assente em pequenos núcleos de povoamento disperso, de densidade populacional pouco significativa, de uma forma geral afastados da orla costeira, diminuindo a pressão urbanística sobre o litoral;
- Povoamento tradicional de carácter marcadamente rural, de ocupação delimitada, com formas morfológicas tradicionais e com uniformidade;
- Enquadramento paisagístico de alguns aglomerados que beneficiam da sua localização privilegiada;
- Edificação com volumetria controlada da generalidade do território sem grandes dissonâncias;
- Presença de diversos imóveis com valor patrimonial, em particular na sede de concelho;
- Existência de um PP de Salvaguarda da zona histórica de Vila do Porto, cujo programa de reabilitação do parque edificado tem sido desenvolvido, contribuindo para instalação de equipamentos e serviços nesta área degradada, como forma de revitalização do centro histórico da sede de concelho;

PONTOS FRACOS

- Localização periférica do concelho no contexto da Região, acentuada pela insularidade/isolamento e grande distância dos continentes europeu, americano e africano;
- Perda demográfica prolongada, associada à incapacidade do concelho em fixar residentes e a um saldo natural negativo;
- Diminuição da dimensão média das famílias, por redução do número de filhos e incremento das famílias unipessoais
- Disparidades nas tendências demográficas entre as várias freguesias, verificando-se que as freguesias de Santo Espírito e Almagreira tem uma taxa de variação positiva;
- Apesar da rede viária apresentar uma elevada densidade, não se encontra em bom estado de conservação
- Elevado índice de envelhecimento superior ao registado na RAA
- População com nível de escolaridade semelhante ao da RAA
- Fortes assimetrias nas qualificações da população residente no interior do concelho;
- Empresas não financeiras do município são quase exclusivamente micro e pequenas empresas;
- Densidade populacional, ao nível da freguesia, inferior à média concelhia (à exceção de Vila do Porto);
- Predomínio de atividades de comércio e serviços pouco especializados, de carácter mais tradicional e de proximidade;
- Grande concentração de equipamentos coletivos na sede de concelho, o que acontece em todas as tipologias, implicando deslocações da população – muitas vezes diárias, como no caso da educação;

- Segundo o PGRH-Açores 2022-2027 apenas cerca de 66% da população residente no concelho era servida pelos sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais;
- Percentagem elevada de alojamentos familiares vagos face à média regional, potenciando os riscos de degradação e abandono de edifícios, mostrando-se igualmente acentuado o fenómeno da “segunda habitação”, face à elevada percentagem de alojamentos de uso sazonal ou secundário, superior à média regional, com destaque para as freguesias de Santa Barbara e Santo Espírito;
- Descaracterização das construções mais recentes, nomeadamente das localizadas nas zonas balneares, de ocupação sazonal;
- Paisagem com grande vulnerabilidade natural associada a riscos naturais diversos, como por exemplo os movimentos de massa;
- Crescente pressão sobre os recursos naturais;
- Reduzida oferta no mercado de empresas com mão-de-obra especializada em silvicultura e exploração florestal, bem como em aconselhamento florestal;
- inexistência de transporte marítimo de passageiros e/ou veículos na época de Verão, fator que limita a mobilidade entre os marienses e os habitantes das restantes ilhas dos Açores, bem como o turismo.

OPORTUNIDADES

- Novo enquadramento legal dos IGT, em especial dos PMOT, e de critérios urbanísticos de aplicação a nível nacional;
- Revisão do PDM enquanto oportunidade para melhorar o principal instrumento de controle das operações urbanísticas e reajustar os objetivos estratégicos de desenvolvimento do concelho;
- Consagração da ilha de Santa Maria como um destino turístico de referência nos diversos instrumentos de política e planeamento
- Concentração populacional nas áreas urbanas e consequente requalificação do tecido urbano, salientando a capacidade de investimento urbano e surgimento de patamares de qualidade na habitação;
- Manutenção das características de povoamento rural generalizado em toda a ilha: existência de muitos imóveis degradados ainda passíveis de requalificação, recuperando as características urbanísticas e arquitetónicas tradicionais marienses;
- Valorização socioeconómica do ambiente pelo seu papel na paisagem rural e equilíbrio dos territórios;
- Existência de investimentos programados, cofinanciados por programas comunitários, ao nível das infraestruturas de saneamento projetadas para o Centro de Controlo Oceânico e Aeroportuárias do Aeroporto de Santa Maria;
- Elevado valor natural, cultural e paisagístico com reconhecimento e projeção internacional
- Melhoria do conhecimento sobre riscos naturais;
- Sensibilização para a preservação do património natural;
- Riqueza paisagística inerente aos recursos hídricos com potencialidades de valorização do ponto de vista turístico;
- Implementação das medidas e ações a definir no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores no próximo ciclo de planeamento;
- Reconhecimento e crescente preocupação com os riscos naturais e alterações climáticas, dando origem a uma multiplicação de estratégias de minimização das consequências negativas no ordenamento do território e na segurança de pessoas e bens;
- Concentração do povoamento facilita a implementação de medidas que promovam a qualificação urbanística e a melhoria da qualidade de vida;
- Dinâmica urbanística em desaceleração pode abrir espaço para uma maior relevância da reabilitação urbana;
- Atratividade do Centro Histórico cuja revitalização é muito expressiva
- Atendendo que o sector da produção florestal no concelho de Vila do Porto encontra-se pouco explorado, facto que poderá representar uma potencialidade para o concelho, em termos económicos e sociais com a criação de riqueza e emprego, respetivamente, e em termos ambientais por todos os benefícios intangíveis que as florestas oferecem enquanto produzem;
- Existência de medidas de apoio para investimento florestal e silvo-ambientais e climáticas ao abrigo do Eixo E do PEPAC: florestação de terras agrícolas; implantação, regeneração ou renovação de sistemas agroflorestais; melhoria da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais; melhoria do valor económico das florestas; compromissos silvoambientais. Medidas de apoio estas que potenciam um incremento das áreas ocupadas por espaços florestais

AMEAÇAS

- Conjuntura económica nacional e regional não favorece políticas de investimento;
- Expectativas da população, reveladas em fase de participação preventiva, traduzem pressão para aumentar as áreas com vocação edificatória ou índices de edificabilidade, o que é contraditório com as orientações regionais e nacionais de contenção urbana;
- Indefinição ao nível das orientações para o setor do turismo no que se refere à parametrização urbanística;

- Aumento da sazonalidade da procura turística;
- Manutenção da suspensão da ligação sazonal de passageiros e viaturas entre todas as ilhas do arquipélago exceto o Corvo (desde 2020 devido à pandemia Covid-19);
- Tendência para aumento do peso do setor terciário no emprego em prol da redução do setor secundário;
- Ausência de implementação no terreno dos perímetros de proteção e o licenciamento das captações subterrâneas do sistema de abastecimento de água;
- Forte probabilidade de aumento da ocorrência situações associadas aos riscos naturais, tais como movimentos de vertente, galgamentos e inundações costeiras e erosão hídrica dos solos;
- Vulnerabilidade do território face ao perfil da dinâmica turística.

4.3. QUESTÕES ESTRATÉGICAS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE (QEAS)

Como resultado final do exercício de análise integrada de toda a informação de caracterização da área de intervenção e da discussão de temáticas territoriais e ambientais significativas, e com o intuito de responder previamente ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010, de 15 de novembro, identificam-se diversas questões consideradas estratégicas ao nível do ambiente e sustentabilidade (QEAS) (quadro-problema) no âmbito da área de intervenção da proposta de 2rPDM_ViladoPorto.

Estas questões estão associadas a domínios relevantes abrangidos pelo próprio Plano, que este deverá procurar responder e sobre os quais terá intervenção. As principais questões identificadas são:

- **QEAS 1 - Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas**

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto (PMEPC de Vila do Porto) (Vila do Porto, janeiro de 2021) define as orientações relativas ao modo de atuação dos vários agentes, organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil, que visem a resposta a situações de iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes.

Importa também considerar, em sequência com a gestão de riscos naturais, a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas do território e, neste âmbito, é possível que exista, associado às alterações climáticas, o perigo de uma crescente vulnerabilidade ao nível dos elementos biofísicos do território. De acordo com os cenários previstos, nomeadamente do IPCC, estas alterações poderão traduzir-se, em eventos cada vez mais frequentes e intensos de ciclones e tempestades, galgamentos costeiros, cheias e inundações e movimentos de vertente.

De acordo com a hierarquização do grau de risco do PMEPC de Vila do Porto (Vila do Porto, janeiro de 2021), importa destacar por apresentarem um grau de risco “Elevado”: Precipitação Intensa, Ciclones e Tempestades e Sismos – Riscos de origem natural, Acidentes graves rodoviários e Acidentes graves aéreos – Riscos com origem tecnológica. Adicionalmente, no caso particular deste concelho, o risco de movimentos de vertente assume particular relevância, em especial pelos contextos a este nível em específico na zona da Praia Formosa e da Maia.

Neste contexto, é fundamental que a 2rPDM_ViladoPorto:

- Considere a pertinência dos princípios e medidas de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos previstos no PMEPC de Vila do Porto, com especial destaque para os riscos associados a movimentos de vertentes e cheias e inundações, de modo a contribuir para o desenvolvimento de capacidades de gestão nesse domínio e salvaguardar potenciais perdas e danos associados, como a perda de qualidade ambiental e afetação de pessoas e bens.

- Inclua orientações para potenciar a capacidade de resposta do território a fenómenos associados às alterações climáticas (resiliência) bem como a sua capacidade de adaptação face aos mesmos (quer na perspetiva da diminuição dos riscos, quer da vulnerabilidade dos sistemas e elementos biofísicos, ecológicos, recursos hídricos, etc.).
- Assegure as orientações previstas no Guia para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e restrição ao uso e ocupação do solo.

■ **QEAS 2 – Promover o desenvolvimento socioeconómico e coesão territorial**

O concelho de Vila do Porto apresenta uma estrutura etária envelhecida, resultado de uma perda demográfica prolongada associada à incapacidade do concelho em fixar residentes e um saldo natural negativo (-5 à data dos Censos 2021).

A taxa de emprego é de 55,22% à data dos censos 2021, superior aos valores registados em 2011 (49,88%). A taxa de atividade é de 49,17%, superior à média regional (47,87%) e superior aos valores registados para o concelho nos Censos 2011 de 45,17%. A taxa de desemprego (à data dos Censos 2021) é de 3,72% bastante inferior aos valores registados nos Censos 2011 (8,73%) e inferior à média da RAA à data dos Censos 2021 (6,87%)

As empresas localizam-se predominantemente nas áreas mais densamente povoadas e a dimensão do parque empresarial revela-se ajustada, apresentando um bom nível de colmatação dos espaços industriais programados. em 2019 existiam na RAA 479 estabelecimentos da indústria transformadora que empregavam um total de 5.843 pessoas, sendo que apenas 2,5% desses estabelecimentos se localizavam no concelho de Vila do Porto. O ramo industrial predominante no concelho é o alimentar e de bebidas com 5 estabelecimentos e onde trabalham 41,3% das pessoas ligadas ao sector.

Relativamente ao setor do turismo, neste concelho ficaram alojados apenas 1,6% do total dos hóspedes da RAA (16.456) que contribuíram para quase 48 mil dormidas neste concelho, em 2019, valor que face a 2011 representa um crescimento de +49%.

Dados de 2020, revelam a alteração significativa da dinâmica turística em virtude da situação determinada pela pandemia Covid-19. Em função das medidas de confinamento e das restrições à mobilidade dos cidadãos, a atividade turística recuou significativamente. No ano de 2020 as dormidas no alojamento turístico na Região registaram um decréscimo de -71% em comparação com o período homólogo, o que significou menos 2 milhões de dormidas. Porém o ano de 2021 evidenciou já uma franca recuperação sendo que o número de hóspedes na RAA se situou nos 612.975 que geraram quase 2 milhões de dormidas, valores que face a 2020 representam um crescimento superior a 100%. Desde então (2021) esses dados têm vindo a crescer significativamente, e atualmente, passados praticamente 4 anos esses valores têm vindo a apresentar uma taxa de variação anual a rondar os 21%, em particular entre 2022 e 2023.

A procura pelos estabelecimentos de alojamento turístico no concelho de Vila do Porto também registou uma tendência de crescimento até 2019 alojando cerca de 16,4 mil hóspedes que contribuíram para o alcance de 47,8 mil dormidas, o que face a 2011 representou um crescimento de 20% no número de hóspedes e de 49% no número de dormidas. Em 2020 a queda foi acentuada, sendo que o número de hóspedes foi de 6.426 o que face a 2019 significou um decréscimo de -61%. O número de dormidas também decresceu: foram menos 27 mil de dormidas comparativamente com 2019. Em 2021 já se verifica uma recuperação com uma taxa crescimento de aproximadamente 60% no número de hóspedes e no número de dormidas. Verifica-se assim uma tendência de crescimento de procura pelos estabelecimentos de alojamento turístico do concelho até início da pandemia de Covid-19, verificando-se a retoma já em 2021 e continuando uma evolução positiva e significativa desde então.

Em termos de oferta e segundo dados da Direção Regional de Turismo, a oferta de alojamento turístico no concelho de Vila do Porto é pouco significativa no contexto regional, quer em termos de número de empreendimentos turísticos e de unidades de alojamento local, quer em termos da respetiva capacidade. O concelho possui 12 empreendimentos turísticos, em funcionamento, com uma capacidade total de 392 camas, em 2023.

Neste sentido, a 2rPDM_ViladoPorto constitui uma oportunidade para:

- Enraizar a população, criar atividades económicas e consequentes oportunidades de trabalho, tendo em consideração a sustentabilidade ambiental, económica e social.
- Promover a dinamização e qualificação do setor primário, com especial foco para a agropecuária, tendo em consideração o predomínio das empresas ligadas ao setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (32,4%). A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) era de 4.501ha o que significa uma média de cerca de 15ha por exploração, valor que fica acima da média da RAA (11,4ha/exploração). Relativamente à atividade pecuária existe um claro predomínio do gado bovino em toda a RAA, sendo que no concelho de Vila do Porto, em 2019, 73% do efetivo animal das explorações agrícolas era gado bovino. Existiam no município 7.305 bovinos espalhados por 252 explorações agrícolas.
- Contrariar a sazonalidade da procura turística e incentivar o investimento privado para aumentar a oferta e qualidade do alojamento turístico, bem como dinamizar as atividades económicas associadas ao setor do turismo.

■ **QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do Solo**

A 2rPDM_ViladoPorto deverá promover a requalificação urbanística e o desenvolvimento urbano sustentável do solo urbano, criando condições para fixação de novos habitantes, garantindo a integração paisagística das novas edificações e a qualidade urbana e ambiental, contribuindo para uma urbanidade que traduza os valores rurais e naturais presentes.

De igual modo, deverão ser criadas as condições necessárias para potenciar a afirmação do concelho como destino turístico e de recreio e lazer à escala regional baseado na diversidade de recursos presentes, nomeadamente através da oferta diversificada de espaços de fruição públicos e do reforço dos equipamentos de apoio ao recreio balnear, de turismo subaquático e aquático de um modo geral e prática desportiva.

Neste sentido, a 2rPDM_ViladoPorto constitui uma oportunidade para:

- Proceder ao novo enquadramento legal dos IGT, em especial dos PMOT, e de critérios urbanísticos de aplicação a nível nacional;
- Melhorar o principal instrumento de controle das operações urbanísticas e reajustar os objetivos estratégicos de desenvolvimento do concelho;
- Promover o concelho de Vila do Porto como um destino turístico de referência nos diversos instrumentos de política e planeamento;
- Promover a reabilitação urbana;
- Promover a requalificação dos imóveis degradados nos povoamentos rurais, ainda passíveis de requalificação, recuperando as características urbanísticas e arquitetónicas tradicionais marienses;
- Dinâmica urbanística em desaceleração pode abrir espaço para uma maior relevância da reabilitação urbana;
- Atratividade do Centro Histórico cuja revitalização é muito expressiva
- Definir as orientações para o setor do turismo no que se refere à parametrização urbanística;
- Proceda à revisão das tipologias de empreendimentos turísticos admitidas e dos respetivos parâmetros de edificabilidade.

■ **QEAS4 – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade do território e promoção da saúde pública e qualidade de vida**

Uma estratégia de desenvolvimento territorial terá que incluir necessariamente a conservação, proteção e valorização dos valores naturais e paisagísticos do concelho, das espécies da fauna e da flora, dos seus habitats naturais e a manutenção dos equilíbrios ecológicos. Com a recuperação turística que está a acontecer com a retoma económica e final da pandemia atualmente existente, resultante do vírus SARS2 – que provoca a doença COVID-19, e um turismo essencialmente de natureza e que depende destes fatores, é fundamental a aposta na sua salvaguarda e valorização.

O fomento da qualificação e integração de infraestruturas verdes potencia o equilíbrio microclimatológico, da biodiversidade e da paisagem, dos ecossistemas e dos ciclos biogeoquímicos, bem como na melhoria do estado das massas de água superficiais e massas de água subterrâneas, concorrendo para os requisitos da Lei da Água.

De modo a assegurar a Estrutura Ecológica é importante potenciar a redução dos espaços impermeabilizados bem como a criação de canais e corredores ecológicos estruturados e conectados com a rede ecológica global de toda a ilha.

De acordo com os dados mais recentes da ERSARA, em 2021 o sistema de drenagem de águas residuais no concelho, abrangia 31% dos aglomerados existentes, sendo que 950 dos 3646 aglomerados estavam efetivamente ligados ao sistema de tratamento de águas residuais. Este sistema de tratamento é constituído por 4 fossas sépticas coletivas localizadas nos sistemas de Anjos, Valverde, São Lourenço, e Aeroporto, uma ETAR secundária (Almagreira) com remoção orgânica localizada no sistema de drenagem de Praia Formosa, e uma ETAR terciária em Vila do Porto com remoção carga orgânica, nutrientes e desinfecção. A ETAR secundária da Praia Formosa (Almagreira) descarrega as águas residuais tratadas para a ribeira do Gato e a ETAR terciária de Vila do Porto descarrega através de um emissário para o mar. A FSC do Aeroporto descarrega para uma linha de água e as três fossas sépticas coletivas (FSC) existentes em São Lourenço, Valverde e Anjos descarregam para o solo. O resto do município é abrangido por fossas sépticas individuais.

O município deve ser capaz de se tornar um agente de pressão ativo na fiscalização e comunicação de descargas ilegais de efluentes e responsável pelo cumprimento dos valores-limite de emissão de águas residuais, em particular para as massas de água superficiais, interiores e costeiras bem como na prevenção e eliminação de outras dissonâncias ambientais como depósito ilegal de resíduos.

Também é importante sensibilizar para o controlo da pressão consumptiva sobre os recursos hídricos, promovendo eficiência nos consumos de água públicos, domésticos, turísticos, agrícolas e industriais. Este é um recurso determinante e com particular criticidade no contexto específico da ilha de Santa Maria. Por exemplo, a freguesia de Santo Espírito tem sido recorrentemente afetada por episódios de escassez de água (principalmente durante o período de verão), uma vez que é abastecida por nascentes e por um único furo de captação, tendo-se evidenciado que as captações totais são manifestamente insuficientes para satisfazer as necessidades da rede de distribuição, pelo que é necessário recorrer por vezes a meios móveis de transporte de água a partir de outras origens. Existem também atividades agrícolas como o cultivo da meloa que apresentam necessidades hídricas elevadas, principalmente nos meses de verão, e que importa salvaguardar e gerir com as restantes tipologias de uso de água de modo a evitar situações de escassez de água no período de estio. Tendo em consideração as previsíveis alterações climáticas, as captações do sistema de abastecimento podem mostrar-se insuficientes no futuro para servir todas as necessidades em período de maior distribuição de água, pois no período de verão as nascentes existentes baixam os níveis de caudal disponível, podendo obrigar os furos de captação disponíveis a funcionar num regime de 24 horas, o que poderá incrementar de forma significativa a pressão atualmente existente sobre os recursos hídricos disponíveis. Estes exemplos demonstram o risco atual de ausência de alternativas de abastecimento devido por um lado à escassez de água disponível para satisfazer as necessidades atuais da população principalmente no período de verão e a fragilidade das infraestruturas em caso de ocorrência accidental ou falha na captação principal,

podendo colocar em causa o serviço de abastecimento público, dada a inexistência de alternativas de captação com caudais suficientes para suprimir alguma avaria.

Por outro lado, existe uma quantidade significativa de água que é perdida ao longo da rede de abastecimento após a sua extração. O sistema público de abastecimento apresenta perdas significativas de água potável, que se estimam rondar os 50%, e que importa mitigar de modo a satisfazer as necessidades hídricas dos diversos usos, e evitando a extração excessiva de água.

No próximo período de vigência do Plano deve ser considerada como prioridade a necessidade de se incrementar a capacidade do metabolismo circular urbano, assumindo como prioridade a redução e recolha seletiva de resíduos com objetivos de reciclagem e valorização local ou regional dos mesmos. O Plano deverá focar-se na prevenção da produção de resíduos e na recolha seletiva, tendo particular atenção às novas exigências setoriais para as fileiras de resíduos têxteis, resíduos perigosos e biorresíduos, nomeadamente no necessário reforço da capacidade instalada de valorização in loco desta fileira de resíduos (p.e. compostagem), definindo-se estratégias locais de separação e valorização. De notar que, para além das fileiras convencionais de recolha seletiva (p.e. papel/cartão, plástico e vidro, ou óleos alimentares usados), o município já dispõe de uma estratégia implementada de recolha de resíduos verdes urbanos, estando a população já sensibilizada para acolher outras necessidades de recolha de resíduos, contribuindo para a gestão adequada das diversas fileiras.

Adicionalmente, considerando a importância dos espaços florestais e agroflorestais, deverão ser acauteladas e condicionadas com normativos as alterações de uso de solo no concelho de Vila do Porto, prevendo a manutenção dos espaços pré-existent e o delineamento de novas áreas florestais e agroflorestais.

Relativamente à floresta endógena e de produção, alerta-se para a tendência de alteração do uso do solo para pastagens, o que contribui para a perda de área florestal cuja resolução é demorada e complexa.

É de todo o interesse a manutenção das áreas florestais e agroflorestais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, permitindo um maior sequestro de carbono, com capacidade de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas, aumentando a sustentabilidade económica, social e ambiental. A sua conservação, ordenamento e criação de novas zonas florestais e agroflorestais potenciam a proteção dos solos, das nascentes, o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais, minimizando as vulnerabilidades decorrentes das alterações climáticas

Assim, a estratégia de desenvolvimento municipal deve promover o combate aos fatores de degradação dos valores naturais e paisagísticos presentes no território, quer ao nível da biodiversidade, recursos hídricos e florestas, como também ao nível da salubridade e saúde humana, incrementando os níveis de qualidade de vida da comunidade.

■ **QEAS 5 – Fomento da mobilidade sustentável, aquisição de eficiência energética e uso de fontes de energia renovável**

O modelo territorial a propor para a área de estudo deve incidir as apostas na regeneração, reorganização e ponderação do atual modelo e rede de transportes de modo a não só contribuir para resolver algumas insuficiências ao nível da mobilidade interna associadas às assimetrias da rede de oferta de transporte público ou défice de determinados tipos de infraestruturas rodoviárias, mas também diminuir a intensidade carbónica afeta à mobilidade, e reduzir a ineficiência das deslocações pendulares da população. Deve existir uma preocupação na criação de zonas de circulação automóvel de forma a gerir de forma adequada o tráfego e acessibilidade a determinados locais de maior afluência de circulação e visita, criando plataformas de mobilidade inteligentes e mais sustentáveis. Com esse objetivo, deve promover-se o uso do transporte público (criando, para tal, uma rede adequada e que responda às reais necessidades) e modos suaves, bem como a respetiva capacidade intermodal entre os diversos meios de transporte disponíveis e que, eventualmente, possa dar resposta à necessidade e procura de meios / formas de deslocação para visitantes/turistas que não apenas o formato de

viatura ligeira “individual” de aluguer. Deve promover-se igualmente o recurso a alternativas de deslocação suaves, bem como a adequação dos meios de transporte coletivo e privado municipal a fontes de energia limpas, e promoção de práticas sustentáveis de deslocação (p.e. car sharing, etc.).

As características específicas e vantagens dos diversos modos suaves existentes devem responder às necessidades e interesses do utilizador e adequarem-se às especificidades orográficas e estilos de vida locais, permitindo que sejam utilizados de forma adequada quer em espaço urbano como rural. Devido à orografia do concelho os modos suaves poderão ser essencialmente usados para atividades de desporto, recreio e lazer, e não como meio de transporte ou de mobilidade pendular por motivos de eficiência. Complementarmente, deve ser promovida a introdução de fontes alternativas de energia nos transportes públicos, implementação de conceitos mais eficientes de transporte público, incentivos ao car-sharing e outras medidas alternativas que promovam a aquisição de sustentabilidade nas deslocações pendulares.

Já no centro urbano de Vila do Porto e localidades adjacentes, os modos suaves poderão ser um meio de mobilidade efetivo que pode competir com os meios de transporte convencionais. Complementarmente, o 2rPDM_ViladoPorto deve também promover a segurança rodoviária, a mobilidade inclusiva, através da manutenção e reforço da aposta na qualificação dos espaços públicos urbanos e não-urbanos, com plena assunção dos princípios de desenho inclusivo de modo a atender às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida e melhorando as condições de segurança para os modos suaves e opções de transporte nas áreas de baixa densidade.

A proposta de 2rPDM_ViladoPorto deve igualmente promover a eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis noutros setores de atividades além dos transportes, nomeadamente, a implementação de ações que promovam a eficiência energética no parque edificado privado (habitacional, comercial ou industrial), nos edifícios públicos e da administração pública, e outros espaços ou equipamentos de utilização coletiva e iluminação pública. A construção eficiente e implementação de tecnologias energéticas sustentáveis devem constituir também uma preocupação, quer nos edifícios para habitação, como nos edifícios públicos ou destinados à administração pública, na iluminação pública ou nos edifícios privados das principais atividades económicas. Um dos principais desígnios atuais ao nível da estratégia Clima-Energia para 2020 e 2030 dos territórios é o de reduzirem a sua intensidade energética por via de equipamentos promotores de eficiência energética no consumo e aproveitamento das fontes renováveis de energia endógena.

Neste sentido, importa que o modelo territorial assumido traduza uma aposta clara na redução da intensidade energética, aquisição de eficiência energética e na adoção de soluções alternativas de energia e conforto térmico no parque edificado. Em suma, a sustentabilidade energética deve constituir-se como o elemento determinante da reabilitação urbana, contribuindo para a implementação de um desenho arquitetónico que promova a qualidade da paisagem urbana e o conforto bioclimático.

Estas QEAS foram analisadas tendo em consideração alguns elementos da AAE da 1.^a rPDM_ViladoPorto, por se considerar que é importante assegurar a coerência de princípios e objetivos entre os dois processos sempre que se mantenha o mesmo alinhamento e estratégia do modelo de desenvolvimento e sustentabilidade territorial. Assim, apresentam-se de seguida as “questões estratégicas objeto de avaliação” definidas no âmbito do anterior RA da 1.^a rPDM_ViladoPorto, verificando-se que concorrem para os mesmos princípios e objetivos.

Verifica-se que as QEAS da presente AAE articulam-se significativamente com os objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto e que estes apresentam nesta fase já um potencial de salvaguarda de resposta a estas QEAS, tal como demonstrado na Tabela 4.2.

Tabela 4.2_Articulação entre os Objetivos Gerais da 2rPDM_ViladoPorto e as QEAS identificadas na área de intervenção

Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	Objetivos 2rPDM_ViladoPorto				
	1	2	3	4	5
QEAS1	■	■	■	■	■
QEAS2	■	■	■	■	■
QEAS3	■	■	■	■	■
QEAS4	■	■	■		■
QEAS 5	■	■	■		

Legenda: ■ Articulação.

Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS 1 – Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas

QEAS 2 – Promover o desenvolvimento socioeconómico e coesão territorial

QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do solo

QEAS 4 – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade do território e promoção da saúde pública e qualidade de vida

QEAS 5 – Fomento da mobilidade sustentável, aquisição de eficiência energética e uso de fontes de energia renovável

Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto

1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes;
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas;
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto na terra como no mar;
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas.

Página propositadamente deixada em branco

5. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

A 2rPDM_ViladoPorto é um instrumento de natureza regulamentar e as suas disposições vinculam as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares. Neste contexto, destaca-se a importância do Quadro de Referência Estratégico (QRE) que constitui o macro – enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e sectorial.

Assim, o presente capítulo consiste na identificação e análise das referências com relevância para a AAE da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, e tem como objetivo avaliar a articulação e o nível de correlação dos objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto com os demais instrumentos identificados no QRE, bem como as respetivas sinergias e conflitos potenciais.

Para o efeito, são apresentados na Tabela 5.1 os instrumentos considerados mais importantes para a prossecução da presente avaliação ambiental. A descrição mais pormenorizada desses referenciais pode ser consultada no Anexo_01.

Tabela 5.1_Quadro de Referência Estratégico

Quadro de Referência Estratégico
Documentos de Referência Internacionais
Agenda Territorial 2030 (AT2030)
Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)
Pacto Ecológico Europeu (PEE)
Estratégia de Biodiversidade para 2030 (EBUE 2030)
Declaração de Toledo (2010) (DT)
Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano (ETAU)
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)
Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)
Quadro de Ação de Sendai 2015-2030 (Quadro Sendai)
Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC)
Acordo de Paris
Lei Europeia do Clima (LEC)
Pacote Europeu Energia Clima 2030 (PEEC 2030)
Pacote Europeu Mobilidade Limpa (PEML)
Pacote Europeu Energia Limpa para todos os Europeus (PEEL)
Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030 (NEUEF 2030)
Documentos de Referência Nacionais
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)
Plano Nacional integrado Energia Clima 2021-2030 (PNEC 2021-2023)
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)
Alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (Alteração PNPOT)
Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030

Quadro de Referência Estratégico
Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)
Lei de Bases do Clima
Documentos de Referência Regionais
Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)
Programa Regional Açores 2030 (Açores 2030)
Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030)
Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE) (em fase de revisão e aprovação)
Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores 2018-2024 (PMEA)
Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores (PREPC Açores)
Objetivos de qualidade de paisagem e orientações para a gestão da paisagem (adaptação da CEP à RAA)
Estratégia Florestal dos Açores (EFA)
Programa Regional da Água (PRA)
Plano de Transportes dos Açores (PTA) 2021-2030
Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027)
Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027 (PGRIA 2022-2027)
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da RAA (PSRN 2000 RAA)
Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores (PRAC)
Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores (RNCA)
Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica dos Açores (ERDABA)
Plano de Ação 2019-2030 da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (PASDTA)
Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA)
Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social (ERCPES)
Relatórios de reporte no âmbito da Diretiva Quadro-Estratégia Marinha – Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, 1.º ciclo (2012-2018) e 2.º ciclo (2018-2024) (Reporte DQEM)
Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 2020 (PEPGRA 20+)
Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de Santa Maria
Plano Gestão da Área Terrestre do Parque Natural da Ilha de Santa Maria (PGPNISMA)
Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (PGSE-Açores)
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Subdivisão dos Açores (PSOEMA)
Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)
Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE)
Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria (PAPSMA)
Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores (RNCA) (em elaboração)
Roteiro para a Economia Circular dos Açores (RECA)
Documentos de Referência Municipais
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto (PMEPC Vila do Porto)
Plano Municipal de Ação Climática de Vila do Porto (PMAC Vila do Porto)
Plano Municipal de ação de resíduos urbanos do concelho de Vila do Porto (PMARU-VP)

Apesar de não se constituírem como referenciais estratégicos, reforça-se novamente os guias desenvolvidos no âmbito do projeto PLANCLIMAC , pela então Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) (cujas competências nessas matérias estão atualmente

integradas na Direção Regional do Ambiente e Ação Climáticas (DRAAC) e na Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial (DRRFOT, designadamente:

- Manual de boas práticas de proteção dos recursos hídricos no âmbito das alterações climáticas dirigido aos setores mais importantes - doméstico, agropecuária e indústria;
- Guia específico para a concretização da integração das Alterações Climáticas nas Estratégias dos Instrumentos de Gestão Territorial;
- Guia com orientações para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e sobre a restrição ao uso e ocupação do solo.

Destaca-se igualmente o “Manual de Arquitetura Bioclimática para a Região Autónoma dos Açores”.

De mencionar, ainda, que existem três (3) planos de pormenor em vigor e hierarquicamente inferiores ao PDM, dois dos quais resultantes das orientações do PDM em vigor: Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto, Plano de pormenor da Zona Balnear da Praia Formosa e Plano de Pormenor da Zona Balnear dos Anjos.

Assim, e considerando que a definição do quadro de referência estratégico para a AAE da 2rPDM_ViladoPorto tem como objetivo avaliar a sua coerência global com as grandes linhas estratégicas preconizadas nas restantes políticas e programas, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e ao ordenamento do território, constata-se, então, que, em matéria de articulação com outros planos e programas, os principais desafios prendem-se, essencialmente, com a necessidade de assegurar a coerência na prossecução dos objetivos durante as fases subsequentes de implementação do Plano.

Neste seguimento, a Tabela 5.2 apresenta a existência de relação entre cada um destes instrumentos e os objetivos definidos para o Plano. A sua análise permite constatar que o Plano se articula, efetivamente e de forma objetiva, com as diretrizes destes instrumentos relativamente a um conjunto de questões ambientais nas suas opções estratégicas de base.

Tabela 5.2_Matriz de correlação entre a síntese de Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto e o QRE.

QRE	Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto				
	1	2	3	4	5
AT2030	■	■	■	■	■
Agenda 2030	■	■	■	■	■
PEE	■	■	■	■	■
EBUE 2030			■		■
DT	■	■	■	■	■
ETAU	■	■	■	■	■
ETPS	■		■		■
ETUSRN			■		■
Quadro Sendai	■	■	■	■	■
CQNUAC	■	■	■	■	■
Acordo de Paris	■	■	■	■	■
LEC	■	■	■	■	■
PEEC 2030	■	■	■	■	■
PEML	■	■	■	■	■
PEEL	■	■	■	■	■
NEUEF 2030			■	■	■
ENDS	■	■	■	■	■
ENCNB 2030			■		■

QRE	Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto				
	1	2	3	4	5
PNEC 2021-2023	■		■	■	■
PNAAS	■		■		
PAEC	■	■	■	■	■
Alteração PNPOT	■	■	■	■	■
RNC 2050			■		■
ENM 2030			■	■	■
PRR	■	■	■	■	■
PROTA	■	■	■	■	■
Açores 2030	■	■	■	■	■
EAE2030	■				■
PRAEE	■		■	■	■
PMEA	■		■	■	■
PREPC Açores	■	■	■	■	■
Adaptação CEP RAA			■		■
EFA			■		■
PRA	■	■	■	■	■
PTA	■	■	■	■	■
PGRH-Açores 2022-2027	■	■	■	■	■
PGRIA 2022-2027	■	■	■	■	■
PSRN 2000 RAA			■		■
PRAC	■	■	■	■	■
RNCA	■	■	■	■	■
ERDABA					■
PASDTA	■		■	■	■
PEMTA	■		■		■
ERCPES	■	■	■	■	
DQEM			■		■
PEPGRA 20+	■	■	■		■
PAE					■
POOC Santa Maria	■	■	■	■	■
PGPNISMA	■	■	■	■	■
PGSE-Açores	■		■	■	■
PSOEMA	■		■		■
POTRAA	■		■		■
PAE	■		■	■	■
PAPSMA			■		■
PMEPC Vila do Porto	■	■	■	■	■
PMAC Vila do Porto			■		■
PMARU-VP	■				

Legenda: ■ Articulação.

Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto

1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da revisão dos parâmetros de edificabilidade e limites de carga aplicáveis aos diferentes usos, da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar os serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes;
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense;
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento;
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas, clarificando as condicionantes e regras de ocupação espacial e os parâmetros urbanísticos para as diversas funções;
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas.

O nível de correlação entre os objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto e as orientações de cada referencial pode traduzir-se em termos quantitativos pelo número de referenciais associados aos diferentes objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto. Em síntese, a análise da Tabela 4.2 demonstra uma forte correlação entre os objetivos do Plano e os planos e programas em vigor, verificando-se que a proposta desse documento, como instrumento de gestão e intervenção territorial, está em harmonia com os principais planos que prevalecem sobre ele o que traduz uma preocupação do mesmo com o desenvolvimento socioeconómico e a sustentabilidade do território.

Identificaram-se sinergias relevantes entre os objetivos gerais de base para o desenvolvimento do Plano e os diversos planos sectoriais identificados, principalmente ao nível da gestão dos recursos naturais, bem como ao nível da promoção de uma política de ordenamento do território sustentável que contribua para o desenvolvimento económico do território.

Neste contexto, o principal desafio da 2rPDM_ViladoPorto prende-se com a concretização dessas mesmas opções e da continuidade da sua articulação com o QRE.

Página propositadamente deixada em branco

6. FATORES DE SUSTENTABILIDADE

A metodologia apresentada no Subcapítulo 3.2 apresenta como ponto de partida a análise dos temas ou fatores ambientais, identificados a partir das questões estratégicas relevantes para o objeto desta avaliação, sobre os quais se desenvolveu um trabalho de análise, ponderação e discussão que teve como critérios de escolha:

- A natureza e conteúdo de um Plano Diretor Municipal e, em particular, a proposta de 2rPDM_ViladoPorto com todas as opções, estratégias e intervenções que vêm defender e as variáveis de contexto que traduzem as características intrínsecas do território em que se insere;
- O Quadro de Referência Estratégico apresentado anteriormente, tendo sido necessário realizar um ajustamento de significância dos fatores ambientais e de sustentabilidade;
- E, por último, a tipologia de modelo de intervenções que se propõe e a sua influência no desenvolvimento das variáveis ambientais e de sustentabilidade.

Propõe-se um conjunto de fatores de sustentabilidade considerados adequados para atingir os objetivos da presente AAE e considerados consistentes com a tipologia e âmbito de intervenção deste Plano.

Assim, A Tabela 6.1 apresenta os fatores de sustentabilidade propostos, uma justificação da sua pertinência e dos critérios a considerar para a sua avaliação.

Tabela 6.1_Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação, para a AAE da 2rPDM_ViladoPorto

Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	CrITÉRIOS de Avaliação
Vulnerabilidades e Riscos	Avaliar os efeitos que a 2rPDM_ViladoPorto terá sobre a prevenção e/ou minimização das situações de risco (naturais e tecnológicos), capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas, eliminação das dissonâncias ambientais - e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.	Riscos Naturais: De que forma a estratégia adotada pela 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução dos riscos naturais do concelho?
		Riscos Tecnológicos: De que forma a estratégia adotada pela 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução dos riscos tecnológicos do concelho?
		Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas?
		Dissonâncias Ambientais: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução e/ou eliminação das dissonâncias ambientais existentes no concelho?
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	Avaliar os efeitos das opções estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes. Este fator permitirá igualmente avaliar os efeitos das opções estratégicas da revisão da 2rPDM_ViladoPorto ao nível da promoção da qualidade paisagística e da preservação do património não classificado arquitetónico e cultural existente na área de intervenção.	Áreas naturais e ecossistemas: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a melhoria das funções ecológicas das áreas naturais, quer pela aptidão demonstrada para a conservação dos ecossistemas presentes, quer na melhoria da qualidade de vida?
		Paisagem: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a salvaguarda e valorização dos valores paisagísticos presentes?
		Património cultural e natural: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a salvaguarda e valorização dos valores patrimoniais existentes no concelho?
Recursos Naturais	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto ao nível da preservação, gestão e utilização sustentável dos recursos	Recursos Hídricos: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto contribui para a gestão dos recursos hídricos?
		Energia: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para o reforço da capacidade instalada e diversificação no uso de

Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	CrITÉrios de AvaliaÇão
	naturais existentes, tendo em conta a importância destes para a área de intervenção e restante Região.	fontes de energia renováveis pelo sistema electroprodutor de eletricidade, e aquisição de eficiência energética no parque edificado público e privado e outros equipamentos públicos? Solo: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto, e as suas políticas de proteção do solo e ordenamento do território, promovem a gestão adequada dos solos? Recursos agroflorestais: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto promove uma gestão adequada dos recursos agroflorestais contribuindo para a sua proteção, capacidade produtiva, e aproveitamento material ou energético dos resíduos orgânicos potenciando a circularidade local e regional? Recursos geológicos: Qual o contributo da revisão do PDM para a identificação e exploração dos recursos geológicos, visando a sua valorização e utilização apropriada e acompanhando o funcionamento dos respetivos mercados, empresas e produtos?
Ordenamento e Qualificação Territorial	Avaliar o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para qualificação territorial, melhoria da qualidade de vida dos cidadãos medido através do uso eficiente do solo, da adoção de soluções de base natural e da criação de espaços verdes, da regeneração e reutilização do construido.	Qualificação do território: - Contenção da artificialização do solo - Promoção da reabilitação urbana do edificado - Aumento da área de espaço público e de espaços verdes por habitante Serviços de coesão e equidade: - Melhorar a oferta de equipamentos e serviços dirigidos a uma estrutura sociodemográfica envelhecida. - Reforço das redes de apoio de proximidade.
	Avaliar os efeitos das interven��es estratégicas da 2rPDM_ViladoPorto ao nível do reforço das condi��es dos serviços e redes de infraestruturas básicas como a rede viária, meios de transporte, ou serviços ambientais de abastecimento de água, saneamento, e gestão de resíduos de modo a melhorar os índices de qualificação do território.	Serviços e infraestruturas ambientais: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a dotação do concelho com serviços e infraestruturas ambientais adequadas às necessidades existentes, contribuindo para a promoção de boas práticas, ecoeficiência e melhoria dos níveis de salubridade, saúde e bem-estar da população? Transportes e Mobilidade: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para satisfação das necessidades de locomoção da população, gestão de tráfego e estacionamento, reforço da mobilidade suave no território, melhoria da qualidade do serviço de transportes públicos e resposta aos desafios de descarbonização e introdução de energias alternativas?
Desenvolvimento Socioecon�mico e Competitividade	Avaliar os efeitos da 2rPDM_ViladoPorto ao nível do reforço da competitividade do município, no contexto da RAA, nomeadamente a sua capacidade para reforçar o tecido empresarial assente na valorização dos recursos endógenos e na capacidade de inovação.	População: - Contributo para melhorar a qualificação e capacitação dos recursos humanos, sobretudo jovens, medido através do abandono escolar e da frequência do ensino superior Turismo: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a diversificação e sustentabilidade do setor do turismo, com especial foco para o trin�mio rural-urbano-mar?
	Avaliar os efeitos da 2rPDM_ViladoPorto no enriquecimento da cadeia de valor do turismo, numa lógica de articulação intersectorial e na diversificação e sustentabilidade do trin�mio rural-urbano-mar?	Outras atividades económicas: - Contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a fixação de estruturas empresariais e tecnológicas de caráter inovador - Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo - Valorização dos recursos e ativos endógenos do território

Adicionalmente, importa referir que a articulação entre os processos de desenvolvimento da revisão do Plano e da AAE resultaram já, nesta fase, de um conjunto de contributos da AAE que foram internalizados ao nível do Programa de Execução atualmente em fase de proposta, que serão identificados no Capítulo 8.3

6.1. VULNERABILIDADES E RISCOS

6.1.1 INTRODUÇÃO

No âmbito específico da área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto e dos elementos que a constituem, considera-se pertinente analisar de forma diferenciada o contributo dos objetivos e projetos da 2rPDM_ViladoPorto para a prevenção e minimização das vulnerabilidades e riscos.

6.1.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para cada fator de sustentabilidade relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o QRE da AAE. Neste sentido, com este FS pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do plano sobre:

- Gestão e redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais, com consequências sobre a área de intervenção (riscos naturais);
- Gestão dos conflitos gerados por atividades humanas (riscos tecnológicos);
- Capacidade de adaptação e resiliência do concelho face às alterações climáticas; e
- Redução/eliminação dos conflitos/dissonâncias ambientais geradas por atividades humanas.

Em suma, a avaliação do fator de sustentabilidade “Vulnerabilidades e Riscos”, tem como objetivo:

- Avaliar os efeitos dos Objetivos / Projetos previstas da 2rPDM_ViladoPorto ao nível dos riscos naturais e tecnológicos, resiliência e adaptação às alterações climáticas e dissonâncias ambientais, na área de intervenção do Plano.

Na Tabela 6.1.1 apresentam-se os indicadores selecionados com o intuito de responder aos objetivos de avaliação ambiental e necessidades de monitorização específicas do FS “Vulnerabilidades e Riscos”.

Tabela 6.1.1_Indicadores selecionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Riscos Naturais: De que forma a estratégia adotada pela 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução dos riscos naturais do concelho?	Áreas de risco e respetiva ocupação humana de áreas de risco (cheias, inundações, galgamentos costeiros, movimentos de vertentes, etc.) (área e % de território afetado a cada classe de risco) (referente aos últimos 5 anos)	Identificação das áreas de risco e respetiva ocupação humana dessas mesmas áreas no concelho de Vila do Porto, para o período correspondente aos últimos 5 anos.
	Ocorrência de eventos naturais extremos (tipologia, custos, n.º pessoas ou área afetadas.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	Análise da tipologia, dos custos, número de pessoas ou área afetadas, por ano, resultantes da ocorrência de eventos naturais extremos, para os últimos 5 anos.

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
	Sistemas de alerta de cheias e inundações (n.º, tipologia e respetiva localização) (referente ao ano de 2020, ou ao ano mais recente)	Identificação dos sistemas de monitorização contínua e alerta de cheias / inundações / galgamentos, por tipologia e respetiva localização, para 2021 ou o ano mais recente disponível.
	Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referentes aos últimos 5 anos)	Análise a projetos, ao nível do número e área abrangida, de prevenção contra riscos naturais, para o período correspondente aos últimos 5 anos.
Riscos Tecnológicos: De que forma a estratégia adotada pela 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução dos riscos tecnológicos do concelho?	Ocorrência de incidentes tecnológicos (n.º de incidentes, custos; n.º pessoas ou área afetadas; n.º autos de notícia.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	Análise do número de ocorrências de acidentes rodoviários e acidentes incêndios industriais: número de feridos, mortos e áreas afetadas nos últimos 5 anos.
	Compatibilidade da ocupação do território com as áreas de risco (análise espacial) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	Análise espacial do cruzamento da ocupação do território com as áreas de risco, no sentido de perceber se existem áreas que não sejam compatíveis.
	Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referente aos últimos 5 anos)	Análise a projetos, ao nível do número e área abrangida, de prevenção contra riscos tecnológicos, para o ano mais recente disponível.
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas?	Projetos aprovados que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)	Identificação dos planos e/ou projetos com incidência no município com orientações no que se refere a medidas de reforço da resiliência às AC, nos últimos 5 anos.
	Projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais (e.g. inundações, processos de erosão) (n.º e %relativa de investimento, face ao investimento total em matéria de AC) (referente aos últimos 5 anos)	Análise aos projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais extremos, para os últimos 5 anos.
	Projetos aprovados que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)	Análise a projetos, ao nível do número e % relativa de investimento face ao investimento total em matéria de Alterações Climáticas, que contemplem medidas de adaptação no que concerne especificamente à biodiversidade e aos ecossistemas, no sentido de perceber se a estratégia para a adaptação às alterações climáticas equaciona também a adaptação ao nível da biodiversidade e ecossistema, nos últimos 5 anos.
Dissonâncias Ambientais: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto contribui para a redução e/ou eliminação das dissonâncias ambientais existentes no concelho?	Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo (n.º e área afetada) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	Número e localização de descargas ilegais de águas residuais e/ou industriais nas linhas de água ou em solo identificados no concelho de Vila do Porto e respetiva área afetada, para o ano mais recente disponível.
	Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto (n.º e área abrangida) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	Número e localização de depósitos ilegais de resíduos identificados no concelho de Vila do Porto e respetiva área abrangida, para o ano mais recente disponível.
	Autos relativos as infrações ambientais (n.º / ano, por tipologia de temática ambiental) (referente ao ano de 2021 ou ao ano mais recente)	Contabilização do número de autos levantados, relativos a infrações ambientais, referente aos últimos 5 anos.
	Projetos aprovados que incluem medidas de (re)qualificação ambiental (n.º, área	Análise a projetos, ao nível do número e área abrangida, que incluem medidas de

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
	abrangida, descrição) (referente aos últimos 5 anos)	(re)qualificação ambiental, para o ano mais recente disponível.

6.1.3 SITUAÇÃO ATUAL

Considerando a análise deste FS como um dos requisitos base para a sustentabilidade do concelho, neste capítulo é apresentada uma abordagem sintetizada da situação atual, na Tabela 6.2.1, tendo por base as caracterizações já apresentadas em sede dos elementos da revisão do Plano da fase de caracterização e diagnóstico, e complementada de seguida com a análise dos indicadores que não constam dessa caracterização, no que respeita às vulnerabilidades e riscos do território de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto.

Riscos

O PMEPC de Vila do Porto (Vila do Porto, janeiro de 2021), apresenta uma hierarquização do grau de risco dos quais importa destacar por apresentarem um grau de risco “Elevado”: Precipitação Intensa, Ciclones e Tempestades e Sismos – Riscos de origem natural, Acidentes graves rodoviários e Acidentes graves aéreos – Riscos com origem tecnológica.

No que concerne aos riscos de origem natural importa assim destacar as seguintes considerações.

Precipitação Intensa

As situações de inundação mais frequentes na RAA têm origem em cheias rápidas, geralmente resultantes de episódios de precipitação muito intensa. Com consequências especialmente gravosas quando ocorreram em áreas urbanizadas, muitas vezes em leitos de cheia.

No âmbito do PGRI 2022-2027 são identificadas como situações nas Bacias Hidrográficas das ilhas das Flores, Terceira, Pico, São Jorge e São Miguel – nenhuma na ilha de Santa Maria.

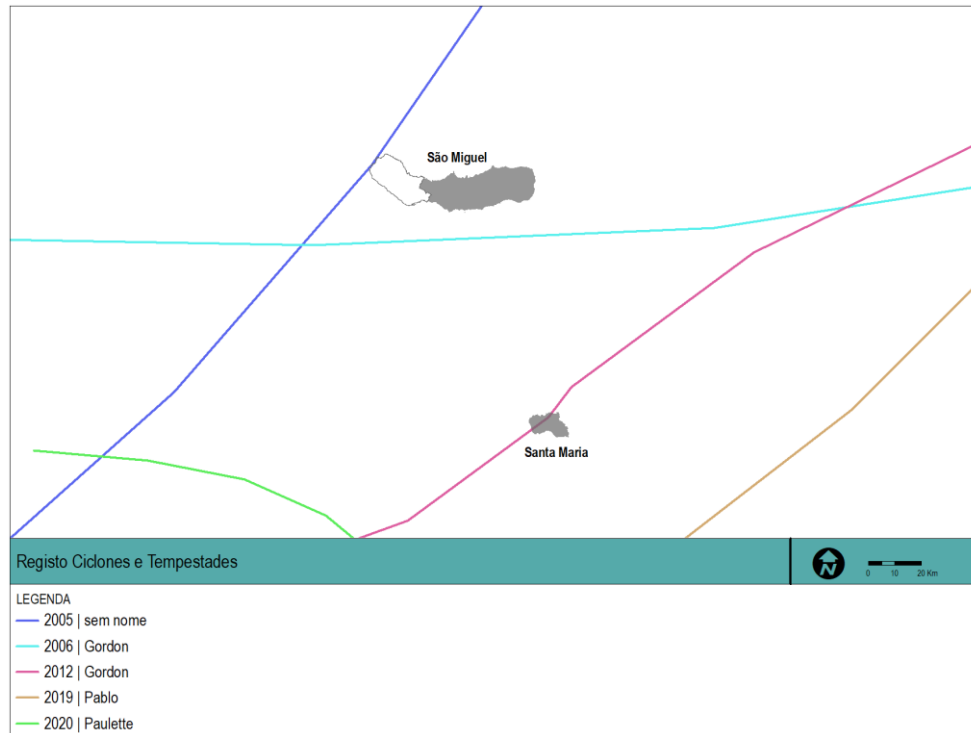
Ciclones e Tempestades

Atendendo à localização da RAA no Atlântico nordeste, a latitudes médias, são recorrentes os ciclones tropicais. Embora as ilhas de maior suscetibilidade sejam as do grupo ocidental – Flores e Corvo, tendo em conta os registos históricos, existe um grau de probabilidade elevado de ocorrência destes fenómenos na ilha de Santa Maria.

De forma resumida e no sentido de caracterizar os potenciais riscos existentes no concelho, de acordo com os registos da National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), nos últimos 20 anos as trajetórias de cinco ciclones/ tempestades coincidiram com a ilha de Santa Maria ou sua envolvente (Figura 6.1.2):

- Gordon (2006): Não houve danos significativos nos Açores – houve registos de quedas de árvores e linhas de transmissão de eletricidade, com interrupção do fornecimento de eletricidade em algumas comunidades, particularmente na ilha de Santa Maria.
- Gordon (2012): À passagem do furacão Gordon pelo Grupo Oriental não foram registados prejuízos de maior em bens ou infraestruturas, contudo registaram-se danos na área agrícola.
- Pablo (2019): Registaram-se quatro ocorrências na ilha de São Miguel, nomeadamente dois movimentos de vertente no concelho de Ponta Delgada. (Fonte: <http://www.ivar.azores.gov.pt/noticias/Paginas/20191028-tempestade-tropical-pablo.aspx>)
- Paulette (2020): Sem registo de ocorrências de dano significativo.

Figura 6.1.1_Rotas de ciclones e tempestades



Fonte: NOAA, 2023

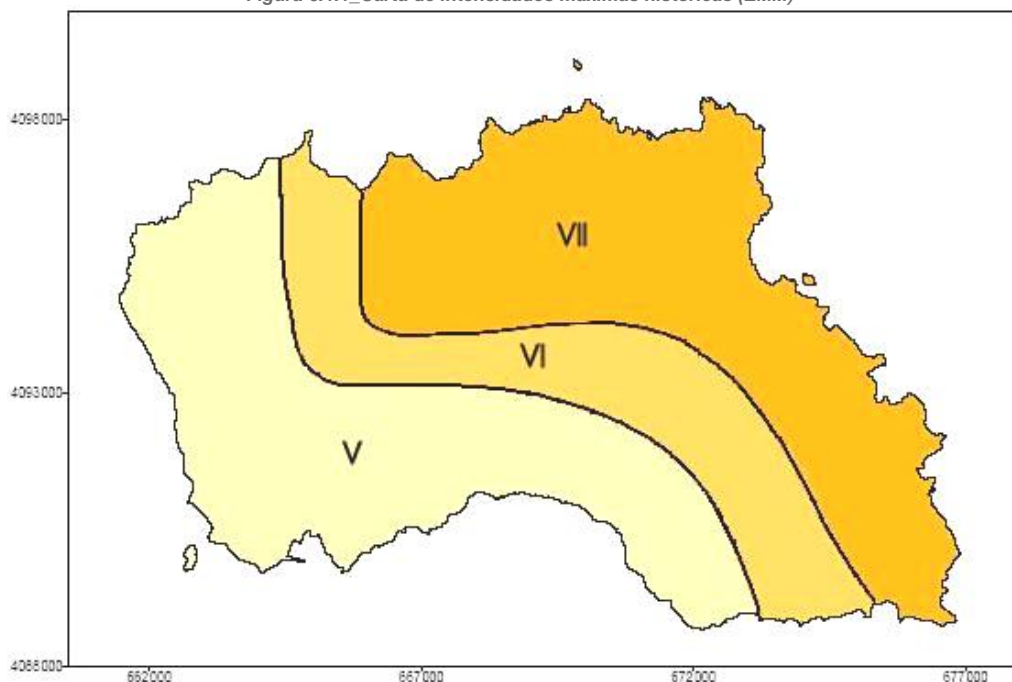
Sismos

No contexto geodinâmico dos grupos Central e Oriental dos Açores, a ilha de Santa Maria é aquela que apresenta historicamente menor índice de atividade sísmica. No século XX há a registar pelo menos nove sismos sentidos com intensidade de grau IV na ilha de Santa Maria, um de grau V e um de grau V/VI (Escala de Mercalli Modificada - EMM). De entre os sismos mais violentos que assolaram a região merecem especial destaque os terremotos de 21 de novembro de 1937 e de 8 de maio de 1939, sentidos com intensidade máxima de VII (EMM) nesta ilha (Gaspar *et al.*, 1999).

Contudo, a análise da informação disponível permite definir algumas zonas sismogénicas onde se poderão gerar sismos passíveis de atingir significativamente a ilha de Santa Maria. Para além das estruturas tectónicas associadas à atividade sismovulcânica registada na ilha de São Miguel e suas proximidades, toda a região que engloba a Fossa da Povoação, o Banco Grande Norte e os ilhéus das Formigas apresenta uma atividade sísmica relativamente importante em termos de frequência. Outras estruturas potencialmente sismogénicas desenvolvem-se a leste da ilha, sendo de sublinhar que embora presentemente evidenciem baixa atividade sísmica, tal não pode ser considerado como um indicador de baixa perigosidade. A Falha Açores-Gibraltar é responsável pela ocorrência, no passado, de alguns sismos de magnitude elevada. Os terremotos de 1937 e 1939 poderão ter sido localizados nesta falha. Outros exemplos são os eventos de 25 de novembro de 1941 com magnitude 8,2 (sentido em Santa Maria com intensidade V/VI - EMM), e de 6 de maio de 1975 com magnitude 6,7 (sentido na mesma ilha com intensidade IV - EMM), ambos também sentidos em Portugal Continental e no arquipélago da Madeira (Gaspar *et al.*, 1999; Pacheco *et al.*, 2006).

A Figura 6.1.1 apresenta uma carta de intensidades sísmicas máximas calculadas para a ilha de Santa Maria, tendo por base os registos de mais de cinco séculos de ocupação humana, com base na Escala de Mercalli Modificada. No entanto, a sismicidade deste tipo de grandes estruturas geológicas é caracterizada por amplos períodos de retorno, pelo que os registos históricos e a observação instrumental levada a cabo neste século são insuficientes para a completa caracterização das estruturas sismogénicas à escala regional.

Figura 6.1.1_Carta de intensidades máximas históricas (EMM)



Fonte: Mendes-Victor e Costa Nunes (1986, Adaptado)

Inundações e Galgamentos Costeiros

Importa ainda destacar, de acordo com o Projeto “*Cartografia de Risco de Inundações e Galgamentos Costeiros no âmbito da Revisão do Plano diretor Municipal de Vila do Porto*”, para a Câmara Municipal de Vila do Porto (outubro de 2023), que avalia detalhadamente a faixa costeira do concelho de Vila do Porto, exposta aos riscos costeiros.

Para tal foram consideradas as seguintes áreas identificadas no âmbito do Estudo “Reserva Ecológica Regional - Caracterização dos Perigos em termos de Recursos Naturais e delimitação das respetivas Áreas Vulneráveis a considerar no Ordenamento do Território da RAA” [E-RER, 2011], elaborado pela Direção Regional do Ambiente [DRA], como zonas ameaçadas pela subida do mar:

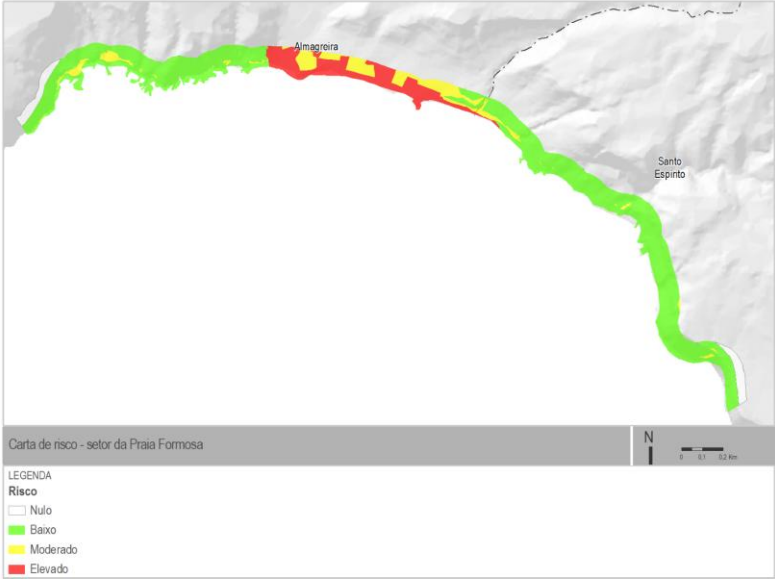
- Zona portuária/baía da Vila do Porto (Figura 6.1.2);
- Praia Formosa (Figura 6.1.3);
- Maia (Figura 6.1.4);
- Baía/Praia de São Lourenço (Figura 6.1.5);
- Baía do Anjos (Figura 6.1.6).

Figura 6.1.2_Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da zona portuária/ Baía de Vila do Porto, COSA 18- ET



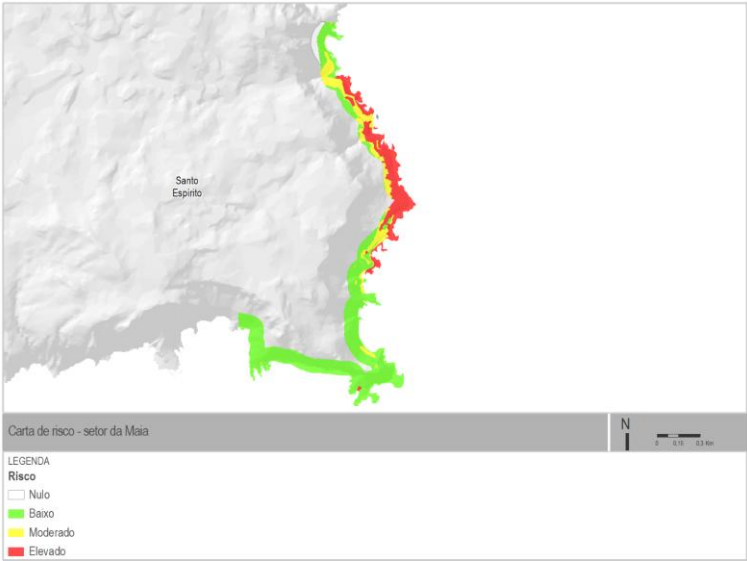
Fonte: CMVP, 2023

Figura 6.1.3_Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da Praia Formosa, COSA 18- ET



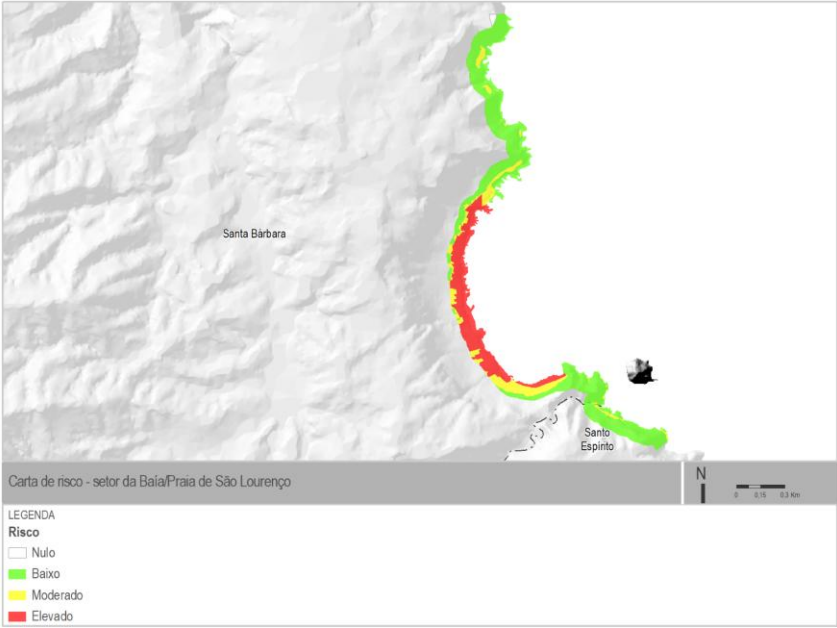
Fonte: CMVP, 2023

Figura 6.1.4_Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da Maia, COSA 18- ET



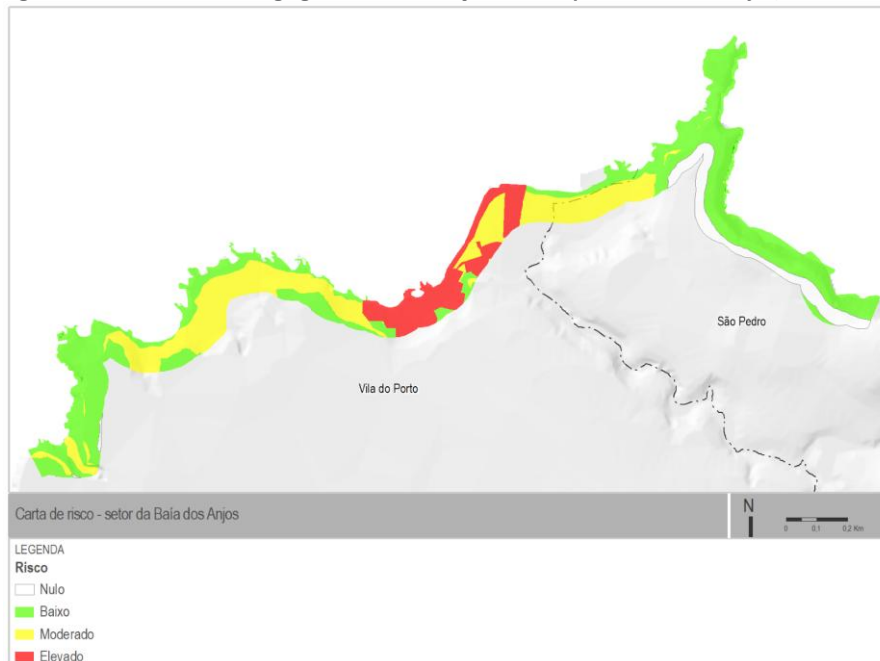
Fonte: CMVP, 2023

Figura 6.1.5_Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor da Baía/Praia de São Lourenço, COSA 18- ET



Fonte: CMVP, 2023

Figura 6.1.6_Carta de risco de galgamento e inundação costeira para o setor dos Anjos, COSA 18- ET



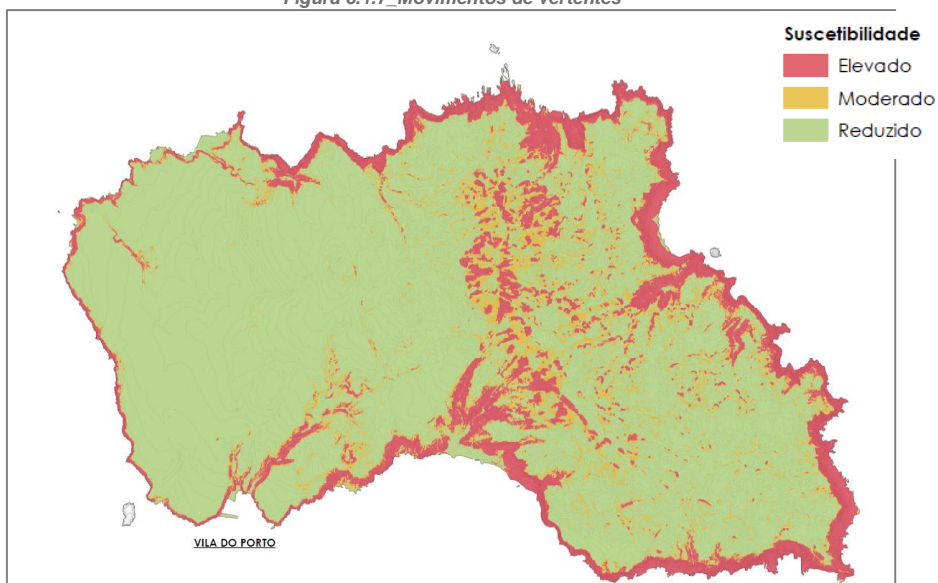
Fonte: CMVP, 2023

Movimentos de Vertente

No que concerne às áreas de maior suscetibilidade aos movimentos de vertente do concelho de Vila do Porto (Figura 6.1.7) destaca-se na generalidade a elevada suscetibilidade de toda a faixa costeira.

Com base na informação fornecida pelo LREC, que tem ao longo dos anos, estudado e monitorizado muitas destas zonas, veja-se respetiva figura, destacando-se como áreas mais críticas as baías de São Lourenço, Maia, Praia Formosa (Figura 6.1.8).

Figura 6.1.7_Movimentos de vertentes



Fonte: DRA/DSOT, 2019

Figura 6.1.8_Movimentos de massa/ estabilidades de vertentes monitorizados pelo LREC



Fonte: LREC

Importa, ainda, fazer referência aos trabalhos de monitorização de movimentos de vertente na Maia (freguesia de Santo Espírito), Praia Formosa (freguesia de Almagreira) e Panasco (freguesia de Santo Espírito), desenvolvidos pela DROTRH e pelo Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA), tendo identificado áreas de massas de terreno instáveis nestes três locais, com destaque para os movimentos de vertente na Praia Formosa que apresentaram deslocamentos consideráveis ao longo do ano de 2022, provocando danos em habitações e na estrada regional, tal como sucedido em 2010 e 2013.

Figura 6.1.9_Massas de terreno instabilizadas na Maia, Praia Formosa e Panasco (2022)



Fonte: R.5 – Ponto de situação e apresentação dos resultados da monitorização geodésica, inclinométrica e piezométrica (março de 2022 – junho de 2022), CIVISA-DROTRH

Secas

Da análise dos resultados aos postos selecionados para avaliação das séries de precipitação para a ilha de Santa Maria foram Fontinhas e Aeroporto, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), verifica-se que a área mais afetada por secas é representada pelo posto de Fontinhas, em qualquer escala temporal de avaliação do SPI (3, 6 ou 12 meses). Não obstante, a área do posto do Aeroporto é a mais afetada por situações de seca extremas no SPI a 3 meses, representativo de anomalias de curto prazo nas condições de água no solo, ou nos caudais em linhas de água.

A seca trata-se de uma redução temporária da disponibilidade de água devida a precipitação insuficiente, sendo uma catástrofe natural com propriedades bastante específicas. É, portanto, entendida como uma condição física transitória associada a períodos mais ou menos longos de reduzida precipitação, com repercussões negativas nos ecossistemas e nas atividades socioeconómicas. Sendo um fenómeno natural, pode assumir consequências extremas, enquanto anomalia transitória das condições de precipitação numa dada área, durante um certo período de tempo².

A duração de uma precipitação anormalmente reduzida, bem como a amplitude dos seus desvios da normal climatológica, determinam a intensidade de uma seca e a extensão dos seus efeitos a nível das

² Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (2023).

reservas hidrológicas, das atividades económicas em geral, incluindo a agricultura, do ambiente e dos ecossistemas.

Em geral, distingue-se entre seca meteorológica, seca agrícola e seca hidrológica, em função dos impactes socioeconómicos e ambientais que dela advêm:

- Seca meteorológica associa-se à não ocorrência de precipitação, definindo-se como a medida do desvio da precipitação em relação ao valor normal (média 1971-2000) e caracterizando-se pela falta de água induzida pelo desequilíbrio entre a precipitação e a evaporação;
- Seca agrícola associa-se à falta de água causada pelo desequilíbrio entre a água disponível no solo, a necessidade das culturas e a transpiração das plantas. Este tipo de seca está relacionado com as características das culturas e da vegetação natural, ou seja, dos sistemas agrícolas em geral;
- Seca hidrológica associa-se ao estado de armazenamento das albufeiras, lagoas, aquíferos e das linhas de água em geral. A seca hidrológica está, assim, relacionada com a redução dos níveis médios de água nos reservatórios de superfície e subterrâneos e com a depleção de água no solo.

Importa ainda referir o conceito de seca ecológica, que representa um défice episódico na disponibilidade de água que conduz os habitats para além dos seus limiares de vulnerabilidade, tem impacto nos serviços dos ecossistemas e desencadeia reações adversas nos sistemas naturais ou humanos.

De acordo com o Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (PSE-A) (2021), a freguesia de Santo Espírito tem sido recorrentemente afetada por episódios de escassez de água uma vez que é abastecida por nascentes e um único furo de captação durante principalmente durante o período de verão, tendo-se evidenciado que as captações totais são manifestamente insuficientes para satisfazer as necessidades da rede de distribuição, pelo que é necessário recorrer a meios móveis de transporte de água a partir de outras origens. Contudo, durante o verão de 2020 não se observou problemas de escassez devido à situação excecional pandémica que resultou numa diminuição de consumos por via da diminuição de afluência à ilha, o que demonstra o peso da população flutuante na água disponível por estas captações.

Além da zona de Santo Espírito, pode-se inferir que as captações do restante sistema de abastecimento podem mostrar-se insuficientes para servir as necessidades em período de maior distribuição de água, pois no período de verão as nascentes existentes no sistema de abastecimento das restantes freguesias baixam os níveis de caudal disponível, obrigando os furos de captação disponíveis a funcionar num regime de 24 horas. A título de exemplo, em março de 2020 ocorreu uma grande avaria do furo de captação Covas 1, o que levou a dificuldades técnicas na reposição dos níveis dos reservatórios, tendo culminado em falhas no abastecimento.

Estes exemplos demonstram o risco atual de ausência de alternativas de abastecimento devido por um lado à escassez de água disponível para satisfazer as necessidades atuais da população principalmente no período de verão e a fragilidade das infraestruturas em caso de ocorrência acidental ou falha na captação principal, podendo colocar em causa o serviço de abastecimento público, dada a inexistência de alternativas de captação com caudais suficientes para suprimir alguma avaria.

Incêndios Rurais/Florestais

Os incêndios rurais/ florestais são das catástrofes naturais mais graves em Portugal, não só pela elevada frequência com que ocorrem e extensão que alcançam, como pelos efeitos destrutivos que causam. Para além dos prejuízos económicos e ambientais, podem constituir uma fonte de perigo para as populações e bens. O seu reconhecimento como catástrofe natural está mais relacionado com o facto de se desenvolverem na natureza e por a sua possibilidade de ocorrência e características de propagação dependerem fortemente de fatores naturais, do que por serem causados por fenómenos naturais.

A propagação de um incêndio deste tipo depende das condições meteorológicas (direção e intensidade do vento, humidade relativa do ar, temperatura), do grau de secura e do tipo do coberto vegetal, orografia do terreno, acessibilidades ao local do incêndio, tempo de intervenção (tempo entre o alerta e a primeira intervenção no ataque ao fogo, vulgarmente designada como ataque inicial), etc. Pode propagar-se pela superfície do terreno, pelas copas das árvores e através da manta morta.

O contexto e especificidades biofísicas e climáticas do concelho de Vila do Porto, não permite que este tipo de riscos tenha a mesma significância que no território continental. Contudo, que os cenários previstos ao nível das alterações climáticas convergem numa maior frequência e intensificação dos vetores que poderão criar condições cada vez mais favoráveis à ocorrência desse tipo de eventos. Aliás, começa a existir investimento local, ao nível dos agentes de proteção civil, na gestão e capacidade de resposta a este tipo de eventos.

Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas

Importa, relativamente ao critério Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas destacar que se pretende, não avaliar o contributo e potencial de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) mas sim, analisar a influência da 2rPDM_ViladoPorto sob a perspetiva das respostas do concelho às Alterações Climáticas, isto é, o contributo do Plano para a implementação de medidas de adaptação do concelho que permitam gerir e minimizar todos os efeitos adversos potencialmente resultantes dos fenómenos associados às alterações climáticas.

De facto, existem políticas e programas que visam abrandar o ritmo de produção de emissões de GEE (processo de mitigação), no entanto, foram já libertadas concentrações com potencial significativo para causar um impacto no clima, e consequentemente sobre as pessoas, ecossistemas e bens, constituindo-se assim fundamental a capacidade de adaptação, como minimização dos efeitos negativos dos impactos dessas alterações (processo de adaptação).

Assim, pretende-se caracterizar o concelho não na perspetiva associada à incerteza dos diferentes cenários de evolução climática, mas identificando as vulnerabilidades e suscetibilidades mais relevantes e as medidas de adaptação que promovam a resiliência territorial, nomeadamente ao nível das zonas com suscetibilidade elevada à ocorrência de movimentos de massa, áreas com elevada erosão potencial e áreas suscetíveis a inundações, bem como projetos que fomentam a capacidade de resiliência a esses fenómenos.

O concelho de Vila do Porto, apesar de constituir um sistema não passivo, respondendo de forma dinâmica e complexa às variáveis climáticas (estudos revelam que o clima tem variado ao longo da história da Terra, constituindo-se assim um processo natural do sistema climático), apresenta características que lhe conferem uma vulnerabilidade significativa tendo em conta alguns dos potenciais efeitos das alterações climáticas (mudanças climáticas com origem direta ou indireta nas atividades humanas, potenciando variações climáticas significativas), como por exemplo a ocorrência mais frequente de eventos climatéricos extremos.

Assim, importa realçar, no que respeita às alterações climáticas e de acordo com o *IPCC, 2023: Summary for Policymakers*:

- O aquecimento global continuará a aumentar no curto prazo (2021-2040) principalmente devido ao aumento das emissões acumuladas de CO₂ em quase todos os cenários considerados e trajetórias modeladas;
- A taxa de aquecimento está a acelerar: as temperaturas globais de superfície aumentaram mais rapidamente desde 1970 do que em qualquer outro período de 50 anos durante pelo menos os últimos 2 000 anos (IPCC 2021, A.2.2., página 9);
- A maior parte do planeta já está a resistir a extremos quentes (incluindo ondas de calor);
- É provável que a proporção global de ciclones tropicais de Categoria 3-5 tenha aumentado nos últimos 40 anos. Há uma alta confiança de que a mudança climática induzida pelo homem

significa que os ciclones tropicais trazem precipitação mais pesada e intensa (IPCC 2021, A.3.4, página 11);

- Prevê-se também que os eventos de chuvas extremas se tornem mais frequentes e tragam uma quantidade significativa e crescente de água quando forem atingidos. (IPCC 2021 página 22).

Estas alterações não são homogêneas e também por isso exercem impactes distintos em locais/regiões que em si apresentam também diferentes graus de vulnerabilidade, associadas nomeadamente à sua geografia local.

A análise dos efeitos das alterações climáticas será focada por setores-chave, como recursos hídricos, ecossistemas e biodiversidade, saúde e turismo, apresentando os diferentes efeitos para cada um dos setores.

Recursos Hídricos

Considerando o setor dos Recursos Hídricos, os eventos associados às alterações climáticas podem conduzir a um decréscimo de quantidade e qualidade ao nível dos recursos subterrâneos e consequente dificuldade na captação de água; aumento de ocorrências de pluviosidade extrema, potenciando a ocorrência de situações de cheias, por incapacidade de resposta face a um caudal extremo, bem como movimentos de vertentes, em áreas de altitudes mais elevadas, associadas também aos declives existentes, tipo de vegetação, entre outros fatores; aumento do número e período de seca prolongada contribuindo para um potencial decréscimo da disponibilidade hídrica. No que respeita aos riscos naturais do concelho, os eventos associados às alterações climáticas podem assim potenciar a ocorrência de situações de cheias e inundações, movimentos de massa e contaminação dos lençóis freáticos por diminuição da qualidade da água e consequente degradação da saúde dos ecossistemas. Neste sentido, a resiliência e adaptação às alterações climáticas ao nível dos recursos hídricos deverá direcionar-se para uma gestão sustentável dos recursos água e solo.

Importa referir o Livro Branco da Comissão intitulado: “Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de ação europeu” e, no que concerne à integração da adaptação nas políticas da União Europeia, concretamente no que se refere às Políticas de saúde e sociais e políticas sociais, menciona:

- *“a UE tem de gerir os seus recursos hídricos de forma mais eficaz através de uma dupla abordagem sustentável - reforço do potencial do recurso e redução ativa da procura e do desperdício por parte da população - e das atividades socioeconómicas;*
- *(...) importância da integração plena da adaptação nos planos de gestão das bacias hidrográficas de acordo com as orientações publicadas em 30 de novembro de 2009;*
- *(...) a importância de assegurar a aplicação ativa da Diretiva-Quadro «Água» (2000/60/CE) e a eficácia dos planos de gestão das bacias hidrográficas, especialmente no caso das bacias hidrográficas transfronteiriças e em regiões em que a escassez de água atingirá um nível crítico e/ou a frequência de cheias está a aumentar;*
- *(...) a importância da aplicação da Diretiva «Inundações», que prevê um mecanismo abrangente para a avaliação e monitorização dos riscos de inundações devidas às alterações climáticas e para o desenvolvimento de abordagens de adaptação, bem como os benefícios que podem advir de um ambiente e de ecossistemas resilientes para o controlo e mitigação do impacto das inundações”.*

Sendo de mencionar o já referido instrumento no âmbito dos recursos hídricos publicado que abrangem o concelho de Vila do Porto: o **PGRH-Açores 2022-2027** – visa a proteção e a valorização ambiental, social e económica, dos recursos hídricos ao nível das bacias hidrográficas integradas na RH9.

Ecossistemas e Biodiversidade

No que respeita aos Ecossistemas e Biodiversidade, as florestas e os oceanos são elementos essenciais para a absorção e armazenamento de carbono e consequente contribuição como medida mitigadora das alterações climáticas. O potencial associado à redução das emissões de gases com efeito estufa através da manutenção do bom estado dos ecossistemas e renaturalização dos ecossistemas degradados.

Os ecossistemas desempenham serviços e produção de bens importantes como:

- Suporte à produção primária e secundária (dos ecossistemas e das florestas);
- Regulação do clima e do ciclo hidrológico (contribuição para a regulação do clima global e criação de microclimas locais), proteção contra fenómenos extremos como inundações e movimento de massas, purificação da água e do ar, sequestro de carbono, e regulação de doenças e pestes;
- Em zonas urbanas, a purificação do ar, redução do ruído e das temperaturas extremas, melhoria da drenagem de águas pluviais;
- Proporcionar de serviços de educação, cultura e lazer na Natureza bem como a sua apreciação estética dos ecossistemas e das suas componentes.

Os impactes das alterações climáticas e da degradação dos recursos hídricos contribuem para efetivar as interdependências e a afetação dos ecossistemas e da biodiversidade à escala global, e para concluir quanto ao número de espécies e de variedades genéticas que são afetadas por essas mesmas alterações. Com a perda de estabilidade da biosfera existe também perda de estabilidade climática, com consequente perda de produtividade dos serviços prestados pelos recursos naturais e, potencial perda de valores. Neste contexto, o desaparecimento ou a degradação dos ecossistemas reduz a respetiva capacidade de captura e armazenamento de carbono. Se o sistema climático atingir limiares de irreversibilidade e as respetivas alterações climáticas se constituírem imprevisíveis, podem conduzir a potenciais situações de incapacidade de respostas por parte dos ecossistemas, por perda resiliência, o que terá nomeadamente consequências ao nível da transformação desses reservatórios/transformadores de fontes de carbono. Neste contexto, o desaparecimento ou a degradação dos ecossistemas reduz a respetiva capacidade de captura e armazenamento de carbono. Se o sistema climático atingir limiares de irreversibilidade e as respetivas alterações climáticas se constituírem imprevisíveis, podem conduzir a potenciais situações de incapacidade de respostas por parte dos ecossistemas, por perda resiliência, o que terá nomeadamente consequências ao nível da transformação desses reservatórios/transformadores de fontes de carbono. As alterações climáticas têm assim consequências na biodiversidade e nos ecossistemas, as quais, muitas vezes, são potenciadas por outras pressões exercidas sobre esses mesmos ecossistemas, como aumento da densidade de espécies invasoras, degradação, fragmentação ou inclusivamente o desaparecimento de habitats autóctones, poluição, entre outras. É igualmente relevante destacar a importância da manutenção da biodiversidade bem como da diversidade genética e específica dos ecossistemas que, ao garantir a existência de uma variedade de espécies suficiente para sustentar os processos ecológicos em caso de perturbações imprevistas, potencia o aumento da sua resiliência. Esta ressalva é particularmente pertinente no que respeita à manutenção dos vários serviços que os ecossistemas asseguram, nomeadamente no que se refere aos ecossistemas que fazem a interligação dos meios terrestre e aquático e como os respetivos ecossistemas mantêm a sua diversidade e interligação e a intrínseca resposta perante os fenómenos associados às alterações climáticas.

Assim, a promoção e a manutenção de ecossistemas saudáveis e resilientes, capazes de resistir e recuperar mais facilmente de situações meteorológicas extremas, bem como oferecer uma vasta gama de benefícios dos quais as populações dependem, apresentam uma maior capacidade por um lado para adaptarem às alterações climáticas e, por outro, para atenuarem os seus efeitos e, desta forma constituem-se elementos capazes para limitarem o aquecimento global.

Devem, assim, ser adotadas medidas de adaptação e atenuação das alterações climáticas, numa perspetiva de proteção e preservação dos ecossistemas terrestres e aquáticos, contribuindo para a

redução da vulnerabilidade de ecossistemas, pessoas e bens, perante os fenómenos associados às alterações climáticas.

Importa assim concluir quanto à relevância e importância combater as alterações climáticas e as respetivas consequências no que respeita à biodiversidade e ecossistemas do concelho; e, ao mesmo tempo, combater as alterações climáticas numa perspetiva de integração de medidas de preservação dos ecossistemas, como forma de, por um lado, usufruir da sua capacidade enquanto sumidouros dos gases com efeito estufa e por outro potenciar as funções que estes assumem na proteção e preservação das áreas do concelho. Constituindo-se assim como crucial o desenvolvimento de ações devidamente integradas e ponderadas que permitam um efetivo combate contra a perda da biodiversidade.

Neste sentido, importa referir o Livro Branco da Comissão intitulado: “Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de ação europeu” – reconhece o papel essencial da resiliência dos ecossistemas, nomeadamente através do seu Princípio geral que salienta “a importância da adoção de uma abordagem transversal baseada na resiliência dos ecossistemas, na proteção dos habitats e da biodiversidade, bem como nos serviços prestados pelos ecossistemas, e de assegurar a sinergia e a coerência das medidas a tomar ao nível de todas as políticas sectoriais envolvidas”.

Saúde

As alterações climáticas podem ter impactes diversos sobre a saúde humana, associados a consequências diretas e indiretas na saúde humana. Os avanços científicos neste sentido, nas últimas décadas, alertam para os riscos dos eventos associados às alterações climáticas para a saúde, mas ainda não apresentam modelos específicos sistematizados a partir de dados empíricos, nomeadamente pela complexidade associada aos mesmos. Assim, relacionado com os fenómenos das alterações climáticas, pode ocorrer, por exemplo o aumento do risco de morte diretamente intensificado por eventos pontuais como a ocorrência de ondas de calor e inundações. Considerando o decorrer do tempo, essas ocorrências podem ter consequências maiores, resultantes de ocorrências como: desabamentos, efeitos sobre a produção agrícola, entre outros, que indireta e potencialmente poderão ter impactos no aumento dos riscos a saúde.

No que respeita ao aumento da temperatura média, que ocorre sazonalmente, pode potenciar mudanças na dinâmica de algumas doenças infecciosas e parasitárias, transmitidas ao homem, características de climas tropicais e subtropicais (Paludismo, Malária, Doença do Nilo e Dengue) e que tendem a migrar para zonas temperadas. A ocorrência de chuvas intensas e em curtos períodos de tempo, do tipo tempestiva, em que são provocadas enchentes e inundações é percebido a disseminação de doenças como a leptospirose, doenças diarreicas, hepatites virais, cólera, entre outras. Estas doenças são influenciadas pela dinâmica hídrica em seu nível ambiental, ao mesmo tempo, tem uma forte influência na precariedade de sistemas de saneamento básico das cidades.

Para além do exposto, importa considerar, o aumento da temperatura média do ar e consequente aumento da intensidade nas zonas urbanas por ação calor antropogénico (por poluição do ar, superfícies urbanas e suas propriedades térmicas e geometria urbana), que resulta no efeito designado por Ilha de Calor.

Importa salientar que, no que respeita ao recurso água, prevê-se a diminuição dos recursos hídricos que irão sentir os impactos decorrentes das alterações climáticas. A água é um bem de extrema importância para a manutenção da saúde, para consumo humano e uso na promoção de higiene. Além disso, a água é uma componente importante aos ecossistemas nomeadamente que prestam serviços ao homem.

Existe, ainda, uma relação indireta dos fenómenos associados às alterações climáticas e os ecossistemas e os ciclos biogeoquímicos que, por serem potencialmente afetados, constituem-se uma forma indireta de afetar também a saúde.

Assim, é fundamental promover estudos científicos que permitam a compreensão desses mesmos fenómenos e respetivas consequências sobre a saúde humana, possibilitando a construção de uma base científica de apoio, nomeadamente à elaboração de políticas públicas, e particularmente no que respeita aos sistemas de saúde, permitindo que estejam devidamente adequados face à realidade atual

associada às novas condições climáticas e ambientais, num esforço conjunto para a minimização dos riscos decorrentes desses fenómenos e acima de tudo de prevenção face aos mesmos.

O Livro Branco da Comissão intitulado: “Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de ação europeu”, referido anteriormente, e no que concerne à integração da adaptação nas políticas da União Europeia, concretamente no que se refere às Políticas de saúde e sociais e políticas sociais, menciona: “Congratula-se com as propostas da Comissão de desenvolver, até 2011, orientações e mecanismos de vigilância sobre o impacto das alterações climáticas na saúde; sublinha o crescente risco de propagação de doenças transmitidas por vetores, os graves impactos sobre a saúde respiratória e a necessidade de educar os cidadãos sobre as medidas preventivas eficazes recomendadas pelo Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças” (...) *“Reconhece o papel que o sector da saúde desempenha na adaptação; insta a UE a apoiar medidas para reduzir a pegada de carbono do sector e para garantir o financiamento adequado das medidas de adaptação no sector da saúde”*.

Turismo

As alterações climáticas são um fenómeno global, mas os seus impactes são locais e variam qualitativamente e quantitativamente de região para região, e em cada setor. Relativamente ao Turismo, as consequências das alterações climáticas neste setor são de análise complexa pois são vários os fatores intervenientes, considerando quer o lado da procura como da oferta turística. De facto, o clima é um dos fatores determinantes na escolha do destino turístico, e a temperatura e humidade são fatores importantes que poderão afetar a atratividade/competitividade no que concerne ao seu potencial turístico.

Tal como já referido no Capítulo 5, destaca-se novamente a importância da articulação e conformidade com os guias desenvolvidos no âmbito do projeto PLANCLIMAC3, pela anterior DROTRH, designadamente

- Manual de boas práticas de proteção dos recursos hídricos no âmbito das alterações climáticas dirigido aos setores mais importantes - doméstico, agropecuária e indústria;
- Guia específico para a concretização da integração das Alterações Climáticas nas Estratégias dos Instrumentos de Gestão Territorial;
- Guia com orientações para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e sobre a restrição ao uso e ocupação do solo.

Em 2023, a Câmara Municipal de Vila do Porto elaborou o Plano Municipal de Ação climática de Vila do Porto, cujos objetivos de elaboração do resultam da necessidade de o Município de Vila do Porto programar as políticas climáticas no âmbito das suas atribuições e competências, em coerência com os instrumentos de gestão territorial.

Neste contexto, foram identificadas diversas ações e determinado o seu grau de prioridade (Figura 6.1.10).

³ *Elaboração de guias e materiais de sensibilização para a integração dos riscos das alterações climáticas nas políticas de ordenamento do território e de gestão de recursos naturais nos Açores – PLANCLIMAC [MAC2/3.5B/244]*

Figura 6.1.10_ Identificação das ações do PMAC de Vila do Porto

Código	Designação da Ação	Prioridade
A01	Conselho Municipal de Ação Climática (CMAC)	Máxima
A02	Inventário de emissões de gases com efeito de estufa do concelho de Vila do Porto	Alta
A03	Produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis	Máxima
A04	Comunidades de energias renováveis	Média
A05	SOLENERGE – Incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos	Alta
A06	Iluminação pública eficiente e inteligente	Média
A07	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)	Média
A08	Descarbonização e transformação digital das carreiras interurbanas de Vila do Porto	Média
A09	Renovação e descarbonização da frota municipal de veículos ligeiros	Média
A10	Estudo para a renovação e descarbonização da frota operacional do Município	Média
A11	Sistema de incentivos para a introdução de veículos elétricos	Máxima
A12	Alargamento da rede pública de postos de carregamento de veículos elétricos	Média
A13	Florestação, gestão e manutenção de ecossistemas florestais	Alta
A14	Agricultura biológica	Alta
A15	Estratégia Municipal de Desenvolvimento Turístico Sustentável	Média
A16	Ecoeficiência e resiliência de edifícios, equipamentos e infraestruturas municipais	Alta
A17	Reforço da recolha seletiva de resíduos urbanos	Máxima
A18	Alteração do modelo tarifário de resíduos urbanos	Média
A19	Prevenção da produção de resíduos	Alta
A20	Monitorização de movimentos de vertente na Maia, Praia Formosa e Panasco	Máxima
A21	Monitorização e defesa ativa da costa	Alta
A22	Revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de Santa Maria	Alta
A23	Guia para a construção sustentável e resiliente	Alta
A24	Programa de incentivos à adaptação climática de edifícios residenciais	Média
A25	Conservação e reabilitação da rede hidrográfica na ilha de Santa Maria	Máxima
A26	Identificação e mapeamento de zonas vulneráveis a risco de cheias ou inundações	Alta
A27	Equipamento e capacitação do Serviço Municipal de Proteção Civil	Alta
A28	Sensibilização para a utilização de águas pluviais	Alta
A29	Estudo de viabilidade de dessalinização para produção de água potável	Média
A30	Eficiência hídrica no sistema municipal de abastecimento de água para consumo	Alta
A31	Manutenção e adaptação dos sistemas de retenção e drenagem de águas pluviais	Alta
A32	Gestão do risco de inundações e de derrocadas na estrada de acesso São Lourenço	Máxima
A33	Criação de zonas verdes e definição de corredores ecológicos	Média
A34	Controlo de espécies exóticas invasoras em áreas sobre tutela municipal	Alta
A35	Conservação de habitats e espécies – Projeto LIFE IP Azores Natura	Alta
A36	Conservação de habitats e espécies – Projeto LIFE SNAILS	Alta
A37	Plano de Gestão das Áreas Terrestres do Parque Natural da Ilha de Santa Maria	Alta
A38	Manual de compras públicas ecológicas	Média
A39	Educação e sensibilização para a ação climática	Máxima
A40	Portal de Ação Climática de Vila do Porto	Alta

Dissonâncias Ambientais

As dissonâncias ambientais caracterizam-se por situações esporádicas de consequências negativas para a população e o meio ambiente, como focos de deposição não controlada de resíduos, descarga ilegal de águas residuais, degradação do património.

Para caracterização territorial desta temática foram solicitados alguns indicadores para os quais não foi possível obter informação:

- Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo;
- Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção;
- Autos relativos as infrações ambientais.

Tabela 6.1.2_ Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Áreas de risco e respetiva ocupação humana de áreas de risco (cheias, inundações, galgamentos costeiros, movimentos de vertentes, etc.) (área e % de território afetado a cada classe de risco) (referente aos últimos 5 anos)	<p><u>Zonas críticas no que concerne a inundações e galgamentos costeiros:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Zona portuária/baía da Vila do Porto; - Praia Formosa; - Maia; - Baía/Praia de São Lourenço; - Baía do Anjos. <p><u>Trajetórias de ciclones/ tempestades</u> coincidiram com a ilha de Santa Maria: Gordon (2006).</p> <p><u>Movimentos de vertente:</u> elevada suscetibilidade na generalidade de toda a faixa costeira.</p> <p>Freguesia de Santo Espírito tem sido recorrentemente afetada por <u>episódios de escassez de água</u> uma vez que é abastecida por nascentes e um único furo de captação durante principalmente durante o período de verão.</p>	2023	CMVP/ET
Ocorrência de eventos naturais extremos (tipologia, custos, n.º pessoas ou área afetadas.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Sistemas de alerta de cheias e inundações (n.º, tipologia e respetiva localização) (referente ao ano de 2020, ou ao ano mais recente)	N.D. / N.E.	---	----
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referentes aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Ocorrência de incidentes tecnológicos (n.º de incidentes, custos; n.º pessoas ou área afetadas; n.º autos de notícia.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Compatibilidade da ocupação do território com as áreas de risco (análise espacial) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	N.D. / N.E.	---	----
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Projetos aprovados que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais (e.g. inundações, processos de erosão) (n.º e %relativa de investimento, face ao investimento total em matéria de AC) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Projetos aprovados que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----
Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo (n.º e área afetada) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	N.D. / N.E.	---	----
Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto (n.º e área abrangida) (referente ao ano de 2021, ou ao ano mais recente)	N.D. / N.E.	---	----
Autos relativos as infrações ambientais (n.º / ano, por tipologia de temática ambiental) (referente ao ano de 2021 ou ao ano mais recente)	N.D. / N.E.	---	----
Projetos aprovados que incluem medidas de (re)qualificação ambiental (n.º, área abrangida, descrição) (referente aos últimos 5 anos)	N.D. / N.E.	---	----

Tabela 6.1.2_ Questões-chave da situação atual para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Questões-chave
Zonas críticas no que concerne a inundações e galgamentos costeiros Zona portuária/baía da Vila do Porto, Praia Formosa, Maia, Baía/Praia de São Lourenço e Baía do Anjos.
Em 2006 a trajetória do ciclone Gordon coincidiu com a ilha de Santa Maria, causando estragos diversos.
Importa destacar a elevada suscetibilidade a movimentos de vertente na generalidade de toda a faixa costeira.
A freguesia de Santo Espírito tem sido recorrentemente afetada por episódios de escassez de água uma vez que é abastecida por nascentes e um único furo de captação durante principalmente durante o período de verão.
No âmbito das Alterações climáticas destaca o Plano Municipal de Ação Climática de Vila do Porto, elaborado pela Câmara Municipal em 2013 e já publicado, onde são identificadas 40 ações de vém programar as políticas municipais climáticas a curto, médio e longo prazo.

6.1.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2RPDM_VILADOPORTO

Considerando a atual situação na área de intervenção do Plano relativamente aos riscos naturais prevê-se que sem a implementação da 2rPDM_ViladoPorto se mantenha uma tendência negativa no que respeita às ameaças identificadas, nomeadamente associadas a cheias e inundações e movimentos de

massa em vertentes, não havendo oportunidade para adequar o modelo de ordenamento e condicionantes à informação técnica e científica mais recente e de maior fiabilidade sobre os locais do território com maiores vulnerabilidades.

Relativamente à resiliência e adaptação às alterações climáticas perspectiva-se, igualmente, que a situação possa evoluir negativamente sem a integração de opções de adaptação no âmbito do ordenamento municipal, nomeadamente no que concerne aos riscos naturais.

Em síntese, prevê-se que a evolução das componentes associadas às vulnerabilidades e riscos identificados se apresente tendencialmente negativa pois manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças identificadas nos elementos caracterização e diagnóstico da área de intervenção.

6.1.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de Objetivos (e respetivos Projetos) propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da 2rPDM_ViladoPorto, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das atuais opções territoriais, regulamento e do programa de execução da revisão do Plano, consumada numa análise às oportunidades e ameaças identificadas nos Objetivos (e respetivos Projetos), patente na Tabela 6.1.6.












Tabela 6.1.2_Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Vulnerabilidades e Riscos”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes	- Contributo para o aumento da capacidade de resposta do concelho ao risco de secas e escassez (projeto 1.8); - Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas, através da consolidação e requalificação paisagística da encosta sobre o porto de Vila do Porto (projeto 1.2); - Oportunidade execução de projetos de remodelação infraestrutural que incluam a resiliência e adaptação dos edifícios a eventos naturais e/ou tecnológicos (projetos 1.3, 1.9 e 1.10).	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1 / P / Si	Não aplicável.
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense	- Oportunidade execução de projetos de remodelação infraestrutural que incluam a resiliência e adaptação dos edifícios a eventos naturais (projeto 2.2).	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1,2 e 3 / P / C	Não aplicável.
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base	- Contributo para intervenções e qualificações urbanas nos centros históricos de promoção da sua recuperação e modernização que incluam a resiliência e adaptação dos edifícios a eventos naturais (projeto 3.4);	Não identificados.










Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Vulnerabilidades e Riscos”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas	<p>- As campanhas de educação ambiental e ações de sensibilização (projetos 3.3 e 3.4) constituem-se oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> Para redução/eliminação de potenciais conflitos/dissonâncias ambientais geradas por atividades humanas; Para capacitar as pessoas para necessária valorização do sistema biofísico do concelho existente e seu contributo para capacidade de resiliência territorial aos eventos resultantes das alterações climáticas. 	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1,2 e 3 / P / Si, C	Não aplicável.
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este n+ível tanto em terra como no mar	<p>- Contributo para capacitar as pessoas para a adoção de comportamentos adequados perante eventos naturais e/ou tecnológicos.</p>	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2 / P / Si	Não aplicável.
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas	<p>- Contributo para o aumento da capacidade de resposta do concelho ao risco cheias e inundações (projeto 5.2) e ao risco de movimento de vertentes (projeto 5.3) e alerta precoce e infraestruturas que mitiguem os riscos associados à instabilidade geológica (projeto 5.6);</p> <p>- As campanhas de sensibilização no âmbito da proteção civil (Projeto 5.4) constituem-se oportunidades para capacitar as pessoas para adoção de medidas de prevenção e/ou adaptação a eventos naturais e/ou tecnológicos e capacitar as pessoas para a adoção de comportamentos adequados perante eventos naturais e/ou tecnológicos.</p> <p>- Importa ainda destacar o projeto “construção e utilização de uma base de dados para registo de ocorrências de todos os riscos (projeto 5.5) que irá contribuir para dotar o concelho de um histórico das ocorrências registadas, localização exata, descrição, meios envolvidos, necessidade de intervenção futura, entidades intervenientes e que resposta foi dada; bem como perceber posteriormente se a situação ficou solucionada e se reduziu a probabilidade de novas ocorrências;</p> <p>- Contributo para adoção de medidas para reduzir o risco sísmico no concelho, através da elaboração do Plano Especial de Emergência e Proteção Civil para o Risco Sísmico (projeto 5.7).</p>	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1,2 e 3 / P / Si, C	Não aplicável.

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto-Prazo; 2 - Médio-Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; –feito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

Tabela 6.1.2_Síntese das tendências de evolução do FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Riscos Naturais			
Riscos Tecnológicos			
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas			
Dissonâncias Ambientais			





Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)				
		Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução					
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.1.6 RECOMENDAÇÕES



De salientar que logo à partida foram sugeridas várias recomendações pela AAE internalizadas na presente versão da proposta da 2rPDM_ViladoPorto, nomeadamente ao nível dos riscos naturais e tecnológicos, em projetos associados ao Objetivo 5 da revisão do PDM, como o caso dos Projetos 5.4, 5.5 e 5.7. Assim, subsistem apenas algumas recomendações complementares (Tabela 6.1.6) resultantes da análise dos elementos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, que se considera que poderão potenciar e reforçar o conjunto de potenciais oportunidades identificadas.

Tabela 6.1.6_Recomendações no âmbito do FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
Rec_1.1: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos. [Recomendação complementar ao processo de revisão]	- Gestão e redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais, com consequências sobre a área de intervenção (riscos naturais); - Gestão dos conflitos gerados por atividades humanas (riscos tecnológicos).	 	- Oportunidade de regulamentação no sentido da promoção de projeto infraestruturais nomeadamente urbanísticos que incluam a mitigação dos riscos naturais e tecnológicos. - Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais que possam vir a ser desenvolvidos.
Rec_1.2: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas.	- Capacidade de resiliência e adaptação do concelho face às alterações climáticas.	 	- Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas; - Contributo para o aumento da emissão de GEE.

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
[Recomendação complementar ao processo de revisão e que não obedece assim à vinculação]			

Legenda:

		
Contributo	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.2. VALORES NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS

6.2.1 INTRODUÇÃO

A importância da conservação e manutenção dos valores naturais apresenta-se como fundamental no que concerne à sustentabilidade do território, tendo em vista o equilíbrio ecológico e a sua resiliência biofísica.

Cumulativamente, considera-se imprescindível o reconhecimento da paisagem enquanto realidade cénica, visual e ecológica, uma vez que se constitui um elemento importante na qualidade de vida e identidade local e regional, sendo inclusivamente tida como uma das bases para a gestão integrada e equilibrada deste território.

Ainda neste âmbito, importa destacar também o património cultural, uma vez que integra todos os bens testemunhos com valor de civilização ou de cultura de interesse relevante. A valorização e proteção do património relacionado com as atividades promotoras de desenvolvimento regional e local, responsáveis pelo aumento do bem-estar social e económico e, que defendem, na mesma ordem, a qualidade ambiental e paisagística, constituem-se componentes fundamentais e fortemente relacionadas com a sustentabilidade de um território. Por isso, considerando a natureza do presente Plano, importa ter em atenção a forma como a sua implementação afetará a estrutura paisagística e o património cultural presente, bem como o seu potencial de valorização.

Desta forma, o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais” procura avaliar de que forma a proposta de 2rPDM_ViladoPorto promove a manutenção/melhoria das funções ecológicas das áreas naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos e patrimoniais, e, em suma, na forma como estes promovem a afirmação da identidade do próprio território na sua matriz terra-mar-povo.

6.2.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para este FS relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o QRE da presente AAE e que são apresentados anteriormente no Capítulo 5. Desta forma, com a constituição deste FS pretende-se proceder à avaliação dos efeitos positivos e negativos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto sobre os elementos que constituem os recursos naturais, patrimoniais e culturais presentes no território, de acordo com os seguintes objetivos:

- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes;
- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto na proteção e valorização da paisagem e;

- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto na proteção e valorização do património natural e cultural.

Tabela 6.2.1_Indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Áreas naturais e ecossistemas: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a melhoria das funções ecológicas das áreas naturais, quer pela aptidão demonstrada para a conservação dos ecossistemas presentes, quer na melhoria da qualidade de vida?	Extensão dos corredores ecológicos	Extensão das faixas de vegetação que promovem a conexão entre grandes fragmentos florestais ou unidades de conservação separados pela atividade humana (estradas, terrenos agrícolas, etc.), proporcionando à fauna a livre circulação entre as áreas protegidas e, consequentemente, a troca genética entre as espécies.
	Áreas classificadas ou protegidas (n.º, ha; % da AI)	Identificação, em número e percentagem relativa da área da AI ocupada por áreas protegidas e classificadas associadas a massas de água, por estatuto de conservação com reconhecimento regional, nacional e internacional.
	Área construída em áreas classificadas ou protegidas (ha; %)	Determinação da área construída em áreas classificadas ou protegidas (em hectares e/ou percentagem)
	Geossítios e cavidades vulcânicas (n.º)	Considera o número de Geossítios e de cavidades vulcânicas identificadas na área de intervenção.
	Habitats e espécies protegidas abrangidas por legislação nacional e comunitária (identificação; localização; n.º)	Identificação e número dos habitats e espécies, protegidos ao abrigo de legislação nacional e internacional.
	Espécies invasoras presentes (espécies, n.º e distribuição)	Identificação das espécies invasoras presentes nas áreas sensíveis, e consequentes espécies ameaçadas atendendo ao seu estatuto de conservação.
	Águas balneares costeiras identificadas e não identificadas (n.º) e respetiva classificação no caso das águas balneares costeiras identificadas	Considera o número de águas balneares identificadas e não identificadas na área de intervenção e a respetiva classificação, nos últimos três (3) anos no caso das águas balneares identificadas
	Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)	Considera o número e localização de zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear na área de intervenção.
Paisagem: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a salvaguarda e valorização dos valores paisagísticos presentes?	Ações e/ou projetos concretizados para a gestão e conservação da natureza (n.º e investimento)	Número de ações e/ou projetos concretizados e respetivo investimento (em euros) para a gestão e conservação da natureza.
	Unidades de paisagem e elementos singulares (n.º)	Número e/ou percentagem relativa da área ocupada pelas unidades de paisagem e elementos singulares identificadas na AI
	Percursos pedestres com interesse paisagísticos (n.º; km)	Considera a extensão (em km) dos percursos/circuitos definidos em caminhos, geralmente em meios naturais e rurais, que estão sinalizados com marcas e códigos internacionalmente conhecidos e aceites.
	Miradouros e pontos de interesse paisagístico	Considera o número de locais referenciados, mais ou menos intervencionados, de onde se obtêm uma vista panorâmica ou apreciadas perspetivas da AI.
	Ações de preservação e/ou valorização da paisagem (n.º)	Número de ações ou intervenções realizadas, bem como medidas de gestão e controlo, implementadas para a referida temática.

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Património cultural e natural: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a salvaguarda e valorização dos valores patrimoniais existentes no concelho?	Património cultural classificado ou em vias de classificação (n.º e tipologia e referência na Carta de Risco do Património Arqueológico)	Determina o número de bens patrimoniais imóveis ou património arqueológico terrestre e subaquático com interesse ou classificados como património cultural ou histórico pelas entidades oficiais.
	Património natural classificado ou em vias de classificação (n.º, ha e tipologia)	Identifica o número e tipologia de Património natural classificado ou em vias de classificação.
	Ações de preservação e/ou valorização do património (n.º)	Número de ações ou intervenções realizadas, bem como medidas de gestão e controlo para a referida temática.

6.2.3 SITUAÇÃO ATUAL

As condições climáticas, geográficas e geológicas dos Açores deram origem a uma grande variedade de biótopos, ecossistemas e paisagens que propiciam um elevado número de habitats e uma grande diversidade de espécies, muitas delas endémicas. Esta geo/biodiversidade em conjunto com as características singulares da paisagem, associados com as tendências evolutivas da ocupação do solo conduziram à criação de diversas estratégias de proteção e conservação.

O património natural dos Açores é reconhecido com a concretização da Rede de Áreas Protegidas dos Açores, correspondendo os Parques Naturais de Ilha (PNI), o Parque Marinho dos Açores (PMA) e as áreas protegidas de importância local a unidades de gestão da mesma Rede, tal como estatuído nos artigos 28.º e 29.º do DLR n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade.

O PNI é constituído pelas áreas terrestres classificadas no território de cada ilha, podendo abranger ainda áreas marítimas até ao limite exterior do mar territorial. O PMA é constituído pelas áreas marinhas classificadas nos termos do referido diploma, que integram uma única unidade gestão e se situam para além do limite exterior do mar territorial.

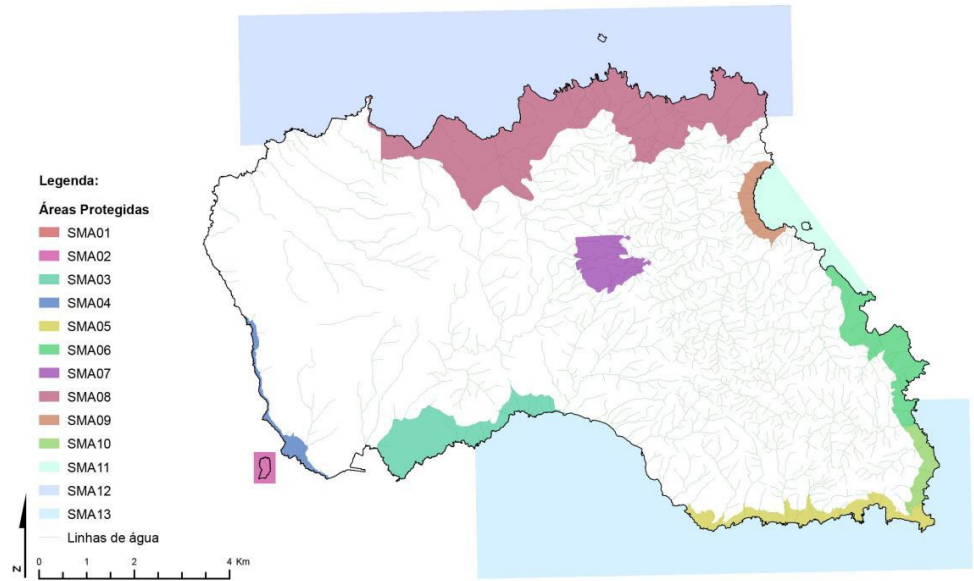
O PNI de Santa Maria, criado e delimitado pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, alterado e republicado pelo DLR n.º 39/2019/A, de 19 de setembro, estabelece os limites territoriais e as categorias das áreas protegidas, as quais foram classificadas de acordo com os critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

As áreas que constituem o Parque Natural de Ilha são bastante singulares, passando pela flora e fauna, paisagem e património cultural, e classificam-se em duas Reservas Naturais, um Monumento Natural, quatro Áreas Protegidas para a Gestão de Habitats ou Espécies, três Áreas de Paisagem Protegida e três Áreas Protegidas de Gestão de Recursos.

O PNI de Santa Maria (figura seguinte) integra 13 áreas protegidas, das quase 8 são exclusivamente terrestres, 1 com área terrestres e marítima e 4 áreas exclusivamente marítimas, que correspondem as seguintes categorias:

- Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas (SMA01);
- Reserva Natural do Ilhéu da Vila (SMA02);
- Monumento Natural da Pedreira do Campo, Figueiral e Prainha (SMA03);
- Área Protegida para a gestão de habitats ou espécies da Costa Sudoeste (SMA04);
- Área Protegida para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Castelo (SMA05);
- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Baía do Cura (SMA06);
- Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico Alto (SMA07);
- Área de Paisagem Protegida do Barreiro da Faneca (SMA08);
- Área de Paisagem Protegida da Baía de São Lourenço (SMA09)
- Área de paisagem Protegida da Baía da Maia (SMA10)
- Área Protegida de Gestão de Recursos da Baía de São Lourenço (SMA11)
- Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Norte (SMA12)
- Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Sul (SMA13)

Figura 6.2.1_ Áreas protegidas do PNI de Santa Maria



Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Na tabela seguinte sintetizam-se as características dominantes de cada uma das áreas que integra o PNI.

Tabela 6.2.1_PNI Santa Maria: síntese das principais características de cada área protegida

Designação	Categoria IUCN	Classificações internacionais	Síntese
SMA01 Ilhéus das Formigas	Reserva natural marinha	Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – marinhas 4 - Ilhéu das Formigas e Recife de Dollabarat; Sítio RAMSAR n.º 3PT024 - Ilhéus das Formigas e Recife Dollabarat PTsMA0023 - ZEC do Ilhéu das Formigas e Recife Dollabarat	A Reserva Natural Regional dos Ilhéus das Formigas, referida no artigo n.º 4 (alínea a)), do DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, é reclassificada pelo mesmo Diploma como Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas pelo seu valor natural e pela importância para espécies, habitats e ecossistemas protegidos, sem prejuízo da manutenção dos critérios e objetivos iniciais que presidiram à respetiva criação. Corresponde exclusivamente a uma área de reserva marinha, incluindo a coluna de água e os fundos subjacentes, bem como os recursos aí existentes. Os ilhéus das Formigas são constituídos por um conjunto de rochas e baixios adjacentes localizadas a NE da ilha de Santa Maria que formam o “Banco das Formigas”, constituído por um maciço submarino ao qual também pertence o Banco do Dollabarat. Esta reserva constitui um recurso natural de grande importância dada a quantidade de espécies marinhas que aí se reproduzem e das aves que aí nidificam, funcionando também como um viveiro para muitas espécies. A Reserva Natural dos Ilhéus das Formigas integra no seu âmbito os objetivos e limites territoriais definidos para o antigo SIC Ilhéus das Formigas e Recife Dollabarat, e observa, cumulativamente com o regime definido pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, o regime estabelecido pelo PSRN2000 para a Região. Integra também no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 2 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho. É também um Geossítio do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO (marinhas 4 - Ilhéus das Formigas e Recife Dollabarat).
SMA02 Ilhéu da Vila	Reserva natural	PTZPE0034 - ZPE do Ilhéu da Vila e Costa Adjacente IBA PT068 – Ilhéu da Vila	A Reserva Natural do Ilhéu da Vila abrange a área emersa do Ilhéu da Vila e uma área submersa em seu redor, integra no seu âmbito os objetivos e limites territoriais definidos para a ZPE Ilhéu da Vila e Costa Adjacente e observa, cumulativamente com o regime definido pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, o regime estabelecido pelo PSRN2000 para a Região. Dentro dos limites territoriais da área protegida da Reserva Natural do Ilhéu da Vila, incluem-se áreas que preenchem os critérios de classificação da Bird Life International como IBA.
SMA03 Pedreira do Campo, do Figueiral e Prainha	Monumento Natural	Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Pedreira do Campo; Figueiral; Praia Formosa e Prainha	A Reserva Natural do Figueiral e Prainha e o Monumento Natural Regional do lugar da Pedreira do Campo, referidas no artigo n.º 4 (alíneas c) e d)) do DLR n.º 47/2008/A de 7 de Novembro, são reclassificadas pelo mesmo Diploma como Monumento Natural da Pedreira do Campo, do Figueiral e Prainha, sem prejuízo da manutenção dos critérios e objetivos iniciais que presidiram às respetivas criações, pelos valores naturais e estéticos em presença, a singularidade geológica (pela presença de 3 jazidas fosseis: Prainha, Figueiral e Pedreira do Campo) e a importância da área para espécies, habitats e ecossistemas protegidos. Este local apresenta um património singular nos contextos local, regional, nacional e internacional. Para além do interesse pedagógico e científico, apresenta uma identidade histórica ao nível geológico e vulcanológico, bem como uma grande importância para o património cultural, natural e paisagístico, visto que, por motivos de dificuldade de acesso por terra, as suas escarpas ainda se mantêm relativamente intocadas pelo Homem, conservando, desta forma, as suas características naturais.

Designação	Categoria IUCN	Classificações internacionais	Síntese
			<p>A classificação inicial da zona do Figueiral e Prainha como Reserva Natural Regional justificou-se pela existência de formações sedimentares que vão desde o período Miocénico até ao Quaternário, bem como pela ocorrência de uma grande quantidade de fósseis marinhos muito raros em formações vulcânicas. Na zona da Prainha existem camadas fossilíferas assentes sobre um terraço marinho. Também na gruta do Figueiral podem ser observados, em grande abundância, depósitos fossilíferos marinhos e outras formações calcárias.</p> <p>Os afloramentos de piroclastos e derrames basálticos submarinos (pillow lavas) que ocorrem nesta área são de grande importância geológica e de elevado valor didático, por não se encontrarem expostos em mais nenhuma ilha do Arquipélago. De referir ainda o Monumento Natural da Pedreira do Campo, que é parte integrante da então reserva natural regional, onde está exposta uma extensa frente de lavra talhada em basaltos de antigas lavas submarinas, em associação com rochas carbonatadas com fósseis de organismos marinhos, constituindo uma raridade geológica, cuja importância científica e patrimonial justificou a respetiva proteção e classificação regional.</p> <p>O Monumento Natural da Pedreira do Campo, do Figueiral e Prainha integra no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 14/93/A, de 31 de julho.</p>
SMA04 Costa Sudoeste		PTZPE0034 - ZPE do Ilhéu da Vila e Costa Adjacente	<p>Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas protegidas para a gestão de habitats ou espécies, constituem fundamentos específicos para a classificação da área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Costa Sudoeste, a respetiva importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos e os valores naturais em presença.</p> <p>A área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Costa Sudoeste integra no seu âmbito os objetivos e limites territoriais definidos para a ZPE Ilhéu da Vila e Costa Adjacente e observa, cumulativamente com o regime definido pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, o regime estabelecido pelo PSRN2000 para a Região.</p>
SMA05 Ponta do Castelo	Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies	PTSMA0022 - ZEC da Ponta do Castelo IBA PT070 – Ponta da Malbusca e Ponta do Castelete Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Ponta do Castelo; Ribeira do Maloás	<p>Constituem fundamentos específicos para a classificação da área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Castelo, a respetiva importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos e em virtude dos valores tradicionais, estéticos e culturais em presença. Destaca-se a sua importância no contexto geológico da ilha, onde se incluem 8 jazidas fósseis (Ponta do Castelo, Pedra que Pica, Vinha Velha, Pedrinha da Cré, Baía de Nossa Senhora, Malbusca, Falha Oeste da Malbusca e Gruta dos Icnofósseis).</p> <p>A área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Castelo integra no seu âmbito os objetivos e limites territoriais definidos para a ZEC Ponta do Castelo e observa, cumulativamente regime definido pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, o regime estabelecido pelo PSRN2000 para a região.</p> <p>Dentro dos limites territoriais da área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Castelo, incluem-se áreas que preenchem os critérios de classificação da Bird Life Internacional como IBA. Integra também no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho.</p>
SMA06 Baía do Cura	Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies	Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Cascata do Aveiro; IBA PT070 – Ponta da Malbusca e Ponta do Castelete	<p>Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas protegidas para a gestão de habitats ou espécies, constituem fundamentos específicos para a classificação da área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Baía do Cura, a respetiva importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos e em virtude dos valores naturais e geodiversidade em presença.</p> <p>Dentro dos limites territoriais da área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Baía do Cura incluem-se áreas que preenchem os critérios de classificação da Bird Life Internacional como IBA (IBA PT070 – Ponta da Malbusca e Ponta do Castelete). Esta área protegida integra no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho. Esta área protegida integra igualmente a jazida fossilífera da Ponta do Cedro.</p>
SMA07 Pico Alto			<p>Constituem fundamentos específicos para a classificação da área protegida para a gestão de habitats ou espécies do Pico Alto, a respetiva importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos, nomeadamente a riqueza de endemismos ali presentes.</p>
SMA08 Barreiro da Faneca	Área de paisagem protegida	IBA PT069 – Ilhéu das Lagoínhas e Costa Adjacente Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Barreiro da Faneca; Baía do Raposo; Baía do Tagarete e Ponta do Norte; Baía da Cré	<p>A Paisagem Protegida de Interesse Regional do Barreiro da Faneca e da Costa Norte, referida no artigo n.º 4 (alínea e)), do DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, é reclassificada nos termos do mesmo Diploma como área de paisagem protegida do Barreiro da Faneca, em função dos objetivos de gestão referidos naquele Diploma.</p> <p>Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas de paisagem protegida, constituem fundamentos específicos para a reclassificação da área de paisagem protegida do Barreiro da Faneca, os valores tradicionais e estéticos em presença e a singularidade geológica.</p> <p>O Barreiro da Faneca constitui uma paisagem única nos Açores, consistindo numa vasta área de terreno árido, formado essencialmente por piroclastos fortemente argilizados, pertencentes à unidade litoestratigráfica “Formação de Feteiras”, razão pela qual recebeu o nome de “Deserto vermelho dos Açores”. Apresenta-se como uma superfície de relevo ondulado com declives muito suaves, sendo visíveis, em alguns locais, formas de relevo causadas pela erosão eólica e hídrica, que conferem a este local um elevado valor paisagístico e ecológico, bem como de importância científica e cultural de relevância. Trata-se de um local praticamente desprovido de vegetação.</p> <p>Contígua ao Barreiro da Faneca encontra-se a baía da Cré, rica em jazidas de fósseis marinhos (Ponta dos Frades, Cré, Lagoínhas e Ponta do Norte), muito raros em regiões vulcânicas. Um pouco por toda a baía, e sobretudo na Pedreira da Cré e na gruta existente nas arribas desta baía, é possível observar formações sedimentares, como calcários e aglomerados fossilíferos, alguns destes muito bem preservados. Ainda em contiguidade, do lado oposto ao Barreiro da Faneca está localizada a baía do Raposo, igualmente de grande valor paisagístico pelas suas escarpas, queda de água e foz da ribeira. A adicionar a estes fatores encontra-se a importância ecológica destas baías, uma vez que as suas arribas servem de local de nidificação a várias espécies de avifauna marinha.</p> <p>Junto ao Barreiro da Faneca encontra-se a ermida de Nossa Senhora do Pilar, edificada em 1722, que devido à sua importância sociocultural, paisagística e arquitetónica, constitui mais um motivo adicional de valorização da área em que estão inseridas.</p>

Designação	Categoria IUCN	Classificações internacionais	Síntese
SMA09 Baía de São Lourenço		Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Baía de São Lourenço	Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas de paisagem protegida, constituem fundamentos específicos para a classificação da área de paisagem protegida da Baía de São Lourenço, os valores tradicionais e estéticos em presença e a singularidade geológica, incluindo a jazida fóssil da Ponta Negra.
SMA10 Baía da Maia		Geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO – Baía da Maia	Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas de paisagem protegida, constituem fundamentos específicos para a classificação da área de paisagem protegida da Baía da Maia, os valores tradicionais e estéticos em presença e a singularidade geológica. A classificação das Áreas de paisagem protegida da Baía de São Lourenço e da Baía da Maia, decorrem de um processo de discussão pública realizada nos termos da lei, tendo sido acordado a proteção destas áreas, dada a qualidade paisagística deste local, correlacionado com a preservação e recuperação das áreas de vinha.
SMA11 Baía de São Lourenço	Área protegida de gestão de recursos	IBA PTM13 Santa Maria	Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas protegidas para a gestão de recursos, constituem fundamentos específicos para a reclassificação da área protegida para a gestão de recursos da Baía de São Lourenço, os valores naturais e estéticos em presença e a importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos. A área protegida de gestão de recursos da Baía de São Lourenço integra no seu âmbito a área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Baía do Cura. Integra também no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho.
SMA12 Costa Norte		IBA – PT069 Ilhéu das Lagoínhas e Costa Adjacente IBA PTM13 Santa Maria	Para além dos objetivos de gestão referidos anteriormente para as áreas protegidas para a gestão de recursos, constituem fundamentos específicos para a reclassificação da área protegida para a gestão de recursos da Costa Norte, os valores naturais e estéticos em presença e a importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos. A área protegida de gestão de recursos da Costa Norte integra no seu âmbito a área de paisagem protegida do Barreiro da Faneca. Integra também no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho.
SMA13 Costa Sul		IBA PT070 – Ponta da Malbusca e Ponta do Castelete IBA PTM13 Santa Maria	Constituem fundamentos específicos para a reclassificação da área protegida para a gestão de recursos da Costa Sul, os valores naturais e estéticos em presença e a importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos. Inclui 2 jazidas fósseis (Praia do Calhau e Macela). A área protegida de gestão de recursos da Costa Sul integra no seu âmbito as áreas protegidas para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Castelo e da Baía do Cura, bem como os objetivos e limites territoriais definidos para o antigo SIC Ponta do Castelo e observa, cumulativamente com regime definido pelo DLR n.º 47/2008/A de 7 de novembro, o regime estabelecido pelo PSRN2000 para a região. Esta área integra ainda no seu âmbito as zonas de reserva integral de captura de lapas definidas no n.º 1 do artigo 4.º do DRR n.º 14/93/A, de 31 de julho.

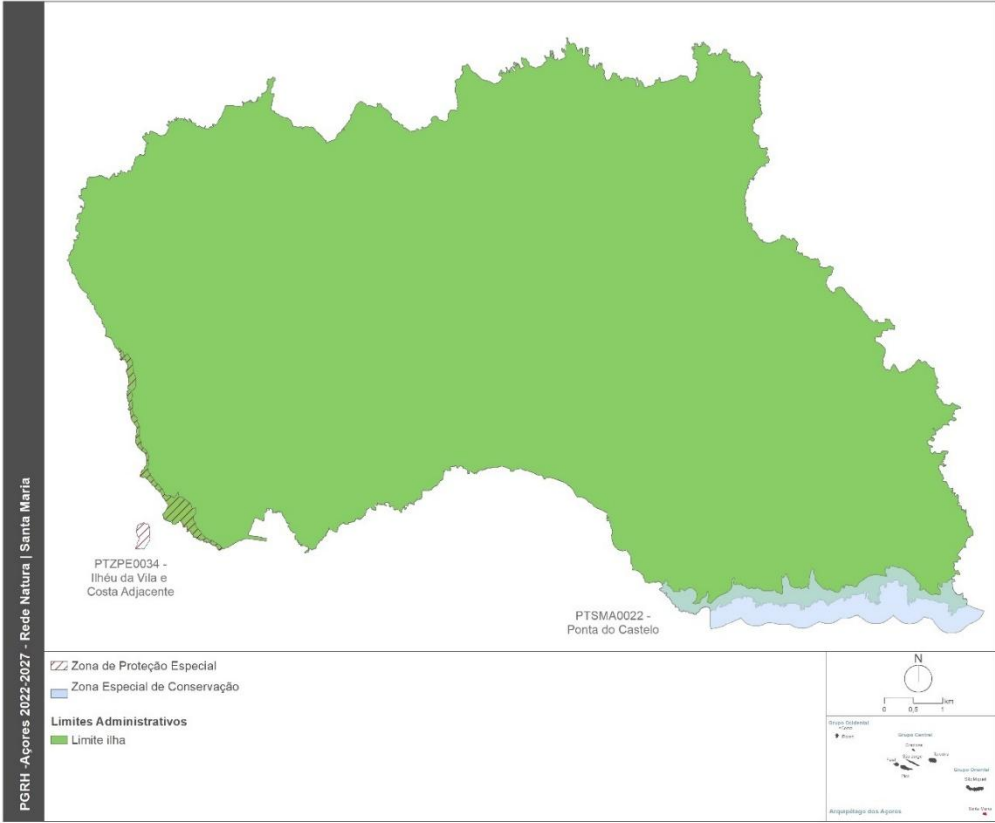
A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu que compreende as áreas protegidas classificadas como zonas especiais de conservação (ZEC) e as áreas protegidas classificadas como Zonas de proteção especial (ZPE) e que tem como objetivo a conservação da diversidade biológica e ecológica, atendendo às exigências económicas, sociais e culturais das diferentes regiões.

Neste sentido, a Comunidade Europeia com a finalidade de proteger e melhor gerir o seu património natural estabeleceu uma política ambiental de conservação da natureza e da biodiversidade com a implementação de duas diretivas comunitárias: “Aves” e “Habitats”.

- A Diretiva Aves (Diretiva 79/409/CEE) tem por objetivo a conservação e gestão das populações de aves (terrestres e marinhas), vivendo no estado selvagem, bem como dos respetivos habitats. Requer o estabelecimento de Zonas de Proteção Especial (ZPE), tendo sido aplicada nos Açores em 1989 com a criação de 15 ZPE, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2004/A, de 1 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2005/A, de 19 de abril:
- A Diretiva Habitats (Diretiva 92/43/CEE) é destinada à preservação dos habitats naturais (terrestres e marinhos), da flora e da fauna selvagens (terrestres e marinhas) considerados ameaçados, raros ou vulneráveis, e complementa a legislação comunitária iniciada com a diretiva “Aves”. Esta diretiva prevê a criação de uma rede de Zonas Especiais de Conservação (ZEC). Nos Açores, em 2002, foram declarados 23 Sítios de Interesse Comunitário (SIC) que em 2009 foram classificados como ZEC, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2009/A, de 3 de junho. Em 2009 e 2013 foram ainda designados três novos SIC, dois marinhos e um terrestre, respetivamente.”

Na ilha de Santa Maria existem uma ZEC e uma ZPE, que totalizam aproximadamente 374 ha, dos quais 194 ha correspondem a área terrestre e 180ha a área marinha (veja-se figura e tabela seguintes): ZEC Ponta do Castelo; ZPE Ilhéu da Vila e Costa Adjacente.

Figura 6.2.2_Rede Natura 2000 na ilha de Santa Maria



Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Tabela 6.2.2_Áreas que integram a Rede Natura 2000 na ilha de Santa Maria

ZEC/ZPE	Código	Designação	Área terrestre			Área marinha			Área Total	
			(ha)	Km²	(%)	(ha)	Km²	(%)	(ha)	Km²
ZEC	PTMA0022	Ponta do Castelo	136,5	1,4	43,1	180,1	1,8	56,9	316,6	3,2
ZPE	PTZPE0034	Ilhéu da Vila e Costa Adjacente	57,1	0,6	100,0	—	—	—	57,1	0,6

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Segundo o relatório da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional para as Alterações Climáticas⁴, está registada a existência de um conjunto de habitats e espécies de fauna e flora de extrema relevância para a proteção e conservação, sendo que os habitats com carácter protegido presentes nas ZEC e ZPE da ilha de Santa Maria estão listados nas tabelas seguintes.

Tabela 6.2.3_Habitats presentes nas ZEC da ilha de Santa Maria

ZEC	Código Espécie	Habitats das ZEC
PTMA0022 ZEC da Ponta do Castelo	1160	Enseadas e baías pouco profundas
	1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela mare
	1220	Vegetação perene das praias de calhaus rolados
	1250	Falésias com flora endémica das costas macaronésias
	8330	Grutas marinhas submersas ou semi-submersas
PTMA0023 ZEC do Ilhéu das Formigas e Recife Doll abarat	1170	Recifes

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

⁴ SREAT - DRA, 2017 (Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo – Direção Regional do Ambiente. 2017. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA REGIONAL PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DOS AÇORES. Disponível em: <http://azores.gov.pt/Gra/srm-ambiente/menus/secundario/Alter%C3%A7%C3%B5es+Clim%C3%A1ticas/>)

Tabela 6.2.4_Habitats presentes na ZPE da ilha de Santa Maria

ZPE	Código Habitat	Habitats das ZPE
PTZPE0034 ZPE do Ilhéu da Vila e Costa Adjacente	1220 1250	Vegetação perene das praias de calhaus rolados Falésias com flora endémica das costas macaronésias

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

As tabelas que se seguem identificam as espécies com carácter protegido presentes nas ZEC e ZPE da ilha de Santa Maria.

Tabela 6.2.5_Especies presentes nas ZEC da ilha de Santa Maria

ZEC	Espécies das ZEC	
PTSMA0022 ZEC da Ponta do Castelo	Fauna <i>Ardea cinerea</i> <i>Calidris alba</i> <i>Numenius phaeopus</i> <i>Calonectris diomedea</i> <i>Caretta caretta</i> <i>Charadrius alexandrinus</i> <i>Arenaria interpres</i> <i>Tursiops truncatus</i>	Flora <i>Erica azorica</i> <i>Azorina vidalii</i> <i>Spergularia azorica</i>
	Fauna <i>Caretta caretta</i> <i>Tursiops truncatus</i>	
PTSMA0023 ZEC do Ilhéu das Formigas e Recife Do Ilabarat	Fauna <i>Caretta caretta</i> <i>Tursiops truncatus</i>	

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Tabela 6.2.6_Especies presentes na ZPE da ilha de Santa Maria

ZPE	Espécies das ZPE	
PTZPE0034 ZPE do Ilhéu da Vila e Costa Adjacente	Fauna <i>Sterna fuscata</i> <i>Calonectris diomedea</i> <i>Puffinus assimilis</i> <i>Oceanodroma castro</i> <i>Sterna hirundo</i> <i>Bulweria bulwerii</i> <i>Columba palumbus azorica</i> <i>Sterna dougallii</i> <i>Charadrius alexandrinus</i>	Flora <i>Myosotis maritima</i> <i>Spergularia azorica</i> <i>Myosotis azorica</i>

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Ainda segundo o mesmo documento, de acordo com o levantamento feito aquando da elaboração da Base de Dados Atlantis, com as listas constantes de Flora e Fauna Terrestre Invasora na Macaronésia Top 100 nos Açores, Madeira e Canárias (Silva et al., 2008) e com o Anexo IX do DLR 15/2012/A, de 2 de abril, foram detetadas várias espécies de flora exótica e algumas com carácter invasor na ilha de Santa Maria.

Tabela 6.2.7_Especies de flora exóticas e/ou invasoras na ilha de Santa Maria

Ilha	Espécies de Flora Exóticas e Invasoras	
Santa Maria (41)	<i>Acacia_melanoxylon</i> <i>Adiantum_hispidulum</i> <i>Adiantum_raddianum</i> <i>Agave_americana_500</i> <i>Agave_americana_5000</i> <i>Ailanthus_altissima</i> <i>Anredera_cordifolia</i> <i>Aptenia_cordifolia</i> <i>Araujia_sericeifera</i> <i>Arundo_donax</i> <i>Carpobrotus_edulis</i> <i>Colocasia_esculenta</i> <i>Conyza_bonariensis</i> <i>Conyza_canadensis</i> <i>Cryptomeria_japonica</i> (não é invasora) <i>Cyrtomium_falcatum</i> <i>Cytisus_scoparius</i>	<i>Eucalyptus_globulus</i> (não é invasora) <i>Hedychium_gardnerianum</i> <i>Hydrangea_macrophylla</i> <i>Ipomoea_indica</i> <i>Lantana_camara</i> <i>Nephrolepis_cordifolia</i> <i>Opuntia_ficus-indica</i> <i>Phormium_tenax</i> <i>Phytolacca_americana</i> <i>Pinus_pinaster</i> <i>Pittosporum_undulatum</i> <i>Pteridium_aquilinum</i> <i>Rubus_ulmifolius</i> <i>Salpichroa_origanifolia</i> <i>Solanum_mauritianum</i> <i>Spartium_junceum</i> <i>Stenotaphrum_secundatum</i>

Ilha	Espécies de Flora Exóticas e Invasoras	
	<i>Deparia_petersenii</i> <i>Doodia_caudata</i> <i>Drosanthemum_floribundum</i> <i>Erigeron_karvinskianus</i>	<i>Tetragonia_tetragonoides</i> <i>Ulex_europaeus_europaeus</i> <i>Ulex_europaeus_latebracteatus</i>

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

Por sua vez, a ilha de Santa Maria apresenta características raras e distintas, a acrescentar ao que já foi anteriormente descrito, podem também encontrar-se nesta ilha as formações mais antigas do arquipélago, quinze geossítios do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO, 20 jazidas fósseis que integram o Paleoparque de Santa Maria, quatro cavidades vulcânicas protegidas no âmbito do regime de proteção e classificação específico (DLR n.º 10/2019, de 22 de maio) e catalogadas no Inventário do Património Espeleológico dos Açores (IPEA)⁵, e ainda um sítio RAMSAR.

Tabela 6.2.8_ Geossítios, jazidas fósseis e cavidades vulcânicas presentes na Ilha de Santa Maria

Geossítios	Jazidas Fósseis	Cavidades Vulcânicas
SMA 1- Barreiro da Faneca	Ponta dos Frades	Furna de Santana
SMA 2- Pedreira do Campo	Cré	Furna Velha
SMA 3 -Poço da Pedreira	Lagoínhas	Gruta das Figueiras
SMA 4 -Ponta do Castelo	Ponta do Norte	Furna do Ilhéu do Romeiro
SMA 5 -Ribeira do Maloás	Ponta Negra	-
SMA 6 -Baía da Cré	Ponta do Cedro	-
SMA 7 -Baía de São Lourenço	Ponta do Castelo	-
SMA 8 -Baía do Raposo	Pedra que Pica	-
SMA 9 -Baía do Tagarete e Ponta do Norte	Vinha Velha	-
SMA 10 -Baía dos Cabrestantes	Pedrinha da Cré	-
SMA 11 -Barreiro da Malbusca	Baía de Nossa Senhora	-
SMA 12 -Cascata do Aveiro	Malbusca	-
SMA 13 -Figueiral	Falha Oeste de Malbusca	-
SMA 14 -Porto de Vila do Porto	Gruta dos Icnofósseis	-
SMA 15 -Praia Formosa e Prainha	Praia do Calhau	-
-	Macela	-
-	Prainha	-
-	Figueiral	-
-	Pedreira do Campo	-
-	Ponta dos Frades	-

Fonte: Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024

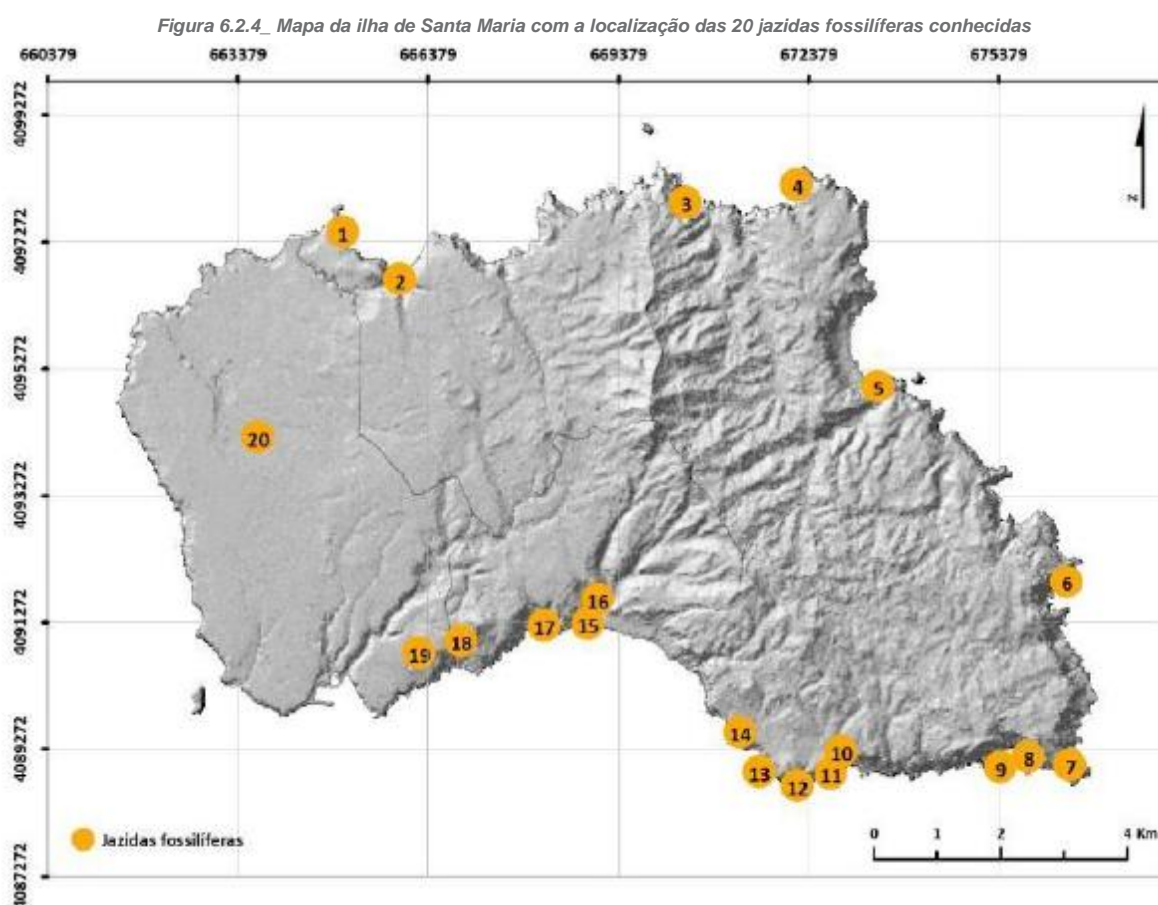
Com base no Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, a história geológica da ilha de Santa Maria teve início há cerca de seis milhões de anos. As diversas etapas de formação da ilha, associadas aos movimentos transgressivos e regressivos do mar, fizeram com que animais e plantas marinhas fossem cobertos por sedimentos, assim os preservando. Por sua vez, um processo de soerguimento da ilha de Santa Maria relativamente aos fundos oceânicos, iniciado há cerca de três milhões e meio de anos e que se prolongou até à atualidade, promoveu a emersão desses sedimentos contendo fósseis marinhos, os quais, por ação da erosão, acabaram expostos.

⁵ <https://www.montanheiros.com/speleoazores-home/ipea-smaria/>

Assim, a mais oriental e antiga ilha do arquipélago dos Açores possui fósseis marinhos únicos, no contexto regional e nacional, e as suas jazidas fossilíferas constituem um verdadeiro laboratório ao ar livre, com relevância internacional, conforme atestam estudos científicos recentes. Pelas suas particularidades, a história e o património geológico e paleontológico de Santa Maria exigem uma interpretação e divulgação que seja acessível a todos os que vivem ou rumam à ilha.

Este é um dos recursos mais distintivos desta ilha no contexto regional e mesmo nacional e internacional.

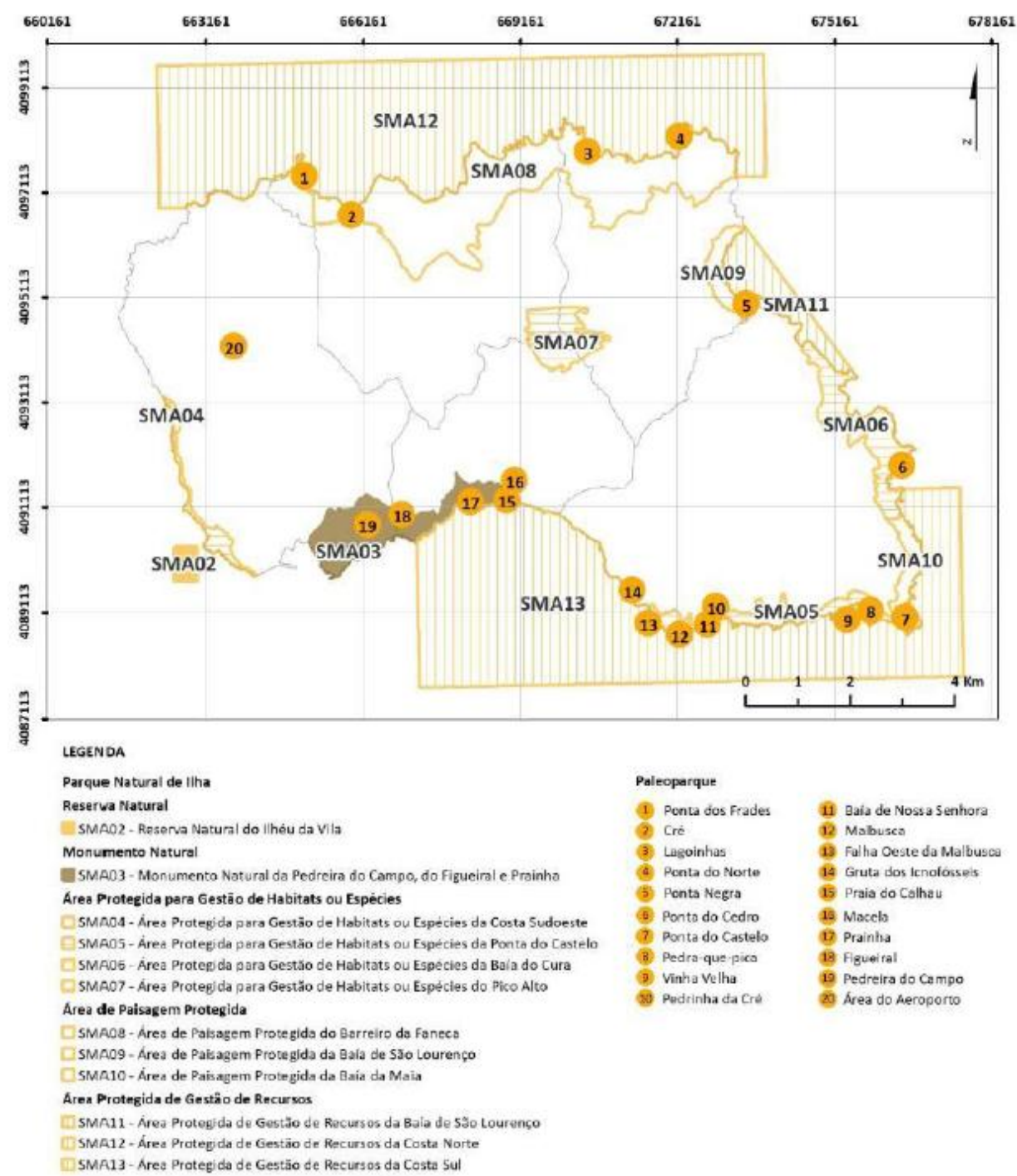
De salientar que as jazidas fósseis do Paleoparque de Santa Maria sobrepõem-se com outras áreas classificadas, nomeadamente com áreas protegidas do Parque Natural da Ilha de Santa Maria e com geossítios do Geoparque Mundial da UNESCO, Geoparque Açores. Das 20 jazidas fósseis identificadas no Paleoparque de Santa Maria, apenas a jazida da Área do Aeroporto não se insere em Área Protegida do Parque Natural da Ilha de Santa Maria.



(Fonte: Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, 2024)

Legenda: 1 - Ponta dos Frades, 2 - Cré, 3 - Lagoínhas, 4 - Ponta do Norte, 5 - Ponta Negra, 6 - Ponta do Cedro, 7 - Ponta do Castelo, 8 - Pedra-que-pica, 9 - Vinha Velha, 10 - Pedrinha da Cré, 11 - Baía de Nossa Senhora, 12 - Malbusca, 13 - Falha Oeste da Malbusca, 14 - Gruta dos Icnofósseis, 15 - Praia do Calhau, 16 - Macela, 17 - Prainha, 18 - Figueiral, 19 - Pedreira do Campo, 20 - Área do Aeroporto

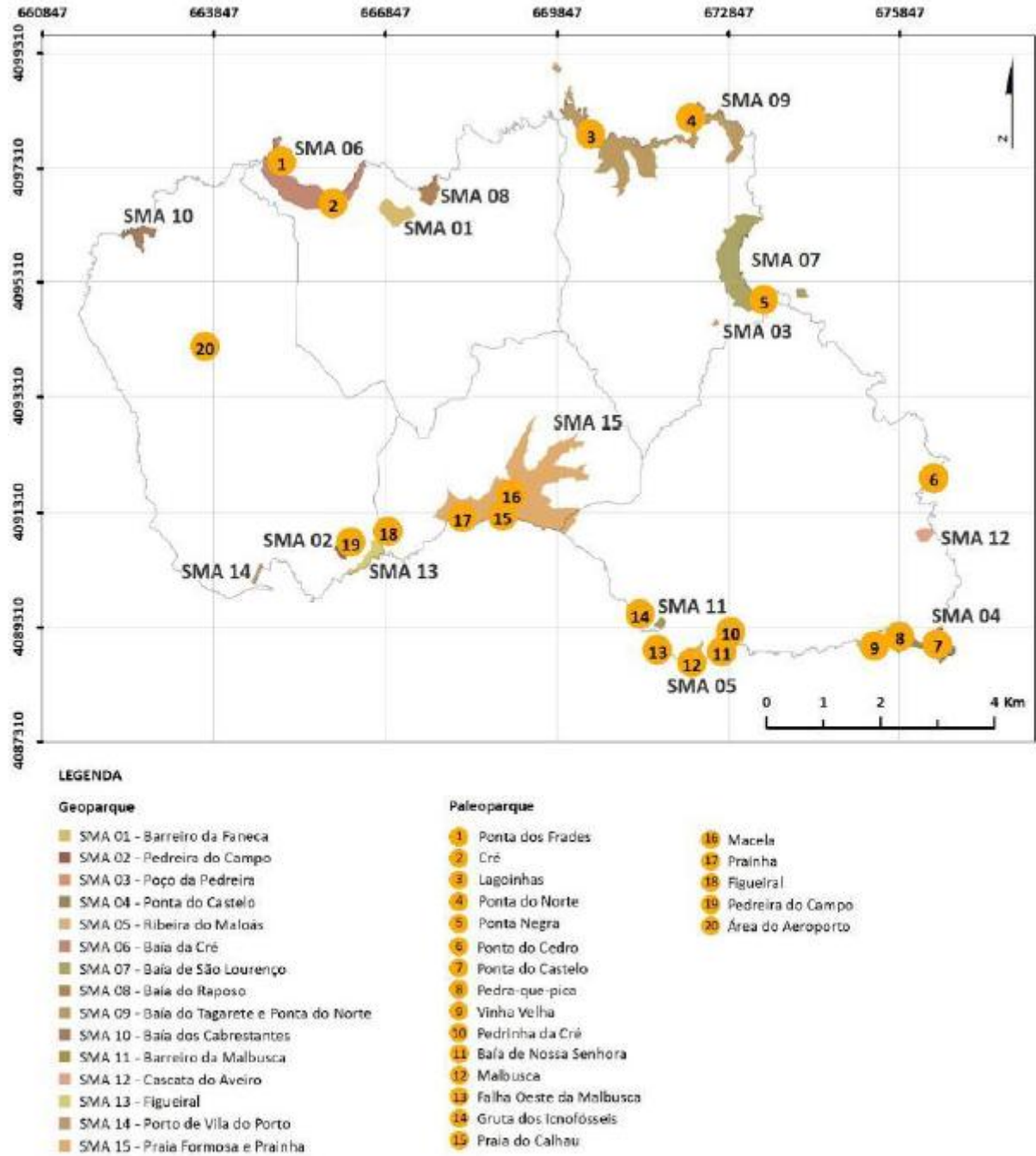
Figura 6.2.5_ Localização das Jazidas Fósseis de Santa Maria em relação às áreas protegidas do Parque Natural da Ilha de Santa Maria



(Fonte: Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, 2024)

Das 20 jazidas fósseis do Paleoparque, 12 localizam-se em geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO.

Figura 6.2.6_ Localização das Jazidas Fósseis de Santa Maria em relação aos geossítios do Geoparque Açores, Geoparque Mundial da UNESCO



(Fonte: Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria, 2024)

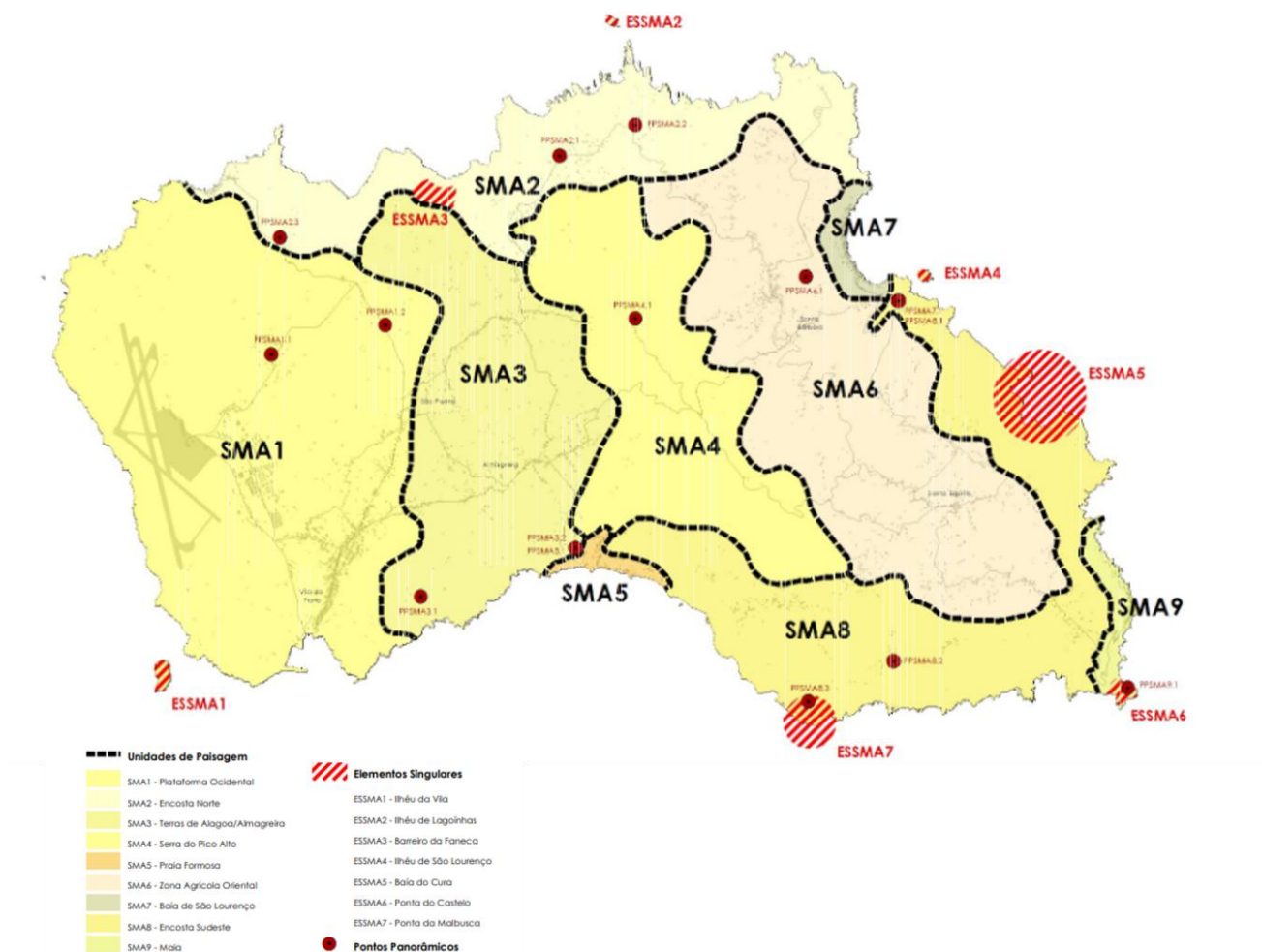
No que respeita a ações e/ou projetos concretizados para a gestão e conservação da natureza e biodiversidade ressalva-se o LIFE SNAILS, um projeto de conservação de natureza dedicado à conservação de três espécies de caracóis endémicos terrestres, na ilha de Santa Maria, no qual a Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática é o beneficiário coordenador.

Já no que respeita à paisagem, sendo “parte do território, tal como é compreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e humanos” 6, o conceito é apresentado numa perspetiva integrada que conjuga tantos aspetos ambientais como sociais, culturais e económicos, constituindo-se como um fator identitário do território e um recurso relevante.

A implementação da Convenção Europeia da Paisagem [CEP] à RAA foi concretizada através da publicação da Resolução n.º 135/2018, de 10 de dezembro. Esta resolução aprova os objetivos de qualidade de paisagem e as orientações para a gestão da paisagem dos Açores, bem como aprova as unidades de paisagem de cada uma das ilhas, os elementos singulares e os pontos panorâmicos identificados no âmbito do Estudo das Paisagens dos Açores.

Na ilha de Santa Maria são delimitadas 9 unidades de paisagem (veja-se figura seguinte) e 7 elementos singulares, sintetizando-se na tabela seguinte as suas principais características.

Figura 6.2.7_ Unidades de paisagem da ilha de Santa Maria



Fonte: Portal do Ordenamento do Território dos Açores (<http://ot.azores.gov.pt>)

Tabela 6.2.4_ Unidades de paisagem e elementos singulares

Designação	Área (km ²)	Unidade de paisagem		Elementos singulares
		Agglomerados urbanos	Síntese	
SMA1 Plataforma Ocidental	27	Vila do Porto, Aeroporto, Santana Pedras de São Pedro	A paisagem desta unidade é aberta ao mar e ao horizonte, é plana, baixa e compartimentada com muros de pedra seca que conformam extensas parcelas de grandes dimensões. A presença do mar é pouco expressiva uma vez que na linha de costa dominam as arribas de	ESSMA1_Ilhéu da Vila Importante colónia de aves marinhas onde nidificam

⁶ Convenção Europeia da Paisagem (Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro).

Unidade de paisagem				Elementos singulares
Designação	Área (km ²)	Aglomerados urbanos	Síntese	
			<p>média dimensão. Destaca-se uma forte sensação de aridez e secura, que se conjuga com a fraca fertilidade do solo, onde dominam os pastos ralos e pobres, e onde a vegetação mediterrânica, de características mais xéricas, tem condições para ocorrer. Esta foi uma zona cerealífera, por excelência, ainda evidente através da atual ocupação do solo, na amplitude das parcelas agrícolas, na vegetação existente e no tipo de compartimentação. A quase ausência de elementos arbóreos sobre esta plataforma que se eleva do mar, exposta ao vento, transmite simultaneamente uma sensação de desabrigo, e uma certa tranquilidade e monotonia quando não há vento.</p> <p>A presença do aeroporto, construído em meados da segunda guerra mundial [1939-1945], com áreas limítrofes degradadas, evidencia a importância desta estrutura num passado relativamente recente, bem como toda a dinâmica económica e social a ela associada, transmitindo agora uma sensação de abandono e de nostalgia. O conjunto urbano denominado «bairro do aeroporto» conforma uma pequena cidade-jardim, inicialmente edificada pelos norte-americanos e retomada depois por arquitetos nacionais, nomeadamente por Keil do Amaral, que trabalhou no plano geral de urbanização e na adaptação de diversos edifícios ao uso civil.</p> <p>Merece destaque a presença de Vila do Porto, que “...corre em fio na perpendicular do mar, entre duas precárias ribeiras, ao cimo de uma lomba” [Melo, 2000], cujo centro histórico tem um estatuto de proteção devido ao elevado interesse patrimonial, apesar de se encontrar muito degradado.</p>	<p>populações de garajaus e cagarros, situado a pouco mais de duas centenas de metros da costa, a poente de Vila do Porto, sendo classificado Zona de Proteção Especial [espaço que integra também a costa adjacente]. Tem cerca de 380 metros de comprimento, 150 de largura e uma forma aplanada, com uma altitude máxima de 60 metros.</p>
SMA2 Encosta Norte	10	Anjos, Feteiras de Cima, Feteiras de Baixo, Lagoínhas, Norte	<p>Esta unidade, disposta numa faixa litoral, com exposição norte, é acidentada, seca e de baixa a média altitude. A costa é muito movimentada e constituída por algumas das maiores falésias da ilha, por vezes com fajãs na sua base, de difícil acesso por terra, algumas das quais com praias de areia clara. Nalgumas das baías e enseadas, abrigadas pelas falésias do litoral desta unidade, existem vários portos de pesca com importantes antecedentes históricos, nomeadamente nos Anjos, onde terá desembarcado um emissário de Cristóvão Colombo quando regressava à Europa da sua viagem de descoberta da América. É também nas falésias mais acidentadas desta unidade de paisagem, que se desenvolvem alguns núcleos de vegetação natural costeira com maior interesse do ponto de vista da conservação da natureza, especialmente nas baías do Tagarete e do Raposo. Nas suas imediações encontram-se presentes diversos elementos de singular valor geológico e geomorfológico de onde se pode destacar o Barreiro da Faneca.</p> <p>Uma parte desta unidade é ocupada por pastagens compartimentadas, com parcelas relativamente regulares, limitadas por muretes de pedra seca. Junto ao Barreiro da Faneca encontram-se pequenas manchas de pinhal e de matos diversificados, com variada vegetação autóctone. Na zona de Feteiras de Baixo, Feteiras de Cima e Lagoínhas, dominam áreas agrícolas constituindo um mosaico cultural diversificado, de malha apertada, com muretes de pedra seca ou sebes vivas baixas a médias.</p> <p>O povoamento é disperso, sendo de assinalar nos Anjos a capela quatrocentista de Nossa Senhora dos Anjos, a primeira construção religiosa do Arquipélago, e as manchas de quartéis de vinha ainda existentes, apesar de bastante degradadas, que reforçam o património cultural e histórico daquela povoação.</p>	<p>ESSMA2_Ilhéu de Lagoínhas</p> <p>Localiza-se a cerca de meio quilómetro da costa norte da ilha e apresenta uma forma mais ou menos triangular, com cerca de 200 metros de comprimento por 200 metros de largura, constituindo um importante ponto de apoio para a avifauna.</p> <p>ESSMA3_Barreiro da Faneca</p> <p>Situado junto ao mar, na periferia de um pinhal, na freguesia de São Pedro, a norte da ilha. Trata-se de uma pequena zona semidesértica, resultado de alterações completas de escoadas lávicas. O fenómeno resultante encontra-se unicamente nesta ilha do Arquipélago e caracteriza-se pela presença de manchas de argilas avermelhadas com alguma extensão, onde a vegetação nativa com características mais mediterrânicas encontra condições para se implantar.</p>
SMA3 Terras da Alagoa /Almagreira	13	Almagreira, Valverde, São Pedro, Ribeira do Engenho	<p>Esta unidade é caracterizada por um relevo suavemente ondulado, pouco declivoso, de transição entre a Plataforma Ocidental [SMA1] e a Serra do Pico Alto [SMA4], sendo limitada a sul por arribas costeiras. É ligeiramente mais húmida e fresca que as unidades anteriormente referidas, devido à maior altitude, o que é perceptível nas pastagens, que adquirem um verde mais viçoso. A relação com o mar é pouco significativa, ganhando força quando este é observado de pontos mais altos. É ainda a vegetação de características marcadamente mais xéricas e a geologia e geomorfologia que se salientam em termos de património natural, destacando-se na costa sul o espaço classificado como Monumento Natural da Pedreira de Campo, Figueiral e Prainha, integrado no Parque Natural da Ilha de Santa Maria, onde se preserva um património geológico e paleontológico de elevado interesse nos contextos regional, nacional e mesmo internacional.</p> <p>Os usos agrícola e pecuário são significativos e organizam-se em campos com alguma compartimentação, constituindo um mosaico</p>	

Unidade de paisagem				Elementos singulares
Designação	Área (km ²)	Aglomerados urbanos	Síntese	
			<p>cultural mais ou menos diversificado, de malha apertada, com muretes de pedra seca.</p> <p>Os principais povoados encontram-se implantados linearmente ao longo das estradas e apresentam um carácter bastante rural. Contudo, existem vários outros pequenos núcleos rurais com casas muito dispersas à semelhança do povoamento da Costa Norte [SMA2], da Zona Agrícola Oriental [SMA6] e da Costa Sudeste [SMA8], de características únicas em todo o Arquipélago. A singularidade deste povoamento reside na sua dispersão e no facto de cada habitação rural formar um pequeno núcleo com as diversas construções de apoio, usualmente dispostas sobre si próprias e aproveitando o ondulado do terreno, mas afirmando a sua individualidade em relação a outros núcleos próximos, com que não se relacionam, nem visualmente. Um aspeto particular diz respeito à existência de covas ou “furnas dos mouros” junto a algumas habitações, onde os antigos habitantes guardavam os cereais, mas também os seus pertencentes, em alturas de ataque de piratas.</p>	
SMA4 Serra do Pico Alto	12	-	<p>Esta unidade abrange a zona de maior altitude e de relevo mais pronunciado da ilha, culminando no Pico Alto e em outras oito elevações de altitude significativa.</p> <p>A elevada humidade e a menor temperatura, comparativamente às unidades envolventes, proporcionam-lhe uma vegetação mais pujante, com domínio de matas relativamente diversificadas e alguns matos. Nestas condições, a aptidão dos solos para as culturas agrícolas é reduzida, condicionando também a presença humana, como sucede, aliás, nas maiores altitudes das restantes ilhas.</p> <p>Pelo contrário são beneficiados os ecossistemas naturais, pelo que nesta unidade de paisagem se verifica a persistência de vegetação endémica de características únicas no panorama da ilha, há muito desaparecida no restante território devido à ocupação humana. Aqui a vegetação é mais próxima da vegetação natural do restante Arquipélago. Considerando a provável diferenciação da vegetação endémica e nativa por ilha ou grupos de ilhas, que se reflete tanto nas próprias plantas como na fauna de artrópodes e outros insetos associada, é possível ter a perceção da importância destas raras manchas de vegetação natural, que estiveram na origem da criação recente de uma área classificada [Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico Alto integrada no Parque Natural da Ilha de Santa Maria].</p> <p>Do cimo do Pico Alto podem observar-se amplas panorâmicas sobre toda a ilha e mar envolvente, e apreciar a exuberância do azul e do verde dominantes. Deste pico tem-se a perceção do contraste entre a parte oriental da ilha, mais alta, húmida, acidentada e diversificada, e a ocidental, mais baixa, seca, plana e menos diversificada.</p>	
SMA 5 Praia Formosa	0,5	Praia	<p>Trata-se de uma unidade ocupada por áreas agrícolas em plataforma aberta ao mar, muito influenciada pela presença da praia e das altas encostas que a limitam e enquadram. Tem uma forte relação com o mar, através de uma praia de boa qualidade, com areia clara, devido à existência de partículas calcárias, e com utilização balnear muito mais recente que a Praia de São Lourenço. Neste local realiza-se o Festival “Maré de Agosto”, já com alguma tradição e peso na vida da ilha. É ainda possível constatar a presença das ruínas de uma antiga fortificação para defesa da costa, atualmente bastante degradada.</p> <p>O povoamento é disperso e pouco denso com algumas construções nos terrenos adjacentes à praia. As áreas agrícolas são relativamente diversificadas, com destaque para a vinha e para as plantações de cucurbitáceas. De facto, a produção do melão de Santa Maria é muito apreciada no panorama insular, e a cultura de tais plantas nesta ilha é referenciada desde os tempos de Gaspar Frutuoso. No entanto, algumas áreas agrícolas encontram-se num relativo abandono, provavelmente devido à pressão para a sua utilização urbana.</p>	
SMA 6 Zona agrícola Oriental	18	Feteiras, Norte, Santa Bárbara, Arrebetão, Azenha de Cima, Azenha de Baixo, Santo Espírito, Glória, Calheta	<p>É uma unidade onde o relevo é bastante ondulado e a relação com o mar é quase nula, existindo uma clara sensação de interioridade, o que é bastante raro nos Açores. Destaca-se a forte presença da agricultura, mais do que em qualquer outra unidade da ilha, muito diversificada, em plena atividade e, no geral, corretamente ordenada. Os terrenos [incluindo alguns socacos nas encostas] encontram-se revestidos por vegetação com diferentes texturas e tons de verde, transmitindo uma sensação de fertilidade e de frescura.</p> <p>O povoamento surge muito disperso, associado às parcelas agrícolas, embora Santa Bárbara, e um pouco também Santo Espírito, constituam núcleos urbanos mais ou menos concentrados, mas rodeados de alguma dispersão por entre áreas agrícolas entremeadas por pequenas matas.</p> <p>A arquitetura tradicional é muito característica, correspondente a uma tipologia com alguns aspetos próximos da arquitetura tradicional da região Saloia, o que transmite à paisagem um carácter especial. São de realçar os volumes compactos das habitações rurais e as características chaminés prismáticas, localmente denominadas por “chaminés de vapor”, assim como a peculiar disposição dos núcleos rurais entre si e em relação às vias de comunicação.</p>	

Unidade de paisagem				Elementos singulares
Designação	Área (km ²)	Aglomerados urbanos	Síntese	
SMA 7 Baía de São Lourenço	0,7	São Lourenço	<p>Esta unidade de paisagem corresponde a parte de uma extensa caldeira já muito erodida, representada por uma arribal litoral de grande altura e acentuados declives, que vai progressivamente diminuindo à medida que se aproxima o nível do mar, criando como que uma pequena plataforma onde se implantaram, linearmente, construções ao longo da estrada que se estende entre as vinhas e a praia. As zonas de declive mais abrupto são revestidas por vegetação natural, enquanto as encostas com um declive elevado, mas acessíveis foram trabalhadas por meio da armação do terreno em socacos, delimitados por uma intrincada teia de muros de pedra seca de basalto.</p> <p>Ressalta nesta unidade uma forte inter-relação Homem-Natureza, dada a grandeza da encosta em anfiteatro, a que se acrescentaram as inteligentes estruturas ali construídas para a produção do vinho de qualidade e de outros produtos agrícolas, bem como a ótima zona balnear constituída por uma praia de areia clara e por uma piscina de água salgada. Nesta unidade existe um centro de veraneio com longa tradição na ilha, onde algumas famílias marienses, geralmente proprietárias de casas e vinhas, se instalam para usufruir da qualidade da zona balnear e da tranquilidade do lugar.</p> <p>O carácter desta unidade é muito marcado pela presença das vinhas em pequenos quartéis e socacos, acessíveis por estreitos caminhos e escadarias ao longo da íngreme encosta. Estas vinhas encontram-se atualmente em progressivo abandono por razões económicas e falta de mão-de-obra. As estruturas construídas associadas a esta unidade de paisagem constituem-se como um notável património da arquitetura de produção desta ilha [significativo à escala do Arquipélago], podendo-se estabelecer um paralelo com a paisagem da Madeira, sendo que os vinhos aqui produzidos em tempos históricos terão sido comparados aos daquela ilha.</p>	<p>ESSMA4_ Ilhéu de São Lourenço</p> <p>Ilhéu relativamente alto, mas de reduzida área muito próximo da costa, sendo bem visível do miradouro junto à estrada. Este ilhéu encontra-se revestido com diversas espécies autóctones arbustivas e herbáceas. Tem uma fuma onde existiam estalactites amplamente descritas por Gaspar Frutuoso. Junto a este ilhéu era possível o abrigo de navios, mas o acesso era restrito aos seus proprietários. Mais recentemente passou a ser visitado pelos utentes da zona balnear, pelo que deverá ser dada uma maior atenção à necessária preservação do património natural existente.</p>
SMA 8 Encosta Sudoeste	14	Panasco, Malbusca	<p>Esta unidade de paisagem estabelece a transição entre a zona de maior intensidade agrícola, a Zona Agrícola Oriental [SMA6], e a costa, onde predomina uma agricultura mais pobre e mais seca, num relevo menos acidentado. A unidade é constituída essencialmente por pastagens compartimentadas em parcelas de forma tendencialmente retangular, limitadas por muretes de pedra seca, bem como por manchas de matos diversificados a diferentes altitudes e declives, como os da zona de Panasco. Outrora a vinha foi cultivada em socacos, em algumas das arribas, encontrando-se muitas delas atualmente abandonadas. A costa é muito recortada, pontuada por diversas baías e promontórios.</p> <p>Existe, portanto, uma diferenciação nítida entre a paisagem do topo das arribas, com relevo pouco acidentado, e a paisagem das falésias e arribas costeiras, com resquícios de socacos de vinha e vegetação natural ou naturalizada. Os quartéis de vinha costeiros encontram-se, no entanto, ainda preservados em íngremes parcelas e são reveladores do talento construtivo dos seus habitantes e do impacto económico que a agricultura, e particularmente a vinha, tiveram para o desenvolvimento desta ilha. Junto à linha de costa ocorrem algumas manchas com vegetação endémica e nativa característica das zonas costeiras, embora espécies invasoras como a cana [Arundo donax] e a agave [Agave americana] sejam fortes concorrentes daquelas.</p>	<p>ESSMA5_ Baía da Cura</p> <p>É constituída por falésias e uma gruta inserida numa baía pronunciada, abrigada dos ventos dominantes. É um elemento de grande beleza cénica, embora não existam fáceis acessos terrestres.</p> <p>ESSMA7_ Ponta da Malbusca</p> <p>Nesta zona destaca-se uma praia extinta, com fósseis marinhos, elevada numa escarpa e a presença de um Barreiro ou "deserto vermelho" semelhante ao Barreiro da Faneca.</p>
SMA 9 Maia	0,9	Maia	<p>A Maia é uma unidade bem delimitada por arribas muito altas e de declive muito acentuado, no extremo oriental da ilha, onde o mar tem uma forte presença. Nestas encostas encontram-se patentes os efeitos da erosão, notando-se desmoronamentos mais ou menos recentes. Destaca-se a existência de algumas parcelas de terra arável, dominando, contudo, a cultura da vinha nas encostas com socacos, em (currais de vinha), à semelhança do tipo de paisagem de São Lourenço. De facto, sempre que o declive o permite, surgem aqui pequenas parcelas de terreno armado em socacos que conferem à paisagem uma intensa humanização.</p> <p>O povoamento dispõe-se linearmente ao longo da estrada paralela ao mar, na base da encosta. No local existe uma zona balnear, com uma piscina natural, muita procurada na época estival. Existe também um pequeno porto de pesca e uma zona de pesqueiro assinalada, a Baixa do Coelho. Nesta unidade de paisagem encontra-se a cascata do Aveiro, com cerca de 80 metros de altura, uma das maiores do país</p>	<p>ESSMA6_ Ponta do Castelo</p> <p>É um promontório rochoso alcantilado sobre o mar no extremo sudeste da ilha, provido de um farol denominado o Farol de Gonçalo Velho, que iniciou o seu funcionamento na década de 20 do século passado. A sua implantação particular e localização privilegiada, assim como a singularidade dos acessos, conferem-lhe características únicas. É ainda uma Zona Especial para a Conservação da Natureza, devido à presença nas falésias de flora endémica da Macaronésia e às praias de calhau rolado na sua base, onde a vegetação endémica de</p>

Unidade de paisagem				Elementos singulares
Designação	Área (km ²)	Aglomerados urbanos	Síntese	
				características mais xéricas tem condições para ocorrer. Nas imediações da Ponta do Castelo encontra-se uma antiga Vigia da Baleia recuperada, e no sopé do promontório, na Baixa do Sul, localizam-se um portinho e as ruínas de uma antiga exploração baleeira desativada.

Fonte: Portal do Ordenamento do Território dos Açores (<http://ot.azores.gov.pt>)

Destacam-se ainda os pontos panorâmicos (miradouros) identificados na Ilha de Santa Maria:

- Santana (PPSMA 1.1) – de onde se pode observar da panorâmica na direção do aeroporto e zona adjacente da unidade de paisagem Plataforma Ocidental (SMA1);
- Saramago (PPSMA 1.2) – de onde se pode observar a panorâmica na direção do aeroporto e zona adjacente da unidade de paisagem Plataforma Ocidental (SMA1);
- Estrada Regional, entre Feteiras de Baixo e Feteiras de Cima até Lagoínhas (PPSMA 2.1) – de onde se podem observar alguns pontos de vista da unidade de paisagem Encosta Norte (SMA2), nomeadamente entre Feteiras de Baixo e Feteiras de Cima, até Lagoínhas;
- Miradouro das Lagoínhas (PPSMA 2.2) – de onde se pode observar a unidade de paisagem Encosta Norte (SMA2);
- Baía do Cré e “Canyon” da Ribeira do Lemos (PPSMA 2.3) – de onde se podem observar diferentes perspetivas sobre a costa da unidade de paisagem Encosta Norte (SMA2);
- Zona do Figueiral (PPSMA 3.1) – de onde se podem observar panorâmicas sobre as arribas da costa sul da unidade de paisagem Terras de Alagoa/ Almagreira (SMA3);
- Miradouro da Macela (PPSMA 3.2 e PPSMA 5.1) – de onde se pode observar a unidade de paisagem Terras de Alagoa/ Almagreira (SMA3), bem como uma panorâmica costeira da unidade de paisagem Praia Formosa (SMA5);
- Pico Alto (PPSMA 4.1) – de onde se podem observar amplas panorâmicas que permitem abarcar quase toda a ilha, com destaque para a unidade de paisagem Serra do Pico Alto (SMA4);
- Zona de Santa Bárbara (PPSMA 6.1) – de onde se pode observar a paisagem agrícola diversificada da zona de Santa Bárbara, bem como da restante unidade de paisagem Zona Agrícola Oriental (SMA6);
- Miradouro do Espigão (PPSMA 7.1 e PPSMA 8.1) – de onde se pode observar a baía e a encosta em socacos de São Lourenço e o Ilhéu de São Lourenço (ou do Romeiro), que integram a unidade de paisagem Baía de São Lourenço (SMA7), bem como uma panorâmica sobre a costa da unidade de paisagem Encosta Sudeste (SMA8);
- Capela de Nossa Senhora da Boa Morte (PPSMA 8.2) – de onde se pode avistar o penedo costeiro da Piedade da unidade de paisagem Encosta Sudeste (SMA8);
- Ponta da Malbusca (PPSMA 8.3) – de onde se pode observar a Ponta da Malbusca que integra a unidade de paisagem Encosta Sudeste (SMA8);
- Ponta do Castelo - Farol da Maia (PPSMA 9.1) – de onde se pode observar a enseada e o povoado da Maia que integram a unidade de paisagem Maia (SMA9), bem como a Baixa do Sul e a imensidão do oceano.

A ilha de Santa Maria possui cinco percursos pedestres homologados (tabela seguinte), sendo um de grande rota e os restantes de pequena rota.

Tabela 6.2.5_ Percursos Pedestres homologados

Código/Designação	Grau de Dificuldade	Duração	Extensão
GR1SMA-Grande Rota Santa Maria	Medio	28h30m	78 Km
PR1SMA-Costa Norte	Medio	4h	9 Km
PR4SMA-Santo Espírito - Maia	Fácil	2h	4 Km
PR5SMA-Costa Sul	Medio	3h	7 Km
PRC2SMA-Pico Alto	Medio	2h	6.20 Km

Relativamente ao património, de acordo com a informação mais recente disponível, estão localizados no concelho de Vila do Porto diversos imóveis e conjuntos classificados, nomeadamente 6 Imóveis de Interesse Público (IIP), um Conjunto de Interesse Público (CIP) e seis Imóveis de Interesse Municipal (IIM), conforme se identifica na tabela seguinte.

Tabela 6.2.6_Património arquitetónico classificado no concelho de Vila do Porto

Designação	Localização	Diploma de classificação	Classificação
Ermida de Nossa Senhora dos Anjos	Vila do Porto	Resolução nº 58/2001, de 17 de maio	IIP
Igreja de Santo Espírito	Santo Espírito	Decreto nº 41 191, de 18 de julho de 1957	IIP
Casa do 3º Donatário (incluída na Zona Classificada de Vila do Porto)	Vila do Porto	Decreto nº 44 452, de 5 de julho de 1962	IIP
Convento e Igreja de S. Francisco	Vila do Porto	Decreto nº 251/70, de 3 de junho	IIP
Prédio da Rua Teófilo Braga, 124	Vila do Porto	Resolução nº 64/84, de 30 de abril	IIP
Zona Classificada de Vila do Porto	Vila do Porto	Decreto Legislativo Regional nº 22/92/A, de 21 de outubro	CIP
Moinho de Água da Ribeira Grande	Vila do Porto	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Moinho de Água do Calhau da Roupa	Vila do Porto	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Moinho de Água d de Santa Bárbara, Estrada Regional	Santa Bárbara	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Moinho de Vento da Lapa	Santo Espírito	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Moinho de Vento da Lapa de Cima	Santo Espírito	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Moinho de Vento do Arrebetão	Santa Bárbara	Resolução nº 234/96, de 3 de outubro	IIM
Lugar do Aeroporto de Santa Maria	Vila do Porto	Resolução nº 93/2017 de 10 agosto 2017	IIP
Quinta do Falcão, Almagreira	Vila do Porto	Resolução do Conselho de Governo n.º 42/2023 de 8 de março	IIP

Fonte: Listagem dos conjuntos/imóveis classificados na RAA (disponível em <http://www.culturacores.azores.gov.pt/>)

Há também um conjunto de valores concelhios identificados no PDM em vigor bem como outros propostos para classificação no âmbito do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica de Vila do Porto, que dão conta da riqueza patrimonial do concelho de Vila do Porto.

Tabela 6.2.7_ Valores concelhios

Designação	Localização/freguesia
Conjunto do Forte de S. Brás e Ermida da Conceição, Ermida de S. Pedro Gonçalves e Monumento à 1ª Guerra Mundial	Vila do Porto
Forte de S. João Baptista	Praia / Almagreira
Portões Brasonados existentes na Ilha	várias
Ermida de Jesus Maria José	S. Lourenço / Santa Bárbara
Chaminés a Vapor existentes nas casas senhoriais de Vila do Porto e S. Pedro	Vila do Porto e S. Pedro
Ermida do Recolhimento de Santa Maria Madalena	Vila do Porto
Casa de Maria da Purificação Puim (Rua do Dr. Luís Bettencourt, 42-44)	Vila do Porto
Recolhimento de Santo António	Vila do Porto
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção	Vila do Porto
Igreja do Recolhimento de Santo António	Vila do Porto

Designação	Localização/freguesia
Igreja de Santo Antão	Vila do Porto
Edifício sito na Rua Dr. Luís Bettencourt, 42 e 44	Vila do Porto
Edifício sito na Rua do Dr. Luís Bettencourt, 12, 14, 16 e 18	Vila do Porto
Edifício sito na Rua Dr. Luís Bettencourt, 2, 4 e 6	Vila do Porto
Antiga Fábrica da Telha	Vila do Porto
Fornos de Cal, Rua do Cotovelo	Vila do Porto
Fornos de Cal de Valverde	Vila do Porto
Edifício sito na Rua Teófilo Braga, 119	Vila do Porto
Edifício sito na Rua Teófilo braga, 111, 113, 115	Vila do Porto
Edifício sito na Rua Teófilo Braga, 93 e 95	Vila do Porto

Fonte: PDM em vigor (Aviso n.º 3279/2012 de 29 de fevereiro)

Tabela 6.2.8_ Património arquitetónico proposto para classificação no PPSVZH_Vila do Porto

Designação	Classificação proposta
Conjunto do Forte de S. Brás e Ermida da Conceição, Ermida de S. Pedro Gonçalves e Monumento à 1ª Guerra Mundial	IIP
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção	IIP
Igreja do Recolhimento de Santo António	IIM
Igreja de Santo Antão, sita no Largo de José Baptista	IIM
Edifício sito na Rua Dr. Luís Bettencourt, 42 e 44	IIM
Edifício sito na Rua do Dr. Luís Bettencourt, 12, 14, 16 e 18	IIM
Edifício sito na Rua Dr. Luís Bettencourt, 2, 4 e 6	IIM
Antiga Fábrica da Telha	IIM
Fornos de Cal, Rua do Cotovelo	IIM
Fornos de Cal de Valverde	IIM
Edifício sito na Rua Teófilo Braga, 119	IIM
Edifício sito na Rua Teófilo Braga, 111, 113, 115	IIM
Edifício sito na Rua Teófilo Braga, 93 e 95	IIM

Fonte: PPSVZH_Vila do Porto (DRR n.º 12/2006/A de 24 de fevereiro).

Para além destes imóveis classificados e com proposta de classificação, existem ainda outros imóveis e conjuntos, identificados no SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

Tabela 6.2.9_Património arquitetónico não classificado no concelho de Vila do Porto identificado no SIPA

Designação	Localização	Arquitetura
Casa do Padre Manuel	Vila do Porto	Civil/habitação
Casas na Rua dos Esquecidos / Museu de Santa Maria	Santo Espírito	Civil/habitação
Chafariz do Largo Coronel Costa Santos	Vila do Porto	Civil/Engenharia
Chafariz do Largo Luís Figueiredo	Vila do Porto	Civil/Engenharia
Chafariz no Largo Jaime Figueiredo	Vila do Porto	Civil/Engenharia
Edifício da Administração Florestal de Vila do Porto	Vila do Porto	Civil/Administrativo
Ermida da Mãe de Deus	Vila do Porto	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Boa Morte	Santo Espírito	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Boa Viagem / Ermida de Santa Ana	Vila do Porto	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Conceição / Ermida de Nossa Senhora da Conceição da Rocha	Vila do Porto	Religioso
Ermida de Nossa Senhora Da Glória	Santo Espírito	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Graça	Almagreira	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Piedade	Santo Espírito	Religioso
Ermida de Nossa Senhora da Saúde	São Pedro	Religioso
Ermida de Nossa Senhora de Fátima	São Pedro	Religioso

Designação	Localização	Arquitetura
Ermida de Nossa Senhora de Lourdes	Santa Bárbara	Religioso
Ermida de Nossa Senhora de Monserrate	São Pedro	Religioso
Ermida de Nossa Senhora do Desterro	Santa Bárbara	Religioso
Ermida de Nossa Senhora do Pilar	São Pedro	Religioso
Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres	Santo Espírito	Religioso

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (<http://www.monumentos.gov.pt/>, consultado em julho de 2022).

O património identificado está mais concentrado na sede de concelho, mas existem elementos notáveis, classificados ou não, em todas as freguesias. Existem ainda, dispersos no concelho da Vila do Porto, muitos edifícios de arquitetura popular com interesse, particularmente decorrente do tipo de materiais e de técnicas utilizadas na sua construção.

Embora apenas os bens classificados estejam sujeitos a servidões no quadro dos instrumentos de gestão territorial, designadamente no PDM, os restantes elementos devem ser igualmente considerados nas opções estratégicas de ordenamento do território municipal numa lógica de salvaguarda e valorização patrimonial. Por outro lado, alguns destes elementos patrimoniais podem justificar o desenvolvimento de uma análise mais detalhada tendo em vista uma eventual classificação, na linha do que já fora proposto nos instrumentos de gestão territorial municipais.

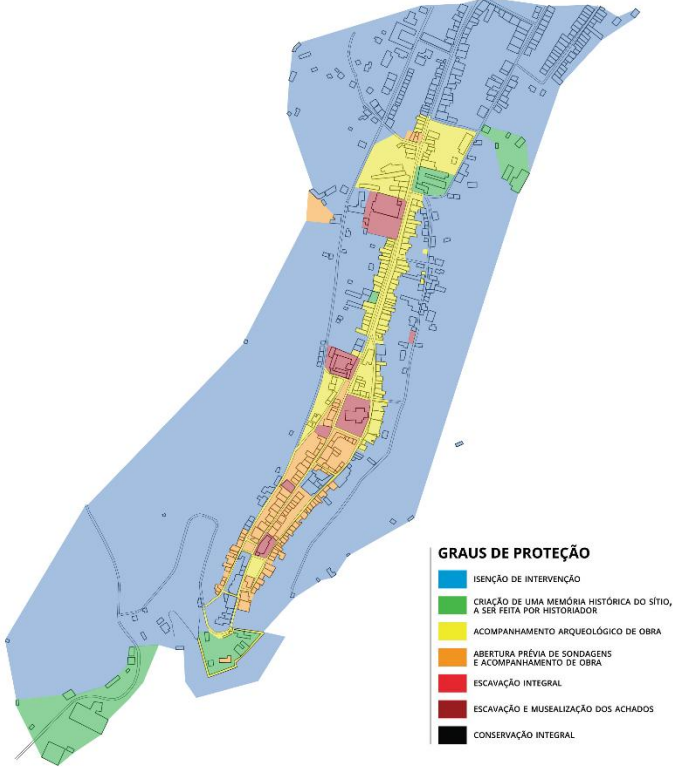
No que se refere ao património arqueológico, importa fazer referência à proposta de Carta de Risco do Património Arqueológico disponibilizada pela DRaC. A carta de risco do património arqueológico está prevista no regime jurídico da gestão do património arqueológico⁷ e aplica-se à Zona Classificada de Vila do Porto e respetiva zona de proteção, tendo por objetivo criar procedimentos preventivos e boas práticas que precedam operações urbanísticas, indicando os níveis de intervenção adequados à defesa e valorização do património arqueológico, nomeadamente:

- Isenção de intervenção;
- Elaboração de uma memória histórica do sítio, a ser feita por historiador;
- Acompanhamento arqueológico de obra;
- Abertura prévia de sondagens e acompanhamento de obra;
- Escavação integral;
- Escavação e musealização dos achados;
- Conservação integral - estabelecimento de zonas de interdição de operações urbanísticas.

A elaboração deste instrumento tem em consideração a informação já existente na DRaC, devendo ser equacionadas as opções sobre os graus de intervenção propostos no sentido de promover a preservação daquele património cultural.

⁷ Artigo 22.º do DLR 6/2018/A de 16 de maio

Figura 6.2.8_ Extrato da Carta de Risco do Património Arqueológico



Fonte: Adaptado de DRaC

Tabela 6.2.10_ Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Extensão dos corredores ecológicos	N.D. / N.E.		
Áreas classificadas ou protegidas (n.º, ha; % da AI)	PNI – 13 áreas protegidas 2 áreas de Rede Natura 2000	2024	Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Área construída em áreas classificadas ou protegidas (ha; %)	N.D. / N.E.		
Geossítios e cavidades vulcânicas (n.º)			
Habitats e espécies protegidas abrangidas por legislação nacional e comunitária (identificação; localização; n.º)	8 Habitats protegidos 25 espécies protegidas		Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Espécies exóticas invasoras presentes (espécies, n.º e distribuição)	41 Espécies exóticas invasoras		Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Águas balneares costeiras identificadas e não identificadas (n.º) e respetiva classificação no	PTAX8L Anjos PTAH7T Formosa	2024	DROTRH

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
caso das águas balneares costeiras identificadas	PTAX3E Maia PTAU9N São Lourenço		
Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)	PTAX8L Anjos PTAH7T Formosa PTAX3E Maia PTAU9N São Lourenço	2024	DROTRH
Ações e/ou projetos concretizados para a gestão e conservação da natureza (n.º e investimento)	LIFE SNAILS	2024	https://www.lifesnails.eu/
Unidades de paisagem e elementos singulares (n.º)	9 unidades de paisagem 7 elementos singulares,	2024	Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Percursos pedestres com interesse paisagísticos (n.º; km)	1 GR 4PR	2024	https://trails.visitazores.com/pt-pt
Miradouros e pontos de interesse paisagístico	13 pontos panorâmicos (miradouros)	2024	Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Ações de preservação e/ou valorização da paisagem (n.º)	N.D. / N.E.		
Património cultural classificado ou em vias de classificação (n.º e tipologia)	6 Imóveis de Interesse Público (IIP) 1 Conjunto de Interesse Público (CIP) 6 Imóveis de Interesse Municipal (IIM) 8 Valores concelhios	2024	Estudos de Caracterização da 2ªRevisão do PDM de Vila do Porto, dezembro de 2024
Património natural classificado ou em vias de classificação (n.º, ha e tipologia)	N.D. / N.E.		
Ações de preservação e/ou valorização do património (n.º)	N.D. / N.E.		

Tabela 6.2.11_ Questões-chave da situação atual para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Questões-chave
Áreas protegidas e classificadas que se traduzem numa considerável extensão do território classificado no âmbito do PNI, Rede Natura 2000 e RAMSAR e Paleoparque de Santa Maria, com importantes e singulares valores naturais, paisagísticos e patrimoniais.
Presença de habitats e espécies de extrema relevância para a conservação.
Elevado número de espécies exóticas e invasoras presentes.
Existência de paisagens únicas que promovem a existência de miradouros e percursos pedestres.
Existência de um conjunto de elementos patrimoniais com elevado potencial para valorização e requalificação, nomeadamente arquitetónico e paleontológico

6.2.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2RPDM_VILADOPORTO

A evolução das componentes associadas aos valores e recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais, na ausência da presente proposta de 2rPDM_ViladoPorto, apresentar-se-á, ao longo do tempo, tendencialmente estagnada ou até negativa.

Considera-se que a ausência de projetos locais integrados e continuados com as atuais políticas e intervenções de proteção e gestão de âmbito da administração municipal e/ou regional e de outros projetos de conservação, que prevejam a recuperação de espécies alvo e/ou dos próprios habitats, facilitará a degradação gradual, o que favorecerá a redução da conectividade entre as diversas áreas naturais presentes. Isto prejudicará o movimento natural das espécies, por um lado, enquanto, por outro, diminui viabilidade e a resiliência dos ecossistemas e do próprio território, dada a importância dos serviços prestados por estes, nomeadamente: de prevenção de consequências de fenómenos/eventos naturais catastróficos, de retenção e estabilidade dos solos, de regulação do ciclo da água, de refúgio de biodiversidade e de recreação, educação e ciência, para além da informação estética, espiritual e histórica.

Ainda na ausência da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, e no que respeita ao critério Paisagem e Património é de referir que relativamente aos elementos patrimoniais que atualmente se encontram sem classificação continuarão sem salvaguarda e reabilitação, quer material, quer em termos legais, bem como as zonas de interesse paisagístico situadas na AI.

Em síntese, considera-se que sem a implementação deste plano fica adiada a oportunidade de incorporar e acompanhar novas dinâmicas locais que assegurariam uma consolidação e articulação capaz de gerir corretamente os seus valores e recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais e assim promover uma dinâmica económica, social e ambiental, na área de intervenção da proposta de 2rPDM_ViladoPorto e áreas adjacentes.

6.2.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de Objetivos (e respetivos Projetos) propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da 2rPDM_ViladoPorto, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das atuais opções territoriais, regulamento e do programa de execução da revisão do Plano, consumada numa análise às oportunidades e ameaças identificadas nos Objetivos (e respetivos Projetos), patente na Tabela seguinte.

Tabela 6.2.12 Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”










Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes	Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis.	(Não identificados)
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	--
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do	O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta	(Não identificados)

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense	potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação. Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	--
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas	Adoção de estratégias de qualificação e inovação que promovam a eco-eficiência e consequentemente a redução das pressões humanas sobre os recursos naturais em geral, e a biodiversidade em particular. Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação.	(Não identificados)
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2;3/T;P/C; Si	--
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto em terra como no mar	A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho. A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património. A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho.	(Não identificados)
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	--













Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas	No que respeita à valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens. Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade. A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos e patrimoniais.	(Não identificados)
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	--

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto-Prazo; 2 - Médio-Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; –feito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

Tabela 6.2.12_ Síntese das tendências de evolução do FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Áreas naturais e ecossistemas			
Paisagem			
Património cultural e natural			

Legenda:


Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)			
				
	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução				
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE
				
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.2.6 RECOMENDAÇÕES

AAE 2rPDM_ViladoPorto

De salientar que logo à partida foram sugeridas várias recomendações pela AAE internalizadas na presente versão da proposta da 2rPDM_ViladoPorto, nomeadamente ao nível do âmbito dos projetos associados aos Objetivos 1, 3 e 4 da revisão do PDM, como o caso dos Projetos 1.7, 3.2, 3.3, 3.4, e 4.1 Assim, subsistem apenas algumas recomendações complementares resultantes da análise dos elementos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, que se considera que poderão potenciar e reforçar o conjunto de potenciais oportunidades identificadas.

Tabela 6.2.13_Recomendações no âmbito do FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
Os projetos públicos que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas.	- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes;		<p><u>Efeitos positivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. - O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoados rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação. - Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis - A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho. <p>A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. - No que respeita à valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
			<p>recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade.</p> <p>- A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos e patrimoniais.</p>
<p>Nos projetos aprovados que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que:</p> <p>- Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração;</p> <p>- Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios</p>	<p>- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes;</p> <p>- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto na proteção e valorização da paisagem e;</p> <p>- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto na proteção e valorização do património natural e cultural.</p>	<p>↗</p>	<p><u>Efeitos positivos</u></p> <p>- Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis.</p> <p>- O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoados rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação.</p> <p>- Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis.</p> <p>- A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho.</p> <p>- A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património.</p> <p>- A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho.</p> <p>- No que respeita à valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens. Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas</p>

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
			<p>massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade. A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos e patrimoniais.</p>
<p>Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacto significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.</p>	<p>- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes;</p>	<p>↗</p>	<p><u>Efeitos positivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. - O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação. - Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis. - A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho. - A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património. - A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. - No que respeita à valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens. Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
			<p>água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade.</p> <p>- A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos a patrimoniais.</p>
<p>Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.</p>	<p>- Avaliar o contributo da proposta de 2rPDM_ViladoPorto para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes;</p>	<p>→</p>	<p><u>Efeitos positivos</u></p> <p>- Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis.</p> <p>- O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação.</p> <p>- Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis.</p> <p>- A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho.</p> <p>- A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património.</p> <p>- A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho.</p> <p>- No que respeita à valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas</p>

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
			da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade. - A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos a patrimoniais.

Legenda:

	↗	→
Contributo	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.3. RECURSOS NATURAIS

6.3.1 INTRODUÇÃO

A revisão de um PDM torna-se fundamental na medida em que decorre da necessidade de adaptar um concelho às novas realidades e de assegurar os fatores determinantes e estruturantes para o desenvolvimento do território.

A manutenção ou recuperação das condições naturais, bem como a utilização sustentável dos recursos naturais e conservação da diversidade biológica apresentam-se como fundamentais no que se refere à qualificação e coesão territorial no âmbito do 2rPDM_ViladoPorto. Assume-se desta forma como uma das componentes fundamentais e fortemente vocacionadas para assegurar a sustentabilidade do território uma vez que promove as bases mais adequadas para a gestão integrada e equilibrada da área de intervenção.

Neste sentido, a avaliação do “Solo” torna-se imprescindível uma vez que este representa a componente fundamental dos ecossistemas e dos ciclos naturais pois, enquanto constitui um reservatório de água, é também o suporte essencial ao sistema agrícola e o espaço físico para o desenvolvimento das atividades humanas. Por isso, importa ainda, aquando da sua abordagem, considerar os agentes que contribuem para os processos de degradação do solo como nomeadamente a erosão, a diminuição da matéria orgânica, a contaminação local e difusa, a impermeabilização e a diminuição da biodiversidade, entre outros.

Para além disso, considera-se ainda que a valorização e proteção das atividades promotoras de desenvolvimento regional e local, responsáveis pelo aumento do bem-estar social e económico e que defendem, na mesma ordem, a qualidade ambiental e paisagística constituem--se assim componentes fundamentais e fortemente relacionadas para a sustentabilidade de um território

No caso específico do critério “Recursos Hídricos”, a presente análise pretende avaliar de que forma a 2.ª revisão do PDM contribui para o uso sustentável dos recursos hídricos e beneficiação do estado das massas de água na área de intervenção tendo em consideração as ações previstas pela presente proposta de 2rPDM_ViladoPorto.

Para além disso, considera-se ainda que a valorização e proteção das condições naturais dependerá da qualidade ambiental proposta pelo 2rPDM_ViladoPorto, devendo-se avaliar em que medida o Plano promove a redução do consumo e risco de depleção dos recursos naturais (p.e. água e energia), e avaliação das medidas de eficiência energia previstas, de introdução de fontes de energia renováveis no território capazes de promover a descarbonização conducentes a reduções significativas de emissão de GEE, bem como sustentabilidade e independência energética.

6.3.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Através deste fator de sustentabilidade pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do Plano, tendo como principais objetivos:

- Preservar o estado das massas de água e gerir de forma sustentável os recursos hídricos disponíveis;
- Preservar e gerir de forma sustentável os recursos energéticos locais, promovendo-se a utilização de fontes renováveis de energia, bem como a sensibilização para a adoção de boas práticas que promovam a eficiência energética em espaços e edifícios públicos ou privados;
- Promover uma gestão sustentável dos solos, assegurando a preservação das suas funções ecológicas e territoriais;
- Garantir a proteção e o aproveitamento sustentável dos recursos agroflorestais, otimizando a sua capacidade produtiva e contribuindo para a circularidade;
- Fomentar a exploração sustentável dos recursos geológicos, promovendo a sua valorização em equilíbrio com o desenvolvimento local.

Tabela 6.3.1_Indicadores selecionados para o FS “Recursos Naturais”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Recursos Hídricos: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto contribui para a gestão dos recursos hídricos?	Estado final das massas de águas de superfície e subterrâneas	Indicação do estado final das massas de água de superfície (interiores e costeiras) e subterrâneas, existentes na área de intervenção, de acordo com os critérios definidos pela Lei da Água e determinado no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH-RH9)
	Grau de implementação das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos previstas no âmbito PGRH-RH9	Nível de implementação (executadas; não executadas; em execução) das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos, previstas no âmbito PGRH-RH9.
Energia: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para o reforço da capacidade instalada e diversificação no uso de fontes de energia renováveis pelo sistema electroprodutor de eletricidade, e aquisição de eficiência energética no parque edificado público e privado e outros equipamentos públicos?	Capacidade instalada em FER	Potência instalada (kW) em centros electroprodutores a partir de fontes de energia renovável.
	Produção de energia elétrica por fonte de energia	Proporção (%) de energia elétrica produzida por fonte de energia (fóssil e renovável).
	Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	Proporção (%) de energia elétrica consumida por setor de atividade.
	Evolução do consumo de energia elétrica	Evolução do consumo anual de energia elétrica na área de intervenção.
Solo: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto, e as suas políticas de proteção do solo e ordenamento do território, promovem a gestão adequada dos solos?	Usos do solo por tipologia de utilização do uso do solo (ha e/ou %)	Ocupação e distribuição, por tipologia de utilização do uso do solo no concelho (em hectares e/ou percentagem).

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
	Área de Reserva Agrícola Regional (RAR) (ha; %)	Área total da RAR e percentagem sobre a área total do município (em hectares e/ou percentagem).
	Área de Reserva Ecológica (RE), por classe (ha; %)	Área total da RE e percentagem sobre a área total do município (em hectares e/ou percentagem).
	Área impermeabilizada em solo rural (ha; %)	Área total dos territórios artificializados sobre o solo rústico (em hectares e/ou percentagem).
Recursos agroflorestais: De que forma a 2rPDM_ViladoPorto promove uma gestão adequada dos recursos agroflorestais contribuindo para a sua proteção, capacidade produtiva, e aproveitamento material ou energético dos resíduos orgânicos potenciando a circularidade local e regional?	Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais (ha e % por tipologia)	Identificação, número e/ou percentagem do concelho ocupada por áreas agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais, por tipologia de classificação
Recursos geológicos: Qual o contributo da revisão do PDM para a identificação e exploração dos recursos geológicos, visando a sua valorização e utilização apropriada e acompanhando o funcionamento dos respetivos mercados, empresas e produtos?	Área do território ocupada pela atividade extrativa (n.º; Localização; ha; %).	Área do território ocupada pela atividade extrativa (em número, hectares e/ou percentagem).
	-	

6.3.3 SITUAÇÃO ATUAL

Recursos hídricos

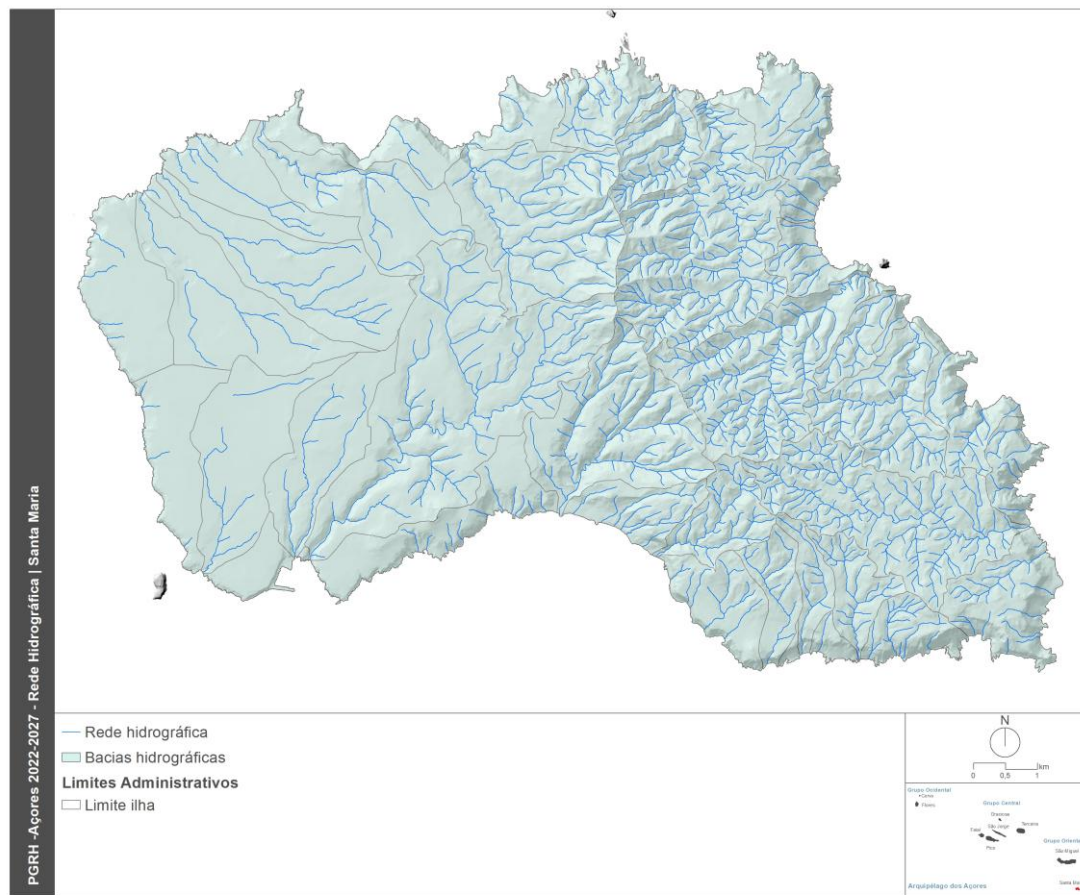
Massas de Água Superficiais Interiores

No que respeita a recursos hídricos, as principais bacias hidrográficas da ilha correspondem à ribeira de São Francisco, com cerca de 10,8 km², seguida da ribeira da Praia, com 5 km². Quase todos os cursos de água desta ilha são de regime torrencial com grande capacidade erosiva.

Na região ocidental de Vila do Porto, a rede de drenagem é muito pouco desenvolvida (Figura 6.3.1), com linhas de água de trajeto essencialmente retilíneo que correm segundo o declive do terreno. Nesta área só existem canais de primeira e segunda ordem, o que põe em evidência a reduzida hierarquização do sistema de drenagem. Destacam-se as bacias hidrográficas das ribeiras do Engenho, São Francisco e Praia.

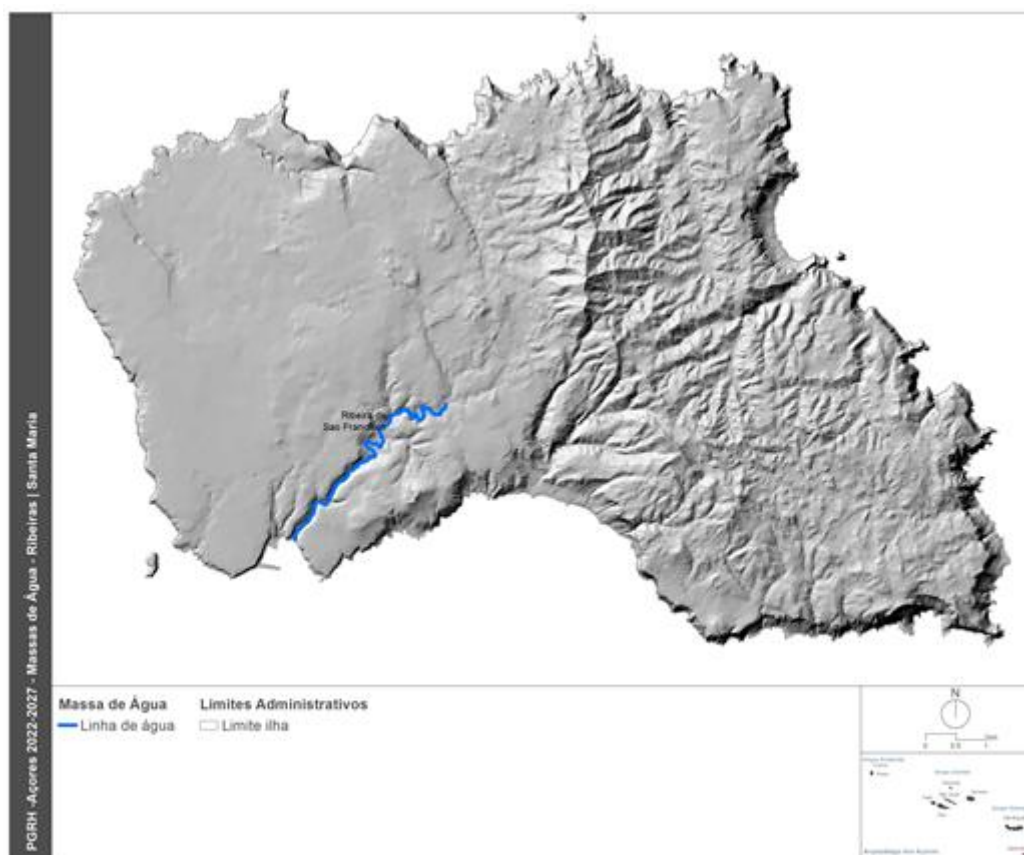
Na região oriental do concelho, a rede hidrográfica é densa e dominada pelas bacias das ribeiras de Santa Bárbara, Salto (ao centro) e Grande (a sul). Os vales destas ribeiras são entalhados a jusante e mais abertos a montante.

Figura 6.3.1 | Carta hidrográfica do concelho de Vila do Porto (PGRH-Açores, 2022)



A Diretiva Quadro da Água (Parlamento & União Europeia, 2000) estabeleceu um quadro de ação comunitária no domínio da política da água. Segundo a definição apresentada na DQA (Parlamento & União Europeia, 2000), está presente uma massa de água superficial interior no concelho de Vila do Porto – a ribeira de São Francisco (PGRH-Açores, 2022) (Figura 6.3.2).

Figura 6.3.2 _Massa de água da ribeira de São Francisco (PGRH-Açores, 2022)



A DQA impõe a classificação e monitorização do "estado das massas de água" definido com base em parâmetros biológicos, hidromorfológicos e físico-químicos. O Estado de uma massa de água de superfície é definido em função dos seus estados Ecológico e Químico, considerando-se o pior dos dois Estados.

De acordo com o PGRH-Açores 2022–2027, o Estado da ribeira de São Francisco encontra-se em Razoável, revelando que as cargas de origem pecuária apresentam significância, tendo-se registado um aumento de 40% do encabeçamento pecuário face à data de realização do anterior PGRH-Açores 2016–2021.

As ribeiras, com vista a atingir o objetivo do Bom Estado, têm igualmente vindo a ser objeto de medidas de redução e controlo de descargas de efluentes urbanos e agropecuários de forma difusa, que se articulam com medidas suplementares de beneficiação infraestrutural dos sistemas de saneamento de pequenos aglomerados, descentralizados ou isolados.

No Quadro 6.3.1 sintetizam-se as medidas preconizadas para a massa de água do concelho, e respetivo grau de execução, publicado pelo último Relatório de Avaliação Intercalar do Programa de Medidas do PGRH-Açores 2016–2021 em novembro de 2024. Para a avaliação do nível de implementação e execução foi solicitado às várias entidades responsáveis por cada uma das medidas o respetivo estado de execução das medidas até dezembro de 2023.

Tabela 6.3.1 | Medidas preconizadas para a massa de água superficial interior compreendida no concelho de Vila do Porto (PGRH-Açores 2016-2021 / PoM PGRH-Açores, 2024)

Massa de água	Código e designação da medida	Grau de execução da medida (2º ciclo) ⁸
Ribeira de São Francisco	RH9_B_002.A - Redução e controlo dos impactes da poluição difusa em massas de água superficiais interiores	50 – 80% (Em execução)
	RH9_S_038 - Beneficiação infraestrutural e tecnológica dos sistemas de saneamento de águas residuais urbanas	(Sem informação)
	RH9_S_040 - Reforço e capacitação operacional da fiscalização sobre águas residuais	< 50% (Não executada)
	RH9_S_042 - Promoção da aplicação das medidas de carácter agroambiental	50 – 80% (Em execução)

De referir que para as medidas RH9_B_002.A, RH9_S_040 e RH9_S_042 mantém-se o grau de execução do relatório de monitorização publicado em 2018, isto é, a continuidade da sua implementação, sendo que para a medida RH9_S_038 não foi, neste relatório, obter informação sobre a sua execução neste concelho.

Massas de Água Subterrâneas

Na ilha de Santa Maria foram delimitadas duas massas de água subterrâneas (Figura 2):

- Massa de água Facho – Pico Alto

A massa de água Facho Pico - Alto corresponde a uma unidade formada por aquíferos de altitude, porosos ou fissurados, admitindo-se a existência de aquíferos de altitude livres e semiconfinados, descontínuos no sistema, e limitados por níveis de permeabilidade reduzida, e costeiros. Não se exclui, igualmente, a existência de conexão hidráulica entre as massas de água Facho – Pico Alto e Anjos – Vila do Porto.

- Massa de água Anjos - Vila do Porto

A massa de água Anjos – Vila do Porto corresponde a uma unidade formada por aquíferos basais, essencialmente fissurados, em que nos níveis superiores se admite a existência de aquíferos descontínuos, livres e semiconfinados. Não se exclui, igualmente, a existência de conexão hidráulica entre as massas de água Anjos – Vila do Porto e Facho – Pico Alto.

A determinação do estado das massas ou grupos de massas de água subterrâneas é um dos pilares basilares em que se sustenta a gestão dos recursos hídricos numa dada região hidrográfica. Neste contexto, procedeu-se à aplicação sucessiva de uma série de testes relativos aos estados quantitativo e químico. O pior resultado obtido em cada fileira de testes é adotado como a classificação dos estados quantitativo e químico das massas de água subterrâneas. Por seu turno, a designação global do estado da massa de água subterrânea corresponde à mais adversa das classificações anteriores.

De acordo com o PGRH-Açores, todas as massas de água subterrâneas delimitadas no arquipélago foram classificadas como em Bom estado.

Águas Costeiras

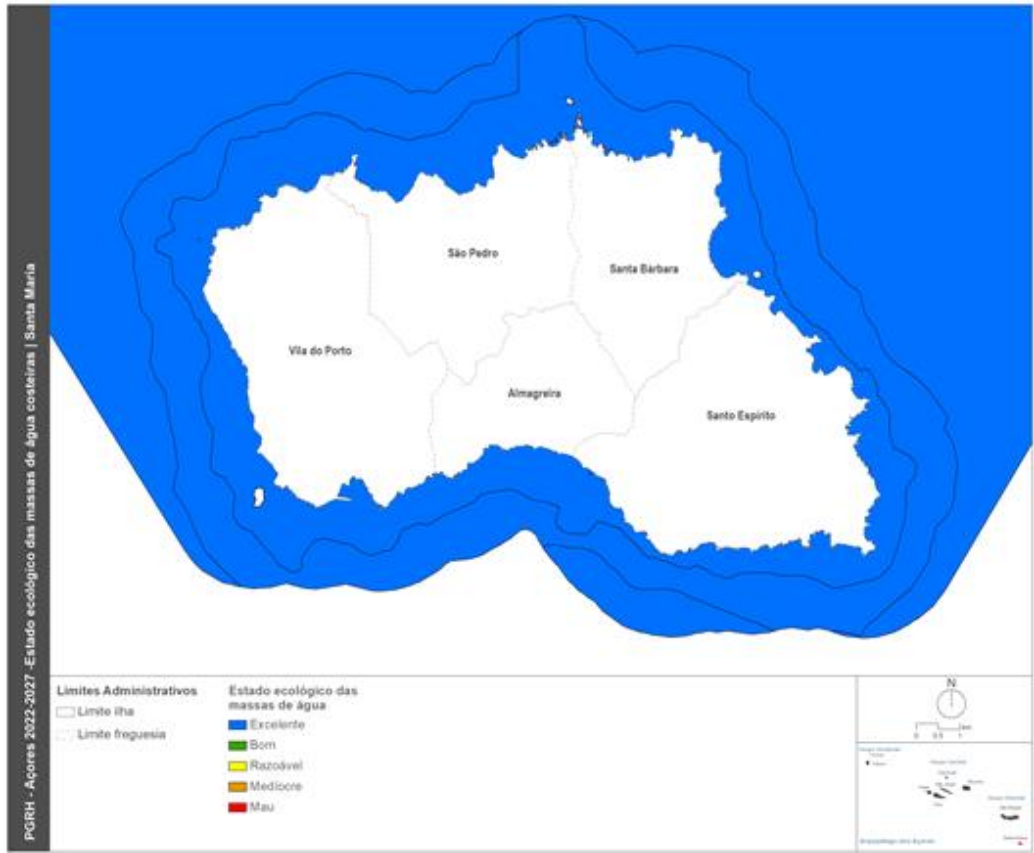
As massas de água costeiras adjacentes ao município compreendem a massa de água Grupo Oriental – Profundas, Santa Maria – Intermédia e Santa Maria – Pouco Profundas.

De acordo com o PGRH-Açores (2022) o Estado das massas de água costeiras, com base na análise de pressões naturais e antropogénicas, classifica-se o estado das massas de água costeiras como

⁸ Até dezembro de 2017, de acordo com o último Relatório de Avaliação Intercalar do PGRH-Açores aprovado e publicado em 2018.

excelente (Figura 6.3.3).

Figura 6.3.3 | Classificação do Estado das massas de água costeiras para a ilha de Santa Maria (PGRH-Açores, 2022)



Energia

O transporte e distribuição de eletricidade na RAA é da responsabilidade da Eletricidade dos Açores, S.A. (EDA). Em 31 de dezembro de 2022, o sistema elétrico da ilha de Santa Maria era composto por três centrais de produção de energia elétrica, e respetivas subestações elevadoras, uma linha de transporte a 10 kV, uma rede de distribuição de média tensão a 10 kV, e redes de distribuição de baixa tensão a 0,4 kV.

O sistema elétrico da ilha de Santa Maria possui três subestações elevadoras (Figura 6.3.1), nomeadamente, a Subestação do Aeroporto (SEAR) afeta à central termoelétrica com 9 MVA (6,9 MW) de potência instalada, a Subestação do Parque Eólico do Figueiral (SEPF) com 1,60 MVA (1,5 MW), e a Subestação da Central Fotovoltaica do Aeroporto (SEFA) com 1,25 MVA (0,6 MW). Todos os centros electroprodutores estão caracterizados na Tabela 6.3.2.

Tabela 6.3.2_Centros electroprodutores que fornecem eletricidade ao município de Vila do Porto

Designação	Geradores (n.º)	Potência instalada (MW)	Produção ⁹ de energia (MWh/ano)	% FER em SMG
Central Termoelétrica do Aeroporto (CTAR)	6	6,9	20 108,36	-
Parque Eólico do Figueiral (PEFG)	5	1,5	1 894,47	8%
Central Fotovoltaica do Aeroporto (CFAR)	24	0,6	989,94	4%

Fonte: CARE 2022, EDA

A rede de transporte de energia elétrica nesta ilha é constituída por uma linha MT a 10 kV que interliga

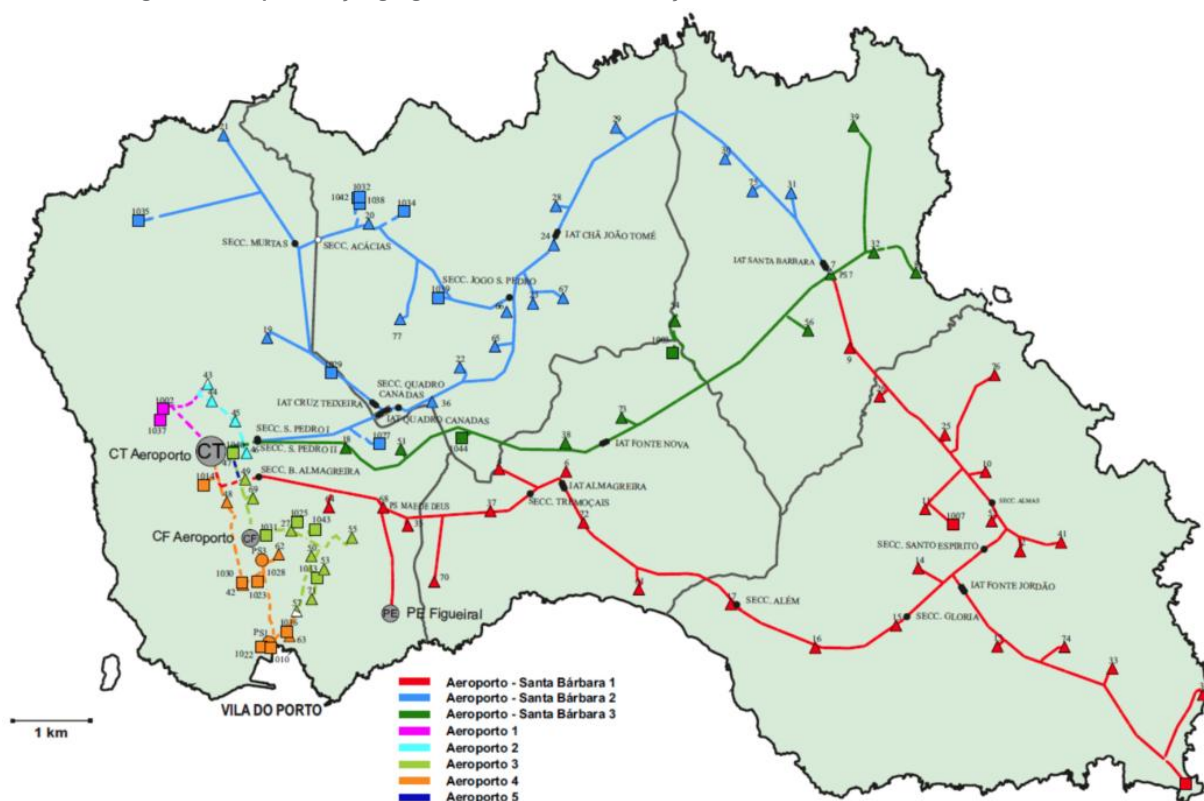
⁹ Produção relativa ao ano de 2022 (Fonte: CARE 2022, EDA).

a Central Fotovoltaica do Aeroporto (CFAR) à Central Térmica do Aeroporto (CTAR). A distribuição de energia em média tensão é realizada no nível de tensão de 10 kV. A rede é maioritariamente aérea e desenvolve-se a partir da subestação da Central do Aeroporto (SEAR). A rede subterrânea existente localiza-se principalmente na zona circundante da central térmica e na Vila do Porto. Na ilha de Santa Maria toda a rede de distribuição MT é explorada a 10kV e apresenta uma extensão de 91 km.

O Parque Eólico do Figueiral, com uma potência instalada de 1,5 MW, é constituído por cinco torres eólicas com aerogeradores de 300 kW. Cada aerogerador encontra-se ligado diretamente à subestação por meio de uma rede subterrânea de 400 volts. A Central Fotovoltaica do Aeroporto é composta por 2160 módulos fotovoltaicos de 340 W cada, perfazendo uma potência instalada de 734,4 kW e uma potência de ligação à rede (inversores) de 600 kW.

A eletricidade é depois distribuída a partir de uma rede de baixa tensão que assegura o fornecimento de energia elétrica a todas as localidades do concelho.

Figura 6.3.1_Representação geográfica das redes de distribuição elétrica de MT no concelho de Vila do Porto



(Fonte: CARE BT 2023, EDA)

Segundo o Relatório de caracterização das redes de transporte e distribuição da RAA (CARE 2022) elaborado pela EDA, SA, o sistema eletroprodutor da ilha de Santa Maria totaliza 9 MW de potência instalada.

A energia elétrica líquida produzida na ilha de Santa Maria em 2022 foi de aproximadamente 23 GWh. Cerca de 88% da energia emitida foi produzida pela central térmica, enquanto 8% foram produzidos pelo parque eólico e os restantes 4% foram produzidos pela central fotovoltaica. Assim, em termos de representatividade na produção de energia elétrica renovável, a ilha produziu cerca de 12% da energia renovável em 2022.

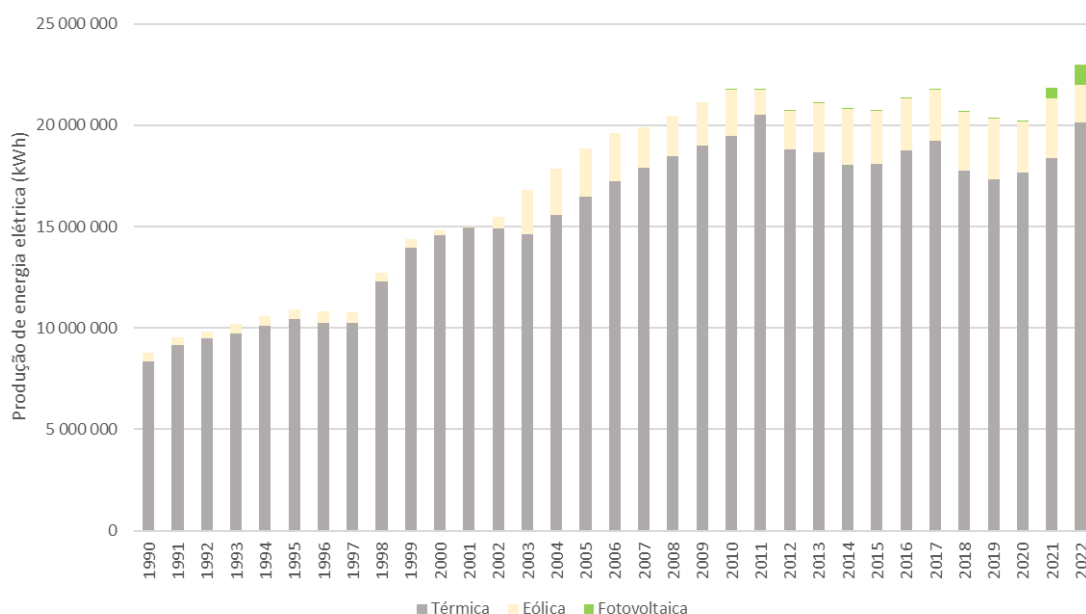
De acordo com o Plano Plurianual e Orçamento 2023-2027 da EDA, estava previsto dar continuidade ao reforço de potência dos parques eólicos e fotovoltaicos de Santa Maria, esperando-se atingir os 1282 MWh de energia fotovoltaica e 6103 MWh de energia eólica em 2027, bem como decorrerão os processos necessários à expansão do parque fotovoltaico em 2023 permitindo atingir uma potência instalada de 1000 kW, e a substituição dos aerogeradores do parque eólico até 2027. Assim, prevê-se

a substituição dos cinco aerogeradores de 300 kW do parque eólico da ilha de Santa Maria por três aerogeradores de 900 kW.

Está previsto também num futuro próximo, investimentos programados nos sistemas de reserva rápida do tipo BESS (*Battery Energy Storage System*) a instalar na ilha de Santa Maria, bem como noutras ilhas do arquipélago. Este projeto de investimento era permitir uma maior capacidade de penetração de energias renováveis por substituição de parte da energia térmica de base, pelo que os investimentos em energias renováveis poderão aumentar a partir de 2025.

Na ilha de Santa Maria são atualmente produzidos cerca de 23 GWh de energia elétrica (Figura 6.3.2), sendo que 88% é de origem fóssil (diesel), 8% de origem eólica e 4% de origem fotovoltaica. A produção de energia na ilha após um aumento sucessivo desde 1990 até 2010, sofreu uma década de estagnação até 2020, tem registado um crescimento após 2020, devido à pandemia, tendo sido este aumento suportado essencialmente pelas fontes de origem fóssil e fotovoltaica.

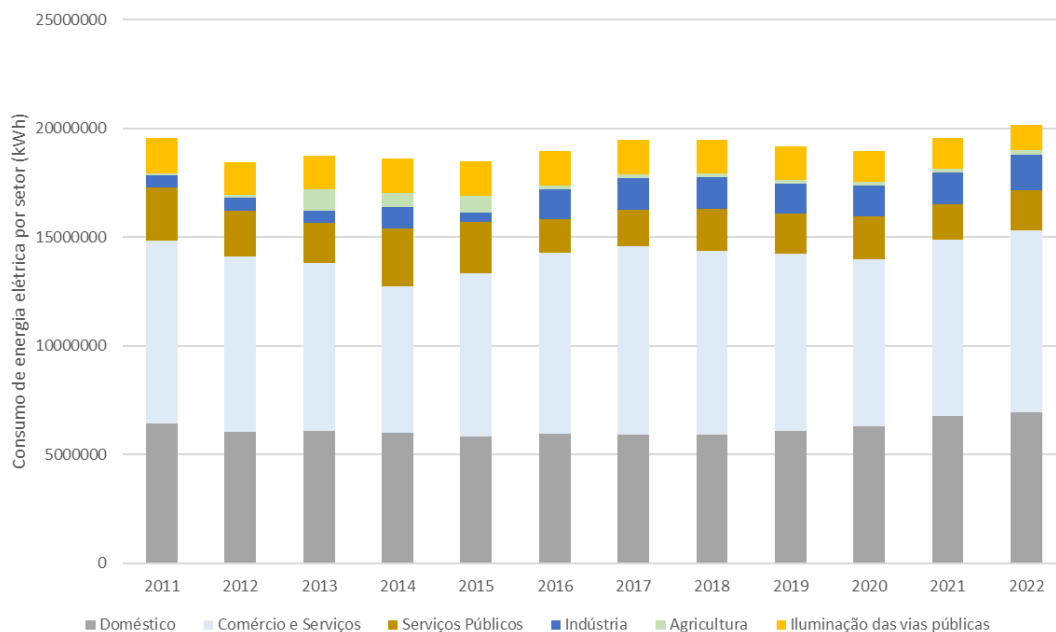
Figura 6.3.2_Produção elétrica por tipo de fonte de energia no município de Vila do Porto



Fonte: SREA, 2024 / CARE 2022, EDA.

Em 2022 o concelho de Vila do Porto foi responsável pelo consumo de 20 GWh de energia elétrica (Figura 6.3.3), o que equivale a aproximadamente 88% da produção do concelho. Os setores de atividade mais consuntivos são o setor de comércio e serviços (42%) e o setor doméstico (34%). Os consumos no município têm registado uma tendência de estagnação, com uma média de evolução praticamente nula nos últimos 10 anos (-0,3%), não obstante durante os anos da pandemia (2021 e 2022) terem atingido máximos históricos. Os setores mais consumidores, doméstico e de comércio e serviços, bem como a indústria, têm apresentado incapacidade de redução e aquisição de níveis superiores de eficiência energética, tendo inclusive aumentado em nos últimos anos.

Figura 6.3.3_Consumo de energia elétrica por setor de atividade no município de Vila do Porto



Fonte: INE, 2024.

Solo

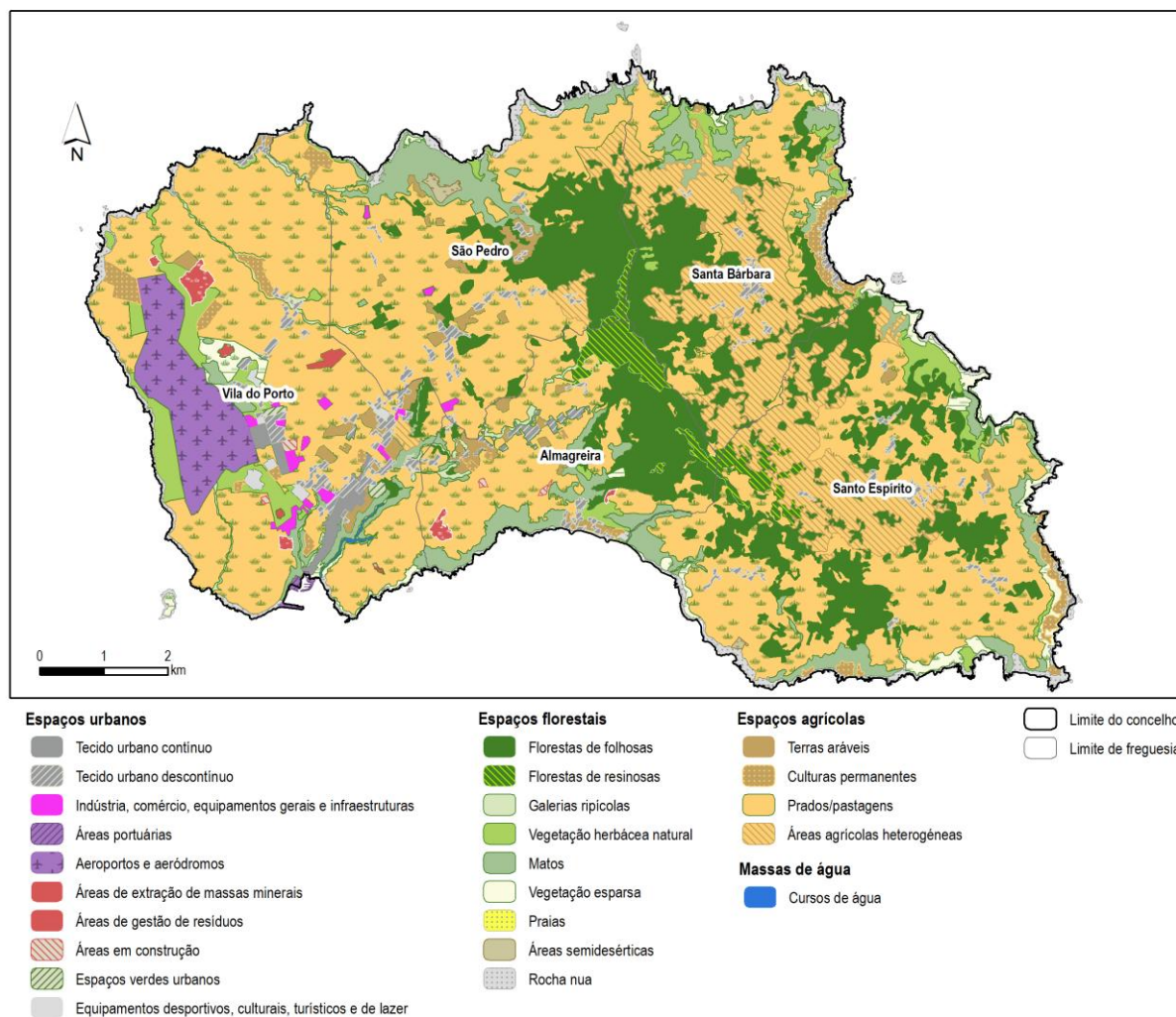
O concelho de Vila do Porto apresenta a agricultura como o uso do solo dominante, ocupando 57,9% do território. Neste grupo, destacam-se os prados e pastagens, que representam 44,9% do total da área. Seguem-se as áreas agrícolas heterogêneas com 9,9%, as culturas permanentes com 1,6% e as terras aráveis com 1,5%.

As áreas florestais e os meios naturais e seminaturais ocupam 34,3% do território, com destaque para as florestas de folhosas, que representam 16,5%. Os matos têm um peso de 6,7%, seguidos pela vegetação herbácea natural com 3,4%, a rocha nua com 3,0%, e a vegetação esparsa com 1,9%. Outros elementos incluem as florestas de resinosas com 1,8%, as galerias ripícolas com 0,8%, e as áreas semidesérticas com 0,1%.

Os territórios artificializados, que incluem as áreas urbanas, equipamentos e infraestruturas, representam 7,8% do uso do solo. Destas, as áreas urbanas e infraestruturas ocupam 7,3%, enquanto as áreas de extração de massas minerais ocupam 0,4%.

Por fim, as massas de água são praticamente residuais, ocupando apenas 0,04% do território, representadas pelos cursos de água com 0,0% (3,5 hectares).

Figura 6.3.4_ Carta de Ocupação do Solo, 2018.

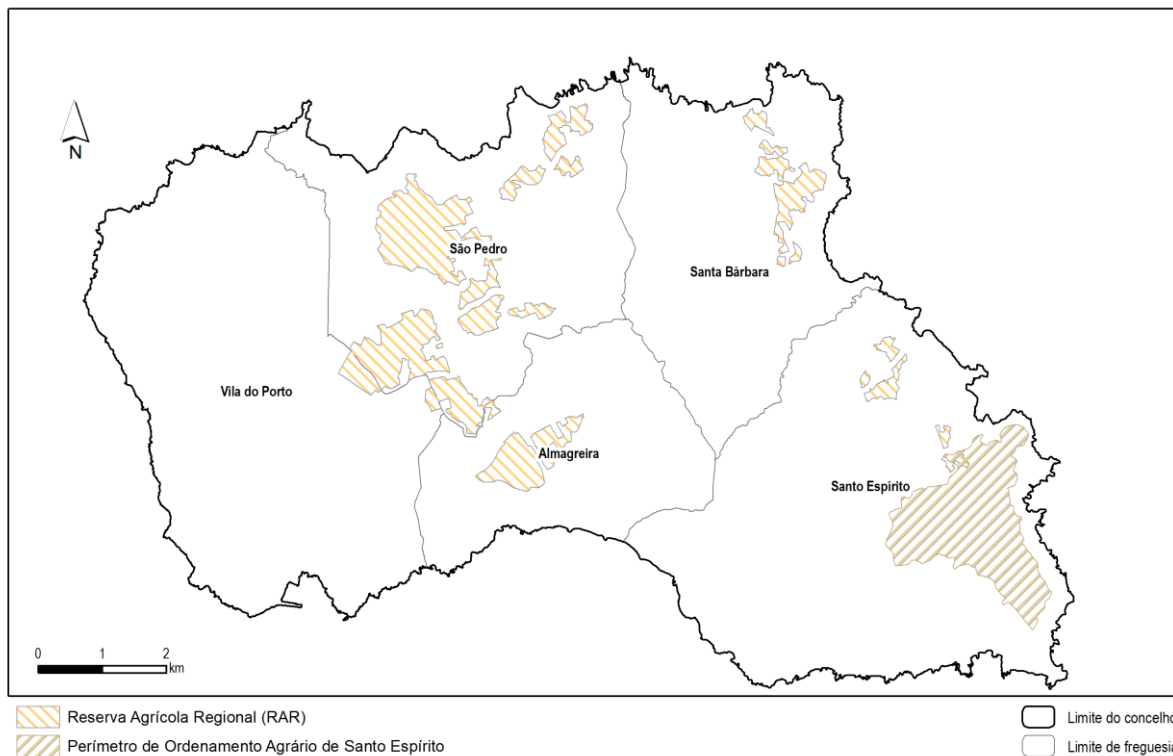


Fonte: DRA, 2018.

As áreas da Reserva Agrícola Regional (RAR) ocupam 623,15 ha, correspondendo a 6,43% da área total do concelho. A freguesia de São Pedro destaca-se por concentrar áreas significativas integradas na RAR, enquanto na freguesia de Vila do Porto estas áreas têm uma expressão reduzida. A freguesia de Santo Espírito inclui a totalidade do Perímetro de Ordenamento Agrário de Santo Espírito, que ocupa 368,9 ha e está regulamentado pela Portaria n.º 69/2022, de 12 de agosto.

De forma geral, as áreas da RAR distribuem-se em pequenos blocos, evidenciando uma certa fragmentação

Figura 6.3.5_ Reserva Agrícola Regional e Perímetro de Ordenamento Agrário de Santo Espírito



Fonte: CM Vila do Porto, 2024.

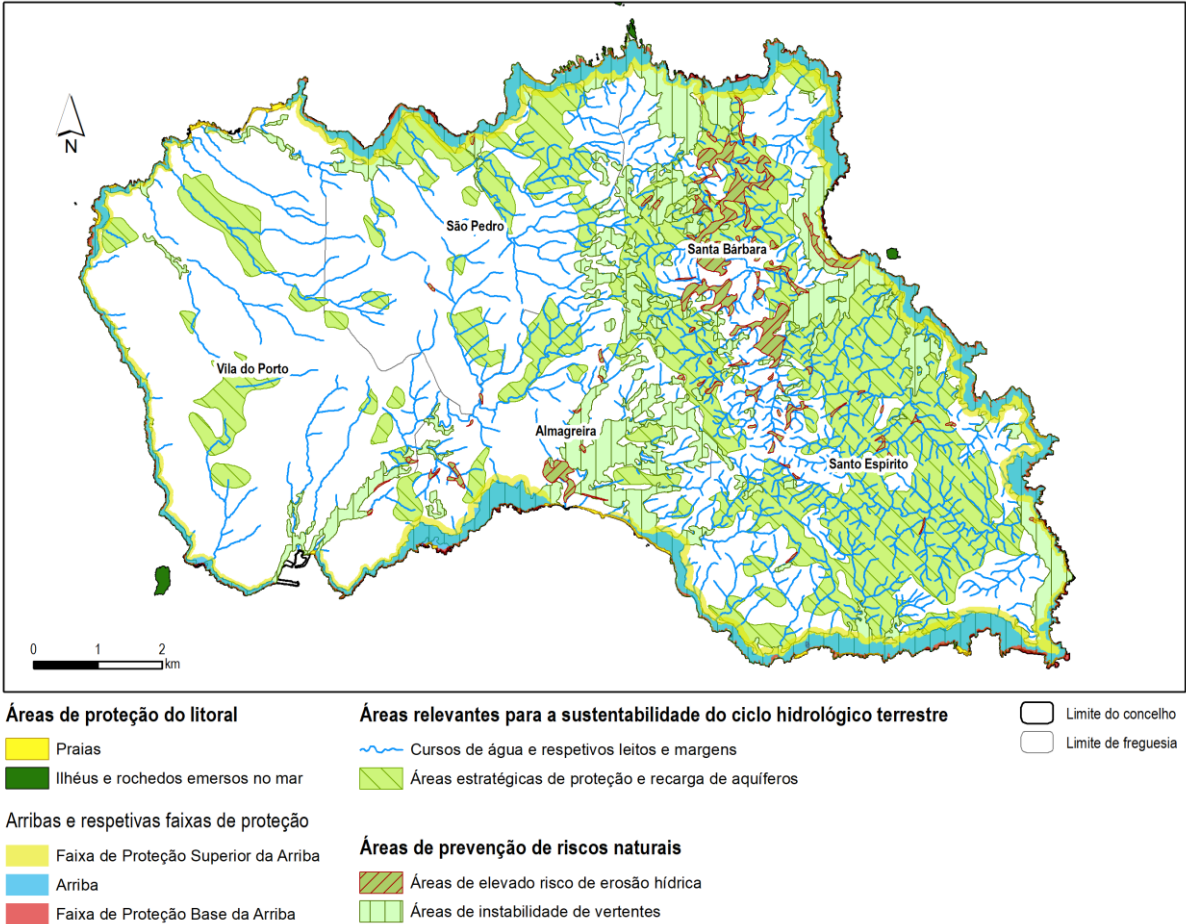
A análise da área de Reserva Ecológica (RE) revela a sua distribuição em diferentes classes. As áreas de proteção do litoral, que incluem praias, ilhéus e arribas. As praias ocupam 17,45 hectares, correspondendo a 0,47% da RE, constituindo uma área reduzida, mas com importância local na proteção costeira. Os ilhéus e rochedos emersos no mar, com uma extensão de 16,5 hectares (0,44%), apesar da sua dimensão limitada, possuem elevado valor ecológico, sobretudo para a conservação da biodiversidade. As arribas e respetivas faixas de proteção destacam-se com 1062,30 hectares, representando 28,6% da RE, sendo fundamentais na preservação do litoral e no controlo da erosão costeira.

As áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre englobam os cursos de água e respetivos leitos e margens, que ocupam 807,46 hectares (21,8% da RE), desempenhando um papel essencial na regulação hídrica e na mitigação de cheias. A maior classe da RE pertence às áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, que totalizam 2101,88 hectares, representando 56,7% do total.

No que diz respeito às áreas de prevenção de riscos naturais, as zonas de elevado risco de erosão hídrica do solo abrangem 193,92 hectares, correspondendo a 5,2% da RE, e localizam-se em áreas críticas, maioritariamente em encostas sujeitas a erosão. Por sua vez, as áreas de instabilidade de vertentes ocupam 1583,88 hectares, ou seja, 42,7% da RE.

Em suma, as áreas de Reserva Ecológica destacam-se pela sua predominância nas áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, reforçando a prioridade da gestão hídrica no território. A relevância das arribas e das áreas de instabilidade de vertentes sublinha a necessidade de ações de proteção do litoral e de prevenção de riscos naturais. Por outro lado, as praias e os ilhéus, apesar da sua extensão limitada, mantêm um elevado valor ecológico, fundamental para a biodiversidade e conservação ambiental.

Figura 6.3.6 _ Reserva Ecológica



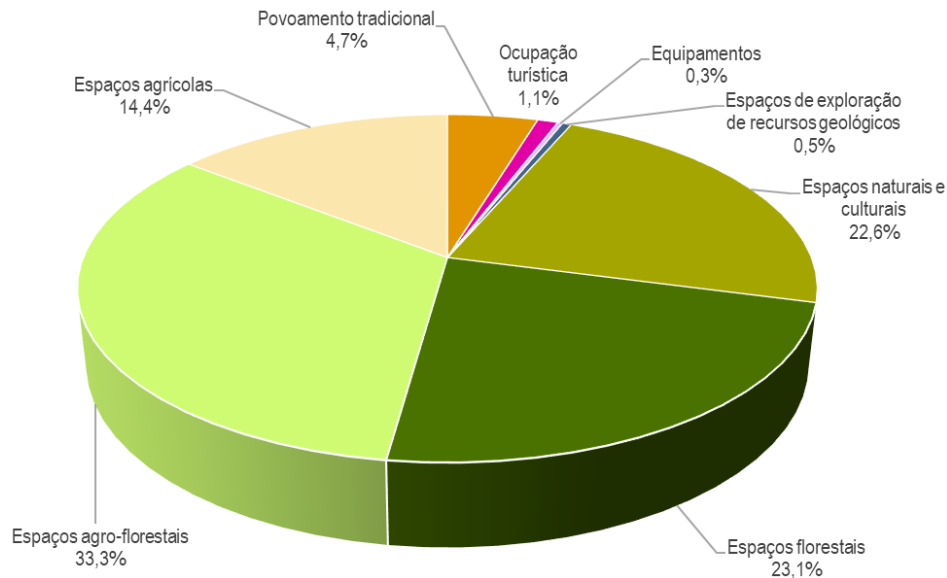
Fonte: CM Vila do Porto, 2024.

A análise da área impermeabilizada em solo rural evidencia que o povoamento tradicional representa a maior fração de áreas impermeabilizadas, com 4,69% da área total de solo rural, refletindo a prevalência de ocupações humanas históricas em zonas rurais. Segue-se a ocupação turística, com 1,06%, que, embora menos expressiva, demonstra o impacto crescente das atividades turísticas em espaços rurais.

Os equipamentos (0,26%) e os espaços de exploração de recursos geológicos (0,47%) apresentam contribuições menores, representando usos específicos e localizados. No caso das áreas de exploração geológica, foram incluídas como áreas impermeabilizadas devido às atividades associadas, como a construção de infraestruturas e a compactação do terreno por maquinaria pesada, que reduzem significativamente a permeabilidade do solo, promovendo o aumento do escoamento superficial.

Em termos gerais, a área impermeabilizada ocupa uma fração muito pequena do solo rural, destacando a predominância de usos naturais e sustentáveis, mas reforça a necessidade de um planeamento cuidadoso para equilibrar as ocupações humanas e a preservação ambiental.

Figura 6.3.7_ Classes de espaços em solo rural.



Fonte: CM Vila do Porto, 2024.

Recursos Agroflorestais

Para analisar as áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais, procedeu-se à identificação das categorias relevantes, com base na análise das classes de uso do solo da Carta de Ocupação do Solo de 2018. Desta análise, foram selecionadas as seguintes classes: áreas agrícolas heterogêneas, culturas permanentes, prados/pastagens, terras aráveis, áreas semidesérticas, florestas de folhosas, florestas de resinosas, galerias ripícolas, matos, vegetação esparsa e vegetação herbácea natural.

Os prados/pastagens destacam-se como a categoria mais representativa, ocupando 4377,4 hectares, o que corresponde a 44,9% da área total do concelho. Este valor reflete a predominância das atividades agropecuárias baseadas em pastagens.

As florestas de folhosas ocupam 1609,1 hectares, equivalentes a 16,5% do território. Estas áreas evidenciam a relevância das florestas para a conservação ambiental, a biodiversidade e os usos silvícolas no concelho.

As áreas agrícolas heterogêneas, com 965,3 hectares (9,9%), estão associadas a sistemas agrícolas diversificados, desempenhando um papel significativo na produção agrícola local.

Outras categorias florestais e agrícolas incluem os matos (655,62 hectares; 6,7%), a vegetação herbácea natural (334,6 hectares; 3,4%), as florestas de resinosas (174,8 hectares; 1,8%), as culturas permanentes (157,2 hectares; 1,6%) e as terras aráveis (143 hectares; 1,5%). Embora com menor expressão, estas categorias contribuem para a diversidade do uso do solo no concelho.

As categorias de menor dimensão incluem a vegetação esparsa (185,8 hectares; 1,9%), as galerias ripícolas (74,6 hectares; 0,8%) e as áreas semidesérticas (13,6 hectares; 0,1%), que representam usos específicos ou áreas de menor produtividade, mas com importância ecológica.

No contexto do concelho, as áreas com aptidões diversificadas totalizam uma parte significativa do território, com destaque para os prados/pastagens e as florestas de folhosas, que, em conjunto, representam cerca de 61,4% da área total. Este elevado valor sublinha a vocação rural e silvo-pastoril do concelho, com uma forte componente ambiental e produtiva. As restantes categorias, apesar de menor expressão, desempenham um papel complementar na diversidade ecológica e funcional do uso do solo, contribuindo para a sustentabilidade territorial.

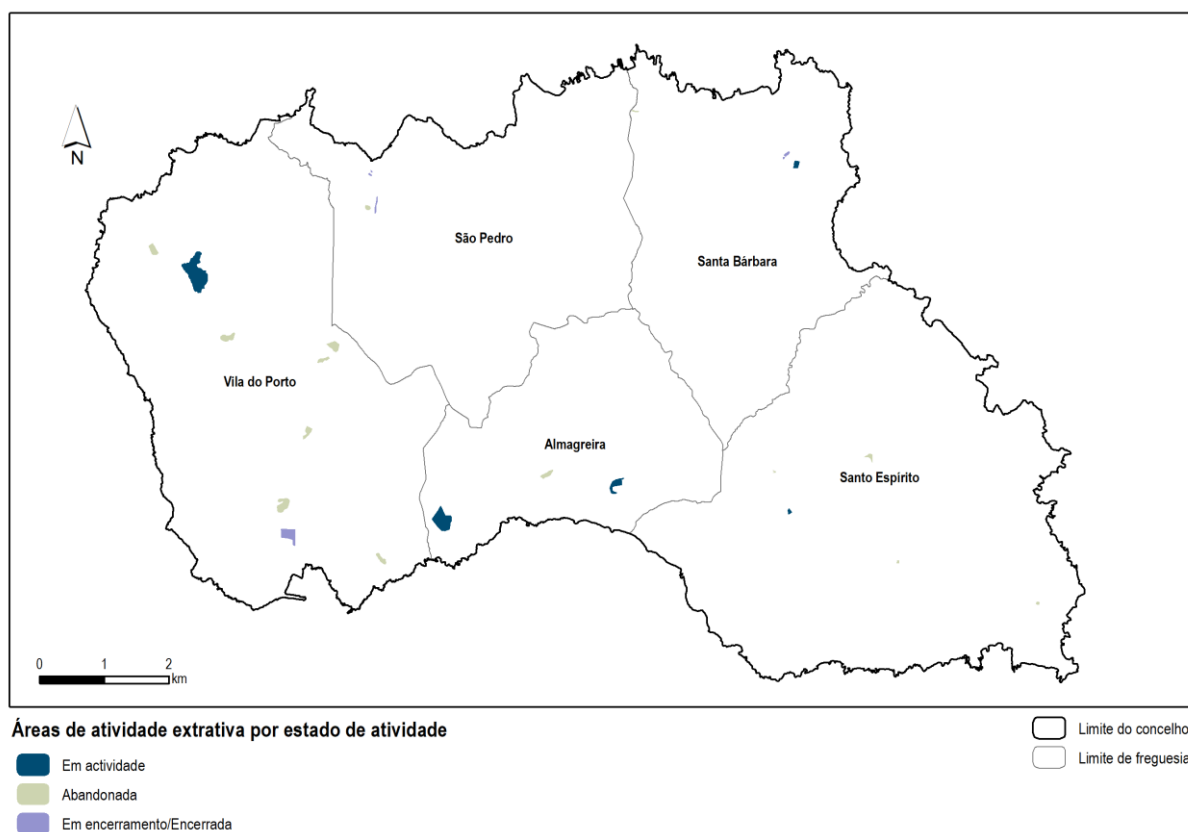
Recursos geológicos

A área ocupada pela atividade extrativa no concelho é bastante reduzida, totalizando apenas 0,41% do território. A maior parte desta área está classificada como "em atividade" (0,21%), seguida pelas áreas "abandonadas" (0,15%), enquanto as áreas "em encerramento/encerradas" têm a menor expressão, com apenas 0,05%.

A área mais significativa de atividade extrativa encontra-se na freguesia de Vila do Porto, a norte do aeroporto, com uma extensão de 11,8 hectares, destinada à extração de brecha, conglomerados e basalto. Na freguesia de Almagreira, destacam-se duas áreas dedicadas à extração de basalto, com 6,2 hectares e 1,8 hectares, respetivamente. Na freguesia de Santa Bárbara, existe uma área de 0,7 hectares para a extração de bagacina, enquanto na freguesia de Santo Espírito se localiza uma exploração mais pequena, com apenas 0,2 hectares, destinada à extração de basalto.

Apesar do impacto localizado destas atividades, o seu peso relativo no território do concelho é mínimo, destacando a necessidade de gestão sustentável destas áreas, especialmente aquelas abandonadas ou encerradas, para minimizar impactos ambientais e promover a sua recuperação.

Figura 6.3.8_Áreas de extração de massas minerais, por tipo de estado da exploração



Fonte: PAE, 2015.

Na tabela 6.3.3 é apresentada a síntese dos indicadores de caracterização da situação atual do presente FS.

Tabela 6.3.3_ Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Recursos Naturais”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Estado final das massas de águas de superfície e subterrâneas	<p><u>Superficiais interiores:</u> Ribeira de São Francisco – Razoável</p> <p><u>Superficiais costeiras:</u> Grupo Oriental – Profundas – Excelente Santa Maria – Intermédia – Excelente Santa Maria – Pouco Profundas – Excelente</p> <p><u>Subterrâneas:</u> Facho – Pico Alto - Bom Anjos - Vila do Porto – Bom</p>	2022	PGRH / DROTRH
Grau de implementação das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos previstas no âmbito PGRH-RH9	<p>RH9_B_002.A: 50 – 80% (Em execução)</p> <p>RH9_S_038: > 80% (Executada)</p> <p>RH9_S_040: < 50% (Não executada)</p> <p>RH9_S_042: 50 – 80% (Em execução)</p>	2018	PoM PGRH/ DROTRH
Capacidade instalada em FER	Eólica – 1,5 MW Fotovoltaica – 0,6 MW	2022	EDA
Produção de energia elétrica por fonte de energia	Termoelétrica – 20,1 GWh (88%) Eólica – 1,9 GWh (8%) Fotovoltaica – 1 GWh (4%)	2022	EDA
Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	20 GWh (88% da produção) Comércio e serviços (42%) Doméstico (34%)	2022	INE
Evolução do consumo de energia elétrica	-0,3% ao ano (Média 2011-2022)	2011-2022	INE
Usos do solo por tipologia de utilização do uso do solo (ha e/ou %)	<p>Espaços urbanos Áreas urbanas, equipamentos e infraestruturas: 711,9ha 7,3% Áreas de extração de massas minerais: 43,0ha 0,4%</p> <p>Áreas Agrícolas Áreas agrícolas heterogêneas: 965,3ha 9,9% Culturas permanentes: 157,2ha 1,6% Prados/pastagens: 4377,4ha 44,9% Terras aráveis: 143,0ha 1,5%</p> <p>Áreas Florestais Áreas semidesérticas: 13,6ha 0,1% Florestas de folhosas: 1609,1ha 16,5% Florestas de resinosas: 174,8ha 1,8% Galerias ripícolas: 74,6ha 0,8% Matos: 655,6ha 6,7% Praias: 1,2ha 0,01% Rocha nua: 290,0ha 3,0% Vegetação esparsa: 185,8ha 1,9% Vegetação herbácea natural: 334,6ha 3,4%</p> <p>Massas de água Cursos de água: 3,5ha 0,04%</p>	2018	DRA
Área de Reserva Agrícola Regional (RAR) (ha; %)	623,15ha 6,43% da AI	CM Vila do Porto	2024
Área de Reserva Ecológica (RE), por classe (ha; %)	<p>Áreas de proteção do litoral: Praias: 17,45ha Ilhéus e rochedos emersos no mar: 16,5ha Arribas e respetivas faixas de proteção: 1062,30ha</p> <p>Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre: Cursos de água e respetivos leitos e margens: 807,46ha Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos: 2101,88ha</p> <p>Áreas de prevenção de riscos naturais:</p>	CM Vila do Porto	2024

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo: 193,92ha Áreas de instabilidade de vertentes: 1583,88ha		
Área impermeabilizada em solo rural (ha; %)	Total: 594,69ha (6,47% do total da área de solo rural - 9187,83ha) Povoamento tradicional: 430,72ha (4,69%) Ocupação turística: 97,37ha (1,06%) Equipamentos: 23,54ha (0,26%) Espaços de exploração de recursos geológicos: 43,06ha (0,47%)	CM Vila do Porto	2024
Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais (ha e % por tipologia)	Prados/pastagens: 4377,4ha (44,9% do total do concelho) Florestas de folhosas: 1609,1ha (16,5%) Áreas agrícolas heterogéneas: 965,3ha (9,9%) Matos: 655,62ha (6,7%); Vegetação herbácea natural: 334,6ha (3,4%); Florestas de resinosas: 174,8ha (1,8%); Culturas permanentes: 157,2ha (1,6%); Terras aráveis: 143ha (1,5%); Vegetação esparsa: 185,8ha (1,9%); Galerias ripícolas: 74,6ha (0,8%); Áreas semidesérticas: 13,6 há (0,1%)	2018	DRA
Área do território ocupada pela atividade extrativa (n.º; Localização; ha; %).	Em atividade: 20,68ha (0,21% do território total): - Vila do Porto: 11,8ha; - Almagreira: 8ha; - Santa Bárbara: 0,7ha; - Santo Espírito: 0,2ha. Abandonada: 14,97ha (0,15% do território total); Em encerramento/Encerrada: 4,87ha (0,05% do território total)	2015	PAE

A tabela 6.3.4 apresenta as questões-chave da situação atual para o presente FS.

Tabela 6.3.4_ Questões-chave da situação atual para o FS “Recursos Naturais”

Questões-chave
O estado das massas de água superficiais interiores é considerado “Razoável”, e as superficiais costeiras se encontram em excelente estado. As massas de água subterrâneas encontram-se em bom estado.
A grande maioria das medidas previstas pelo PGRH encontram-se em execução, com exceção da medida “RH9_S_040 - Redução e controlo dos impactes da poluição difusa em massas de água superficiais interiores” que, segundo o Relatório de Avaliação Intercalar de 2018, ainda não tinha sido executada.
Baixa representatividade de fontes de energia renováveis no mix de energia produzida (12%). Não obstante, está previsto um conjunto de investimentos futuros por parte da EDA para reforçar a capacidade instalada em FER.
O consumo de energia elétrica na última década não sofreu alterações significativas, não se detetando reduções relevantes nos consumos energéticos do município, sendo necessário desenvolver estratégias para adquirir maior eficiência energética em vários setores, nomeadamente, os mais consuntivos como o setor de comércio e serviços e doméstico.
O território do concelho é predominantemente ocupado por áreas agrícolas, destacando-se os prados e pastagens como o uso mais representativo. A ocupação florestal é marcada principalmente pelas florestas de folhosas, enquanto os espaços urbanos e as áreas agrícolas heterogéneas também têm uma presença significativa. As terras aráveis, culturas permanentes e outros usos florestais ou naturais apresentam menor expressão no território.
A Reserva Agrícola Regional representa 6,43% da área de intervenção, destacando-se como uma área estratégica para a atividade agrícola.
A Reserva Ecológica é composta principalmente por áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos e arribas com respetivas faixas de proteção, que, em conjunto, contribuem significativamente para a sustentabilidade hídrica e a proteção costeira.
A área impermeabilizada no solo rural corresponde a 6,47% do total do solo rural, com predominância do povoamento tradicional, seguido pela ocupação turística.

Questões-chave

As áreas com aptidões diversificadas incluem principalmente prados/pastagens, florestas de folhosas e áreas agrícolas heterogêneas, representando a maior parte do território, enquanto categorias como matos, vegetação herbácea natural e culturas permanentes têm menor expressão, mas complementam a diversidade de usos.

A atividade extrativa no concelho concentra-se principalmente na freguesia de Vila do Porto, seguida por áreas em Almagreira, Santa Bárbara e Santo Espírito, representando 0,21% do território e contribuindo para o uso do solo associado a esta atividade.

6.3.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2RPDM_VILADOPORTO

No que respeita aos recursos hídricos, é fundamental a intervenção no território através de um conjunto fundamental de medidas de recuperação e regeneração que permitam, de forma complementar e articulada com as medidas previstas no PGRH Açores, atingir o “Bom” estado em todas as massas de água inseridas na área de intervenção. A revisão do PDM pode, através quer do programa de medidas, quer da sua regulamentação e modelo de ordenamento, nomeadamente, com a definição de corredores ecológicos ou renaturalização de áreas, e ações de valorização ambiental e turística, contribuir para a reabilitação desses recursos hídricos.

Ao nível do setor energético é relevante continuar a incentivar à aquisição de equipamentos com maior eficiência energética e que utilizem fontes de energia renováveis, principalmente, nos setores com maior representatividade nos consumos energéticos, como são os setores não-domésticos (comércio e serviços) e doméstico onde se registam consumos energéticos relevantes, bem como nos edifícios do Estado ou da Administração Pública, equipamentos coletivos e iluminação pública, parque habitacional público e alojamento local. Sem a implementação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, prevê-se uma tendência para a degradação e uso desordenado do solo, com expansão urbana descontrolada eventualmente inadequada e ocupação inadequada de áreas sensíveis, como áreas agrícolas e naturais, ou vulneráveis a riscos naturais. A ausência de ações de planeamento poderá resultar na impermeabilização do solo e ocupação de áreas naturais, aumentando o risco de erosão assim como a suscetibilidade a fenómenos como cheias e deslizamentos.

6.3.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de Objetivos (e respetivos Projetos) propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da 2rPDM_ViladoPorto, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das atuais opções territoriais, regulamento e do programa de execução da revisão do Plano, consumada numa análise às oportunidades e ameaças identificadas nos Objetivos (e respetivos Projetos), patente na Tabela 6.3.5.

Tabela 6.3.5_ Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Recursos Naturais”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos Naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
<p>1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes</p>	<p>A promoção e qualificação do solo urbano e melhoria dos índices de qualidade de vida prevista apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria, obras de beneficiação do parque escolar municipal, elaboração da Carta Municipal de Habitação, e beneficiação das redes e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, poderão promover a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado e nas próprias redes ou infraestruturas que irão sofrer obras de remodelação e beneficiação. Os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais.</p> <p>Projetos como a elaboração dos Planos de Pormenor promovem a gestão sustentável e a preservação das funções ecológicas do solo.</p>	<p>Não identificados.</p>
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
<p>2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense</p>	<p>O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração de estudos urbanísticos e promoção de uma política de taxas municipais que privilegie a recuperação das casas típicas degradadas, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado destes aglomerados rurais e nas próprias redes ou infraestruturas que irão usufruir destas obras de remodelação e beneficiação.</p> <p>A definição de uma política de taxas municipais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução de casas típicas marienses que se encontrem degradadas. A elaboração de um estudo urbanístico orientador</p>	<p>Não identificados.</p>

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos Naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	<p>do desenvolvimento e da ocupação dos aglomerados rurais poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica.</p> <p>Assim, os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais.</p> <p>A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. A elaboração dos Planos de Pormenor da Maia e de São Lourenço garante um planeamento organizado, reduzindo o uso desordenado do solo e protegendo áreas de interesse ambiental ou agrícola.</p>	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas	<p>A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração de um manual de boas práticas urbanísticas, poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado e nas próprias redes ou infraestruturas que implementem as orientações definidas pelo referido manual de boas práticas urbanísticas nas obras de remodelação e beneficiação.</p> <p>A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para incluir medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica.</p> <p>Assim, este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais</p>	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos Naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	<p>eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico.</p> <p>A criação de programas de educação ambiental e a elaboração do manual de boas práticas urbanísticas incentivam a gestão sustentável do solo, reduzindo impactos como a erosão, a contaminação e a impermeabilização desnecessária assim como alerta para a importância da preservação das florestas, promovendo práticas que reduzam o desmatamento e incentivem a regeneração florestal. Além disso, promove uma maior consciência sobre a importância dos recursos geológicos, ajudando a evitar a exploração não regulamentada.</p> <p>As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. Estas ações contribuem ainda para o restauro da estabilidade geológica, prevenindo erosão e deslizamentos de terras.</p>	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto em terra como no mar	<p>A almejada necessidade de se criar condições para o desenvolvimento e diversificação de algumas atividades económicas em espaço rural, apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração do plano de turismo sustentável, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação, e o acompanhamento e monitorização do alojamento local, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado destas atividades económicas em espaço rural e nas próprias redes ou infraestruturas que irão usufruir destas obras de remodelação e beneficiação.</p> <p>A definição de uma política de taxas municipais mais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas através da atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução do edificado. A elaboração de Planos de Pormenor poderá definir as características arquitetónicas a que devem</p>	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos Naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	<p>obedecer as novas construções e as obras de recuperação deste tipo de edificado vocacionado para atividades económicas, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. A pretensão de implementação de um sistema de monitorização do funcionamento do alojamento local no município, incluindo formação sobre boas práticas (também ambientais), visa assegurar a qualidade da oferta, mas também assegurar o cumprimento da legislação ambiental, dos requisitos de eficiência energética, e das condições de salubridade nestes alojamentos, com contributo positivo para a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais presentes.</p> <p>A elaboração de um plano de turismo sustentável poderá incentivar à aquisição de uma mobilidade turística sustentável o que permitirá reduzir as necessidades e consumos energéticos associados à mobilidade, promovendo-se a descarbonização através da implementação de mobilidade suave e práticas mais saudáveis de deslocação, e contribuindo para a dependência externa de combustíveis fósseis.</p> <p>Assim, os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais.</p> <p>Um plano de turismo sustentável pode minimizar a degradação do solo ao definir práticas de construção e exploração turística que respeitem as capacidades naturais do território.</p>	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas	<p>Ao nível da valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens. Este projeto pretende, entre outros objetivos, criar as condições para a implementação das medidas e ações definidas no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH Açores), o que é de extrema relevância e constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras</p>	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos Naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	<p>massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir deslizamentos e erosão do solo. A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os recursos naturais.</p>	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-









Legenda: Ocorrência: 1 - Curto-Prazo; 2 - Médio-Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; –feito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

O quadro 6.3.6 apresenta a síntese de tendências de evolução para o presente FS num cenário com e sem a implementação da 2rPDM_ViladoPorto.

Tabela 6.3.6_Síntese das tendências de evolução do FS “Recursos Naturais”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Recursos Hídricos			
Energia			
Solo			
Recursos agroflorestais			
Recursos geológicos			

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)			
				
	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução				
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE
				Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.3.6 RECOMENDAÇÕES

Importa referir que foram sugeridas várias recomendações pela AAE ao longo do desenvolvimento da proposta de plano, internalizadas na presente versão da proposta da 2rPDM_ViladoPorto, nomeadamente ao nível dos projetos associados aos Objetivos 1, 2, 3, 4 e 5 da revisão do PDM, como o caso do âmbito dos Projetos 1.7, 1.10, 2.2, 3.2, 3.4, 4.1, 5.2, e a inclusão do projeto 1.9. Assim, subsiste uma recomendação essencialmente complementar ao próprio plano (Tabela 6.3.7) resultantes da análise dos elementos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, que se considera que poderá potenciar e reforçar o conjunto de potenciais oportunidades identificadas.

Tabela 6.3.7_ Recomendações no âmbito do FS “Recursos Naturais”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
Rec 3.1: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que potenciem a eficiência hídrica e energética, o conforto térmico, o uso de energias renováveis, e infraestruturas permeáveis que permitam reduzir o escoamento superficial e promover a reutilização ou infiltração das águas pluviais.	Preservar o estado das massas de água e gerir de forma sustentável os recursos hídricos disponíveis; Preservar e gerir de forma sustentável os recursos energéticos locais, promovendo-se a utilização de fontes renováveis de energia, bem como a sensibilização para a adoção de boas práticas que promovam a eficiência energética em espaços e edifícios públicos ou privados;	↗	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação e redução da extração de recursos naturais; - Aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais; - Preservação do estado quantitativo das massas de água. - Uso de fontes de energia renováveis e limpas, contribuindo para a descarbonização do consumo energético e para a mitigação dos eventos climáticos extremos associados às alterações climáticas.

Legenda:

	↗	→
Contributo	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.4. ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

6.4.1 INTRODUÇÃO

O Fator de Sustentabilidade "Ordenamento e Qualificação Territorial" avalia o impacto e das estratégias do 2rPDM_ViladoPorto na sustentabilidade e coesão do território. A análise centra-se na qualificação do solo, garantindo o desenvolvimento adequado do solo rústico e uma integração harmoniosa entre áreas urbanas e rurais. Além disso, examina a dotação de serviços e infraestruturas ambientais, promovendo boas práticas e ecoeficiência para melhorar a saúde e o bem-estar da população. Finalmente, o FS aborda a gestão de transportes e mobilidade, com o objetivo de satisfazer as necessidades de locomoção, promover a mobilidade suave, melhorar o transporte público e apoiar a descarbonização do território. Este FS pretende assegurar um desenvolvimento sustentável e equilibrado, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no concelho.

6.4.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Através deste fator de sustentabilidade pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do Plano, tendo como principais objetivos:

- Promover a sustentabilidade territorial através da contenção da artificialização do solo e da reabilitação urbana, incentivando o reaproveitamento de áreas degradadas e a redução do consumo de solo em novas ocupações;
- Aumentar a qualidade do ambiente urbano mediante a ampliação de espaços verdes e públicos por habitante, assegurando a melhoria da qualidade de vida e a proteção dos recursos naturais no território;
- Promover os serviços de coesão e proximidade territorial;
- Assegurar a acessibilidade de toda a população aos serviços ambientais, a preservação das condições ambientais, e aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais;
- Potenciar a eficiência no consumo de água potável e reutilização de águas residuais ou pluviais tratadas para fins menos exigentes;
- Avaliar os efeitos da implementação da revisão do Plano na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do território que vise assegurar a gestão e a proteção dos recursos naturais presentes no território;
- Avaliar de que forma a revisão do Plano e das suas políticas de planeamento territorial promovem a gestão adequada dos solos relativamente à sua qualidade e aptidão;
- Melhorar a gestão de tráfego e estacionamento, reforçar a rede de postos de carregamento elétrico e capacitação de outras energias alternativas, desenvolver a mobilidade suave no território bem como a intermodalidade e qualidade do serviço de transporte público, de modo a responder aos desafios de descarbonização nos transportes.

Os objetivos identificados para este FS relacionam-se com os objetivos gerais do 2rPDM_ViladoPorto e objetivos estratégicos setoriais presentes nos documentos de referência que integram o QRE desta AAE.

O sistema de indicadores aprovados durante a fase de definição de âmbito, apresentados no Quadro 6.4.1, e nos quais assenta a avaliação ambiental estratégica do 2rPDM_ViladoPorto, baseou-se na análise pericial de relatórios nacionais e internacionais sobre indicadores de ambiente e de desenvolvimento sustentável, bem como de outras fontes de informação identificadas.

Tabela 6.4.1_ Indicadores selecionados para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Qualificação do território: - Contenção da artificialização do solo - Promoção da reabilitação urbana do edificado - Aumento da área de espaço público e de espaços verdes por habitante	Peso da reabilitação no total de fogos concluídos	Reconstruções concluídas sobre construções novas licenciadas
	Áreas de reabilitação urbana ou áreas degradadas em geral (hectares)	Áreas de reabilitação urbana ou áreas degradadas em geral (hectares)
	Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), /executadas (hectares)	Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), /executadas (hectares)
	Espaços verdes em solo urbano (hectares)	Espaços verdes em solo urbano (hectares)
	Área artificializada em solo urbano(hectares)	Área artificializada em solo urbano(hectares)
	Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares
Serviços de coesão e equidade: - Melhorar a oferta de equipamentos e serviços dirigidos a uma estrutura sociodemográfica envelhecida. - Reforço das redes de apoio de proximidade.	Taxa de cobertura das respostas sociais à primeira infância	(Utentes em acordo / população alvo) x 100
	Taxa de cobertura de respostas sociais para idosos	(Utentes em acordo / população alvo) x 100
Serviços e infraestruturas ambientais: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a	Acessibilidade física e adesão ao serviço de abastecimento de água	Taxa de cobertura ou atendimento do serviço de abastecimento de água e respetivo nível de adesão da população (%).

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
dotação do concelho com serviços e infraestruturas ambientais adequadas às necessidades existentes, contribuindo para a promoção de boas práticas, ecoeficiência e melhoria dos níveis de salubridade, saúde e bem-estar da população?	Água segura	Percentagem (%) de água controlada e de boa qualidade, sendo esta o produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação dos parâmetros sujeitos a controlo de rotina 1, controlo de rotina 2 e controlo de inspeção, tal como definido no Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, para sistemas em baixa e em alta.
	Perdas reais de água	Volume diário de perdas reais por ramal nas redes de distribuição (l/ramal.dia).
	Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais	Taxa de cobertura ou atendimento do serviço de saneamento de águas residuais e respetivo nível de adesão da população (%).
	Cumprimento das licenças de descarga	Percentagem (%) da população que é servida por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga em sistemas em baixa e em alta.
	Estado das infraestruturas de tratamento de águas residuais	Qualificação do estado de conservação e funcionamento das infraestruturas de tratamento de águas residuais
	Reutilização de águas residuais tratadas e pluviais	Volume de águas residuais tratadas ou pluviais reutilizados em atividades menos exigentes e respetiva percentagem face aos consumos total de água potável proveniente da rede de abastecimento (l/dia; %).
	Acessibilidade do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos	Taxa de cobertura ou atendimento do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos na área de intervenção da entidade gestora em baixa (%).
	Capacidade instalada de recolha indiferenciada e seletiva	Número de equipamentos de recolha de resíduos urbanos por via indiferenciada (contentores) ou seletiva (ecopontos) na área de intervenção da entidade gestora.
	Capacidade instalada de tratamento de resíduos urbanos	Percentagem de resíduos encaminhados por tipo de tratamento (deposição em aterro, valorização energética, valorização orgânica, valorização material, etc).
Transportes e Mobilidade: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para satisfação das necessidades de locomoção da população, gestão de tráfego e estacionamento, reforço da mobilidade suave no território, melhoria da qualidade do serviço de transportes públicos e resposta aos desafios de descarbonização e introdução de energias alternativas?	Preparação para a reutilização e reciclagem	Percentagem de resíduos reutilizados ou reciclados face aos resíduos reutilizáveis e recicláveis produzidos (recolhidos).
	Taxa de utilização nas deslocações por tipo de transporte	Peso relativo dos vários tipos de transporte nas deslocações modais efetuadas pela população (%).
	Evolução do parque automóvel	Evolução do parque automóvel segurado no município.
	Evolução da oferta de transporte público	Evolução do número de lugares oferecidos por km no serviço de transporte público (carreiras urbanas e interurbanas).
	Evolução da procura de transporte público	Evolução do número de passageiros transportados por km no serviço de transporte público (carreiras urbanas e interurbanas).
	Rede de ciclovias e percursos pedestres	Extensão de ciclovias e percursos pedestres classificados na área de intervenção.

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
	Edifícios públicos com acessibilidade inclusiva	Percentagem de edifícios públicos que permitem acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, invisuais, entre outros (n.º e % do total de edifícios).

6.4.3 SITUAÇÃO ATUAL

Qualificação do território

Uma vez que não foi possível obter os dados relativos à reabilitação no total de fogos concluídos, optou-se pela substituição do indicador pelo número de edifícios licenciados, classificados por tipo e destino de obra.

De forma geral, o total de obras licenciadas manteve-se relativamente estável nos últimos cinco anos, variando entre 26 (em 2020) e 31 edifícios (em 2019, 2022 e 2023). Verifica-se um predomínio das obras destinadas à habitação familiar, que representaram consistentemente mais de 60% do total anual, atingindo o pico em 2022 (83,9%).

As construções novas registaram o seu ponto máximo em 2021, correspondendo a 75,9% do total de obras, mas reduziram-se significativamente em 2023, representando apenas 41,9%. Por outro lado, as ampliações, alterações e reconstruções, alcançaram o valor mais elevado no mesmo ano (58,1% do total). Apesar de historicamente menos expressivos, os edifícios destinados a outros usos registaram um aumento notável em 2023, representando 38,7% do total de obras.

Em suma, a análise evidencia a predominância das obras para habitação familiar ao longo do período analisado. Em 2023, as ampliações, alterações e reconstruções superaram as construções novas, representando 58,1% do total de obras licenciadas, em contraste com as construções novas, que registaram apenas 41,9%. Este dado indica uma mudança na dinâmica das intervenções realizadas, com maior ênfase na adaptação e renovação do edificado existente.

Tabela 6.4.1_ Edifícios licenciados (N.º) por Tipo de obra e Destino da obra.

	Tipo de Obra	2029	2020	2021	2022	2023
Construções novas	Total	15	15	22	19	13
	Habitação familiar	10	11	14	14	5
	Outros	5	4	8	5	8
Ampliações, alterações e reconstruções	Total	16	11	7	12	18
	Habitação familiar	12	8	6	12	14
	Outros	4	3	1	0	4
Total	Total	31	26	29	31	31
	Habitação familiar	22	19	20	26	19
	Outros	9	7	9	5	12

Fonte: INE, 2024.

As Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) no município de Vila do Porto apresentam características e níveis de execução distintos, refletindo as prioridades e desafios locais. A maior área é a ARU dos Núcleos Históricos de Vila do Porto, com 123,26 hectares, abrangendo 1360 habitantes e 680 edifícios, muitos deles em mau estado ou devolutos. Esta área, parcialmente executada, representa um desafio significativo devido à sua dimensão e complexidade.

Em contraste, as ARU menores, como a do Lugar da Maia (11,04 hectares), Lugar dos Anjos (3,17 hectares) e Praia Formosa (11,36 hectares), foram totalmente executadas. Estas zonas incluem núcleos antigos e património histórico, como a antiga fábrica da baleia e a de pescado.

Já a ARU do Lugar de São Lourenço, com 21,83 hectares, permanece não executada, apesar de incluir 15 habitantes e 194 edifícios, dos quais 80% são habitações de veraneio.

Tabela 6.4.2_ Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e execução.

ARU	População e edificado	Estado de Conservação	Área abrangida	Execução
ARU dos Núcleos Históricos de Vila do Porto	Inclui 1360 habitantes e 680 edifícios, destacando-se uma predominância residencial, além de espaços comerciais, serviços e a antiga fábrica da telha.	Grande parte do edificado está em mau estado ou devoluto.	123,26 hectares	Parcialmente executada
ARU do Lugar de São Lourenço	Abrange 15 habitantes e 194 edifícios, dos quais 80% são habitações de veraneio.	Parte do edificado mais antigo e as servidões pedonais precisam de recuperação.	21,83 hectares	Não executada
ARU do Lugar da Maia	Inclui 8 habitantes e 132 edifícios, com 85% destinados a veraneio. Conta também com a antiga fábrica da baleia.	Parte do edificado mais antigo requer recuperação.	11,04 hectares	Executada.
ARU do Lugar dos Anjos	Abrange 30 habitantes e 52 edifícios, 75% dos quais são habitações de veraneio. Inclui a área de proteção de imóvel classificado e a antiga fábrica de pescado.	Presença de património classificado.	3,17 hectares	Executada.
ARU do Lugar da Praia Formosa	Inclui 25 habitantes e 70 edifícios, com 70% de habitações de veraneio.	Parte do edificado mais antigo carece de recuperação.	11,36 hectares	Executada.

Fonte: CM Vila do Porto, Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana do concelho de Vila do Porto; Equipa do Plano, Fase 1.

Cerca de 11% do território está classificado como solo urbano. Os perímetros urbanos, constituídos pelos solos urbanizados, de urbanização programada e os espaços verdes, totalizam 720,5ha, correspondendo a 7,5% da área do município.

Numa análise mais detalhada, os espaços verdes em solo urbano representam aproximadamente 0,6% do total dos perímetros urbanos, correspondendo a 4,32 hectares. Por sua vez, a área artificializada em solo urbano totaliza 72,05 hectares, dos quais 48,27 hectares correspondem a solos urbanizados e 23,78 hectares a solos de urbanização programada.

Serviços de coesão e equidade

A análise das taxas de cobertura das respostas sociais direcionadas à primeira infância e à população idosa permite avaliar a capacidade dos serviços existentes no território em atender às necessidades sociais. Com base nos dados disponíveis, foram calculadas as taxas de cobertura para ambos os grupos, utilizando a fórmula: (Utentes em acordo / População-alvo) x 100¹⁰.

No caso da primeira infância, foram considerados os dados relativos às crianças em creches e nos estabelecimentos de educação pré-escolar. Contudo, não foi possível obter informações específicas sobre a população-alvo entre 0 e 6 anos. Assim, como aproximação, optou-se por utilizar o número total de crianças até aos 9 anos (491) como base de cálculo. Esta abordagem, embora prática, pode introduzir uma margem de erro, dado que o grupo etário considerado é mais abrangente do que aquele efetivamente atendido pelos serviços.

A capacidade máxima de atendimento dos serviços para crianças até aos 6 anos é de 242 utentes, distribuídos entre a Creche de Vila do Porto e os estabelecimentos de educação pré-escolar das várias freguesias do concelho. Este número traduz-se numa taxa de cobertura de 49,29%, refletindo uma cobertura razoável. Tal valor indica que cerca de metade das necessidades da população infantil estimada estão potencialmente asseguradas. No entanto, importa destacar que a utilização de uma faixa etária mais ampla (0-9 anos) poderá levar a uma ligeira sobrestimação deste indicador.

Relativamente à população idosa, os serviços disponíveis possuem uma capacidade máxima de 252 utentes, distribuídos entre as seguintes respostas sociais:

- Serviços de apoio ao domicílio: 30 utentes;
- Centros de convívio: 160 utentes;
- Centros de dia: 20 utentes;

¹⁰ O cálculo destes indicadores teve como base a informação disponível na Carta Social do concelho de Vila do Porto (2016), disponível em https://www.cm-viladoporto.pt/SITE/ficheiros/documentos/146581412121860_orig.pdf, assim como no indicador População (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos (Série 1890 - 2021), Sexo e Grupo etário; Decenal, publicado pelo INE.

- Estruturas residenciais para idosos: 42 utentes.

A população-alvo idosa foi estimada em 945 indivíduos, o que resultou numa taxa de cobertura de 26,67%, calculada com base na mesma fórmula. Este valor evidencia uma capacidade de resposta limitada, já que cerca de três em cada quatro idosos não têm acesso direto a serviços sociais estruturados no território.

Apesar dessa lacuna, é importante mencionar o conjunto adicional de serviços que complementam o apoio à população idosa, nomeadamente: Unidade de Apoio ao Idoso (Centro de Saúde), Projeto SOS Idoso, Cartão Municipal do Idoso, Projeto Oficina à Porta do Idoso, Desporto Sénior e Serviço de Teleassistência. Estes serviços desempenham um papel relevante no suporte aos idosos, embora não estejam integrados no cálculo da taxa de cobertura.

Sistema de Abastecimento de Água

O serviço de abastecimento de água no concelho de Vila do Porto é da responsabilidade da Câmara Municipal (CMVP). De acordo com a informação publicada, o serviço de abastecimento de água ao concelho é assegurado na plenitude, configurando um nível de atendimento máximo (100%), abrangendo 6 862 habitantes e 3 646 alojamentos existentes (em 2022), e um índice de água segura¹¹ de 99,22%.

Os sistemas, infraestruturas e equipamentos constituintes dos serviços de abastecimento de água pública na ilha de Santa Maria estão representados na figura seguinte.

No município estão contabilizados 4 sistemas de abastecimento de água e 13 zonas de abastecimento (Figura 6.4.2), sustentadas por 22 captações de origem subterrânea, designadamente 8 furos e 14 nascentes, estas últimas maioritariamente localizadas na parte oriental da ilha. Segundo a ERSARA, em 2022 apenas 38,10% das captações se encontram licenciadas, e não foi reportada a implementação de perímetros de proteção às captações.

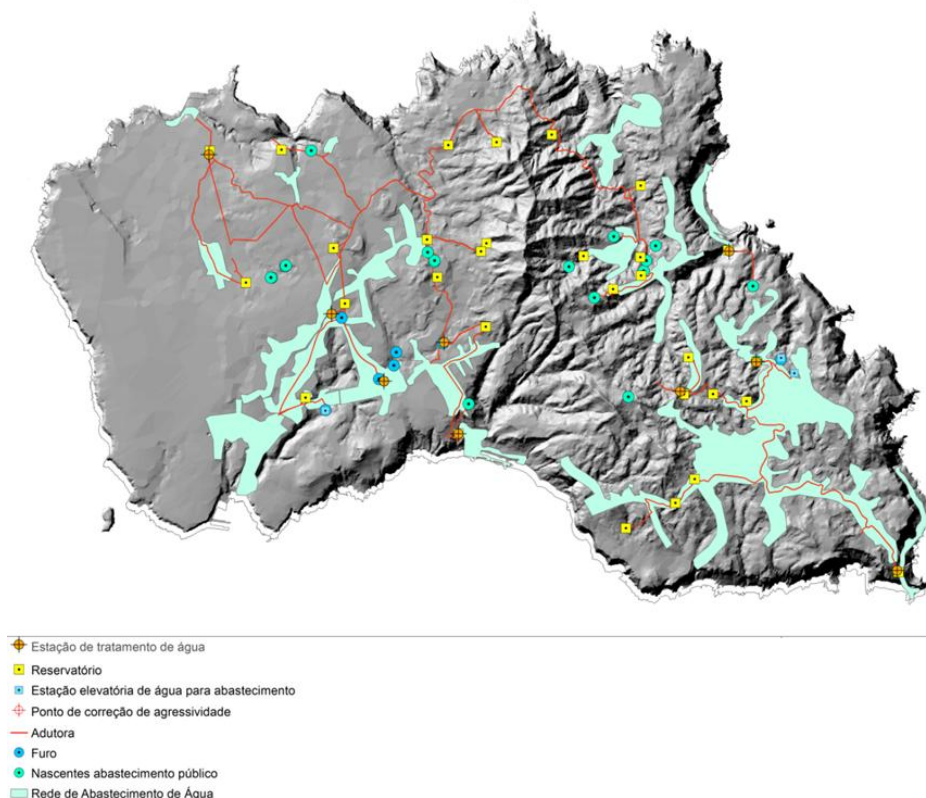
Por sua vez, as zonas de abastecimento integram um total de 28 reservatórios, a partir dos quais, a água é distribuída a toda a população após o tratamento por desinfecção por hipoclorito de sódio.

De acordo com o RAAQSARA 2023, o volume médio de água distribuída em 2022 era de aproximadamente 1192,4 m³ por dia, o que equivale a cerca de 435 mil m³ por ano. De acordo com dados referentes a 2020, o volume de água entrada no sistema era e aproximadamente 1 milhão de m³, e o volume de água não faturada de 507 mil m³, pelo que se estima uma taxa elevada de perdas de água na ordem dos 50%.

Devido ao fenómeno de alterações climáticas e à ocorrência cada vez mais frequente de eventos de seca o município tem tido como objetivo prioritário combater as perdas de água através de várias medidas que tem vindo a ser implementadas. Em 2018 e 2019 foram iniciadas intervenções de combate às perdas de água através de obras de beneficiação ou manutenção da rede, implementação de sistemas de telegestão e medidores de caudal em todos os reservatórios e instalados contadores à entrada do sistema (captações) para contabilização das perdas da rede de forma efetiva.

¹¹ Valores referentes a 2022. Todas as análises obrigatórias foram realizadas.

Figura 6.4.1_ Territorialização dos sistemas, infraestruturas e equipamentos dos serviços de abastecimento de água do município de Vila do Porto



Fonte: Estudos de Caracterização PDM (Fase 1) - Quaternaire Portugal, 2024 / Adaptado de DROTRH – SRAAC, 2021

A existência de algumas lacunas ao nível do controlo de caudais nos sistemas de abastecimento, nomeadamente, na freguesia de Santo Espírito, fez com que este avanço fosse imediato, para garantir uma monitorização constante no que toca à disponibilidade de água para abastecimento, e avaliar as necessidades de água para distribuição, tendo sido importante a aplicação de contadores novos no sistema de adução e que tivessem emissores de impulsos. Optou-se por se avançar com uma estratégia progressiva da implementação de equipamentos de telemetria no sistema de adução (único furo da freguesia de Santo Espírito e nos 2 reservatórios com maior importância nessa freguesia). Está previsto a implementação de três novas estações de telemetria para monitorizar níveis e caudais em três importantes reservatórios que abastecem um número considerável de população. Pretende-se no futuro monitorizar não só quantidade de água, mas também a qualidade da água, aproveitando os equipamentos já instalados.

Considerando a existência de legislação que remete para a existência de períodos da vigência da certificação dos contadores, o Município em 2018 iniciou a estratégia de renovar o parque de contadores e também contribuir para uma diminuição da subcontagem dos consumos dos utilizadores. É extremamente importante que a EG tenha os equipamentos de medição a funcionar nas devidas condições, pois só assim será possível ter a contabilização mais adequada à realidade do que se passa a jusante do sistema de abastecimento, sendo a água medida/faturada fulcral para a aferição do balanço hídrico. Com a manutenção desta estratégia nos próximos anos é esperada a existência do parque de contadores renovada, sendo dada prioridade à substituição de contadores que apresentam anomalias de funcionamento.

O Município de Vila do Porto tem um projeto de substituição da rede de distribuição de água na zona do Aeroporto da ilha de Santa Maria, e que visa substituir tubagens que já se encontram na sua maioria obsoletas, bem como reforçar a capacidade de reserva e beneficiar todas as infraestruturas relacionadas com a distribuição de água e consequentemente uma maior monitorização e controlo da rede de distribuição. O novo projeto permitirá criar várias Zonas de Medição e Controlo, que permitiram identificar potenciais perdas de água de forma mais eficaz.

Figura 6.4.2 Localização das zonas de abastecimento de água no município de Vila do Porto

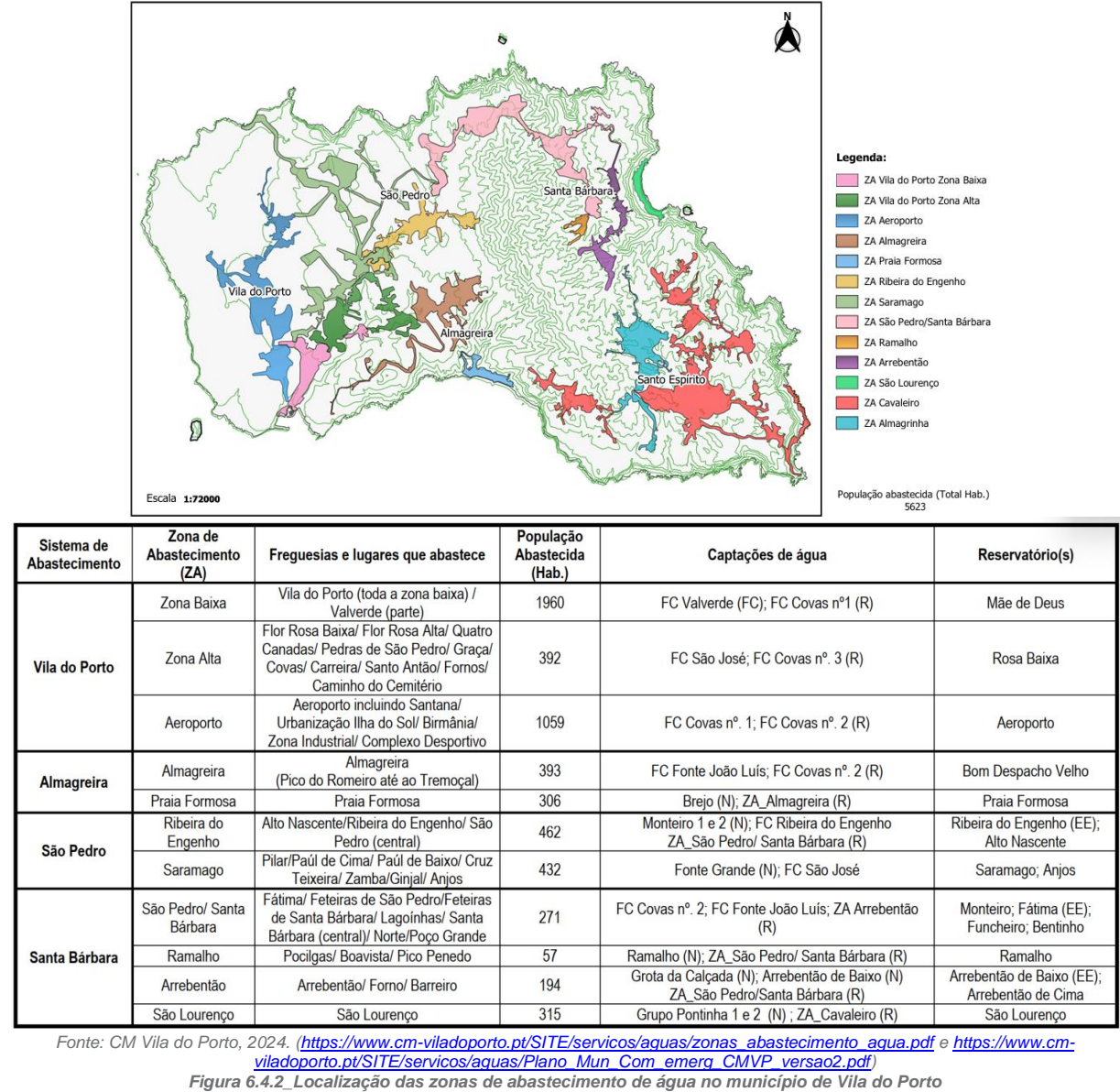


Figura 6.4.2 Localização das zonas de abastecimento de água no município de Vila do Porto

Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

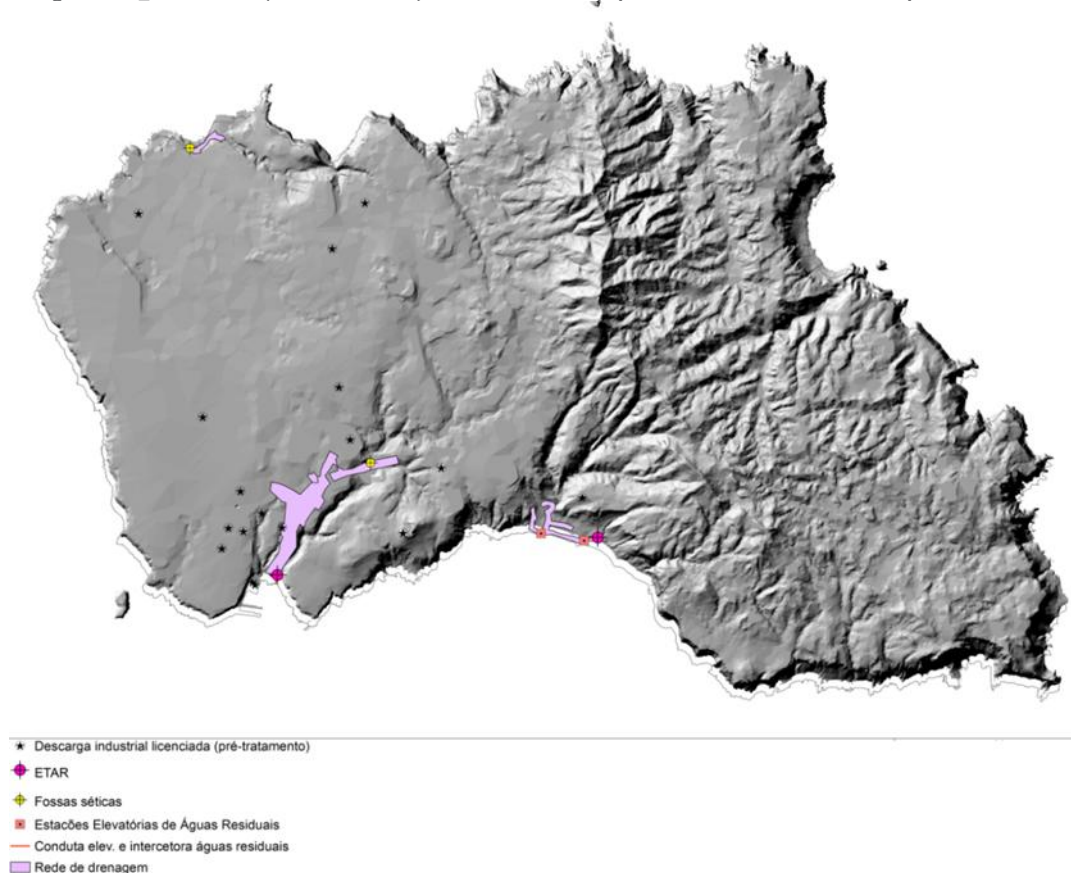
O serviço de drenagem e tratamento de águas residuais (SDTAR) no concelho de Vila do Porto é igualmente da responsabilidade da C.M. de Vila do Porto, sendo o serviço constituído por seis sistemas de drenagem. Segundo dados provenientes da ERSARA, contabilizaram-se em 2021 cerca de 3 646 alojamentos no concelho, estando 1 130 alojamentos cobertos (31%) e 950 alojamentos (26%) efetivamente ligados ao serviço público de drenagem. A população é servida por quatro fossas sépticas coletivas localizadas nos sistemas de Anjos, Valverde, São Lourenço, e Aeroporto, uma ETAR de tratamento secundário (ETAR Almagreira) localizada no sistema de Praia Formosa e uma ETAR de tratamento terciário (ETAR de Vila do Porto) localizada no sistema de Vila do Porto, que apresenta um sistema de tratamento de digestão aeróbia por lamas ativadas em arejamento prolongado e desinfecção com hipoclorito de sódio.

Os sistemas, infraestruturas e equipamentos constituintes dos serviços de drenagem e tratamento de águas residuais no município de Vila do Porto estão representados pela Figura 6.4.3, de acordo com a informação recolhida junto das entidades gestoras. Importa referir que a informação georreferenciada disponível pode não representar a totalidade das infraestruturas hidráulicas existentes, devido a limitações de inventário aquando do levantamento cadastral da informação de base.

De acordo com a informação disponibilizada, o serviço público de SDTAR de Santa Maria é constituído por 12 estações elevatórias e 6 pontos de rejeição. As três fossas sépticas coletivas (FSC) existentes em São Lourenço, Valverde e Anjos descarregam para o solo após respetivo tratamento, a estação de tratamento de águas residuais (ETAR) secundária da Praia Formosa (Almagreira) descarrega as águas residuais tratadas para a ribeira do Gato e a ETAR terciária de Vila do Porto descarrega através de um emissário para o mar. A FSC do aeroporto descarrega para uma linha de água.

Relativamente ao sistema existente no aeroporto, existe um projeto em curso de remodelação das infraestruturas de saneamento no aeroporto, mas apenas abrange as infraestruturas associados ao Centro de Controlo Oceânico da NAV, pelo que não está projetado qualquer substituição da rede saneamento de águas residuais urbanas, considerando que a área intervencionada não excede uma população de 3000 habitantes, número a partir do qual seria exigível a existência de rede de drenagem. Nesse sentido será descontinuada e de forma progressiva a rede de saneamento existente na zona do aeroporto, devendo os proprietários reformular a rede predial de esgotos dotando os mesmos de fossas sépticas e sumidouros.

Figura 6.4.3_Territorialização dos sistemas, infraestruturas e equipamentos dos SDTAR do município de Vila do Porto



Fonte: Estudos de Caracterização PDM (Fase 1) - Quaternaire Portugal, 2024 / Adaptado de DROTRH – SRAAC, 2021

A maioria das localidades ou aglomerados populacionais existentes no município ainda possuem fossas sépticas individuais (FSI) ou sumidouros para tratamento e rejeição das águas residuais produzidas, muitas das quais de construção deficiente ou em mau estado de conservação. As freguesias de Santo Espírito, Santa Bárbara e São Pedro não possuem qualquer sistema de tratamento coletivo de águas residuais, sendo a rejeição efetuada em FSI ainda não quantificadas.

Segundo dados de 2021 provenientes da ERSARA, cerca de 152 mil m³ por ano de águas residuais foram recolhidas e tratadas em estações de tratamento, e um volume máximo diário de 412 m³ de água residual tratada por dia. O cumprimento dos parâmetros de descarga nas ETAR ronda os 89%. Desconhece-se o estado de funcionamento e conservação das ETAR, bem como eventuais práticas relevantes de reutilização de águas residuais tratadas ou pluviais.

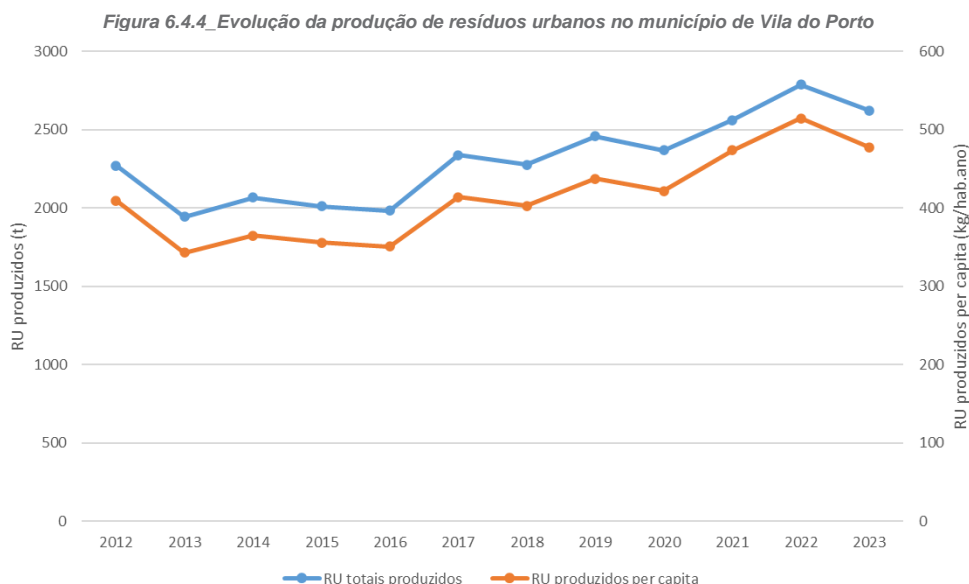
Sistema de Gestão de Resíduos

De acordo com o Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR), a RAA tem progredido significativamente no tratamento dos respetivos resíduos urbanos e na aplicação do princípio da hierarquia da gestão de resíduos, nomeadamente por via do aumento da valorização em detrimento da eliminação. Essa tendência tem-se vindo a acentuar, estando em linha com a estratégia regional plasmada no Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos (PEPGRA20+) atualmente em vigor e aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2023/A, de 18 de julho.

A instalação dos Centros de Processamento de Resíduos (CPR) e a selagem e requalificação ambiental e paisagística das lixeiras e aterros nas ilhas com menor população, como é o caso de Santa Maria, foram fundamentais para a mudança de paradigma na gestão destes resíduos na RAA e em cada uma dessas ilhas, inclusive nesta ilha.

Assim, à semelhança do que acontece nos restantes concelhos da RAA, a gestão em baixa de resíduos urbanos (RU) é feita pelo Município, enquanto a gestão em alta é assegurada por sistemas de gestão de resíduos urbanos (SGRU), operadores de gestão de resíduos e entidades gestoras de sistemas integrados. Neste caso, ao nível de infraestruturas de gestão de resíduos no concelho de Vila do Porto, verifica-se a existência de um CPR que engloba soluções técnicas como a estação de triagem, o tratamento mecânico, a valorização orgânica e a estação de transferência e é operado pela Resiaçores – Gestão de Resíduos dos Açores, Lda..

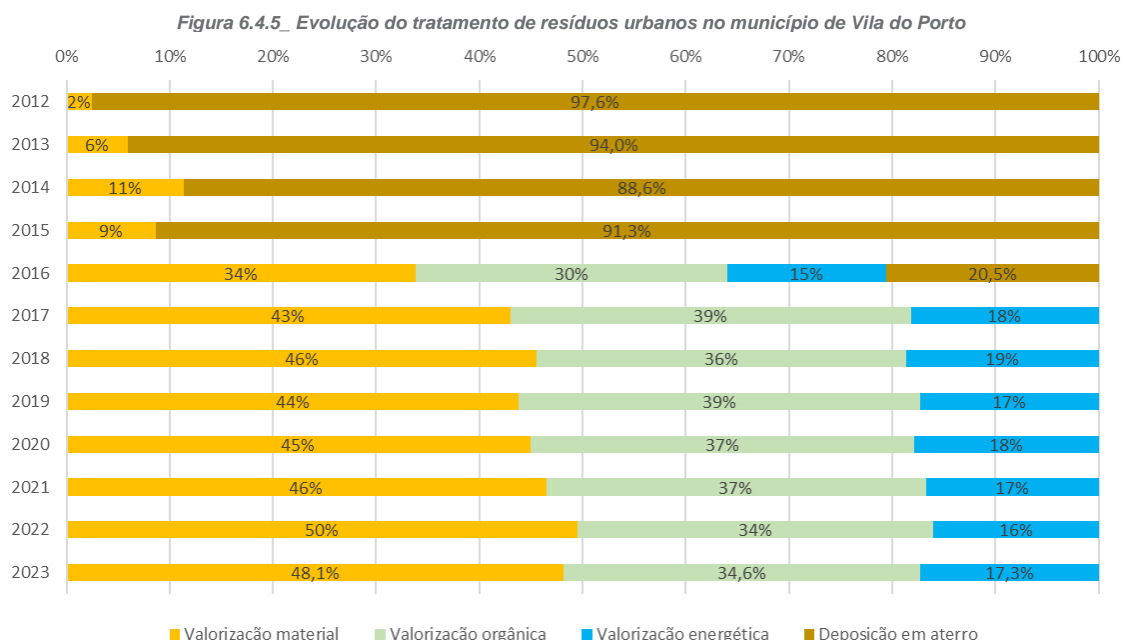
Com base na informação disponibilizada pelo SRIR, verifica-se que a produção total e per capita de resíduos urbanos no município de Vila do Porto, entre os anos de 2012 e 2023, demonstra um aumento sucessivo, principalmente após 2016, e quando anteriormente tinha apresentado alguma estagnação entre 2013 e 2016 (Figura 6.4.4). De destacar a redução registada em 2023, que poderá indiciar uma tentativa de reversão da tendência negativa de crescimento da produção de resíduos urbanos no município, de forma a cumprir os objetivos estratégicos do setor. De notar que a RAA tem como objetivo reduzir 3% a produção de resíduos urbanos em 2025 relativamente a 2019, 5% até 2030 e 7% até 2035, segundo o estipulado no PEPGRA 20+.



Fonte: SRIR (2012 -2023)

Com base na atual estratégia e modelo de gestão implementado na RAA, apesar da deposição de resíduos urbanos em aterro continuar a ter um peso bastante importante na RAA (cerca de 44,8%), salienta-se uma evolução bastante positiva ocorrida desde 2012 (que correspondia a cerca de 82,0%), com contributos diferentes nas diversas ilhas, e que nas ilhas onde foram instalados os CPR, como é o caso de Santa Maria, a partir de 2017 passaram a apresentar uma taxa nula de deposição em aterro. A

Figura 6.4.5 seguinte apresenta a evolução do tratamento de resíduos urbanos no município de Vila do Porto, onde se verifica que em 2023, cerca de 48% dos resíduos urbanos foram encaminhados para valorização material, 34,6% para valorização orgânica e 17,3% para valorização energética.



Fonte: SRIR (2012 -2023)

De acordo com os dados da CMVP, a deposição dos resíduos urbanos é feita em contentores individuais de 50, 110 e 240 litros de recolha porta-a-porta, bem como em contentores coletivos de 800 litros de recolha indiferenciada. Os contentores de 50 e 110 litros são entregues à população cuja frequência de recolha de resíduos seja diária, enquanto os contentores com capacidade de 240 litros são entregues aos estabelecimentos comerciais e à população cuja frequência de recolha é bissemanal ou semanal (p.e. caso das zonas rurais). Os contentores com capacidade de 800 litros encontram-se distribuídos em zonas com elevada concentração populacional e zonas balneares.

Existem ainda várias papeleiras colocadas ao longo da via pública em Vila do Porto, com maior concentração no centro, por forma a possibilitar a deposição de resíduos de menores dimensões. A recolha destes resíduos é garantida de 2ª a 6ª feira, pelo serviço de limpeza urbana.

O Município de Vila do Porto disponibiliza à população, o seguinte serviço de recolha seletiva de resíduos através de ecopontos, localizados estrategicamente em todo o concelho, onde os munícipes podem depositar os resíduos recicláveis (embalagens de papel/cartão, vidro, plástico/metal). A frequência de recolha é semanal em Vila do Porto e quinzenal nas restantes freguesias.

Existe ainda a recolha seletiva porta-a-porta, abrangendo apenas a população residente na freguesia de Vila do Porto, com exceção da área concessionada ao aeroporto. A frequência de recolha é semanal, com dias específicos, para a recolha das embalagens de papel/ cartão, vidro e plástico/ metal. Recentemente foi entregue a cada habitação abrangida por este sistema, um ecoponto doméstico, com o objetivo de incentivar e facilitar a deposição seletiva dos resíduos.

No caso dos estabelecimentos comerciais e canal HORECA (hotéis, restaurantes e cafés), a autarquia tem implementado um serviço de recolha seletiva, que abrange atualmente 150 pontos de recolha, distribuídos pelas freguesias de Vila do Porto, Almagreira e São Pedro.

A recolha seletiva porta-a-porta de resíduos verdes urbanos, é realizada gratuitamente pelos serviços municipais, mediante o contacto prévio, ou através de recolha de proximidade mediante a deposição em contentores de 800 litros, de cor castanha, instalados em cada uma das cinco freguesias do concelho. Em alternativa, a entidade gestora recomenda os produtores optarem pela compostagem doméstica, ou através da entrega dos resíduos verdes urbanos no Centro de Processamento de

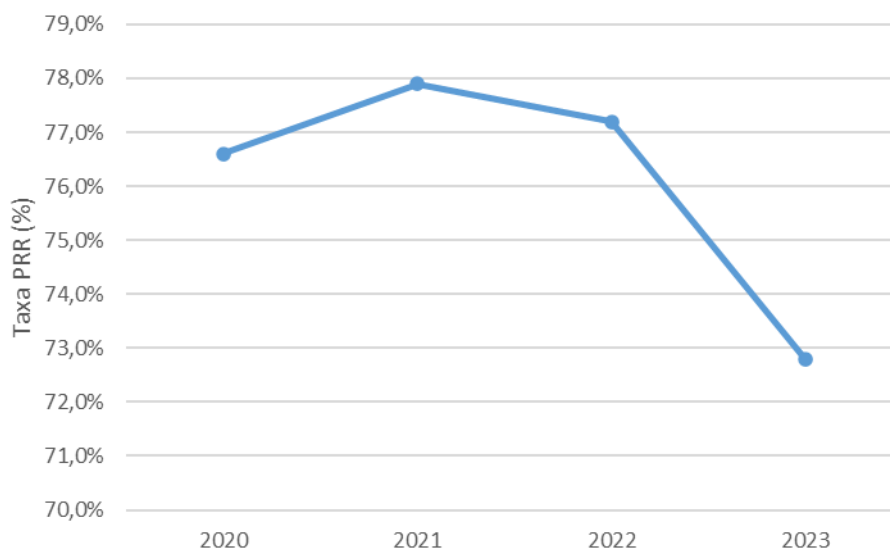
Resíduos de Santa Maria, não sendo aplicáveis tarifas de entrega, até ao limite de 5 toneladas por ano, quando o detentor seja uma pessoa singular (Portaria nº. 19/2019 de 13 de março).

O Município disponibiliza também um serviço de recolha porta-a-porta gratuito de resíduos domésticos volumosos fora de uso.

A Câmara Municipal de Vila do Porto procedeu à colocação de 6 oleões distribuídos pelas várias freguesias do concelho. Esta medida visa assegurar o cumprimento das exigências legislativas, passando a população a dispor de equipamentos específicos localizados na via pública para deposição dos Óleos Alimentares Usados (OAU). Os OAU depois de recolhidos serão encaminhados para reciclagem e produção de biodiesel.

Em 2023, a taxa de preparação para a reutilização e reciclagem (PRR) no município fixou-se em 72,8%, tendo tido uma variação negativa de 4,4% relativamente ao ano anterior, mas ainda assim acima da meta estipulada pelo PEPGRA 20+ para 2025 (60%) e para 2035 (65%).

Figura 6.4.6_ Evolução da taxa de preparação para a reutilização e reciclagem (PRR) no município de Vila do Porto



Fonte: SRIR (2012 -2023)

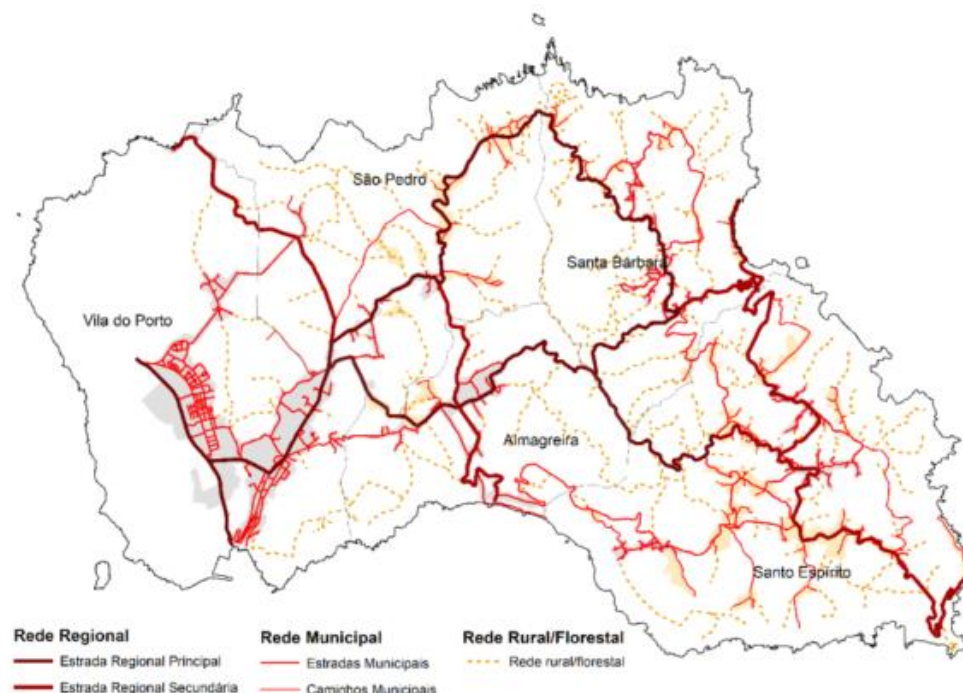
Transportes e Mobilidade

A rede viária existente no município e apresentada pelo PDM em vigor é composta pelas seguintes classes:

- **Rede regional** – visa permitir a ligação entre os polos urbanos e económicos de maior expressão em cada ilha, sendo composta por estradas regionais principais (ERP) e secundárias (ERS) e destas fazem parte as vias rápidas (VR), vias expresso (VE) e vias regulares (VRG), desempenhando funções distintas;
- **Rede municipal** – visa permitir a circulação de pessoas e veículos dentro dos povoados e das áreas da respetiva circunscrição territorial e estabelecer o acesso a explorações agrícolas e pecuárias, sendo constituída por estradas municipais (EM), caminhos municipais de 1ª (CM1ª) e caminhos municipais de 2ª (CM2ª);
- **Rede agrícola** – visa permitir ligações dentro dos perímetros de ordenamento agrário, e está subdividida entre caminhos agrícolas principais (CAP) e secundários (CAS);
- **Rede rural/florestal** – visa estabelecer o acesso a explorações agrícolas, pecuárias e florestais acima da cota dos 100 metros de altitude e a circulação dentro dos perímetros florestais, sendo constituída por caminhos rurais, caminhos florestais principais e secundários e ainda estradas florestais.

Na Figura 6.4.7 apresenta-se geograficamente a rede viária existente no município de Vila do Porto.

Figura 6.4.7_ Rede viária existente no município de Vila do Porto

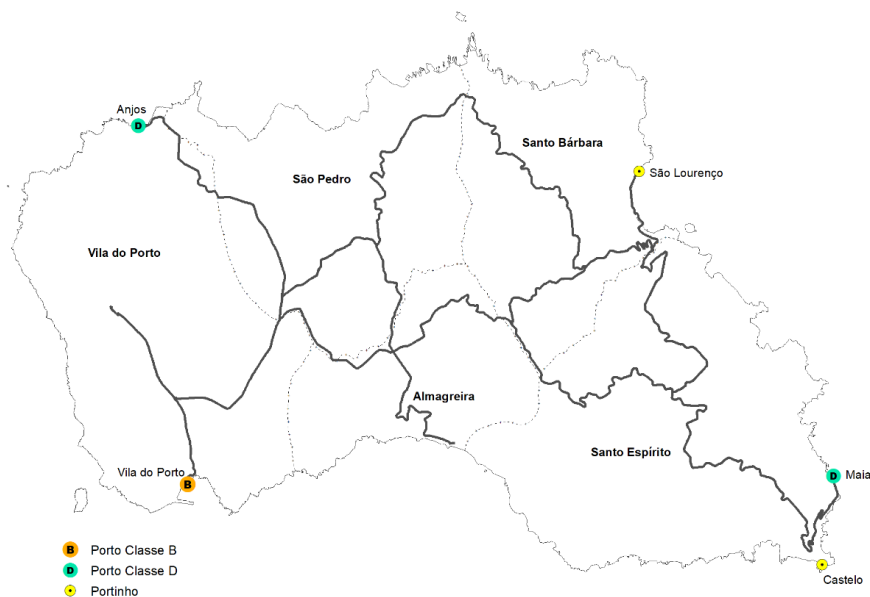


Fonte: Estudos de Caracterização PDM (Fase 1) - Quaternaire Portugal, 2024 / Adaptado de CM Vila do Porto, 2024

As infraestruturas portuárias existentes no município de Vila do Porto são as seguintes, e estão localizadas de acordo com a Figura 6.4.8:

- 1 Porto de Classe B - Porto de Vila do Porto, localizado no principal aglomerado urbano do concelho, constitui a principal infraestrutura portuária, desempenhando as funções comerciais apoiando a atividade económica da ilha;
- 2 portos de Classe D - Porto da Maia (costa oriental) e Porto dos Anjos (costa norte) – destinados fundamentalmente à atividade piscatória;
- E ainda 2 infraestruturas designadas Portinhos - Castelo (costa sul) e São Lourenço (costa este), essencialmente associados a atividades de recreio e lazer.

Figura 6.4.8_Localização das infraestruturas portuárias existentes no município de Vila do Porto



Fonte: Estudos de Caracterização PDM (Fase 1) - Quaternaire Portugal, 2024 / CM Vila do Porto, 2024

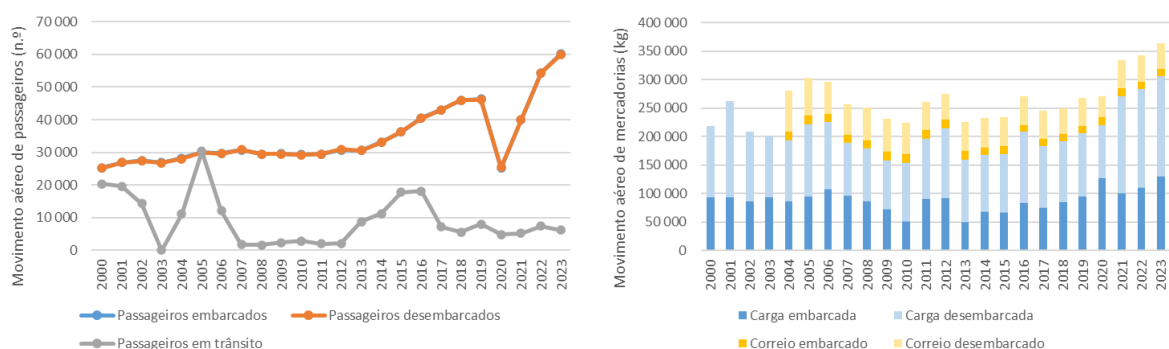
A infraestrutura principal do concelho é o Porto de Vila do Porto, que se localiza no centro de Vila do Porto e inclui:

- O Cais Comercial, cujo quebra-mar foi concluído em 1986, é dedicado a navios porta-contentores e navios de carga geral. Com um cais de 203 metros, permite a atracagem de navios até 100 metros e com um calado máximo de 6 metros;
- O Cais de Ferries, concluído em 2004, foi concebido para os navios de passageiros inter-ilhas, durante os meses de maio a outubro. Este cais permite a acostagem de navios até 100 metros com calado máximo de 5 metros;
- O Terminal de Passageiros, situado a Norte do Cais Comercial, foi requalificado em 2009 para servir os navios ferry e os navios de cruzeiro que procuram a ilha de Santa Maria;
- O Porto de Pescas, sob responsabilidade da Lotaçor, dedicado à atividade piscatória;
- A Marina de Vila do Porto, inaugurada em 2008, tem capacidade para 120 embarcações.

O Aeroporto de Santa Maria é a única infraestrutura aeroportuária existente e a maior de aeronáutica civil da Região Autónoma dos Açores, acarreado por isso uma importância estratégica relevante a nível regional e nacional. Constitui a principal porta de entrada na ilha, mantendo ligações diretas com a ilha de São Miguel e Lisboa, bem como ligações regulares com as restantes ilhas do arquipélago, via Ponta Delgada. Além disso, esta infraestrutura aeroportuária é uma das quatro existentes no arquipélago que realizam voos internacionais. O Aeroporto localiza-se a oeste da ilha dentro da freguesia de Vila do Porto e distanciado apenas 1 km do centro da vila, sendo gerido pela ANA – Aeroportos de Portugal, SA. Apresenta uma área de aproximadamente 500 hectares sendo composto por três pistas, em que a maior tem cerca de 2900 metros de comprimento e as outras duas pistas apresentam 2000 metros de comprimento.

O movimento de passageiros em transporte aéreo, na ilha de Santa Maria, apresenta um crescimento sucessivo do número de passageiros, destacando-se um aumento acentuado a partir de 2013, tendo sido interrompido durante a pandemia em 2020, recuperando nos anos seguintes tendo atingido um histórico máximo em 2023 de 126 480 movimentos de passageiros, equivalendo a cerca de 60 mil passageiros embarcados ou desembarcados e 6 mil em trânsito (Figura 6.4.9). Este crescimento é justificado em grande parte pela abertura do espaço aéreo a novas companhias, especialmente *low-cost* via Ponta Delgada. O movimento de mercadorias por via aérea também registou aumentos significativos e sucessivos, principalmente desde 2016, tendo atingido em 2023 cerca de 363 toneladas de mercadoria movimentada para o interior e exterior do município de Vila do Porto, sendo que 84% é respeitante a movimento de bens e 16% a correio (Figura 6.4.9).

Figura 6.4.9_Movimento de passageiros e mercadorias por transporte aéreo no aeroporto de Santa Maria

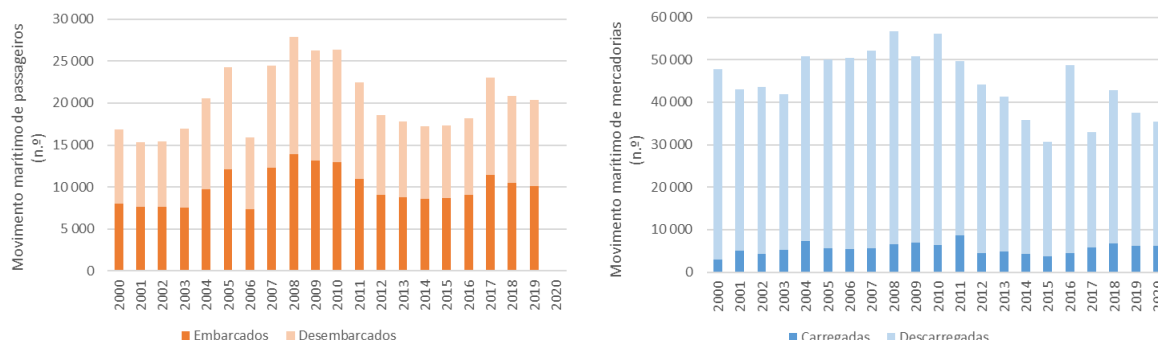


Fonte: SREA, 2024

Relativamente à evolução dos movimentos marítimos no Porto de Vila do Porto, verifica-se que nos últimos 10 anos com informação disponível, entre 2000 e 2020, o movimento de passageiros registou uma quebra entre 2008 e 2016, com um contributo relevante da crise económica nessa altura, registando um crescimento acentuado em 2017, embora tenha retomado a tendência de decréscimo progressivo desde então (Figura 6.4.10). De destacar o período da pandemia de Covid19 (2020-2021) em que não se registaram movimentos de passageiros. O transporte marítimo de mercadorias também tem registado uma tendência decrescente desde 2010, com exceção do ano de 2016 onde houve um

crescimento acentuado, voltando a quebrar nos anos seguintes.

Figura 6.4.10_Movimento de passageiros e mercadorias por transporte marítimo no aeroporto de Santa Maria

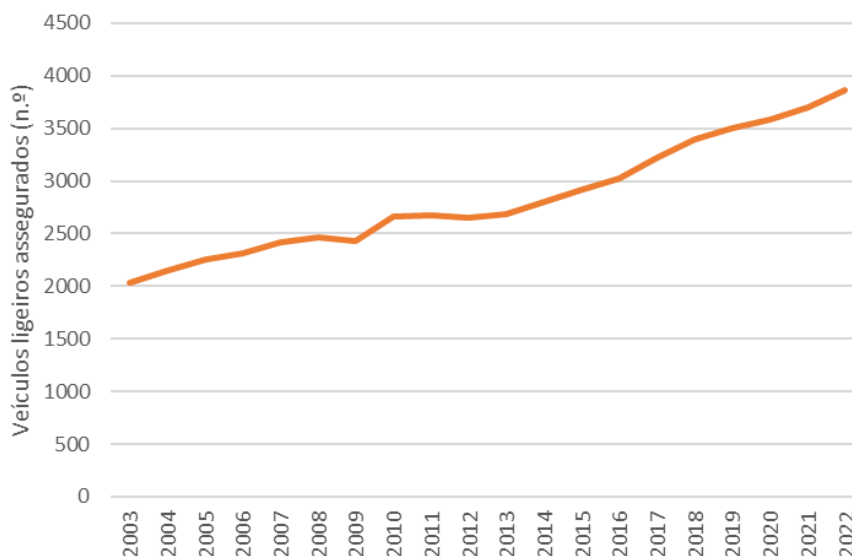


Fonte: SREA, 2024

Ao nível da análise do transporte particular individual, poderá ser importante perceber como evoluiu o parque automóvel do concelho, visto que estes dados permitem tirar algumas conclusões relativamente à utilização deste modo de transporte nos fluxos pendulares e perceber as consequências deste nas infraestruturas rodoviárias locais.

Nos últimos 20 anos tem-se observado uma tendência de crescimento do parque automóvel privado existente no concelho, tendo praticamente duplicado o número de veículos ligeiros existentes em 2003, tal como se pode observar pela Figura 6.4.11.

Figura 6.4.11_Evolução dos veículos ligeiros assegurados em Vila do Porto



Fonte: ASF, 2024

O sistema de transporte coletivo de passageiros no concelho de Vila do Porto é assegurado pelo consórcio TSM – Transportes de Santa Maria, constituído por três operadores - Auto Viação Micaelense, Lda (AVM), Caetano, Raposo & Pereiras, Lda. (CRP) e Varela & Cª, Lda. (Varela). O sistema transporte coletivo de passageiros é composto por 5 percursos, garantindo os circuitos de ligação com os principais núcleos populacionais da ilha e ainda o reforço de ligação com as zonas balneares dos Anjos e Praia Formosa no período do Verão:

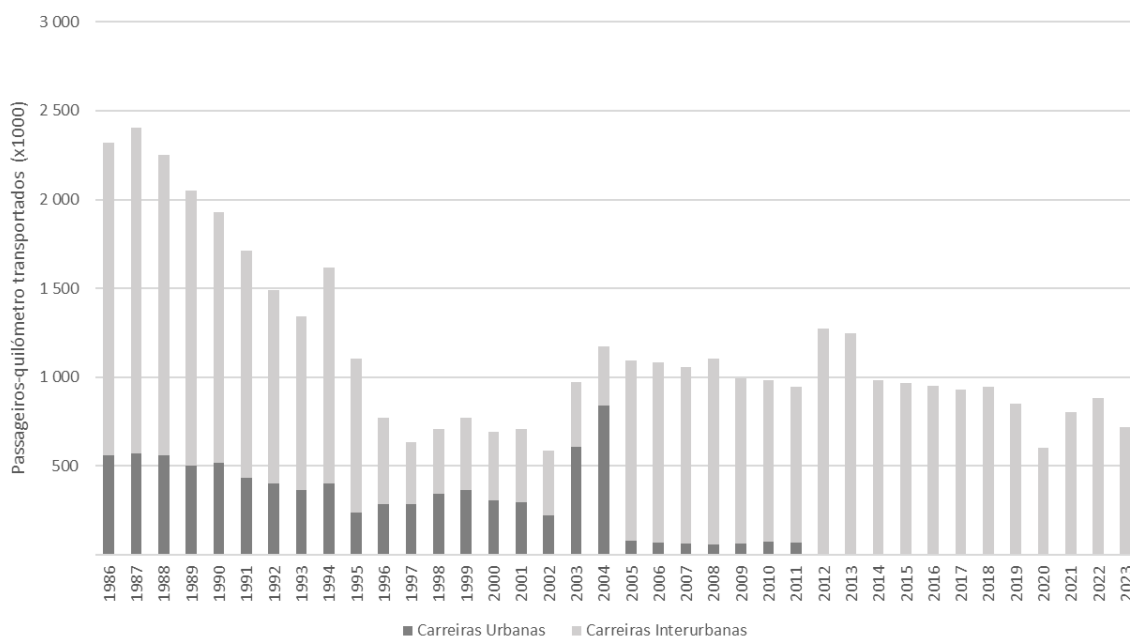
- Linha 1 (Malbusca - Vila do Porto): o principal circuito, que liga as principais localidades à volta da ilha, reforçada durante o período escolar;
- Linha 2 (Santa Bárbara - Vila do Porto);
- Linha 3 (Cais de Vila do Porto – Aeroporto);
- Linha 4 (Cais Vila do Porto – Hotéis): esta linha está articulada com o transporte marítimo, isto

é, os horários das carreiras são alterados em função da hora de chegada dos navios de passageiros;

- Linha 5 (Praia – Anjos): Linha com origem no aeroporto e destino às zonas balneares da Praia Formosa e Anjos, via Vila do Porto, durante os meses de verão.

Em termos de resultados de transporte coletivo de passageiros é possível verificar uma diminuição do volume de passageiros por km transportados (Figura 6.4.12). o que demonstra a baixa atratividade que estes serviços apresentam para satisfazer as necessidades de mobilidade da população. Em 2023 a oferta baseou-se em 81 veículos e uma extensão de 1140 km de percurso simples, correspondendo a 6 568 935 lugares/km oferecido. Foram transportados cerca de 41 254 passageiros, correspondendo a 718 152 passageiros/km efetuados.

Figura 6.4.12_Movimento de passageiros e mercadorias por transporte marítimo no aeroporto de Santa Maria

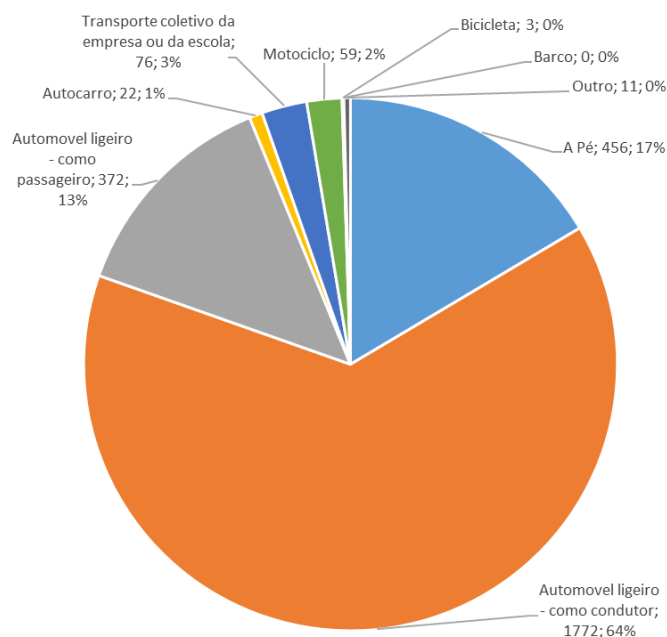


Fonte: SREA, 2024

De acordo com os indicadores disponíveis nos Censos 2021, foi possível caracterizar os movimentos pendulares concelhios da população residente de acordo com o local onde estudam e/ou trabalham. De uma forma geral, a percentagem de residentes em Vila do Porto que trabalham e/ou estudam no concelho é significativa, cerca de 94% do total de residentes, sendo que apenas 6% trabalham ou estudam noutro concelho.

A maioria dos residentes no município desloca-se para o trabalho/escola utilizando o automóvel ligeiro como condutor (64%), a pé (17%), ou como passageiro em automóvel ligeiro (13%). Apenas 1% utiliza o autocarro como meio de transporte modal, existindo mais residentes a deslocarem-se de bicicleta ou motociclo do que utilizando os meios de transporte coletivo (Figura 6.4.13).

Figura 6.4.13_Movimento pendulares dos residentes em Vila do Porto por meio de transporte

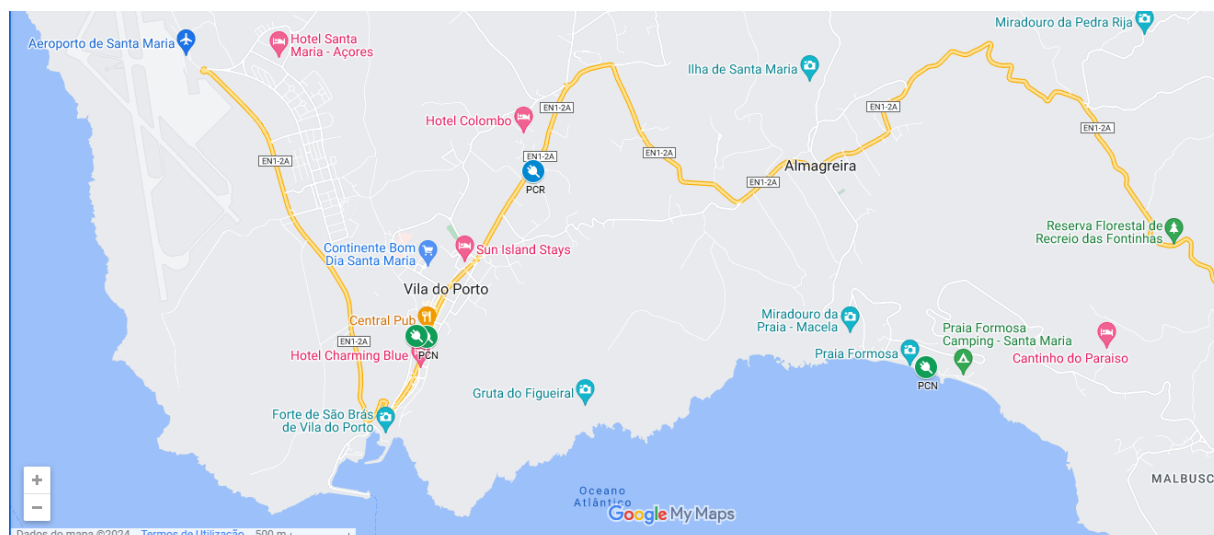


Fonte: INE, 2024

No município existe quatro postos de carregamento de veículos elétricos (PCN e PCR) no município de Vila do Porto (Figura 6.4.14):

- PCN (22 kVA) – Praia Formosa, Almagreira;
- PCN (22 kVA) – Rua Dr. Luís Bettencourt (CM Vila do Porto);
- PCN (22 kVA) – Rua do Cotovelo, Vila do Porto;
- PCR (43 kVA) - Estrada Regional n.º 1 – 2.ª Pedras S. Pedro (Posto de abastecimento REPSOL).

Figura 6.4.14_Postos de carregamento de veículos elétricos normais (PCN) ou rápidos (PCR) no município de Vila do Porto



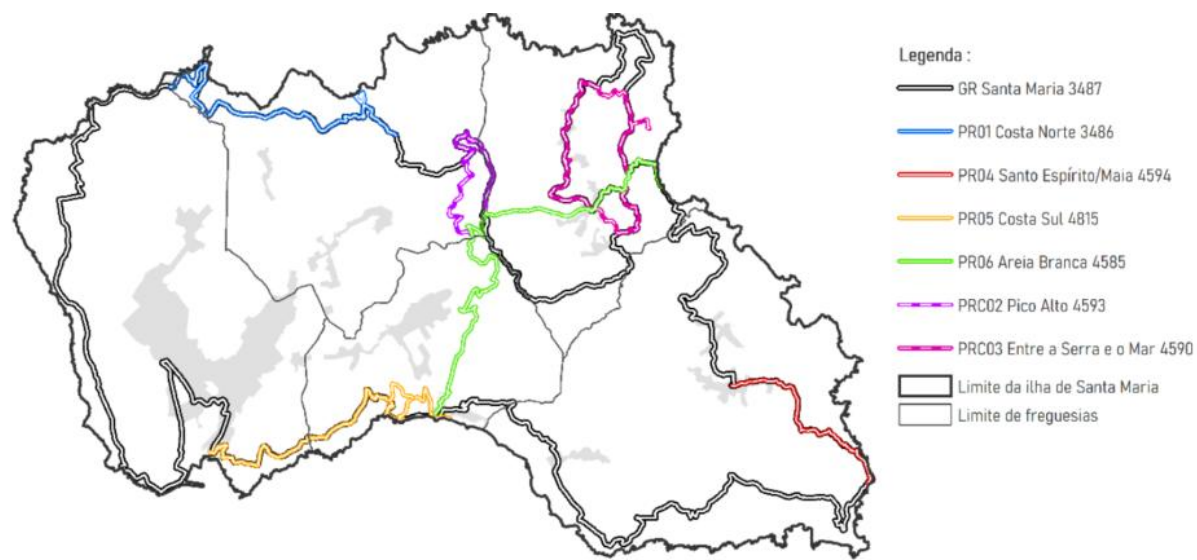
Fonte: Portal da Energia, DREn (2024)

Relativamente ao consumo de combustíveis, o município consome essencialmente gasóleo (5 524 toneladas) e gasolina 95 (974 toneladas) em atividades de transporte, e que representam 73% e 13% do total de combustíveis consumidos, respetivamente. Consome ainda 487 toneladas de gasóleo colorido destinado a atividades agrícolas (6%) e 321 toneladas de gás butano (4%) nas atividades domésticas, comércio e serviços, sociais ou de hotelaria e restauração.

Em 2020 foi aprovado pelo orçamento municipal a construção de uma Ciclovia do Eixo Circular Vila do Porto/Aeroporto. A ciclovia prevista tinha uma extensão de aproximadamente 6,5 km, em que 5.055m correspondem ao troço Aeroporto/Açucareiro e 1.505m aos troços Açucareiro/Vila e Açucareiro/Zona industrial.

No concelho de Vila do Porto foram identificados sete percursos pedestres ou trilhos homologados com cerca de 30,3 km de extensão total, de dificuldade média em geral (Figura 6.4.15).

Figura 6.4.15_Localização dos percursos pedestres existentes no município de Vila do Porto



Fonte: Estudos de Caracterização PDM (Fase 1) - Quaternaire Portugal, 2024 / CM Vila do Porto, 2024

A tabela 6.4.2 apresenta a síntese dos resultados dos indicadores para o presente FS.

Tabela 6.4.2_Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Peso dos edifícios licenciados para ampliação, alteração e reconstrução	2019: 51,6% 2020: 42,3% 2021: 24,1% 2022: 38,7% 2023: 58,1%	2019 a 2023	INE
Áreas de reabilitação urbana ou áreas degradadas em geral (hectares)	ARU dos Núcleos Históricos de Vila do Porto: 123,26 hectares. ARU do Lugar de São Lourenço: 21,83 hectares. ARU do Lugar da Maia: 11,04 hectares. ARU do Lugar dos Anjos: 3,17 hectares. ARU do Lugar da Praia Formosa: 11,36 hectares.	2024	CM Vila do Porto.
Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), /executadas (hectares)	ARU dos Núcleos Históricos de Vila do Porto: 123,26 hectares (parcialmente executada) ARU do Lugar da Maia: 11,04 hectares. ARU do Lugar dos Anjos: 3,17 hectares. ARU do Lugar da Praia Formosa: 11,36 hectares.	2024	CM Vila do Porto.
Espaços verdes em solo urbano (hectares)	4,32 hectares	2024	CM Vila do Porto.
Área artificializada em solo urbano(hectares)	72,05 hectares	2024	CM Vila do Porto.

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	N.D.	-	-
Taxa de cobertura das respostas sociais à primeira infância	49%	2021	Cálculo da equipa AAE.*
Taxa de cobertura de respostas sociais para idosos	27%	2021	Cálculo da equipa AAE.*
Acessibilidade física e adesão ao serviço de abastecimento de água	100%	2024	CMVP
Água segura	99,22%	2022	ERSARA
Perdas reais de água	50%	2020	CMVP
Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais	Cobertura: 31% Adesão: 26%	2021	ERSARA
Cumprimento das licenças de descarga	88,86%	2021	ERSARA
Estado das infraestruturas de tratamento de águas residuais	N.D.	-	-
Reutilização de águas residuais tratadas e pluviais	N.D.	-	-
Acessibilidade do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos	Indiferenciada – 100% Seletiva – 100%	2024	CMVP
Capacidade instalada de recolha indiferenciada e seletiva	N. D.	-	-
Capacidade instalada de tratamento de resíduos urbanos	1 estação de transferência 1 estação de triagem 1 Unidade de valorização orgânica	2023	ERSARA
Preparação para a reutilização e reciclagem	72,8%	2023	SRIR
Taxa de utilização nas deslocações por tipo de transporte	Automóvel ligeiro (condutor): 64% A pé: 17% Automóvel ligeiro (passageiro): 13% Transporte coletivo da empresa ou da escola: 7% Motociclo: 2% Autocarro: 1%	2021	INE
Evolução do parque automóvel	3862 veículos ligeiros (+90% desde 2003) (crescimento médio de 3% ao ano)	2022	ASF
Evolução da oferta de transporte público	6 568 935 Lugares/km oferecidos (-3% relativo a 2022) (+1% de crescimento médio anual desde 2005)	2023	SREA
Evolução da procura de transporte público	41 254 Passageiros transportados (+1% relativo a 2022) (-3% de crescimento médio anual desde 2005) 718 152 Passageiros/km transportados (-19% relativo a 2022) (-1% de crescimento médio anual desde 2005)	2023	SREA

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Rede de ciclovias e percursos pedestres	Ciclovias do Eixo Circular de Vila do Porto/Aeroporto – 6,5 km 7 Percursos pedestres – 30,3 km	2024	CMVP
Edifícios públicos com acessibilidade inclusiva	N.D.	-	-

* Cálculo efetuado pela equipa da AAE, com base em dados publicados pela Câmara Municipal e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Por fim, são identificadas na Quadro 6.4.3 as principais questões-chave relacionadas com este FS.

Tabela 6.4.3_ Questões-chave da situação atual para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Questões-chave
Em 2023, as ampliações, alterações e reconstruções superaram as construções novas, correspondendo a 58,1% do total de obras licenciadas.
As ARU de menor dimensão (Lugar da Maia, Lugar dos Anjos e Praia Formosa) foram completamente executadas, enquanto a ARU dos Núcleos Históricos de Vila do Porto permanece apenas parcialmente reabilitada.
Os perímetros urbanos ocupam 720,5 hectares (7,5% do município), com 4,32 hectares de espaços verdes e 72,05 hectares de área artificializada.
Embora a taxa de cobertura para a primeira infância se aproxime dos 50%, refletindo uma resposta moderada às necessidades deste grupo etário, a taxa de cobertura para os idosos, significativamente inferior (26,67%), evidencia uma necessidade de reforçar as respostas sociais direcionadas a esta população, especialmente face ao aumento da longevidade e ao crescente envelhecimento demográfico.
A água abastecida é de excelente qualidade e disponibilizada para a totalidade da população.
Devido ao fenómeno de alterações climáticas e à ocorrência cada vez mais frequente de eventos de seca o município tem tido como objetivo prioritário combater as perdas de água através de várias medidas que tem vindo a ser implementadas. Foram iniciadas intervenções de combate às perdas de água através de obras de beneficiação ou manutenção da rede, implementação de sistemas de telegestão e medidores de caudal por telemetria em todos os reservatórios e instalados contadores à entrada do sistema (captações) para contabilização das perdas, e renovação do parque de contadores. Ainda assim, o sistema de abastecimento apresenta baixos níveis de eficiência, apresentando elevados índices de perdas de água (50%).
Apenas 38,10% das captações se encontram licenciadas, e não foi reportada a implementação de perímetros de proteção às captações.
A taxa de acessibilidade física do serviço de drenagem de águas residuais urbanas no concelho é insuficiente para cobrir toda a população residente (31%). A população é servida por quatro fossas sépticas coletivas localizadas nos sistemas de Anjos, Valverde, São Lourenço, e Aeroporto, uma ETAR de tratamento secundário (ETAR Almagreira) localizada no sistema de Praia Formosa e uma ETAR de tratamento terciário (ETAR de Vila do Porto).
Ausência de soluções de reutilização de águas residuais tratadas ou pluviais.
Boa cobertura do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos. O município disponibiliza o serviço de recolha seletiva de resíduos através de ecopontos localizados estrategicamente em todo o concelho, e serviço de recolha seletiva porta-a-porta, abrangendo apenas a população residente na freguesia de Vila do Porto, com exceção da área concessionada ao aeroporto
A produção total e per capita de resíduos urbanos no município de Vila do Porto, demonstra uma tendência sucessiva de aumento. De notar que a RAA tem como objetivo reduzir 3% a produção de resíduos urbanos em 2025 relativamente a 2019, 5% até 2030 e 7% até 2035, segundo o estipulado no PEPGRA 20+.
Em 2023 cerca de 48% dos resíduos urbanos foram encaminhados para valorização material, 34,6% para valorização orgânica e 17,3% para valorização energética. A deposição em aterro é nula devido a existência do Centro de Processamento de Resíduos (CPR) que encaminha os resíduos para valorização na ilha Terceira.
Em 2023, a taxa de preparação para a reutilização e reciclagem (PRR) no município fixou-se em 72,8%, tendo tido uma variação negativa de 4,4% relativamente ao ano anterior, mas ainda assim acima da meta estipulada pelo PEPGRA 20+ para 2025 (60%) e para 2035 (65%).
O movimento de passageiros em transporte aéreo, na ilha de Santa Maria, apresenta um crescimento sucessivo do número de passageiros, devido em grande parte à abertura do espaço aéreo a novas companhias, especialmente <i>low-cost</i> via Ponta Delgada.

Questões-chave

Nos últimos 20 anos tem-se observado uma tendência de crescimento do parque automóvel privado existente no concelho, tendo praticamente duplicado o número de veículos ligeiros existentes em 2003.

O sistema transporte coletivo de passageiros é composto por 5 percursos, garantindo os circuitos de ligação com os principais núcleos populacionais da ilha. Ainda assim, o serviço de transporte coletivo de passageiros tem registado quebras sucessivas no volume de passageiros por km transportados nos últimos 40 anos.

A maioria dos residentes no município desloca-se para o trabalho/escola utilizando o automóvel ligeiro como condutor (64%), a pé (17%), ou como passageiro em automóvel ligeiro (13%). Apenas 1% utiliza o autocarro como meio de transporte modal, existindo mais residentes a deslocarem-se de bicicleta ou motociclo do que utilizando os meios de transporte coletivo.

A oferta de postos de carregamento elétrico de veículos ainda é reduzida no município.

Em 2020 foi aprovado pelo orçamento municipal a construção de uma Ciclovia do Eixo Circular Vila do Porto/Aeroporto, com uma extensão de aproximadamente 6,5 km. O município ainda dispõe de sete percursos pedestres ou trilhos homologados com cerca de 30,3 km de extensão total.

6.4.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2RPDM_VILADOPORTO

Sem a implementação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, e no âmbito da qualificação territorial, a situação atual tenderá a manter-se, com riscos acrescidos para a gestão e o desenvolvimento do território. A ausência de diretrizes atualizadas poderá perpetuar a degradação do edificado existente, dificultando a sua recuperação e reutilização. Adicionalmente, a manutenção e valorização dos espaços verdes poderão ser comprometidas, sem uma estratégia clara que garanta a sua proteção e integração no tecido urbano. Adicionalmente, sem uma estratégia de ordenamento que promova a coesão territorial, a expansão urbana poderá ocorrer de forma dispersa, conduzindo à fragmentação dos núcleos habitacionais e à formação de vazios urbanos, o que dificulta a integração entre áreas e reduz a eficiência dos serviços públicos.

A ausência de um PDM atualizado compromete o desenvolvimento estratégico e a eficiência dos serviços sociais, impactando negativamente o critério de coesão e equidade. Essa limitação afeta particularmente o planeamento de infraestruturas e serviços sociais, como creches, escolas, centros de dia ou lares para idosos, que deixam de estar alinhados com as mudanças demográficas e as necessidades emergentes. Além disso, a falta de uma definição atualizada de prioridades territoriais pode perpetuar desigualdades no acesso aos serviços, agravando as disparidades entre diferentes áreas do território.

Ao nível dos serviços ou infraestruturas ambientais, e num cenário de ausência de proposta de 2rPDM_ViladoPorto, a expansão desordenada das atividades económicas e parque edificado na área de intervenção poderão induzir um aumento do potencial de contaminação e degradação das condições de salubridade em consequência do aumento de presença humana e subsequente aumento de produção de águas residuais ou resíduos, sem uma resposta adequada para a sua gestão e mitigação do seu potencial poluidor.

Considera-se que sem a implementação da proposta de 2rPDM_ViladoPorto não existiria uma estratégia de beneficiação do sistema de mobilidade local, reordenamento das acessibilidades e gestão do estacionamento, fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e segurança da população. Por outro lado, deixaria de se promover a descarbonização das principais atividades emissoras de GEE, nomeadamente, os transportes rodoviários movidos a combustíveis alternativos, melhoria do serviço de transporte público, e reforço da intermodalidade com os modos suaves. Num cenário de ausência de uma proposta de revisão do PDM de Vila do Porto, a prossecução destes objetivos seria mais dificultada.

Em síntese, considera-se que sem a implementação deste plano fica adiada a oportunidade de incorporar e acompanhar novas dinâmicas locais, numa perspetiva de planeamento integrado do território, com espaços dedicados a determinados usos e funções, que permitam salvaguardar outras bolsas e áreas fundamentais e estruturadas para a conservação e recuperação das estruturas ecológicas e funções ecossistémicas e naturais, que assegurariam uma consolidação e articulação capaz de gerir corretamente os valores e recursos naturais e paisagísticos do município e assim promover uma dinâmica económica, social e ambiental.

6.4.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de Objetivos (e respetivos Projetos) propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da 2rPDM_ViladoPorto, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das atuais opções territoriais, regulamento e do programa de execução da revisão do Plano, consumada numa análise às oportunidades e ameaças identificadas nos Objetivos (e respetivos Projetos), patente na Tabela 6.4.4.

Tabela 6.4.4_Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes	<p>A prevista promoção e qualificação do solo urbano e melhoria dos índices de qualidade de vida apresenta potencial para assegurar um conjunto de serviços essenciais à população. Projetos como a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria, apresenta uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade dentro da área do aeroporto, mas com benefícios ao nível da mobilidade para toda a ilha e município. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida.</p> <p>Este projeto também irá constituir igualmente uma oportunidade de melhoria das condições infraestruturais e de serviço afetos aos sistemas de abastecimento e saneamento de águas residuais, bem como de escoamento das águas pluviais, promovendo melhorias ao nível da acessibilidade física, controlo e monitorização de caudais, redução de perdas, redução dos fenómenos de contaminação dos solos e aquíferos por poluição tóxica, aquisição de maior eficiência no consumo de água, bem como melhores condições para gestão adequada de resíduos, através do reforço dos equipamentos de recolha seletiva, acondicionamento e encaminhamento para destino final recomendável.</p> <p>Os projetos de beneficiação das redes e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento também irão promover estes mesmos efeitos ambientais anteriormente referidos nos territórios onde serão implementados, já que visam a regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água,</p>	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	<p>principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca, redução das perdas de água nas redes de distribuição, recuperação das redes e equipamentos degradados e reforço do controlo analítico, bem como reforço da rede de drenagem, beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, e implementação de novas estações de tratamento de águas residuais e respetivos coletores de drenagem.</p> <p>As obras de beneficiação do parque escolar municipal, e a elaboração da Carta Municipal de Habitação, constituem uma oportunidade para se promover a aquisição de melhores condições infraestruturais e de serviços ambientais. Os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos com melhor eficiência no consumo de água, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais.</p> <p>A elaboração do Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez visa a definição de medidas de contingência para períodos de seca e escassez, bem como medidas de adaptação e aquisição de resiliência dos sistemas de abastecimento para prevenir e compatibilizar a satisfação das necessidades hídricas dos diversos usos, contribuindo, por exemplo, para a definição de critérios e medidas de eficiência hídrica no utilizador, beneficiação de redes e sistemas de abastecimento, modernização tecnológica para controlo de caudais e redução de perdas, infraestruturas de aproveitamento de águas pluviais, ou implementação de sistemas de reutilização de águas residuais tratadas (ApR) para usos menos exigentes, entre outras.</p> <p>Projetos como os planos de pormenor e a carta municipal de habitação pode direcionar o uso de áreas já ocupadas, limitando a expansão urbana descontrolada, promovendo a reutilização de áreas já urbanizadas.</p>	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
	O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta	Não identificados.
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria,		

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense	<p>potencial para assegurar a qualificação destes territórios através de uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade.</p> <p>A definição de uma política de taxas municipais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução de casas típicas marienses que se encontrem degradadas. Este projeto poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e melhores condições para a recolha seletiva e acondicionamento de resíduos no parque edificado destes aglomerados rurais. Este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais.</p> <p>A elaboração de um estudo urbanístico orientador do desenvolvimento e da ocupação dos aglomerados rurais poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Este estudo urbanístico também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade dentro destes territórios rurais. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação de populações mais isoladas, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida e de equidade social.</p> <p>A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho.</p>	

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	<p>A elaboração Planos de Pormenor também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade dos territórios abrangidos, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade nestes aglomerados. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida</p> <p>A elaboração dos Planos de Pormenor da Maia e de São Lourenço garante um planeamento organizado, reduzindo o uso desordenado do solo e protegendo áreas de interesse ambiental ou agrícola.</p> <p>Preservação das características tradicionais e rurais, contribuindo para a contenção da artificialização do solo, promovidos especialmente pelos projetos 2.1 e 2.2.</p> <p>Fomento à reabilitação urbana, valorizando o património edificado existente.</p> <p>Potencial para incorporar mais espaços públicos e verdes no âmbito do planeamento.</p>	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2-3/P/C-Si	-
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas	<p>A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade.</p> <p>A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais. Este projeto poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica no parque edificado a revitalizar, bem como a introdução de soluções de gestão de resíduos mais sustentáveis e que permitam a recolha seletiva e valorização dos resíduos produzidos. Assim, este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas</p>	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	<p>de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico. A elaboração deste manual de boas práticas urbanísticas também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade nestes aglomerados. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida.</p> <p>Os projetos de programas de educação ambiental com foco na conservação de recursos e valores naturais e de promoção de ações de sensibilização para a recuperação ambiental e paisagística de áreas de extração de massas minerais abandonadas constituem uma oportunidade para se introduzirem boas práticas ambientais, de redução e poupança no consumo de água, redução de focos de poluição tóxica e de gestão adequada dos resíduos produzidos por estas atividades. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água, do solo e de outros recursos, bem como da paisagem.</p> <p>A criação de programas de educação ambiental e a elaboração do manual de boas práticas urbanísticas incentivam a gestão sustentável do solo, reduzindo impactos como a erosão, a contaminação e a impermeabilização desnecessária assim como alerta para a importância da preservação das florestas, promovendo práticas que reduzam o desmatamento e incentivem a regeneração florestal. Além disso, promove uma maior consciência sobre a importância dos recursos geológicos, ajudando a evitar a exploração não regulamentada.</p> <p>As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. Estas ações contribuem ainda para o restauro da estabilidade geológica, prevenindo erosão e deslizamentos de terras assim como para a promoção da sustentabilidade e recuperação de áreas degradadas.</p>	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	2-3/P/C-Si	-
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto em terra como no mar	<p>A almejada necessidade de se criar condições para o desenvolvimento e diversificação de algumas atividades económicas em espaço rural, apresenta potencial para assegurar uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade.</p>	Não identificados.
	<p>Projetos como a elaboração do plano de turismo sustentável, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação, e o acompanhamento e monitorização do alojamento local, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica no parque edificado destas atividades económicas em espaço rural, bem como a introdução de soluções de gestão de resíduos mais sustentáveis e que permitam a recolha seletiva e valorização dos resíduos produzidos. Assim, estes projetos constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico.</p>	
	<p>A elaboração de um plano de turismo sustentável poderá incentivar à aquisição de uma mobilidade turística sustentável o que permitirá reduzir as necessidades e consumos energéticos associados à mobilidade, promovendo-se a descarbonização através da implementação de mobilidade suave e práticas mais saudáveis de deslocação, e contribuindo para a dependência externa de combustíveis fósseis.</p>	
	<p>Um plano de turismo sustentável pode minimizar a degradação do solo ao definir práticas de construção e exploração turística que respeitem as capacidades naturais do território. Além disso, poderá promover atividades económicas baseadas nos recursos locais, minimizando impactos ambientais e promovendo a conservação do solo.</p>	
	O acompanhamento do alojamento local, previsto no projeto 4.4, garante que o crescimento da atividade turística seja controlado, evitando pressões excessivas sobre o território rural.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	2-3/P/C-Si	-
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas	Não identificados.	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	-	-

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto-Prazo; 2 - Médio-Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; –feito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

O quadro seguinte apresenta a síntese de tendências de evolução para o presente FS num cenário com e sem a implementação da rPMD_ViladoPorto.

Tabela 6.4.5_ Síntese das tendências de evolução do FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Qualificação do território		⇒	↗
Serviços de coesão e equidade		↘	⇒ ↗
Serviços e infraestruturas ambientais		↗	↗ ↗
Transportes e Mobilidade		⇒	↗

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)			
	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	↘ ↘ Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	↘ Negativa Afastamento das orientações do QRE	⇒ Sem alteração significativa	↗ Positiva Aproximação às orientações do QRE
				↗ ↗ Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.4.6 RECOMENDAÇÕES

Foram propostas várias recomendações pela AAE ao longo do desenvolvimento da proposta de plano, internalizadas na presente versão da proposta da 2rPDM_ViladoPorto, nomeadamente ao nível dos projetos associados aos Objetivos 1, 2, 3 e 4 da revisão do PDM, como o caso do âmbito dos Projetos 1.7, 1.8, 1.10, 2.1, 2.2, 3.1, 3.2, 3.4, 4.1, 5.2, e a inclusão do projeto 1.9. Assim, subsistem algumas recomendações apenas complementares ao próprio plano (Tabela 6.4.6) resultantes da análise dos

elementos da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, que se considera que poderão potenciar e reforçar o conjunto de potenciais oportunidades identificadas.

Tabela 6.4.6_Recomendações no âmbito do FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
Rec 4.1: Implementação de uma estratégia de gestão para os biorresíduos, no âmbito da elaboração de um plano de ação de gestão de resíduos urbanos municipais. De acordo com o Regime Geral de Gestão de Resíduos existe a necessidade de se estabelecer uma estratégia para os biorresíduos que possibilite a sua separação e reciclagem na origem, através da compostagem doméstica ou comunitária e outras soluções locais de reciclagem, ou a recolha seletiva e posterior transporte para instalações de valorização. O PEPGRA 20+ define como meta a necessidade de se recolher seletivamente uma fração de 25% de biorresíduos face aos resíduos urbanos totais.	Assegurar a acessibilidade de toda a população aos serviços ambientais, a preservação das condições ambientais, e aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais;	↗	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais; - Promoção da circularidade e sustentabilidade ambiental.
Rec 4.2: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que permitam a reutilização das águas pluviais ou residuais tratadas, recolha seletiva e acondicionamento adequado de resíduos urbanos, bem como técnicas construtivas que promovam a reutilização ou reciclagem de resíduos através da sua incorporação como materiais de construção.	<p>Assegurar a acessibilidade de toda a população aos serviços ambientais, a preservação das condições ambientais, e aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais;</p> <p>Potenciar a eficiência no consumo de água potável e reutilização de águas residuais ou pluviais tratadas para fins menos exigentes;</p> <p>Avaliar os efeitos da implementação da revisão do Plano na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do território que vise assegurar a gestão e a proteção dos recursos naturais presentes no território;</p>	↗	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação e redução da extração de recursos naturais; - Aquisição de eficiência no uso dos recursos naturais; - Preservação do estado quantitativo das massas de água. - Melhoria do nível de tratamento de águas residuais. - Promoção da circularidade e sustentabilidade ambiental.

Legenda:

Contributo	↗	→
	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.5. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E COMPETITIVIDADE

6.5.1 INTRODUÇÃO

O Fator de Sustentabilidade " Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade " avalia o impacto e das estratégias do 2rPDM_ViladoPorto no desenvolvimento socioeconómico e competitividade. A análise centra-se na qualificação e capacitação dos recursos humanos, o reforço do acesso a serviços de interesse geral num contexto em que este é essencial para melhorar o capital social e as

oportunidades de desenvolvimento económico, bem como as condições de bem-estar essenciais para todos os cidadãos.

A análise centra-se na avaliação do contributo do 2rPDM_ViladoPorto para a valorização dos ativos do território e para o desenvolvimento rural medido pelo número de empresas criadas, pelo VAB do setor primário, dormidas em alojamento turístico. De igual modo interessa perceber a participação no reforço do empreendedorismo e ecossistemas de inovação de base territorial e no contributo para a energia circular. Por fim deverá avaliar-se o contributo para o reforço da atração de investimento

Este FS pretende assegurar um desenvolvimento socioeconómico e aumento da competitividade sustentado e equilibrado, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no concelho e redução das disparidades.

6.5.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Através deste fator de sustentabilidade pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do Plano, tendo como principais objetivos:

- Promover o emprego qualificado e na qualificação da população, através da igualdade no acesso à educação, promovendo igualdade de oportunidades no acesso à saúde e habitação, a modernização dos sistemas de proteção social, o combate à privação material e o acesso ao emprego pelos jovens
- Investir na valorização económica e social do território, promovendo o seu desenvolvimento social, económico e ambiental, a cultura e património natural, o turismo sustentável e a segurança.

Tabela 6.5.1_ Indicadores selecionados para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
População: Contributo para melhorar a qualificação e capacitação dos recursos humanos, sobretudo jovens, medido através do abandono escolar e da frequência do ensino superior	Evolução da população residente (n.º)	Evolução do número de pessoas que têm residência habitual no município de Vila do Porto.
	Taxa de desemprego (%)	(População desempregada /população ativa) *100
	População empregada (n.º)	População empregada por conta de outrem
	Taxa de desemprego (%) da população residente ativa com idade entre 15 e 24 anos	(População residente ativa desempregada com idade entre 15 e 24 anos/ População residente ativa com idade entre 15 e 24 anos)*100
	Taxa de abandono precoce na educação e formação	Taxa de abandono precoce na educação e formação
	População residente com ensino superior completo (%)	Proporção da população residente com ensino superior completo (%)
Turismo: Qual o contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a diversificação e sustentabilidade do setor do turismo, com especial foco para o trinómio rural-urbano-mar?	Alojamento turístico (empreendimentos turísticos e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º)	Número de estabelecimentos em hotelaria tradicional (hotéis, hotéis apartamentos, pousadas, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos), turismo no espaço rural, turismo de habitação e alojamento local, e capacidade de camas instalada
	Dormidas nos alojamentos turísticos (n.º/ano)	Número de dormidas nos alojamentos turísticos, por ano.
Outras atividades económicas: - Contributo da 2rPDM_ViladoPorto para a	Empresas criadas por setor de atividade (n.º)	Número de empresas por setor de atividade
	Estruturas empresariais e tecnológicas de carácter inovador e serviços de conhecimento e inovação (n.)	Número de unidades empresariais e tecnológicas de carácter inovador e serviços de conhecimento e inovação

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
fixação de estruturas empresariais e tecnológicas de caráter inovador - Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo - Valorização dos recursos e ativos endógenos do território	Valor acrescentado bruto por setor de atividade (%)	Riqueza criada pelas empresas dos diferentes setores de atividade expressa em percentagem.
	Pessoal ao serviço por setor de atividade (n.º/atividade/ano)	Número de pessoas ao serviço nos diferentes setores de atividade, no período de referência.

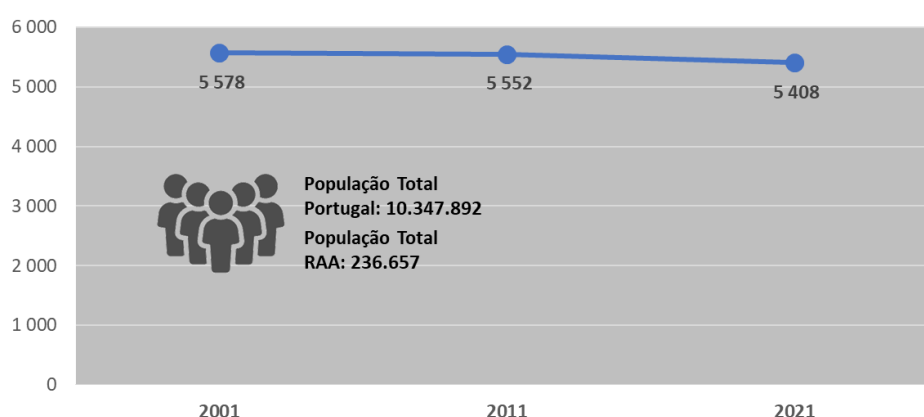
6.5.3 SITUAÇÃO ATUAL

População

Segundo os resultados preliminares dos Censos 2021, o concelho de Vila do Porto tinha em 2021 5.408 residentes, o que representa cerca de 2% dos habitantes da Região Autónoma dos Açores (RAA).

Em termos de evolução, e considerando o período 2001-2011, a variação da população total residente em Vila do Porto foi negativa (-0,5%) ao contrário do que se verificou na RAA, na ilha de São Miguel, na ilha Terceira e na ilha do Corvo. Na última década (2011-2021), a variação da população residente continua a ser negativa, mas mais acentuada (-2,5%) e alinhada com a tendência de decréscimo observada para todas as ilhas da RAA. Apesar de negativa a taxa de variação observada para o concelho de Vila do Porto é das mais baixas do conjunto das Ilhas que compõem a RAA, apenas na ilha do Pico a taxa de variação foi menos acentuada (-1,9%).

Figura 6.5.1_Evolução da população residente em Vila do Porto



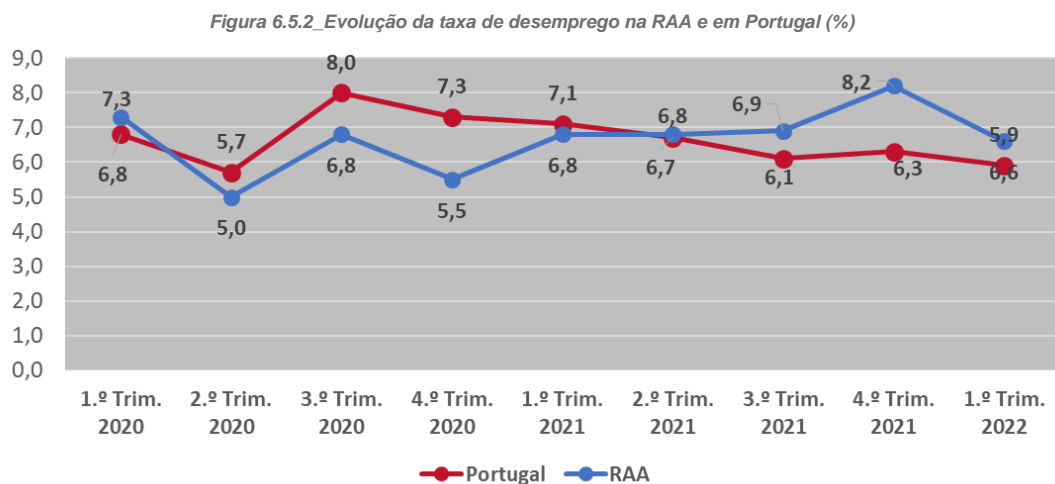
Fonte: INE, Censos 1991, 2001, 2011 2021

O decréscimo da população residente em Vila do Porto verificado na década 2011-2021 é reflexo de um saldo natural negativo acumulado entre 2011 e 2021 e de um saldo migratório também ele negativo face à incapacidade de atrair novos residentes. Como é possível observar no gráfico seguinte, na Ilha de Santa Maria o crescimento natural foi negativo, mas menos acentuado que o decréscimo da população, o que significa que o saldo natural não só não foi compensado com atração de novos residentes como ainda existiu repulsão de residentes. Nas restantes Ilhas, com exceção da Ilha do Pico e da Ilha de São Miguel também se verificou decréscimo da população residente e crescimento natural negativo, com este último menor que o decréscimo da população o que reflete, igualmente, incapacidade de atrair novos residentes.

Na ilha do Pico apesar do decréscimo da população no período 2011-2021 e do saldo natural acumulado neste período também negativo, este último foi mais acentuado, o que reflete que existiu capacidade de atrair novos residentes que compensaram esse saldo natural negativo mais acentuado.

Já na Ilha de São Miguel apesar de se ter registado um crescimento natural positivo acumulado no período em análise, não existiu capacidade de inverter o decréscimo populacional, o que indica que existiu repulsão da população.

Importa referir que a situação determinada pela pandemia COVID-19 e as consequentes medidas de salvaguarda da saúde pública implementadas produziram efeitos no funcionamento do mercado de trabalho. Segundo dados do Inquérito ao Emprego do INE no 1.º trimestre de 2022 a taxa de desemprego na RAA era estimada em 6,6%, valor que representou um decréscimo de 1,6 pontos percentuais (p.p.) em relação ao trimestre anterior, e de 0,2 p.p. relativamente ao trimestre homólogo. Em Portugal, a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2022 situou-se nos 5,9%, valor que decresceu 0,4 p.p. em relação ao trimestre anterior e que decresceu 1,2 p.p. face ao trimestre homólogo.



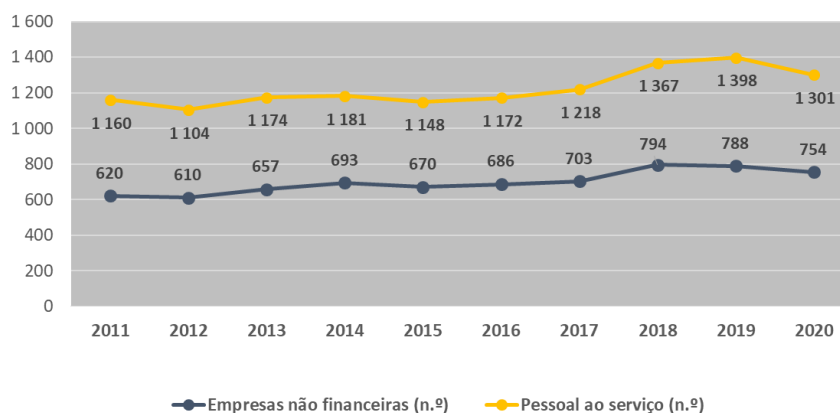
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

De acordo com os dados dos Censos 2021 a RAA apresentava uma taxa de desemprego de 6,87% e a Ilha de Santa Maria tinha uma taxa de desemprego de 3,72%. Significativamente inferior aos resultados apresentados nos Censos 2011 com 1,13% e 8,73%, respetivamente.

No final do mês de março de 2022 estavam 6.393 desempregados inscritos nas Agências para a Qualificação e Emprego da Região Autónoma do Açores, o que face a março de 2021 significou uma variação positiva de 9,3%. Na ilha de Santa Maria, estavam inscritas 88 pessoas, representando cerca de 1,4% do total de inscritos na RAA. Face ao final de fevereiro de 2022 este número de inscritos sofreu uma variação negativa de -30,7% (menos 27 inscritos).

No que respeita à evolução do número de empresas não financeiras no período 2011-2020, em Vila do Porto, a tendência geral foi de crescimento, sendo que em 2020 existiam mais 134 empresas não financeiras do que em 2011, o que reflete uma taxa de variação global de +21,6%.

Figura 6.5.3_Evolução do número de empresas não financeiras e pessoal ao serviço em Vila do Porto 2011-2020 (%)

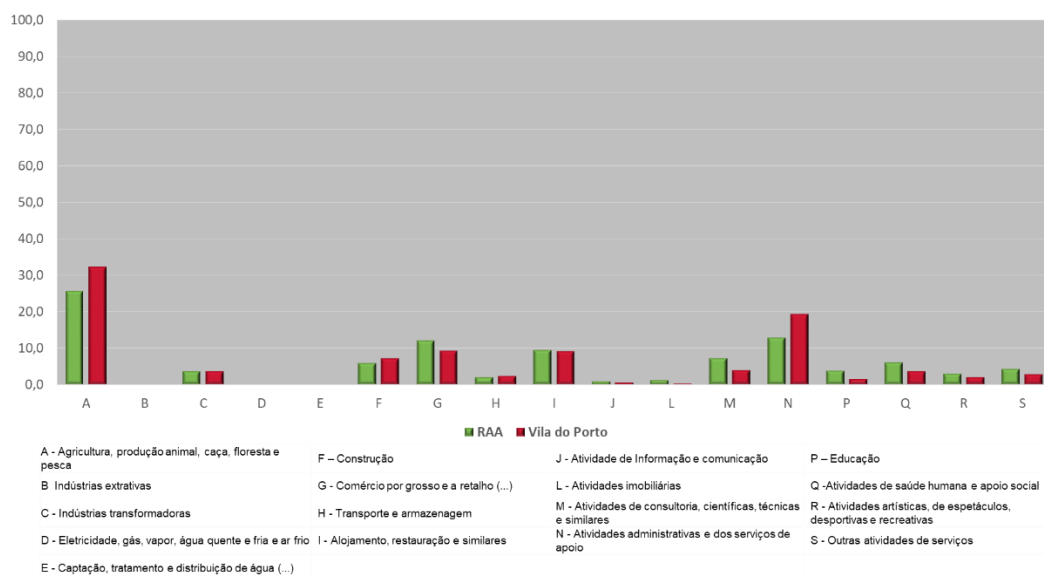


Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

Quanto ao emprego, em 2020, o número de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras, do concelho de Vila do Porto, era de 1.301 trabalhadores, o que significa cerca de 2% do total de emprego na RAA. A evolução do emprego segue uma trajetória global de crescimento entre 2011 e 2020, sendo que em 2020 comparativamente com 2011, existiam mais 141 pessoas ao serviço (+12,2%).

A distribuição das empresas não financeiras sediadas em Vila do Porto por setor de atividade económica revela um predomínio das empresas ligadas ao setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (32,4%), seguido das “atividades administrativas e dos serviços de apoio” (19,4%) do “comércio por grosso e a retalho” (9,4%) e do “alojamento, restauração e similares” (9,3%). Comparativamente com a RAA a concentração de empresas do setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” é mais elevada (32,4% face a 25,8%) assim como no setor do “comércio por grosso e a retalho” (9,4% face a 12,2%).

Figura 6.5.4 _ Principais setores de atividade das empresas não financeiras na RAA e Vila do Porto, em 2020 (%)



Fonte: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

Os setores de atividade económica que mais contribuíram para o acréscimo do número de empresas não financeiras no concelho de Vila do Porto no período 2011-2020 foram as “atividades de saúde humana e apoio social” (+70,6%), as “atividades administrativas e dos serviços de apoio” (60,4%) e o “alojamento, restauração e similares” (+59,1%). Pelo contrário, o setor da “educação” viu decrescer o número de empresas (-43,5%).

No entanto, se do total das empresas não financeiras retirarmos as empresas individuais a distribuição setorial altera-se, e em vez de predominar o setor primário, temos um peso superior dos setores do Comércio (30,7%) e do setor do Alojamento e Restauração (20,5%).

A estrutura do emprego em Vila do Porto por atividade económica, em 2023, faz sobressair os setores do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” representava 20,8% do emprego, a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” representa 19,7%, a “Construção” 11,5% e o Alojamento e Restauração representava 10,5% do emprego.

Em suma, na estrutura setorial das empresas não financeiras e do emprego destacam-se os setores do Comércio (com 20,8% do pessoal ao serviço, 9,7% das empresas e 21% do VAB), a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (com 19,7% do pessoal ao serviço, 30,4% das empresas e apenas 7,2% do VAB), as Atividades Administrativas e dos serviços de apoio com 17% das empresas (não existem dados disponíveis sobre o pessoal ao serviço e VAB associado). Destaca-se ainda o setor da Construção com 11,5% do pessoal ao serviço, 7,9% das empresas e 18,2% do VAB.

Tabela 6.5.2. Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Indicadores	Situação Atual	Fonte	Ano
Evolução da população residente (n.º; %) 2011 - 2021	-170; -0,5%	INE	2021

Indicadores	Situação Atual			Fonte	Ano
Taxa de desemprego (n.º; %))	3,72% ano 2021 (99 indivíduos) 8,73 ano 2011			INE	2021
População empregada (n.º)	2 559			INE	2021
Taxa de desemprego (%) da população residente ativa com idade entre 15 e 24 anos	10,04			INE	2021
Proporção da população residente com ensino superior completo (%)	9% ano 2011 13,61% ano 2021			INE	2021
Alojamento turístico (empreendimentos turísticos e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º)	- Estabelecimentos de alojamento turístico (n.º) 12 (5 hotelaria; 2 alojamento local; 5 turismo no espaço rural e de habitação) - Capacidade de alojamento (n.º) 392 indivíduos - Quartos (n.º) 212			INE	2023
Dormidas nos alojamentos turísticos (n.º/ano)	Taxa de variação anual – 21,2% 45 625 dormidas no ano 2023 (1,3% das dormidas da RAA) – 39 141 dormidas em hotelaria; 6484 dormidas em alojamento local 37 644 dormidas no ano 2022 – 31 649 dormidas em hotelaria; 5 995 dormidas em alojamento local			SREA; DRTu	2023
Empresas por setor de atividade (n.º; %)	Total	807	100	INE	2023
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	245	30,4%		
	Indústrias extrativas	0	0,0%		
	Indústrias transformadoras	31	3,8%		
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	0,1%		
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0,0%		
	Construção	64	7,9%		
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	78	9,7%		
	Transportes e armazenagem	25	3,1%		
	Alojamento, restauração e similares	77	9,5%		
	Atividades de informação e de comunicação	9	1,1%		
	Atividades imobiliárias	6	0,7%		
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	34	4,2%		
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	137	17,0%		
	Educação	22	2,7%		
	Atividades de saúde humana e apoio social	33	4,1%		
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	20	2,5%		
	Outras atividades de serviços	25	3,1%		
Estruturas empresariais e tecnológicas de carácter inovador e serviços de conhecimento e inovação (n.)	O sistema económico assenta sobretudo nas atividades agrícolas e agroflorestais, agroalimentares e terciárias, ordenadas em ecossistemas territoriais de inovação e conhecimentos, um conjunto de infraestruturas e serviços, e um capital humano que devem ser reforçados. - Adaptação das antigas oficinas gerais do Aeroporto a centro de desenvolvimento e inovação empresarial de Santa Maria (GRA) - Destaque para a relevância da ilha de Santa Maria em termos de inovação espacial na Europa, através da democratização do Espaço e da promoção de uma estratégia			CMVP	2023

Indicadores	Situação Atual			Fonte	Ano
	coerente para uma nova geração de empresas e serviços baseados no espaço, com repercussões ao nível do desenvolvimento da educação STEM (sigla inglesa para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) bem como de atividades locais e de valorização das infraestruturas existentes, que suportem o reforço da Região como um posto avançado da Europa.				
Valor acrescentado bruto por setor de atividade (%)	Total	€ 22 348 297		INE	2023
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	7,2%			
	Indústrias extrativas	0,0%			
	Indústrias transformadoras	2,9%			
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,0%			
	Construção	18,2%			
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	21,0%			
	Transportes e armazenagem	20,9%			
	Alojamento, restauração e similares	12,6%			
	Atividades de informação e de comunicação	0,8%			
	Atividades imobiliárias	0,6%			
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3,5%			
	Educação	0,4%			
	Atividades de saúde humana e apoio social	1,8%			
	Outras atividades de serviços	1,1%			
Pessoal ao serviço por setor de atividade (n.º; %)	Total	1441	100%	INE	2023
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	284	19,7%		
	Indústrias extrativas	0	0,0%		
	Indústrias transformadoras	53	3,7%		
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	...			
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0,0%		
	Construção	166	11,5%		
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	300	20,8%		
	Transportes e armazenagem	134	9,3%		
	Alojamento, restauração e similares	152	10,5%		
	Atividades de informação e de comunicação	11	0,8%		
	Atividades imobiliárias	7	0,5%		
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	44	3,1%		
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	...			
	Educação	22	1,5%		
	Atividades de saúde humana e apoio social	42	2,9%		
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	...			
	Outras atividades de serviços	29	2,0%		

Legenda: ...: Dado confidencial

Tabela 4.5.1_ Questões-chave da situação atual para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Questões-chave
Reforço da atratividade turística da Região na última década, que tem permitido o desenvolvimento de diversas atividades ligadas ao setor no concelho
Estrutura etária da população ligeiramente menos envelhecida comparativamente com outras Ilhas
Melhoria global dos níveis de qualificação da população nos últimos anos;
Predomínio das empresas ligadas ao setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (30,4%) – com uma média de 15 ha por exploração, valor superior à média da região (11m4ha/exploração);

Questões-chave
na estrutura setorial das empresas não financeiras e do emprego destacam-se os setores do Comércio (com 20,8% do pessoal ao serviço, 9,7% das empresas e 21% do VAB), a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (com 19,7% do pessoal ao serviço, 30,4% das empresas e apenas 7,2% do VAB), as Atividades Administrativas e dos serviços de apoio com 17% das empresas (não existem dados disponíveis sobre o pessoal ao serviço e VAB associado). Destaca-se ainda o setor da Construção com 11,5% do pessoal ao serviço, 7,9% das empresas e 18,2% do VAB.
Os principais sectores da indústria transformadora em Vila do Porto incluem as indústrias alimentares e de bebidas, em particular no que respeita ao abate de animais, preparação e conservação de carnes, a transformação de cereais e leguminosas e o fabrico de outros produtos alimentares;
Bom nível de colmatção dos espaços industriais programados
Infraestrutura aeroportuária de importância regional
Diversidade de equipamentos coletivos, destacando-se um elevado número de equipamentos culturais e recreativos e outras estruturas de lazer
Predomínio de atividades de comércio e serviços pouco especializados, de carácter mais tradicional e de proximidade;
Vulnerabilidade do território face ao perfil da dinâmica turística

6.5.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM 2RPDM_VILADOPORTO

Sem a implementação da 2rPDM_ViladoPorto o Município de Vila do Porto enfrentará degradação ambiental e perda de recursos endógenos essenciais à dinamização das atividades económicas da ilha. Perspetiva-se a estagnação económica e aumento do desemprego.

A vulnerabilidade crescente às alterações climáticas terá impactes negativos nos setores do turismo, transportes, habitação e equipamentos, destacando-se ainda a degradação do património cultural e perda de identidade local.

Por outro lado, a urbanização desordenada e em áreas de risco coloca em perigo a vida da população, contribuindo para a redução da qualidade de vida e a dificuldade em atrair e reter investimentos e população.

Essas tendências destacam a urgência de implementar as iniciativas propostas para garantir um futuro mais sustentável, resiliente e competitivo.

6.5.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

A avaliação estratégica de efeitos identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos ambientais significativos resultantes da 2rPDM_ViladoPorto. Esta avaliação decorre da análise dos objetivos/projetos propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da 2rPDM_ViladoPorto, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das opções territoriais em elaboração, regulamento e do programa de execução da revisão do Plano, concretizada numa análise das oportunidades e ameaças identificadas, patente na Tabela 6.5.3.

Tabela 6.5.3_Avaliação estratégica dos efeitos da 2rPDM_ViladoPorto para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
<p>1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das condições de habitação e infraestrutura urbana, o que eleva o padrão de vida dos residentes. A organização eficiente do território promove maior atratividade para investimentos, favorecendo a competitividade económica. - Criação de um ambiente urbano sustentável e eficiente, essencial para o desenvolvimento de setores económicos e sociais. - Reforço da competitividade turística e comercial da região, promovendo a diversificação económica. - Melhoria da infraestrutura educacional, favorecendo a qualificação da mão de obra local a longo prazo. - Desenvolvimento do capital humano, essencial para o crescimento económico e social sustentável. - Diversificação económica reduz a dependência de setores específicos e cria mais empregos locais. Aumento da resiliência económica e melhoria da competitividade regional. - A elaboração da Carta Municipal de Habitação contribui para a garantia de acesso a habitação digna, incentivando a fixação de populações e fortalecendo a economia local. - A elaboração do Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez contribui para a redução de impactos económicos e sociais causados por eventos climáticos extremos, como secas. - Melhoria da saúde pública e aumento da eficiência no abastecimento de água. Condições mais adequadas para a população e para o setor produtivo, promovendo desenvolvimento socioeconómico. - Contributo para a sustentabilidade ambiental, essencial para a atratividade de investimentos e a qualidade de vida. 	Não identificados
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2 e 3; P; C e Si	-
<p>2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense</p>	<p>Os projetos apresentados têm como foco principal a preservação do património cultural e arquitetónico de Santa Maria, bem como a valorização de sua identidade local. Contributo desses projetos para o desenvolvimento socioeconómico e competitividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preservar as características rurais e arquitetónicas tradicionais fortalece a identidade cultural da ilha e aumenta o seu potencial turístico. - A valorização cultural e arquitetónica promove o turismo sustentável, gerando receitas económicas e empregos ligados ao setor. - O fortalecimento da estética local contribui para a atratividade turística e o orgulho comunitário, além de fomentar atividades económicas ligadas à construção e restauração. - Os incentivos fiscais estimulam os proprietários a investir na recuperação de imóveis históricos, revitalizando áreas tradicionais. - Contributo para a melhoria do ambiente urbano e rural, incentivando o turismo e criando um efeito multiplicador na economia local com a geração de empregos no setor de restauração. 	Não identificados
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2 e 3; P; C e Si	-
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo à diversificação económica, especialmente nos setores de turismo rural e agropecuária, aproveitando os recursos locais e considerando a adaptação às alterações climáticas. - Promove um desenvolvimento equilibrado e resiliente, criando oportunidades de emprego e fortalecendo a economia local, ao mesmo tempo que, atende aos desafios da sustentabilidade. - Simplificar e qualificar o atendimento aos cidadãos e às empresas, facilita o empreendedorismo, atrai investimentos e melhora a competitividade regional, promovendo um ambiente mais favorável ao desenvolvimento económico. - Estimula a criatividade e o envolvimento da comunidade, promovendo ações que contribuem para o desenvolvimento socioeconómico e ambiental. - Consientização da população e capacitação para práticas sustentáveis no uso dos recursos naturais. - Contributo para a preservação ambiental a longo prazo, essencial para setores como o turismo e agropecuária, além de preparar a comunidade para lidar com os desafios das alterações climáticas. 	Não identificados
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2 e 3; P; C e Si	-
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto em terra como no mar	<ul style="list-style-type: none"> - Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural. Ao integrar diferentes potencialidades do território, promove uma abordagem inovadora e resiliente que fortalece a atratividade da região para investimentos e visitantes. - Estimula o turismo de forma integrada, promovendo atividades que valorizam os recursos naturais e culturais da região. Isso gera empregos diretos e indiretos e fomenta a economia local. - Posiciona a região como um destino de referência em turismo sustentável, atraindo um público crescente interessado em experiências autênticas e ambientalmente responsáveis. - Moderniza a gestão territorial, simplificando processos administrativos e garantindo uma maior transparência e eficiência. - Cria um ambiente regulatório favorável para investidores e empreendedores, incentivando novos projetos de desenvolvimento. - Acompanhar e monitorizar o alojamento local promove a qualidade e a sustentabilidade dos serviços de alojamento local, contribuindo para o crescimento do setor turístico. - Garante que a oferta de alojamento local está alinhada com padrões de qualidade, reforçando a imagem da região como um destino confiável e bem estruturado. 	Não identificados



Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2 e 3; P; C e Si	-
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face a fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas	<p>- Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face a fenómenos naturais extremos. A preservação de recursos naturais e patrimoniais fortalece o turismo e a agricultura sustentável, setores essenciais para a economia local.</p> <p>Garante a segurança e o bem-estar das populações ao mitigar os impactos de fenómenos naturais extremos.</p> <p>Melhora a resiliência territorial, destacando a região como um exemplo de gestão sustentável e segurança ambiental.</p> <p>- Valorizar as paisagens culturais das baías da Maia e São Lourenço</p> <p>A valorização dessas paisagens culturais estimula o turismo, criando oportunidades para o setor do turismo.</p> <p>Reforça o senso de identidade local e promove a integração da comunidade no aproveitamento do património cultural.</p> <p>- Promover campanha de sensibilização no âmbito da proteção civil reduz os custos futuros ao preparar a população para agir de forma preventiva em situações de risco.</p> <p>- A proteção da população reforça a coesão social, a segurança e a qualidade de vida.</p> <p>- A integração entre sustentabilidade, inovação tecnológica e gestão de riscos posiciona a região como um modelo de desenvolvimento resiliente e atrativo para investidores e visitantes.</p>	Não identificados
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2 e 3; P; C e Si	-

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto-Prazo; 2 - Médio-Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; –feito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

Tabela 6.5.3_ Síntese das tendências de evolução do FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
População		⇒	↗
Turismo		⇒	↗
Outras atividades económicas		⇒	↗

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)				
		Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução					
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.5.6 RECOMENDAÇÕES

De referir que se considera que foi já internalizar a recomendação de “Promover o turismo sustentável de forma estratégica: Desenvolver roteiros e produtos turísticos que combinem cultura, natureza e segurança, atendendo a públicos interessados em turismo sustentável e experiências autênticas”, no âmbito da descrição do Projeto 4.1. Adicionalmente, com base nas análises realizadas, há algumas recomendações, complementares ao próprio processo de revisão e que, por isso, extravasam o seu âmbito, mas que se considera que são fundamentais para maximizar os efeitos positivos socioeconómicos e a competitividade dos projetos. Estas incluem:

Rec 5.1. Envolver as comunidades locais

- Justificação: Projetos como a valorização de paisagens culturais e campanhas de sensibilização dependem do envolvimento das comunidades para garantir sucesso e sustentabilidade.
- Recomendação: Promover a participação ativa da população na conceção e execução dos projetos, reforçando o sentimento de pertença, garantindo a adequação às necessidades locais.

Rec 5.2. Fortalecer parcerias estratégicas

- Justificação: Projetos como o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce e monitorização de riscos podem beneficiar de colaborações com instituições científicas, tecnológicas e de proteção civil.
- Recomendação: Estabelecer parcerias com universidades, centros de pesquisa e organizações internacionais para incorporar as melhores práticas e inovações tecnológicas.

Rec 5.3. Garantir financiamento sustentável

- Justificação: Muitos dos projetos, como a valorização dos recursos naturais e a construção de infraestruturas para mitigação de riscos, requerem recursos financeiros consideráveis.
- Recomendação: Criar estratégias de financiamento que combinem fundos públicos, privados e europeus, com prioridade para programas de sustentabilidade e resiliência.

Estas recomendações podem fortalecer / potenciar os resultados positivos dos projetos no desenvolvimento da região e aumentar a competitividade do Município à escala regional.

6.6. FATORES TRANSVERSAIS DE SUSTENTABILIDADE

Para além dos fatores de sustentabilidade acima referidos, considerou-se pertinente abordar a Governança, os Serviços Ambientais dos Ecossistemas e o contributo para os ODS 2030 como Fatores Transversais de Sustentabilidade (FTS), dada a sua importância e caráter fundamental à sustentabilidade de um território, cuja análise será apresentada na próxima fase de elaboração do RA, por ser necessário a devida análise dos elementos e conteúdos que irão constituir a estrutura e

estratégia do Plano e por serem resultado da análise conjunta e contributo conjunto de outros FS propostos.

De facto, atualmente assume-se como incontornável uma abordagem aos serviços ambientais associados aos ecossistemas em presença, dada a sua importância e carácter fundamental à sustentabilidade do território.

6.6.1 GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

A análise ao FTS Governança e Governação no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto pretende identificar e articular os interesses, recursos e ações da responsabilidade de cada instituição interveniente na AAE e em todo o processo de implementação do Plano, constituindo um elemento promotor da sua eficiência e monitorização. Para além disso, e de acordo com os princípios da Comissão Europeia relativa à “Governança Europeia – Um Livro Branco” [COM (2001) 428 final – Jornal Oficial C 287 de 12.10.2001], a governança permite aproximar os cidadãos das instituições, salientando-se os cinco princípios cumulativos que estão na base de uma boa governança:

- Abertura: transparência e comunicação das decisões;
- Participação: envolvimento dos cidadãos na elaboração e aplicação das políticas;
- Responsabilização: clarificação do papel de cada interveniente no processo de decisão e a consequente aplicação das suas atribuições;
- Eficácia: decisões tomadas no momento e a um nível adequado;
- Coerência: articulação entre as diversas políticas praticadas.

É neste contexto que a presente análise, em sede da Fase 2 da AAE, irá:

- Por um lado, avaliar de que forma a proposta de 2rPDM_ViladoPorto disponibiliza a informação à população relativamente às opções de ordenamento e regulamento da 2rPDM_ViladoPorto e de que forma promove ações de sensibilização, divulgação e discussão das variadas problemáticas e soluções para o território em estudo;
- Por outro, propor um quadro de governança, identificando as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades específicas, são suscetíveis de interessar os efeitos resultantes da aplicação da 2rPDM_ViladoPorto e/ou têm participação direta ou indireta na operacionalização, monitorização das opções estratégicas previstas no Plano.

A tabela seguinte apresenta a proposta de quadro de governança no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto.

Tabela 6.6.1_Quadro de Governança para a Ação no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto

Entidades	Ações no âmbito da governança e governação
Câmara Municipal de Vila do Porto (CM ViladoPorto)	<ul style="list-style-type: none"> Implementar a 2rPDM_ViladoPorto; Desenvolver e contribuir para a fase de monitorização do Plano e da AAE; Cumprir OU Fazer cumprir as medidas presentes na Declaração Ambiental da AAE da 2rPDM_ViladoPorto; Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local (DRCPL)	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar e apoiar as opções de desenvolvimento do território; Apoiar e acompanhar o processo de elaboração do Plano; Acompanhar a fase de monitorização do plano.
Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC)	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas ambientais, riscos naturais e dos recursos hídricos a diferentes prazos; Acompanhar a e contribuir para a fase de monitorização do Plano e da AAE; Desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente; Prevenir e controlar da poluição; Prevenir os riscos associados a acidentes industriais graves; Elaborar e adotar quadros de referência para a gestão dos riscos tecnológicos nos instrumentos de gestão territorial; Desenvolver e acompanhar a execução das políticas de educação ambiental; Gestão sustentável das espécies e habitats; Proteger e valorizar as zonas protegidas;
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial (DRRFOT)	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas ao nível do ordenamento do território a diferentes prazos e manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível das políticas de ordenamento florestal; Acompanhar e contribuir para a fase de monitorização do Plano e da AAE.
Direção Regional do Turismo (DRTu)	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível turismo a diferentes prazos; Acompanhar e contribuir para a fase de monitorização do Plano.
Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC)	<ul style="list-style-type: none"> Gestão, salvaguarda, conservação e valorização dos bens que integrem o património cultural; Acompanhar a execução do Plano; Apoiar na monitorização do sistema de indicadores de monitorização e controlo relacionados com o Plano e com a AAE.
Direção Regional da Políticas Marítimas (DRPM)	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível dos assuntos do mar a diferentes prazos; Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
IROA, S.A.	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível das políticas de ordenamento agrícola; Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Organizações Não Governamentais (ONG)	<ul style="list-style-type: none"> Promover a informação, cooperação e participação cívica; Incentivar o debate e a análise crítica das intervenções a implementar; Apoiar as atividades de proteção dos valores naturais na área de intervenção; Fomentar o intercâmbio de informações e experiências com as entidades públicas e privadas; Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Público em geral	<ul style="list-style-type: none"> Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental; Contribuir para o alcance das metas estabelecidas; Participar ativamente nos processos Consulta Pública, de modo a fundamentar as decisões tomadas.

Por outro lado, a Tabela 6.6.2 apresenta a matriz com as responsabilidades específicas de cada entidade na implementação, acompanhamento e monitorização das recomendações de cada FS.

Tabela 6.6.2 _Quadro de Governança para a Ação no âmbito da 2rPDM_ViladoPorto, por recomendação

Recomendações	Entidade Envolvida
Vulnerabilidade e Riscos	
Rec_1.1: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos [complementar].	CM Vila do Porto
Rec_1.2: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas [complementar].	CM Vila do Porto
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	
Rec 2.1: Os projetos públicos que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas.	CM Vila do Porto
Rec 2.2: Nos projetos aprovados que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que: - Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração; - Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios	CM Vila do Porto
Rec 2.3: Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacto significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.	CM Vila do Porto
Rec 2.4: Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.	CM Vila do Porto
Recursos Naturais	
Rec 3.1: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que potenciem a eficiência hídrica e energética, o conforto térmico, o uso de energias renováveis, e infraestruturas permeáveis que permitam reduzir o escoamento superficial e promover a reutilização ou infiltração das águas pluviais.	CM Vila do Porto
Ordenamento e Qualificação Territorial	
Rec 4.1: Implementação de uma estratégia de gestão para os biorresíduos, no âmbito da elaboração de um plano de ação de gestão de resíduos urbanos municipais. De acordo com o Regime Geral de Gestão de Resíduos existe a necessidade de se estabelecer uma estratégia para os biorresíduos que possibilite a sua separação e reciclagem na origem, através da compostagem doméstica ou comunitária e outras soluções locais de reciclagem, ou a recolha seletiva e posterior transporte para instalações de valorização. O PEPGRA 20+ define como meta a necessidade de se recolher seletivamente uma fração de 25% de biorresíduos face aos resíduos urbanos totais.	CM Vila do Porto
Rec 4.2: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que permitam a reutilização das águas pluviais ou residuais tratadas, recolha seletiva e acondicionamento adequado de resíduos urbanos, bem como técnicas construtivas que promovam a reutilização ou reciclagem de resíduos através da sua incorporação como materiais de construção.	CM Vila do Porto
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade	
Rec 5.1. Envolver as comunidades locais: Promover a participação ativa da população na conceção e execução dos projetos, reforçando o sentimento de pertença, garantindo a adequação às necessidades locais.	CM Vila do Porto
Rec 5.2. Fortalecer parcerias estratégicas: Estabelecer parcerias com universidades, centros de pesquisa e organizações internacionais para incorporar as melhores práticas e inovações tecnológicas.	CM Vila do Porto

Recomendações	Entidade Envolvida
Rec 5.3. Garantir financiamento sustentável: Criar estratégias de financiamento que combinem fundos públicos, privados e europeus, com prioridade para programas de sustentabilidade e resiliência.	CM Vila do Porto

6.6.2 SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS

A Estratégia de Biodiversidade da EU 2030 coloca a Europa na via da recuperação ecológica, reforçando assim a importância de termos uma natureza vigorosa aliada na luta contra as alterações climáticas e os surtos de doenças. A Natureza e a biodiversidade passam assim a estar no centro da estratégia de crescimento europeia.

A biodiversidade é essencial para a vida na terra e a natureza proporciona-nos alimentos, saúde e medicamentos, materiais, atividades recreativas e bem-estar. Um ecossistema saudável filtra o ar e a água, contribui para manter o equilíbrio do clima, converte os resíduos em recursos, poliniza e fertiliza as culturas e muito mais.

A natureza também contribui para a criação de riqueza e valor acrescentado nas empresas, pois metade do Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, 40 biliões de euros, depende da natureza. Contudo, verifica-se que as atividades económicas não sustentáveis contribuem para a degradação e perda de biodiversidade. Cumulativamente, a população mundial de espécies selvagens diminuiu 60% nos últimos 40 anos e um milhão de espécies estão em risco de extinção.

Por sua vez, a perda de biodiversidade e a crise climática são indissociáveis e interdependentes, contribuindo para o agravamento uma da outra.

Neste sentido, a recuperação da biodiversidade é essencial para alcançar a atenuação das alterações climáticas necessária até 2030, assim como para dinamizar a economia associada a atividades sustentáveis e à valorização a biodiversidade e os ecossistemas.

Assim, a metodologia *Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services (MAES)* permite identificar os serviços associados aos ecossistemas presentes, bem como analisar o seu estado de conservação e sustentar a tomada de decisão na escolha das ações de valorização desta biodiversidade que tem retorno económico e valor para a preservação da saúde da humanidade.

O mapeamento e avaliação dos serviços de ecossistemas presente no território são uma ferramenta importante para promover a paisagem como referencial de uma nova economia e desenvolvimento dos territórios rurais, que promova um modelo de ocupação agrícola e florestal multifuncional, biodiverso e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços e bens a partir dos ecossistemas.

Propõem-se assim, três categorias de serviços/funções, classificadas e esquematizadas na Figura 6.6.1 como:

- Serviços de Regulação e Manutenção – benefícios associados ao controlo de processos naturais:
 - Formação do solo;
 - Ciclo de nutrientes;
 - Regulação do clima;
 - Controlo de doenças;
 - Regulação da qualidade do ar;
 - Regulação e manutenção da biodiversidade;
 - Regulação e manutenção do ciclo hidrológico;
 - Qualidade da água;
 - Recursos genéticos.
- Serviços de Provisão – bens ou produtos obtidos dos ecossistemas:
 - Alimentos;

- Água;
- Combustível;
- Materiais;
- Medicamentos naturais e farmacêuticos.
- Serviços Culturais – abrangem a beleza, a inspiração, o lazer e receio e contribuem para o bem-estar espiritual:
 - Espirituais e religiosos;
 - Turismo e recreio;
 - Paisagem e valor estético;
 - Inspiradores;
 - Conhecimento e informação;
 - Sentimento de pertença / identidade;
 - Herança cultural.

Figura 6.6.1 Estrutura conceptual dos serviços de ecossistema



Fonte: Adaptado de Institute for European Policy (IEEP), 2013¹²

A avaliação dos serviços de ecossistemas constitui um complemento à metodologia tradicional da AAE, mas que se considera fundamental integrar como um dos elementos de avaliação e de apoio à tomada de decisão, uma vez que pretende assegurar a necessária ponderação entre usos e práticas de gestão e intervenção ao integrar os sistemas e valores naturais presentes, evidenciando de uma forma mais eficaz os efeitos/impactes que as opções e modelo territorial proposto pela 2rPDM_ViladoPorto terão sobre o território.

Perspetiva-se, igualmente, que o desenvolvimento deste estudo promova um aumento da participação e envolvimento dos parceiros relativamente aos compromissos assumidos do seu programa de intervenções, uma vez que se imprime uma maior proximidade ao território e uma perceção mais direta e materializada dos seus efeitos.

Para a concretização deste exercício serão identificados os serviços de ecossistemas presentes na área de intervenção bem como as principais alterações ao sistema biofísico decorrentes da implementação do Plano, através de um conjunto de análise às alterações dos usos do solo e da planta de implantação, com recurso aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

¹² European Policy (IEEP), 2013: P ten Brink, S Bassi, T Badura, S Gantioler, M Kettunen, L Mazza, K Hart together with GHK: M Rayment, M Pieterse, E Daly, Ecologic Institute: H Gerdes, M Lago, S Lang, Metroeconomica: A Markandya, P Nunes, H Ding and EFTEC: R Tinch, I Dickie The Economic Benefits of the Natura 2000 Network. Synthesis Report

Essa análise será desenvolvida após validada a proposta preliminar da planta de ordenamento.

6.6.3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 6.6.2) constituem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, tendo sido aprovada em setembro de 2015 e subscrita por 193 membros, incluindo Portugal.

Figura 6.6.2_Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: <https://www.ods.pt/>

A Agenda 2030 organiza-se em cinco princípios enquadramentos, os chamados “5P” - Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias – os quais fornecem também uma base para organização dos ODS (Figura 6.6.3). Esta Agenda preconiza uma visão do desenvolvimento com responsabilidade partilhada, em que é necessário o envolvimento dos vários atores e todos têm um papel a desempenhar (governos nacionais e locais, comunidades de base, organizações da sociedade civil, setor privado, universidades, entre outras.), estabelecendo assim a necessidade de estabelecer parcerias a todos os níveis de governação, todas as partes interessadas e todas as pessoas num esforço inclusivo e coletivo.

Figura 6.6.3_Cinco princípios enquadramentos dos ODS



A Agenda 2030 é mensurável, colocando especial ênfase na necessidade de medir o desempenho e os resultados através de um conjunto de indicadores para avaliar o alcance dos ODS e extrair lições e recomendações.

Os objetivos correspondem igualmente a uma visão integradora das várias dimensões do desenvolvimento sustentável – económica, social e ambiental, as quais se interligam entre si nos vários objetivos (Figura 6.6.4).

Figura 6.6.4_Visão integradora das dimensões do desenvolvimento sustentável com os ODS



Apesar dos ODS não serem per si uma estratégia, devem estar integrados na estratégia preconizada para o município de Vila do Porto, de forma a promover a articulação com a Agenda 2030. A Tabela 6.6.5 apresenta o potencial contributo dos Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto para alguns dos indicadores associados a diferentes ODS. Esta análise será desenvolvida com maior detalhe após a validação dos objetivos e programa de execução pela Comissão de Acompanhamento.

Tabela 6.6.5_Quadro de Monitorização do contributo dos objetivos da 2rPDM_ViladoPorto para os ODS

ODS	Indicadores	Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto				
		1	2	3	4	5
1 – Erradicar da Pobreza	Proporção da população desempregada à procura de novo emprego que recebe subsídio de desemprego (%)	■	■	■	■	
2 – Erradicar a Fome	Proporção da superfície agrícola em agricultura biológica (%)	■	■	■	■	
3 – Saúde de Qualidade	Taxa de mortalidade (30 a 70 anos) atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias (%)	■			■	
4 – Educação de Qualidade	Proporção de pessoas com 16 a 74 anos com competências em tecnologias de informação (TIC) (%)	■				
5 – Igualdade de Género	Proporção de mulheres dirigentes no setor da administração pública (%) Proporção de mulheres no total de dirigentes com forma de exploração da SAU por conta própria					
6 – Água Potável e Saneamento	Água segura (%) Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)	■		■		■
7 – Energias Renováveis e Acessíveis	Contribuição dos recursos renováveis na produção de energia elétrica RAA (%)	■				
8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico	Taxa de desemprego (%)	■		■	■	
9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas	Proporção do VAB das indústrias de alta e média-alta tecnologia no VAB das indústrias transformadoras (%)	■		■	■	
10 – Reduzir das Desigualdades	Média do rendimento monetário líquido equivalente (€)	■		■		
11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	Resíduos urbanos recolhidos por unidade de PIB (KG/1000€ de PIB)	■	■	■	■	■
12 – Produção e Consumo Sustentáveis	Resíduos sectoriais perigosos per capita (kg/por habitante) Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)			■	■	■

ODS	Indicadores	Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto				
		1	2	3	4	5
13 – Ação Climática	Emissões totais de Gases de Efeito Estufa (GEE) por ano (kt CO2 eq) no setor dos resíduos	■		■		■
14 – Proteger a Vida Marinha	Proporção de áreas marinhas protegidas relativamente ao total da área marinha regional (%)					
15 – Proteger a Vida Terrestre	Proporção da superfície florestal (%)					
16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos (%)					
17 Parcerias para a implementação dos Objetivos	Total das receitas da CM Vila do Porto em % do PIB	■	■	■		■

Legenda: ■ Articulação.

Objetivos da 2rPDM_ViladoPorto:

1. Promover a qualificação do solo urbano e a qualidade de vida, garantindo a afirmação dos principais centros urbanos na organização do território, nomeadamente através da construção das infraestruturas ambientais necessárias para assegurar a eficiência dos serviços de abastecimento e saneamento ambiental, adaptando-os às orientações definidas pelos vários documentos estratégicos existentes;
2. Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como a valorização da casa típica mariense
3. Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas;
4. Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas com base nos recursos endógenos, com vista à valorização do território numa perspetiva integrada, e na complementaridade das suas potencialidades a este nível tanto na terra como no mar;
5. Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas.

Página propositadamente deixada em branco

7. SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO

A Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento e do Conselho, de 27 de junho, reconhece a importância de garantir a gestão e monitorização dos efeitos ambientais da execução de Planos e Programas. Neste sentido, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, as entidades responsáveis pela elaboração de Planos devem avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, sendo ainda responsáveis pela divulgação dos resultados deste processo de controlo.

Estas medidas, integradas no que se optou por designar Fase de Seguimento, podem ser definidas como atividades de acompanhamento da evolução temporal, espacial e de magnitude de certos parâmetros, tendo em conta os seguintes princípios de atuação:

- Avaliar o grau de implementação das orientações definidas pela 2rPDM_ViladoPorto e identificar, se possível, a sua eficácia e eficiência em termos de resultados de evolução territorial;
- Identificar efeitos negativos que resultarem de eventuais insuficiências no prognóstico efetuado no Relatório Ambiental, sobretudo no que diz respeito à intensidade dos efeitos identificados;
- Identificar os efeitos imprevistos resultantes da alteração de circunstâncias que tenham levado à invalidação total ou parcial de determinadas hipóteses colocadas em sede de avaliação ambiental.

Os relatórios de monitorização e seguimento da AAE do Programa deverão igualmente seguir as orientações constantes da Nota Técnica da APA, IP - NT.AAE.2/2020 – A FASE DE AVALIAÇÃO E CONTROLO EM SEDE DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE) DE PLANOS E PROGRAMAS.

7.1. METODOLOGIA DE SEGUIMENTO

7.1.1 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Em termos de orientação metodológica, sugerem-se os seguintes passos para o desenvolvimento da estratégia de seguimento do processo de AAE por parte da CM Vila do Porto:

Determinação de âmbito	A determinação de âmbito pretende balizar e contextualizar o controlo que irá ser efetuado e que abrange essencialmente os efeitos significativos e considerados relevantes vertidos em indicadores de sustentabilidade inseridos no Relatório Ambiental (RA), podendo concentrar-se noutros aspetos que, entretanto, se revelem pertinentes.
Identificação da informação necessária	Identificação e seleção das informações ambientais, referências bibliográficas e fontes de informação que são necessárias para calcular os indicadores de monitorização e controlar os efeitos ambientais relevantes (territoriais, de sustentabilidade e outros emanados das conclusões do RA). A definição de indicadores ajudará a estabelecer um quadro operacional para a tradução de dados ambientais em informação compreensível e manuseável.
Identificação das fontes de informação disponíveis	As fontes de informação serão de natureza diversa, podendo resultar diretamente da execução dos projetos definidos na elaboração da 2rPDM_ViladoPorto, ou de referências bibliográficas. No caso de serem identificadas lacunas de informação, poderá ser necessário alavancar um

Integração processual do controlo no sistema de planeamento	intercâmbio comunicativo com outras entidades envolvidas na gestão de informação relevante para a AAE, e identificadas neste capítulo.
	Sempre que possível, as medidas de controlo identificadas no âmbito da Fase de Seguimento devem fazer parte do sistema de planeamento da 2rPDM_ViladoPorto.
Definição de medidas de correção	Embora a legislação não estabeleça um regime obrigatório de implementação de medidas de correção, poderá ser útil determinar os critérios que acionam a ponderação DE Medidas de correção, podendo ser implementadas ao nível da execução da 2rPDM_ViladoPorto

No caso específico da elaboração da 2rPDM_ViladoPorto, propõe-se que estes passos conduzam a uma abordagem objetiva de monitorização que se estruturam e articulam em dois níveis de atuação principais, nomeadamente:

- Monitorização Territorial ou seja, da evolução das variáveis de estado que caracterizam o território em análise no que respeita aos efeitos do Plano sobre os mesmos;
- Monitorização Estratégica, mediante a avaliação ao grau de implementação dos parâmetros analisados na AAE, nomeadamente, efeitos positivos e efeitos negativos identificados, e das recomendações emanadas por este Relatório Ambiental (abrangendo igualmente os indicadores associados às recomendações da Tabela 6.6.2).

Nas secções seguintes define-se o modelo conceptual associado a estes dois níveis de seguimento.

7.1.2 MONITORIZAÇÃO TERRITORIAL

O modelo de monitorização sectorial e territorial estrutura-se num conjunto de indicadores que permitem avaliar a evolução das incidências sectoriais e territoriais associadas a cada um dos fatores de sustentabilidade (Tabela 7.1). Estas incidências não dependem unicamente da implementação do Plano, sendo tipicamente influenciadas por forças motrizes externas à zona de intervenção. Neste contexto, a monitorização de estado por FS através de indicadores deve seguir o sistema de indicadores de cada um dos FS. Importa ainda referir que o atual plano de monitorização da AAE foi articulado também com o Plano de Monitorização da 2rPDM_ViladoPorto e com o Manual de Indicadores para a Monitorização do Ordenamento do Território da RAA (SRAM, 2011), no sentido de otimizar o sistema de indicadores (por exemplo, evitar situações de redundância ou duplicação de indicadores que, não sendo os mesmos, mas apenas similares, traduziriam os mesmos dados e análises, mas teriam que ser calculados em duplicado por assentarem em unidades ou elementos diferentes.

Tabela 7.1_ Indicadores de monitorização ou seguimento da AAE para a área de intervenção da 2rPDM_ViladoPorto

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Vulnerabilidades e Riscos		
Ocorrência de eventos naturais extremos (tipologia, custos, n.º pessoas ou área afetadas.ano-1)	Anual	CMVP
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º, área abrangida, tipo de riscos)	Anual	CMVP DRAAC
Ocorrência de incidentes tecnológicos (n.º de incidentes, custos; n.º pessoas ou área afetadas; n.º autos de notícia.ano-1)	Anual	CMVP
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º, área abrangida, tipo de riscos)	Anual	CMVP
Projetos aprovados que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º, área abrangida, tipologia)	Anual	CMVP
Projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais (e.g. inundações, galgamentos e inundações costeiras, processos de erosão) (n.º e %relativa de investimento, face ao investimento total em matéria de AC)	Anual	CMVP DRAAC

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Projetos aprovados que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º, área abrangida, tipologia)	Anual	CMVP
Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo (n.º e área afetada)	Anual	CMVP
Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção do Plano (n.º e área abrangida)	Anual	CMVP
Autos relativos as infrações ambientais (n.º / ano, por tipologia de temática ambiental)	Anual	CMVP Polícia Marítima Guarda Nacional Republicana
Projetos aprovados que incluem medidas de (re)qualificação ambiental (n.º, área abrangida, descrição)	Anual	CMVP
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais		
Espécies invasoras presentes (n.º e distribuição)	Bienal	DRAAC
Área ocupada por vegetação natural (ha)	Bienal	DRAAC; DRRFOT
Águas balneares identificadas e respetiva classificação (n.º/"Má", "Aceitável", "Boa", "Excelente") e águas balneares não identificadas (n.º/"água própria para banhos"; "água imprópria para banhos")	Anual	DRPM
Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)	Anual	DRPM CMVP
Ações e/ou projetos concretizados para a gestão, recuperação e conservação da natureza, áreas e património natural (n.º e investimento; área abrangida)	Bienal	CMVP DRAAC
Ações de preservação e/ou valorização do património (n.º; elementos abrangidos)	Bienal	CMVP
Recursos Naturais		
Estado final das massas de águas superficiais e subterrâneas (%)	Quinquenal	DRAAC DRPM
Medidas implementadas de preservação e valorização dos recursos hídricos (n.º medidas; € de investimento; MA afetadas)	Anual	CMVP
Ações ilícitas de transformação florestal (desflorestação) e Áreas florestais transformadas (desflorestação) (ha)	Anual	DRRFOT
Capacidade instalada em FER	Anual	EDA
Evolução do consumo de energia elétrica	Anual	EDA / DGEG / SREA
Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	Anual	EDA / DGEG / SREA
Medidas implementadas de redução do consumo de energia (n.º medidas; € de investimento; redução em MWh/ano ou kWh/dia)	Anual	CMVP
Medidas implementadas de produção de energia renovável por tipo de fonte (n.º medidas; € de investimento; produção em MWh/ano ou kWh/dia por tipo de fonte)	Anual	CMVP
Evolução dos consumos energéticos em edifícios da administração pública (kWh)	Anual	CMVP
Evolução dos consumos energéticos da iluminação pública (kWh)	Anual	CMVP
Usos do solo por tipologia de utilização do uso do solo (ha e/ou %)	Bienal	CMVP DRRFOT
Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais (ha e % por tipologia)	Bienal	CMVP
Área do território ocupada pela atividade extrativa (n.º; Localização; ha; %).	Quadrienal	CMVP
Ordenamento e Qualificação Territorial		

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Edifícios licenciados para ampliações, alterações e reconstruções	Bienal	INE, CMVP
Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), /executadas (hectares)	Bienal	CMVP
Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	Anual	CMVP
Taxa de cobertura das respostas sociais à primeira infância (%)	Quadrienal	CMVP
Taxa de cobertura de respostas sociais para idosos (%)	Quadrienal	CMVP
Água segura (%)	Anual	CMVP / ERSARA
Água não faturada (%)	Anual	CMVP
Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais (%)	Anual	CMVP
Infraestruturas de tratamento de águas residuais por nível de tratamento (n.º; m³ de águas residuais tratadas)	Bienal	CMVP
Cumprimento dos valores limites de emissão das descargas residuais (%)	Anual	CMVP
Reutilização de águas residuais tratadas e pluviais (m³; % drenada)	Anual	CMVP
Evolução da produção de resíduos urbanos (t; % redução face ao ano anterior)	Anual	CMVP
Resíduos urbanos recolhidos por via indiferenciada e seletiva (%)	Anual	CMVP
Capacidade instalada de recolha seletiva por tipo de resíduos (n.º equipamentos; kg resíduos recolhidos)	Anual	CMVP / SRIR
Disponibilidade de transportes públicos movidos a energias alternativas (n.º veículos disponíveis por tipo)	Anual	CMVP
Evolução da oferta de transporte público (n.º lugares/km)	Anual	CMVP
Evolução da procura de transporte público (n.º passageiros/km)	Anual	CMVP
Veículos Elétricos (VE) incentivados (n.º) (número de VE incentivados ao abrigo do Programa Regional que visa a atribuição de incentivos financeiros para a introdução no consumo de veículos elétricos novos bem como a atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de pontos de carregamento de veículos elétricos na RAA)	Anual	DREn
Extensão de percursos pedestres (km)	Bienal	CMVP
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade		
Evolução da população residente (n.º)	Bienal	SREA
Distribuição geográfica dos equipamentos por tipologia (n.º)	Bienal	CMVP
Taxa de desemprego (%)	Bienal	SREA
População empregada (n.º)	Bienal	SREA
Alojamento turístico (hotelaria tradicional e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º)	Bienal	CMVP / DRTu
Dormidas nos alojamentos turísticos (n.º/ano)	Bienal	SREA
Estabelecimentos com atividade no setor do turismo (n.º)	Bienal	SREA / DRTu / CMVP
Empresas por setor de atividade (n.º)	Bienal	SREA
Valor acrescentado bruto por setor de atividade (€)	Bienal	SREA
Pessoal ao serviço (n.º/ano)	Bienal	SREA
Áreas vocacionadas para acolhimento empresarial (m2)	Bienal	CMVP

7.1.3 MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Esta componente da monitorização destina-se a acompanhar os resultados do Relatório Ambiental relativamente à avaliação estratégica desenvolvida, designadamente no que diz respeito aos efeitos ambientais e recomendações. Trata-se, pois, duma validação contínua do diagnóstico efetuado, com o objetivo de reavaliar a área de intervenção ao nível dos seus efeitos positivos e efeitos negativos, bem como avaliar a implementação das recomendações sugeridas (através também dos indicadores de monitorização dessas recomendações) e respetivas mais-valias vertidas para o território (eficácia).

Assim, deverá ser definido um modelo de seguimento para a monitorização estratégica que comporte os vetores de avaliação exemplificados nos Tabelas 7.2 e 7.3.

Tabela 7.2_Evolução da intensidade dos efeitos previstos, por FS

Fator de Sustentabilidade	Efeitos	Evolução de Intensidade
Fator A	Efeito 1	...
Fator B	Efeito 2	...
...

Nota: A “Evolução da Intensidade” é avaliada como “Crescente” (▲) ou “Decrescente” (▼) relativamente à avaliação transata (em que a 1.ª avaliação será comparativamente à análise efetuada no RA, e as seguintes relativamente ao relatório de monitorização do ano n-1). Tendo em consideração as características intrínsecas dos efeitos (positivos e negativos) identificados na análise de cada um dos Fatores de Sustentabilidade, a sua avaliação deverá ser suportada por uma análise pericial e simultaneamente qualitativa ou quantitativa, com base na informação proveniente dos indicadores de monitorização. Por exemplo, a intensidade de um determinado efeito negativo poderá ser decrescente, caso os indicadores associados reflitam uma evolução positiva em termos de sustentabilidade, ou crescente caso se verifique a situação inversa.

Tabela 7.3_Análise da implementação das recomendações, por FS

Fator de Sustentabilidade	Recomendações	Implementação	Evidências	Eficácia
Fator A	Recomendações 1
Fator B	Recomendações 2
...

Nota: A “Implementação” da recomendação deverá ser avaliada de acordo com a seguinte escala de concretização: “0” se não foi ainda iniciado o processo de implementação da recomendação; “*” se já foi iniciado o processo de implementação, mas ainda se encontra numa fase inicial de concretização; “**” se se encontra a mais de metade do processo de total concretização; “***” se a recomendação já foi totalmente implementada.

De seguida, e se já foi iniciado e/ou concluído o processo de implementação para uma determinada recomendação então deverá identificar-se o conjunto de “Evidências” que suportam esse diagnóstico, nomeadamente às ações desenvolvidas pelas entidades responsáveis e os resultados dos indicadores associados a cada recomendação, e identificadas no quadro de Governança assumido (Capítulo 6.6.1), e identificadas no quadro de Governança assumido, no sentido de responder às recomendações efetuadas pela AAE. Esta análise deverá ainda ser acompanhada por um descritivo qualitativo da importância das ações referidas.

Por último, da análise anterior dos parâmetros “Implementação” e “Evidências” para as recomendações previstas no RA, define-se a “Eficácia” de cada uma dessas recomendações, avaliada numa escala de: “Elevada” (Eficaz), “Moderada” (Moderadamente Eficaz), “Nula” (Não Eficaz), ou definida como “Não Implementada” (caso o nível de implementação seja 0%). A determinação de cada um desses níveis resultará de uma análise cruzada com o resultado da evolução dos efeitos (realizada a priori – Tabela 9.2 que originaram essa recomendação e uma análise pericial assente na investigação, recolha de informação pormenorizada e análise cruzada relativamente à causa-efeito da implementação da recomendação. Assim, caso a evolução da intensidade de um determinado efeito negativo (que gerou a proposta de uma determinada recomendação) se revele decrescente (isto é, o efeito negativo está a diminuir de intensidade), significa que, caso já tenha sido iniciada ou concluída a implementação da recomendação associada, esta recomendação estará balizada no intervalo de níveis de eficácia

“elevada” ou “moderada”. A distinção entre estes dois níveis deverá depois basear-se na análise pericial sobre a causa-efeito.

Importa referir que nesta fase deverá ser também analisada a intervenção do quadro de Governança proposto. Adicionalmente, associada à componente de monitorização estratégica, a AAE acompanhará igualmente os resultados da monitorização da própria 2rPDM_ViladoPorto, em particular ao nível dos indicadores de concretização, execução e resultados da implementação da estratégia e modelo de gestão e do respetivo plano de execução.

A Tabela 7.4 apresenta os indicadores associados para monitorização e seguimento das recomendações da AAE.

Tabela 7.4_Seguimento/monitorização da implementação das recomendações da AAE

Recomendações	Entidades Envolvidas	Fase de Implementação	Indicador
Vulnerabilidades e Riscos			
Rec_1.1: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos [complementar].	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_1.1: Número de processos de licenciamento onde foi requerida/apresentada análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos
Rec_1.2: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas [complementar].	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_1.2: Número de instrumentos / planos articulados com estratégias ou planos de ação climática (mitigação ou adaptação)
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais			
Rec 2.1: Os projetos públicos que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_2.1: Número de projetos aprovados com análise desenvolvida)
Rec 2.2: Nos projetos aprovados que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que: - Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração; - Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_2.2: Número de projetos aprovados com análise desenvolvida)
Rec 2.3: Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacto	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_2.3: Número de projetos aprovados com monitorização

Recomendações	Entidades Envolvidas	Fase de Implementação	Indicador
significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.			
Rec 2.4: Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM_ViladoPorto	Ind_2.4: Número de projetos aprovados com monitorização
Recursos Naturais			
Rec 3.1: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que potenciem a eficiência hídrica e energética, o conforto térmico, o uso de energias renováveis, e infraestruturas permeáveis que permitam reduzir o escoamento superficial e promover a reutilização ou infiltração das águas pluviais.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM Vila do Porto	Ind_3.1: Número de projetos adjudicados que incorporem boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, infraestruturas verdes, com elevados índices de eficiência hídrica e energética (n.º projetos adjudicados; €).
Ordenamento e Qualificação Territorial			
Rec 4.1: Implementação de uma estratégia de gestão para os biorresíduos, no âmbito da elaboração de um plano de ação de gestão de resíduos urbanos municipais. De acordo com o Regime Geral de Gestão de Resíduos existe a necessidade de se estabelecer uma estratégia para os biorresíduos que possibilite a sua separação e reciclagem na origem, através da compostagem doméstica ou comunitária e outras soluções locais de reciclagem, ou a recolha seletiva e posterior transporte para instalações de valorização. O PEPGRÁ 20+ define como meta a necessidade de se recolher seletivamente uma fração de 25% de biorresíduos face aos resíduos urbanos totais.	CM Vila do Porto	Elaboração da 2rPDM Vila do Porto	Ind. 4.1: Biorresíduos recolhidos de forma seletiva e valorizados (kg; %)
Rec 4.2: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que permitam a reutilização das águas pluviais ou residuais tratadas, recolha seletiva e acondicionamento adequado de resíduos urbanos, bem como técnicas construtivas que promovam a reutilização ou reciclagem de resíduos através da sua incorporação como materiais de construção.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM Vila do Porto	Ind. 4.2: Número de projetos adjudicados que incorporem boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, infraestruturas verdes, ou que promovam a circularidade de materiais (n.º projetos adjudicados; €).
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade			
Rec 5.1. Envolver as comunidades locais: Promover a participação ativa da população	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM Vila do Porto	Ind. 5.1: n.º de eventos / sessões de envolvimento

Recomendações	Entidades Envolvidas	Fase de Implementação	Indicador
na conceção e execução dos projetos, reforçando o sentimento de pertença, garantindo a adequação às necessidades locais.			
Rec 5.2. Fortalecer parcerias estratégicas: Estabelecer parcerias com universidades, centros de pesquisa e organizações internacionais para incorporar as melhores práticas e inovações tecnológicas.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM Vila do Porto	Ind. 5.2: n.º de parcerias estabelecidas e produtos / serviços abrangidos
Rec 5.3. Garantir financiamento sustentável: Criar estratégias de financiamento que combinem fundos públicos, privados e europeus, com prioridade para programas de sustentabilidade e resiliência.	CM Vila do Porto	Implementação da 2rPDM Vila do Porto	Ind. 5.3: n.º de projetos financiados associados ao desenvolvimento de produtos e serviços que reforcem a resiliência e sustentabilidade

7.2. IMPLEMENTAÇÃO DO SEGUIMENTO

A Fase de Seguimento inicia-se com a entrada em vigor da 2rPDM_ViladoPorto e requer que a CM Vila do Porto adote as medidas necessárias no sentido de estruturar uma equipa de acompanhamento da AAE, que seja capaz de desenvolver as atividades de controlo previstas, designadamente o envio, tendo em atenção a periodicidade definida para cada indicador, dos resultados do processo de seguimento e monitorização à entidade com competências em matéria de AAE (DRAAC) e respetiva divulgação por meios eletrónicos. Deverão igualmente ser disponibilizados para as diversas ERAE.

8. CONCLUSÕES

A AAE da 2rPDM_ViladoPorto procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro com apostas estratégicas assumidas para concelho de Vila do Porto onde se insere a área de intervenção e que respeitasse o contexto local da atuação do Plano.

Nas secções seguintes apresentam-se as principais conclusões da análise por fator de sustentabilidade, ao nível do cenário global dos efeitos das estratégias do Plano, das oportunidades e das ameaças, bem como das respetivas recomendações.

8.1. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Da avaliação das linhas estratégicas resultou a identificação das seguintes efeitos negativos e efeitos positivos mais significativos (Tabela 8.1).

Tabela 8.1_Síntese de principais efeitos positivos e efeitos negativos, por FS

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Vulnerabilidades e Riscos	<p>Efeitos Positivos: A concretização da 2rPDM_ViladoPorto constitui-se uma oportunidade para reduzir os riscos naturais, bem como contribuir para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas – são exemplo os diversos projetos do Programa de Execução direcionados diretamente para fazer face aos riscos naturais existentes no concelho (movimentos de vertente, cheias e inundações, secas e escassez). Mas também importa considerar a oportunidade de acautelar em projetos de implementação futura riscos naturais, resultantes de fenómenos de alterações climáticas bem como riscos resultantes de atividades humanas (riscos tecnológicos).</p> <p>Efeitos Negativos: Não foram identificados.</p>
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes e técnicas construtivas sustentáveis. O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores e patrimoniais existentes no concelho, nomeadamente ao definir-se as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação. Assim, também constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis. Adoção de estratégias de qualificação e inovação que promovam a eco-eficiencia e consequentemente a redução das pressões humanas sobre os recursos naturais em geral, e a biodiversidade em particular. As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais existentes no concelho. A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para assegurar a preservação do património. A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. No que respeita à valorização recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens Este projeto constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	<p>consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir perda de biodiversidade. ▪ A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os valores naturais, paisagísticos e patrimoniais. <p>Efeitos Negativos: Não foram identificados.</p>
Recursos Naturais	<p>Efeitos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os efeitos sobre o solo, recursos florestais e geológicos são amplamente positivos quando associados a práticas de gestão sustentável, reabilitação ambiental e contenção do uso desordenado do território. Os projetos de qualificação do solo e qualidade de vida e a valorização dos recursos naturais são exemplos que promovem a recuperação de áreas degradadas, a preservação das funções ecológicas do solo, a regeneração dos recursos florestais e a estabilidade geológica, contribuindo para a mitigação de impactos ambientais, como a erosão, a compactação e a contaminação, e para a valorização do território numa perspetiva integrada e sustentável. ▪ A promoção e qualificação do solo urbano e melhoria dos índices de qualidade de vida prevista apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria, obras de beneficiação do parque escolar municipal, elaboração da Carta Municipal de Habitação, e beneficiação das redes e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, poderão promover a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado e nas próprias redes ou infraestruturas que irão sofrer obras de remodelação e beneficiação. Os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ▪ Projetos como a elaboração dos Planos de Pormenor promovem a gestão sustentável e a preservação das funções ecológicas do solo. ▪ O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração de estudos urbanísticos e promoção de uma política de taxas municipais que privilegie a recuperação das casas típicas degradadas, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado destes aglomerados rurais e nas próprias redes ou infraestruturas que irão usufruir destas obras de remodelação e beneficiação. A definição de uma política de taxas municipais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução de casas típicas marienses que se encontram degradadas. A elaboração de um estudo urbanístico orientador do desenvolvimento e da ocupação dos aglomerados rurais poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Assim, os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ▪ A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. ▪ A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração de um manual de boas práticas urbanísticas, poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado e nas próprias redes ou infraestruturas que implementem as orientações definidas pelo referido manual de boas práticas urbanísticas nas obras de remodelação e beneficiação. A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais, constituindo uma oportunidade para incluir medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Assim, este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	<p>como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico.</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ A criação de programas de educação ambiental e a elaboração do manual de boas práticas urbanísticas incentivam a gestão sustentável do solo, reduzindo impactos como a erosão, a contaminação e a impermeabilização desnecessária assim como alerta para a importância da preservação das florestas, promovendo práticas que reduzam o desmatamento e incentivem a regeneração florestal. Além disso, promove uma maior consciência sobre a importância dos recursos geológicos, ajudando a evitar a exploração não regulamentada. ■ As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. Estas ações contribuem ainda para o restauro da estabilidade geológica, prevenindo erosão e deslizamentos de terras. ■ A almejada necessidade de se criar condições para o desenvolvimento e diversificação de algumas atividades económicas em espaço rural, apresenta potencial para assegurar a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos, nomeadamente, recursos hídricos e energéticos. Projetos como a elaboração Planos de Pormenor, plano de turismo sustentável, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação, e o acompanhamento e monitorização do alojamento local, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e energética no parque edificado destas atividades económicas em espaço rural e nas próprias redes ou infraestruturas que irão usufruir destas obras de remodelação e beneficiação. A definição de uma política de taxas municipais mais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas através da atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução do edificado. A elaboração de Planos de Pormenor poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação deste tipo de edificado vocacionado para atividades económicas, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. A pretensão de implementação de um sistema de monitorização do funcionamento do alojamento local no município, incluindo formação sobre boas práticas (também ambientais), visa assegurar a qualidade da oferta, mas também assegurar o cumprimento da legislação ambiental, dos requisitos de eficiência energética, e das condições de salubridade nestes alojamentos, com contributo positivo para a preservação e sustentabilidade dos recursos naturais presentes. A elaboração de um plano de turismo sustentável poderá incentivar à aquisição de uma mobilidade turística sustentável o que permitirá reduzir as necessidades e consumos energéticos associados à mobilidade, promovendo-se a descarbonização através da implementação de mobilidade suave e práticas mais saudáveis de deslocação, e contribuindo para a dependência externa de combustíveis fósseis. Assim, os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, redução da dependência de recursos energéticos externos (fósseis) contribuindo assim para a descarbonização dos consumos energéticos, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ■ A elaboração dos Planos de Pormenor da Maia e de São Lourenço garante um planeamento organizado, reduzindo o uso desordenado do solo e protegendo áreas de interesse ambiental ou agrícola. ■ Um plano de turismo sustentável pode minimizar a degradação do solo ao definir práticas de construção e exploração turística que respeitem as capacidades naturais do território. ■ Ao nível da valorização dos recursos naturais o programa de execução apresenta um projeto de valorização, limpeza e desobstrução das linhas de água e respetivas margens. Este projeto pretende, entre outros objetivos, criar as condições para a implementação das medidas e ações definidas no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH Açores), o que é de extrema relevância e constitui uma oportunidade para agilizar a implementação de uma série de medidas da preservação e valorização das linhas de água, margens e outras massas de água presentes no município, promovendo-se assim a melhoria do estado quantitativo e qualitativo destas massas de água, a sustentabilidade dos usos consuntivos e não consuntivos, e a melhoria das condições de fruição destes recursos naturais e património ambiental único, valorização e desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, com benefícios para a saúde e qualidade de vida. ■ O acompanhamento e monitorização das áreas críticas (Maia, Praia Formosa e Panasco) ajudam a prevenir deslizamentos e erosão do solo. ■ A criação de uma base de dados de ocorrências permite identificar padrões de risco, contribuindo para um planeamento territorial que evita impactos negativos sobre os recursos naturais. <p>Efeitos Negativos: Não foram identificados.</p>

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Ordenamento e Qualificação territorial	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ No âmbito da qualificação territorial, o plano promove a reabilitação do edificado, melhorando a habitabilidade e a preservação dos elementos arquitetónicos tradicionais, a qualificação e ampliação dos espaços verdes em solo urbano, com benefícios para a sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, e a contenção das áreas construídas, incentivando a concentração nos núcleos já existentes. Estas medidas contribuem para a organização territorial e a preservação de áreas de elevado valor ambiental. ■ A prevista promoção e qualificação do solo urbano e melhoria dos índices de qualidade de vida apresenta potencial para assegurar um conjunto de serviços essenciais à população. Projetos como a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do Lugar do Aeroporto de Santa Maria, apresenta uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade dentro da área do aeroporto, mas com benefícios ao nível da mobilidade para toda a ilha e município. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida. Este projeto também irá constituir igualmente uma oportunidade de melhoria das condições infraestruturais e de serviço afetos aos sistemas de abastecimento e saneamento de águas residuais, bem como de escoamento das águas pluviais, promovendo melhorias ao nível da acessibilidade física, controlo e monitorização de caudais, redução de perdas, redução dos fenómenos de contaminação dos solos e aquíferos por poluição tóxica, aquisição de maior eficiência no consumo de água, bem como melhores condições para gestão adequada de resíduos, através do reforço dos equipamentos de recolha seletiva, acondicionamento e encaminhamento para destino final recomendável. ■ Os projetos de beneficiação das redes e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento também irão promover estes mesmos efeitos ambientais anteriormente referidos nos territórios onde serão implementados, já que visam a regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca, redução das perdas de água nas redes de distribuição, recuperação das redes e equipamentos degradados e reforço do controlo analítico, bem como reforço da rede de drenagem, beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, e implementação de novas estações de tratamento de águas residuais e respetivos coletores de drenagem. ■ As obras de beneficiação do parque escolar municipal, e a elaboração da Carta Municipal de Habitação, constituem uma oportunidade para se promover a aquisição de melhores condições infraestruturais e de serviços ambientais. Os projetos elencados constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos com melhor eficiência no consumo de água, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ■ A elaboração do Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez visa a definição de medidas de contingência para períodos de seca e escassez, bem como medidas de adaptação e aquisição de resiliência dos sistemas de abastecimento para prevenir e compatibilizar a satisfação das necessidades hídricas dos diversos usos, contribuindo, por exemplo, para a definição de critérios e medidas de eficiência hídrica no utilizador, beneficiação de redes e sistemas de abastecimento, modernização tecnológica para controlo de caudais e redução de perdas, infraestruturas de aproveitamento de águas pluviais, ou implementação de sistemas de reutilização de águas residuais tratadas (ApR) para usos menos exigentes, entre outras. ■ Projetos como os planos de pormenor e a carta municipal de habitação pode direcionar o uso de áreas já ocupadas, limitando a expansão urbana descontrolada, promovendo a reutilização de áreas já urbanizadas. ■ O projeto de requalificação paisagística da encosta sobre o porto de Vila do Porto contribui para o aumento dos espaços verdes em solo urbano. ■ O estabelecimento de um modelo urbanístico previsto para os povoamentos rurais apresenta potencial para assegurar a qualificação destes territórios através de uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. ■ A definição de uma política de taxas municipais reduzidas no licenciamento de operações urbanísticas poderá agilizar e facilitar a reabilitação e/ou reconstrução de casas típicas marienses que se encontrem degradadas. Este projeto poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica e melhores condições para a recolha seletiva e acondicionamento de resíduos no parque edificado destes aglomerados rurais. Este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas no parque edificado a construir ou reabilitar, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico, e da qualidade de vida em termos gerais. ■ A elaboração de um estudo urbanístico orientador do desenvolvimento e da ocupação dos aglomerados rurais poderá definir as características arquitetónicas a que devem obedecer as novas construções e as obras de recuperação, bem como a distribuição das edificações e forma de ocupação, incluindo medidas

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	<p>de conforto bioclimático e de eficiência energética ou hídrica. Este estudo urbanístico também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade dentro destes territórios rurais. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação de populações mais isoladas, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida e de equidade social.</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ A elaboração de estudos urbanísticos para as áreas de povoamento tradicional garante que o uso do solo respeite a vocação rural do concelho. ■ Preservação das características tradicionais e rurais, contribuindo para a contenção da artificialização do solo, promovidos especialmente pelos projetos 2.3 e 2.4. ■ Fomento à reabilitação urbana, valorizando o património edificado existente. ■ Potencial para incorporar mais espaços públicos e verdes no âmbito do planeamento. ■ A criação de melhores condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação sustentável do território apresenta potencial para assegurar uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. ■ A elaboração do manual de boas práticas urbanísticas visa definir normas para a intervenção e qualificação urbana nos centros históricos, promovendo a sua recuperação e modernização, e contribuindo para a revitalização destes espaços em termos funcionais. Este projeto poderá permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica no parque edificado a revitalizar, bem como a introdução de soluções de gestão de resíduos mais sustentáveis e que permitam a recolha seletiva e valorização dos resíduos produzidos. Assim, este projeto constitui uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico. A elaboração deste manual de boas práticas urbanísticas também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade nestes aglomerados. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida. ■ Os projetos de programas de educação ambiental com foco na conservação de recursos e valores naturais e de promoção de ações de sensibilização para a recuperação ambiental e paisagística de áreas de extração de massas minerais abandonadas constituem uma oportunidade para se introduzirem boas práticas ambientais, de redução e poupança no consumo de água, redução de focos de poluição tóxica e de gestão adequada dos resíduos produzidos por estas atividades. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água, do solo e de outros recursos, bem como da paisagem. ■ A criação de programas de educação ambiental e a elaboração do manual de boas práticas urbanísticas incentivam a gestão sustentável do solo, reduzindo impactos como a erosão, a contaminação e a impermeabilização desnecessária assim como alerta para a importância da preservação das florestas, promovendo práticas que reduzam o desmatamento e incentivem a regeneração florestal. Além disso, promove uma maior consciência sobre a importância dos recursos geológicos, ajudando a evitar a exploração não regulamentada. ■ As ações de recuperação ambiental em áreas de extração de massas minerais abandonadas podem revitalizar o solo, melhorando a sua capacidade de suporte para vegetação nativa e reduzindo o risco de desertificação ou contaminação. Estas ações contribuem ainda para o restauro da estabilidade geológica, prevenindo erosão e deslizamentos de terras assim como para a promoção da sustentabilidade e recuperação de áreas degradadas. ■ A almejada necessidade de se criar condições para o desenvolvimento e diversificação de algumas atividades económicas em espaço rural, apresenta potencial para assegurar uma beneficiação dos serviços ambientais em presença, bem como dos serviços de mobilidade. ■ Projetos como a elaboração Planos de Pormenor, plano de turismo sustentável, a atualização do regulamento municipal de urbanização e de edificação, e o acompanhamento e monitorização do alojamento local, poderão permitir a aquisição de maiores índices de eficiência hídrica no parque edificado destas atividades económicas em espaço rural, bem como a introdução de soluções de gestão de resíduos mais sustentáveis e que permitam a recolha seletiva e valorização dos resíduos produzidos. Assim, estes projetos constituem uma oportunidade para se prever a inclusão e concretização de soluções arquitetónicas e tecnológicas mais eficientes, tais como, o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica, ou adequados sistemas de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos. Estes irão permitir a preservação do estado das massas de água através da redução do consumo e exploração dos recursos hídricos (p.e. perdas de água na rede) bem como da ocorrência de situações de poluição tóxica por ausência de tratamento adequado de águas residuais, melhoria das condições de habitabilidade e conforto térmico.

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	<ul style="list-style-type: none"> ■ A elaboração Planos de Pormenor também se apresenta como uma oportunidade para beneficiar as condições de acessibilidade dos territórios abrangidos, de organização de tráfego e estacionamento, bem como eventualmente de prestação de serviços de transporte e de intermodalidade nestes aglomerados. As concretizações destas melhorias ao nível da mobilidade poderão reduzir as situações de congestionamento e redução dos tempos de viagem, com benefícios para a satisfação das necessidades de deslocação, redução do consumo de combustíveis fósseis, contributo para a mitigação às alterações climáticas, ruído, qualidade do ar, e melhoria dos índices globais de qualidade de vida. ■ A elaboração de um plano de turismo sustentável poderá incentivar à aquisição de uma mobilidade turística sustentável o que permitirá reduzir as necessidades e consumos energéticos associados à mobilidade, promovendo-se a descarbonização através da implementação de mobilidade suave e práticas mais saudáveis de deslocação, e contribuindo para a dependência externa de combustíveis fósseis. ■ A elaboração dos Planos de Pormenor da Maia e de São Lourenço garante um planeamento organizado, reduzindo o uso desordenado do solo e protegendo áreas de interesse ambiental ou agrícola. ■ Um plano de turismo sustentável pode minimizar a degradação do solo ao definir práticas de construção e exploração turística que respeitem as capacidades naturais do território. Além disso, poderá promover atividades económicas baseadas nos recursos locais, minimizando impactos ambientais e promovendo a conservação do solo. ■ O acompanhamento do alojamento local, previsto no projeto 4.4, garante que o crescimento da atividade turística seja controlado, evitando pressões excessivas sobre o território rural. <p>Efeitos Negativos: Não foram identificados.</p>
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Esses projetos contribuem diretamente para a melhoria das infraestruturas, promoção de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento de capital humano, elementos fundamentais para o aumento da competitividade económica e o progresso socioeconómico da região. ■ Preservação Cultural: Os projetos fortalecem a identidade cultural de Santa Maria, um ativo intangível que agrega valor à região. ■ Aumento do Turismo: A valorização das casas típicas e do estilo arquitetónico tradicional posiciona a ilha como um destino autêntico, atraindo visitantes interessados em experiências culturais únicas. ■ Desenvolvimento Sustentável: Promover a preservação arquitetónica e cultural contribui para um modelo de desenvolvimento que equilibra progresso económico e a conservação ambiental. ■ Emprego e Criação de Riqueza: A restauração de casas e o aumento do turismo geram empregos diretos e indiretos nos setores de construção, serviços e comércio. ■ Diversificação Económica: Os projetos fortalecem setores estratégicos, como turismo e agropecuária, ampliando as bases da economia local. ■ Sustentabilidade: A integração de práticas ambientais e de adaptação às alterações climáticas prepara a região para desafios futuros, enquanto melhora a qualidade de vida. ■ Valorização de Recursos Locais: destaca-se o aproveitamento dos recursos endógenos como combustível para o desenvolvimento sustentável e promoção da identidade regional. ■ Competitividade: A simplificação administrativa e a capacitação da população criam um ambiente mais atrativo para investimentos e iniciativas inovadoras. Esses projetos, ao combinar desenvolvimento económico, sustentabilidade e capacitação, estabelecem um modelo de crescimento que é resiliente, inclusivo e competitivo. ■ Desenvolvimento Rural Integrado: A diversificação de usos e atividades no espaço rural rentabiliza os recursos endógenos, criando riqueza e emprego em setores como turismo, pesca e agricultura. ■ Sustentabilidade Territorial: A elaboração de planos de pormenor e a atualização do regulamento urbanístico garantem um crescimento ordenado e sustentável, evitando a degradação ambiental, social e cultural. ■ Turismo Sustentável: O plano de turismo sustentável e o acompanhamento do alojamento local posicionam a região como um destino competitivo, atraindo turistas conscientes e de alto valor agregado. ■ Atração de Investimentos: A modernização de regulamentos e o ordenamento territorial criam condições favoráveis para investimentos, fortalecendo a economia local. <p>Efeitos Negativos: ■ Não foram identificados.</p>

8.2. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Da avaliação dos efeitos significativos resultantes da atual proposta de 2rPDM_ViladoPorto resultou a identificação das seguintes recomendações (Tabela 8.2).

Não obstante, importa referir que ao longo desta fase de proposta do plano, tal como referido anteriormente, foram já internalizadas na proposta de Programa de Execução um conjunto importante de contributos / recomendações da AAE, destacando-se a inclusão dos seguintes projetos no programa de execução:

- **Projeto 1.9** - Elaborar o Plano Municipal de Gestão de Secas e Escassez
- **Projeto 5.4** - Promover campanha de sensibilização no âmbito da proteção civil (riscos sísmicos, cheias, inundações, desgaseificação difusa, movimentos de massa, entre outros)
- **Projeto 5.5** - Construir uma base de dados para registo de ocorrências de todos os riscos
- **Projeto 5.6** - Investir em sistemas de alerta precoce e em infraestruturas que mitiguem os riscos associados à instabilidade geológica

bem como o ajuste e complemento do âmbito dos seguintes Projetos: 1.7, 1.8, 1.10, 2.1, 2.2, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4.1, 5.2, 5.4, 5.5 e 5.7

Tabela 8.2_ Síntese das principais recomendações da AAE, por FS

FS	Recomendações
Vulnerabilidades e Riscos	<p>Rec.1.1: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos [complementar].</p> <p>Rec.1.2: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas [complementar].</p>
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	<p>Rec 2.1: Os projetos públicos que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas.</p> <p>Rec 2.2: Nos projetos aprovados que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração; - Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios <p>Rec 2.3: Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.</p> <p>Rec 2.4: Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.</p>
Recursos Naturais	<p>Rec 3.1: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que potenciem a eficiência hídrica e energética, o conforto térmico, o uso de energias renováveis, e infraestruturas permeáveis que permitam reduzir o escoamento superficial e promover a reutilização ou infiltração das águas pluviais.</p>
Ordenamento e Qualificação territorial	<p>Rec 4.1: Implementação de uma estratégia de gestão para os biorresíduos, no âmbito da elaboração de um plano de ação de gestão de resíduos urbanos municipais.</p> <p>Rec 4.2: Durante a implementação do Programa de Execução, e em fase de candidatura dos projetos sujeitos a concurso, incorporar no caderno de encargos ou nos critérios de seleção e adjudicação projetos que favoreçam boas práticas arquitetónicas e de construção sustentável, tais como soluções de infraestruturas verdes que permitam a reutilização das águas pluviais ou residuais tratadas, recolha seletiva</p>

FS	Recomendações
	e acondicionamento adequado de resíduos urbanos, bem como técnicas construtivas que promovam a reutilização ou reciclagem de resíduos através da sua incorporação como materiais de construção.
Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade	<p>Rec 5.1. Envolver as comunidades locais: Promover a participação ativa da população na conceção e execução dos projetos, reforçando o sentimento de pertença, garantindo a adequação às necessidades locais.</p> <p>Rec 5.2. Fortalecer parcerias estratégicas: Estabelecer parcerias com universidades, centros de pesquisa e organizações internacionais para incorporar as melhores práticas e inovações tecnológicas.</p> <p>Rec 5.3. Garantir financiamento sustentável: Criar estratégias de financiamento que combinem fundos públicos, privados e europeus, com prioridade para programas de sustentabilidade e resiliência.</p>

A ponderação do cenário global acima apresentado, articulado com a análise pericial desenvolvida, em particular em sede do Capítulo 6, sobre o nível de influência das apostas estratégicas da proposta de 2rPDM_ViladoPorto, sobre os indicadores e critérios selecionados em cada FS, traduz um balanço final significativamente positivo relativamente à situação atual da área de intervenção.

9. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADEEL, Zafar, [et al.]- Ecosystems and Human Well-Being: Desertification Synthesis. Washington: [s.n.], [s.d.]. ISBN 1-56973-590-5, p 4

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2013). Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica-orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Amadora.

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2007). Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal. Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) (2024). Veículos ligeiros assegurados, 2003-2022.

Comissão Europeia (2004). Aplicação da Directiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas do Ambiente, Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Portuguesas, Luxemburgo. Edição portuguesa – Direcção-Geral do Ambiente.

Conselho da União Europeia - DOC 10917/06 – Nova Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável, Bruxelas, 26 de junho de 2006. Internet: http://ec.europa.eu/sustainable/sds2006/index_en.htm

Câmara Municipal de Vila do Porto, Relatório da Fase 1 – Estudos de avaliação, caracterização e diagnóstico prospetivo, 2022.

Câmara Municipal de Vila do Porto, Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto, 2021.

Cruz, A de la, Benedicto, J., 2009. Assessing Socioeconomic Benefits of Natura 2000 – a Case Study on the ecosystem service provided by SPA Pico da Vara / Ribeira do Guilherme. Output of the project Financing Natura 2000: Cost estimate and benefits of Natura 2000.

Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH), Carta de Suscetibilidade a Movimentos de Vertente, Governo Regional do Açores, 2019.

Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Programa Regional para as Alterações Climáticas da Região Autónoma dos Açores, 2019.

Direção Regional da Energia (DREn) (2024). Postos de carregamento de veículos elétricos - Portal da Energia, 2024.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) (2008). Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, Lisboa.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTU). Revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.

Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH) (2022). Plano de Gestão de Recursos Hídricos da Região Autónoma dos Açores, 2.º e 3º Ciclo.

Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH) (2024). Relatório de Avaliação Intercalar do PGRH-Açores 2016-2021.

Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH) (2022). Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027 3.º Ciclo.

Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH) (2024). Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores.

Eletricidade dos Açores, S.A. (EDA) (2022). Relatório de caracterização das redes de transporte e distribuição da RAA (CARE 2022).

Eletricidade dos Açores, S.A. (EDA) (2023). Plano Plurianual e Orçamento 2023-2027.

Eletricidade dos Açores, S.A. (EDA) (2023). Caracterização das Redes de Distribuição em Baixa Tensão em 2023.

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) (2023). Relatório Anual de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores.

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) (2023). Relatório Anual Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2024). Censos, 2021.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2024). Estatísticas de energia.

Institute for European Policy (IEEP), 2013: P ten Brink, S Bassi, T Badura, S Gantioler, M Kettunen, L Mazza, K Hart together with GHK: M Rayment, M Pieterse, E Daly, Ecologic Institute: H Gerdes, M Lago, S Lang, Metroeconomica: A Markandya, P Nunes, H Ding and EFTEC: R Tinch, I Dickie The Economic Benefits of the Natura 2000 Network. Synthesis Report.

Kettunen, M., Bassi, S., Gantioler, S. & ten Brink, P. 2009. Assessing Socio-economic Benefits of Natura 2000 – a Toolkit for Practitioners (September 2009 Edition). Output of the European Commission project Financing Natura 2000: Cost estimate and benefits of Natura 2000.

MAES JOACHIM, et al (2020). Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services: An EU ecosystem assessment. EUR - Scientific and Technical Research Reports. Publications Office of the European Union.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2001). Directiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, Luxemburgo, 27 de junho de 2001.

Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) (2024). Estatísticas de energia e transportes.

Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR) (2024). Relatório Resíduos Urbanos, 2012-2013.

ANEXOS

Página propositadamente deixada em branco

Página propositadamente deixada em branco

Tabela A01.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE da proposta de 2rPDM_ViladoPorto

Referencial Estratégico	Objetivos
Agenda Territorial 2030 (AT2030)	<p>A Agenda Territorial 2030 proporciona um quadro de ação para promover a coesão territorial na Europa: um futuro para todos os territórios.</p> <p>Procura promover um futuro inclusivo e sustentável para todos os territórios e ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Europa.</p> <p>Tal deve ter por base:</p> <ul style="list-style-type: none"> - um entendimento comum de que as necessidades de desenvolvimento e os impactos inerentes aos futuros desenvolvimentos diferem entre os territórios na Europa; e - a cooperação e coordenação entre os territórios, os níveis de governo, os setores políticos e os grupos sociais para dar resposta às questões complexas e utilizar o potencial diversificado. <p>Por conseguinte, foram definidos dois objetivos globais: uma Europa justa e uma Europa verde, que abrangem seis prioridades para desenvolver o território europeu no seu conjunto, juntamente com todos os seus territórios.</p> <p>A Agenda estabelece as seguintes prioridades territoriais para a Europa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma Europa justa que oferece perspetivas futuras a todos os territórios e pessoas: <ol style="list-style-type: none"> 1 - Desenvolvimento territorial mais equilibrado utilizando a diversidade da Europa 2 - Desenvolvimento local e regional convergente, menos desigualdade entre os territórios 3 - Vida e trabalho mais facilitados para lá das fronteiras nacionais - Uma Europa verde que protege os meios de subsistência comuns e executa a transição social: <ol style="list-style-type: none"> 4 - Melhores meios de subsistência ecológicos, cidades e regiões com impacto neutro no clima e resilientes 5 - Economias locais fortes e sustentáveis num mundo globalizado 6 - Conectividade digital e física sustentável dos territórios
Agenda 2030	<p>A Agenda 2030 é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo. A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”.</p>
Pacto Ecológico Europeu	<p>Este pacto redefine o compromisso da Comissão de enfrentar os desafios climáticos e ambientais, tarefa determinante desta geração. A cada ano que passa, a atmosfera fica mais quente e o clima muda um pouco mais. Dos oito milhões de espécies que habitam o planeta, um milhão corre o risco de extinção. As florestas e os oceanos estão a ser poluídos e destruídos. O Pacto Ecológico Europeu é uma resposta a estes desafios. Trata-se de uma nova estratégia de crescimento que visa transformar a UE numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, que, em 2050, tenha zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa e em que o crescimento económico esteja dissociado da utilização dos recursos. O pacto pretende igualmente proteger, conservar e reforçar o capital natural da UE e proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos relacionados com o ambiente. Ao mesmo tempo, esta transição deve ser equitativa e inclusiva.</p> <p>O Pacto Ecológico é parte integrante da estratégia desta Comissão para executar a Agenda 2030 e concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, bem como as outras prioridades anunciadas nas orientações políticas da União Europeia. No âmbito do Pacto Ecológico, a Comissão irá reorientar o processo de coordenação macroeconómica para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a fim de os colocar no âmago do processo de elaboração de políticas e de adoção de medidas, e de centrar a política económica em torno da sustentabilidade e do bem-estar dos cidadãos.</p> <p>O Pacto Ecológico Europeu lança uma nova estratégia de crescimento da UE. Este pacto apoia a transição da UE para uma sociedade equitativa e próspera, capaz de dar resposta aos desafios colocados pelas Alterações Climáticas e decorrentes da degradação ambiental, melhorando a qualidade de vida da geração atual e das futuras.</p>
Estratégia de Biodiversidade da EU para 2030 (EBUE 2030)	<p>Com o objetivo de colocar a biodiversidade europeia no caminho da recuperação até 2030, a Estratégia define formas novas e mais eficazes de aplicar a legislação em vigor, bem como novos compromissos, medidas, metas e mecanismos de governação, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Transformar pelo menos 30 % das terras e dos mares da Europa em áreas protegidas geridas de forma eficaz. O objetivo é, a partir das zonas Natura 2000 existentes, complementar a rede com áreas protegidas a nível nacional, garantindo simultaneamente a proteção estrita das zonas com elevado valor em termos climáticos e de biodiversidade. ■ Restaurar, em toda a UE, ecossistemas degradados que se encontrem em mau estado, e reduzir as pressões exercidas sobre a biodiversidade. A Estratégia propõe um plano abrangente de restauração da natureza da UE, que inclui: Elaborar, sob reserva de uma avaliação de impacto, uma proposta de um novo quadro jurídico para a restauração da natureza, com objetivos vinculativos, para restaurar ecossistemas danificados, nomeadamente os mais ricos em carbono; Melhorar o estado de conservação ou a tendência de, pelo menos, 30 % das espécies e habitats protegidos da UE que não se encontram atualmente em estado favorável; Restabelecer o curso natural de rios, numa extensão de, pelo menos, 25 000 km; Travar e reverter o declínio das aves das terras agrícolas e dos insetos, em especial dos polinizadores; Reduzir a utilização global e o risco dos pesticidas químicos, bem como a utilização dos mais perigosos, em 50 %; Manter pelo menos 25 % das terras agrícolas em produção biológica e aumentar significativamente a adoção de práticas agroecológicas; Reduzir as perdas de nutrientes provenientes dos fertilizantes em, pelo menos, 50 %, e a utilização de fertilizantes em, pelo menos, 20 %; Plantar pelo menos 3 mil milhões de árvores, em pleno respeito pelos princípios ecológicos, e proteger as florestas primárias e seculares ainda existentes; Eliminar as capturas acessórias de espécies protegidas ou reduzi-las para um nível que permita a recuperação total das espécies e não ameace o seu estado de conservação. ■ Permitir uma mudança transformadora. A Estratégia lança um novo processo para melhorar a governança da biodiversidade, garantindo que os Estados-Membros integram os compromissos da Estratégia nas respetivas políticas nacionais. Um centro de conhecimento da biodiversidade e uma

Referencial Estratégico	Objetivos
	parceria para a biodiversidade contribuirão para uma melhor investigação e inovação no domínio da biodiversidade na Europa. A Estratégia visa estimular os regimes fiscais e a fixação de preços de modo a refletir os custos ambientais reais, nomeadamente o custo da perda de biodiversidade, e a integrar efetivamente a biodiversidade nas tomadas de decisões públicas e empresariais.
Declaração de Toledo (2010) (DT)	<p>A Carta de Toledo, pretende adaptar a Carta de Leipzig à atual crise económica, financeira e social que afeta a Europa. Assim, assenta num conjunto de princípios orientadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Enfrentar as alterações urbanas e implementar a Estratégia Europeia para 2020, alcançando um desenvolvimento urbano mais sustentável e de inclusão social, a nível local; ▪ Suportar a continuação do Processo de Marseille e implementar um Quadro de Referência Europeu para Cidades Sustentáveis; ▪ Tentar consolidar a Agenda Urbana Europeia no futuro.
Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano (ETAU)	<p>A ETAU faz parte do Sexto Programa de Ação em matéria de Ambiente "Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha" e é uma das sete estratégias temáticas do programa criado com vista a permitir uma abordagem holística de questões-chave ambientais, que se caracterizam pela sua complexidade, diversidade das partes envolvidas e necessidade de soluções inovadoras e múltiplas. Conforme estabelecido no 6º Programa de Ação em matéria de Ambiente, a Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano tem como objetivo a promoção de uma abordagem horizontal integrada de todas as políticas comunitárias e que melhore a qualidade do ambiente urbano, tendo em conta os progressos realizados na implementação do quadro de cooperação existente, revendo-o consoante as necessidades, e que abranja:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A promoção da Agenda Local 21; ▪ A atenuação do nexo entre o crescimento económico e a procura de transportes de passageiros; ▪ A necessidade de aumentar a quota-parte dos transportes públicos, dos modos de transporte ferroviário, de navegação interior, bem como da bicicleta e da locomoção pedestre; ▪ A necessidade de fazer face ao aumento dos volumes de tráfego e de lograr uma significativa dissociação entre o aumento dos transportes e o aumento do PIB; ▪ A necessidade de promover a utilização de veículos com emissões reduzidas nos transportes públicos; ▪ A tomada em consideração de indicadores ambientais urbanos. <p>De forma a cumprir os objetivos acima referidos, a Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano centra-se em quatro temas prioritários: gestão urbana sustentável, transportes urbanos sustentáveis, construção sustentável e a conceção urbana sustentável (padrão e tipo de utilização dos solos numa zona urbana).</p>
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)	<p><u>O objetivo da estratégia é:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Descrever as múltiplas funções dos solos; ▪ Identificar as suas características relevantes para o desenvolvimento de políticas; ▪ Identificar as principais ameaças que pesam sobre o solo; ▪ Apresentar uma descrição geral das políticas comunitárias pertinentes; ▪ Expor a atual situação em matéria de monitorização e de informação sobre o solo e identificar as lacunas a preencher para se criar a base de uma política de proteção do solo; ▪ Definir a base política e descrever os passos a dar para a apresentação em 2004 de uma estratégia temática sobre a proteção do solo. <p><u>Para além disso, a estratégia deverá ser baseada:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Em iniciativas atuais no âmbito das políticas de ambiente, ▪ Na integração da proteção do solo noutras políticas, ▪ Na monitorização do solo, e ▪ No desenvolvimento futuro de novas ações baseadas nos resultados da monitorização.
Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)	<p>Esta estratégia cria um quadro de ação que visa diminuir as pressões sobre o ambiente resultantes da produção e do consumo dos recursos naturais sem penalizar o desenvolvimento económico. As preocupações com os recursos serão integradas em todas as políticas e serão postas em prática medidas específicas, nomeadamente a criação de um centro de dados e de indicadores, o desenvolvimento de um fórum europeu e a criação de um grupo internacional de peritos. Esta estratégia fixa as orientações para a ação da União Europeia (UE) nos próximos 25 anos e tem em vista a utilização mais eficaz e mais sustentável dos recursos naturais ao longo de todo o seu ciclo de vida. O objetivo da estratégia é reduzir os impactos ambientais negativos provocados pela utilização dos recursos naturais (esgotamento dos recursos e poluição), respeitando simultaneamente os objetivos fixados no Conselho Europeu de Lisboa em matéria de crescimento económico e de emprego. A estratégia abrange todos os sectores consumidores de recursos e implica melhorar o rendimento dos recursos, reduzir a incidência dos setores económicos no ambiente e substituir os recursos demasiado poluentes por outras soluções.</p>
Quadro de Ação de Sendai 2015-2030	<p>Quatro áreas prioritárias a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Compreensão do risco de desastres. 2. Fortalecimento da governança do risco de desastres para gerenciar o risco de desastres; 3. Investimento na redução do risco de desastres para a resiliência; 4. Melhoria na preparação para desastres a fim de providenciar uma resposta eficaz e de Reconstruir Melhor em recuperação, reabilitação e reconstrução.
Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC)	<p>Portugal é Parte da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), concluída em Nova Iorque, em 9 de maio de 1992. Através do Decreto do Governo n.º 20/93, de 21 de junho, foi aprovada para ratificação a CQNUAC, adotada pelo Comité Intergovernamental de Negociação instituído pela Assembleia das Nações Unidas e aberta à assinatura em 4 de junho de 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (Conferência do Rio de Janeiro).</p> <p>A Convenção tem por objetivo a estabilização das concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa com o sistema climático. Nos termos do artigo 2.º da Convenção, tal nível deveria ser atingido durante um espaço de tempo suficiente para permitir a adaptação natural dos ecossistemas às alterações climáticas, para garantir que a produção</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	de alimentos não seja ameaçada e para permitir que o desenvolvimento económico prossiga de uma forma sustentável.
Acordo de Paris	<p>O Acordo de Paris visa alcançar a descarbonização das economias mundiais e estabelece como um dos seus objetivos de longo prazo limitar o aumento da temperatura média global a níveis bem abaixo dos 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C, reconhecendo que isso reduzirá significativamente os riscos e impactos das alterações climáticas.</p> <p>Com a entrada em vigor do Acordo de Paris a 4 de novembro de 2016, a comunidade internacional procura dar uma resposta global e eficaz à necessidade urgente de travar o aumento da temperatura média global e resolver, com determinação, os desafios ligados às alterações climáticas.</p> <p>O Acordo de Paris representa uma mudança de paradigma na implementação da Convenção Quadro para as Alterações Climáticas, com o reconhecimento explícito de que apenas com o contributo de todos é possível vencer o desafio das alterações climáticas.</p> <p>Este Acordo renova a esperança no multilateralismo e aponta para a necessidade de uma profunda descarbonização profunda da economia mundial. Ao estabelecer uma nova arquitetura para o combate às alterações climáticas, este Acordo, que é verdadeiramente global, equilibrado, justo, ambicioso e duradouro, dá confiança e previsibilidade para uma trajetória global de baixo carbono que melhore a resiliência e reduza a vulnerabilidade das sociedades às alterações climáticas.</p>
Lei Europeia do Clima (LEC)	<p>Cria um regime para a redução irreversível e gradual das emissões antropogénicas de gases com efeito de estufa por fontes e para o aumento das remoções por sumidouros regulamentados no direito da União.</p> <p>E define um objetivo vinculativo de neutralidade climática na União até 2050, tendo em vista a concretização do objetivo de temperatura a longo prazo, fixado no artigo 2.º, n.º 1, alínea a), do Acordo de Paris, e determina um regime para a realização de progressos na concretização do objetivo mundial de adaptação previsto no artigo 7.º do Acordo de Paris. O presente regulamento define também uma meta vinculativa da União de redução interna líquida das emissões de gases com efeito de estufa para 2030.</p>
Pacote Europeu Energia Clima 2030 (PEEC 2030)	<p>Como parte do Pacto Ecológico Europeu, a Comissão propôs em setembro de 2020 para aumentar a meta de redução de emissões de gases de efeito estufa para 2030, incluindo emissões e remoções, para pelo menos 55% em relação a 1990.</p> <p>Foram analisadas as ações necessárias em todos os setores, incluindo maior eficiência energética e energia renovável, e iniciou-se o processo de apresentação de propostas legislativas detalhadas até julho de 2021 para implementar e alcançar a maior ameação.</p> <p>Isto permitirá à UE avançar para uma economia neutra em termos de clima e implementar seus compromissos sob o Acordo de Paris.</p> <p>Principais metas para 2030:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corte de pelo menos 40% nas emissões de gases de efeito estufa (a partir dos níveis de 1990); - Corte de pelo menos 32% de participação para energia renovável; - Corte de pelo menos 32,5% de melhoria na eficiência energética.
Pacote Europeu Mobilidade Limpa (PEML)	<p>A Comissão Europeia propôs em 2017 novos objetivos para a frota da União Europeia a nível das emissões médias de CO2 dos automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros novos para acelerar a transição para veículos com baixo nível de emissões e sem emissões.</p> <p>O novo Pacote Europeu Mobilidade Limpa inclui novas normas de CO2, cujo objetivo é ajudar os fabricantes a acolher a inovação e a fornecer veículos de baixas emissões ao mercado. A proposta inclui igualmente metas para 2025 e 2030. A meta intermédia para 2025 garante que os investimentos arrancam desde já. A meta para 2030 proporciona a estabilidade e as orientações necessárias para acompanhar estes investimentos. Estes objetivos contribuem para fazer</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avançar a transição de veículos de combustão convencionais para veículos limpos; - Diretiva “Veículos Não poluentes”, com a qual se pretende promover soluções de mobilidade limpa na contratação pública; - plano de ação e soluções de investimento com vista à implantação transeuropeia de infraestruturas de combustíveis alternativos. O objetivo é tornar os planos nacionais mais ambiciosos, a fim de aumentar o investimento e melhorar a aceitação por parte dos consumidores; - revisão da diretiva “Transportes Combinados”, que promove a utilização combinada de diferentes modos de transporte de mercadorias (por exemplo, camiões e comboios) vai facilitar o acesso das empresas aos incentivos e, por conseguinte, estimular a utilização combinada de camiões, comboios, navios ou batelões para o transporte de mercadorias; - diretiva «Transporte rodoviário de passageiros», que visa estimular o desenvolvimento do transporte rodoviário de longo curso através da Europa e proporcionar alternativas à utilização do automóvel privado; - “Baterias”, uma iniciativa cujo objetivo é permitir que os veículos e outras soluções de mobilidade do futuro, bem como os seus componentes, sejam inventados e produzidos na UE. <p>Com estas medidas, a aplicar a partir de 2025 a automóveis de passageiros e de 2030 a veículos comerciais ligeiros novos, a Europa pretende assumir uma posição de vanguarda na transição para veículos com baixo nível de emissões e sem emissões.</p>
Pacote Europeu Energia Limpa para todos os Europeus (PEEL)	<p>Com base nas propostas da Comissão publicadas em 2016, o pacote é composto por 8 novas leis. Após o acordo político do Conselho da UE e do Parlamento Europeu (finalizado em maio de 2019) e a entrada em vigor das diferentes regras da UE, os países da UE têm 1-2 anos para converter as novas diretivas em legislação nacional.</p> <p>As novas regras trarão benefícios consideráveis para os consumidores, o meio ambiente e a economia. Ao coordenar essas mudanças a nível da UE, a legislação também destaca a liderança da UE no combate</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>ao aquecimento global e dá uma importante contribuição para a estratégia de longo prazo da UE de alcançar a neutralidade de carbono (emissões líquidas zero) até 2050.</p> <p>Desempenho energético em edifícios Os edifícios são responsáveis por cerca de 40% do consumo de energia e 36% das emissões de CO₂ na UE, tornando-os no maior consumidor de energia da Europa. Ao tornar os edifícios mais eficientes em termos energéticos, a UE pode atingir mais rapidamente os seus objetivos energéticos e climáticos. A Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios ((UE 2018/844) define medidas específicas para o setor da construção enfrentar os desafios, atualizando e alterando muitas regras anteriores (Diretiva 2010/31/UE).</p> <p>Energia renovável Para mostrar a liderança global em energias renováveis, a UE estabeleceu uma meta ambiciosa e vinculativa de 32% para fontes de energia renováveis no cabaz energético da UE até 2030. A Diretiva de Energias Renováveis revisada (2018/2001/UE), que contém esse compromisso, entrou em vigor em dezembro de 2018.</p> <p>Eficiência energética Colocar a eficiência energética em primeiro lugar é um objetivo fundamental do pacote, pois a economia de energia é a maneira mais fácil de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, além de economizar dinheiro para os consumidores. A UE estabeleceu, portanto, metas vinculativas de aumentar a eficiência energética em relação aos níveis atuais em pelo menos 32,5% até 2030. A Diretiva sobre Eficiência Energética ((UE) 2018/2002), em vigor desde dezembro de 2018, estabelece esta meta.</p>
Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030	De acordo com disposto no Regulamento (UE) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho 31 de maio de 2023, que estabelece as diretrizes relativas à disponibilização no mercado da União e à exportação para fora da União de determinados produtos de base e produtos derivados associados à desflorestação e à degradação florestal, que entre outras matérias regulamenta que os produtos cuja procedência esteja associada a deflorestação ou a degradação de terrenos florestais não podem ser colocados no mercado a partir de 30 de dezembro de 2024, sendo que os produtos de origem animal tais como a carne de bovino, as peles e/ou outros produtos derivados, não poderão ser comercializados se a criação do gado é efetuada em terrenos (parcelas agrícolas) que foram objeto de desflorestação após 31 de dezembro de 2020.
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	<p>A ENDS apresenta como desígnio “retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social”, incluindo sete objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"; ▪ Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética; ▪ Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural; ▪ Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social; ▪ Melhor conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território; ▪ Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional; ▪ Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada. <p>Cada objetivo inclui um conjunto de prioridades estratégicas, vetores estratégicos e metas associadas.</p>
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)	<p>A ENCNB 2030 constitui um documento de referência das políticas de ambiente para reduzir a perda de biodiversidade, tendo subjacente os compromissos internacionais e nacionais assumidos no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, do Plano Estratégico da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade.</p> <p>O contexto em que a ENCNB 2030 é desenvolvida é marcado por três apostas que moldam a política de ambiente:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) A descarbonização da economia, tendo em vista a convergência com o propósito de combate às alterações climáticas e redução do seu efeito a nível global; b) A economia circular, promovendo a maior eficiência dos processos produtivos e de consumo, reduzindo a utilização de recursos naturais e o seu desperdício nos processos de consumo; c) A valorização do território, adotando modelos de desenvolvimento que se diferenciem pela combinação de características singulares que o país apresenta e que são a sua marca única e intransponível. <p><u>A ENCNB apresenta três objetivos principais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; ▪ Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; ▪ Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.
Plano Nacional integrado Energia Clima 2021-2030 (PNEC 2021-2023)	<p><u>Visão Estratégica</u></p> <p>Promover a descarbonização da economia e a transição energética visando a neutralidade carbónica em 2050, enquanto oportunidade para o país, assente num modelo democrático e justo de coesão territorial que potencie a geração de riqueza e uso eficiente de recursos.</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p><u>Objetivos</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Descarbonizar a Economia Nacional Assegurar uma trajetória de redução de emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE) em todos os setores de atividade, designadamente energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas e resíduos e águas residuais, e promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas sectoriais (mainstreaming). 2. Dar Prioridade à Eficiência Energética Reduzir o consumo de energia primária nos vários setores num contexto de sustentabilidade e custo eficácia, apostar na eficiência energética e no uso eficiente de recursos, privilegiar a reabilitação e a renovação do edificado, e promover edifícios de emissões zero. 3. Reforçar a Aposta nas Energias Renováveis e Reduzir a Dependência Energética do País Reforçar a diversificação de fontes de energia através de uma utilização crescente e sustentável de recursos endógenos, promover o aumento da eletrificação da economia e incentivar I&D&I em tecnologias limpas. 4. Garantir a Segurança de Abastecimento Assegurar a manutenção de um sistema resiliente e flexível, com diversificação das fontes e origens de energia, reforçando, modernizando e otimizando as infraestruturas energéticas, desenvolvendo as interligações e promovendo a integração, a reconfiguração e a digitalização do mercado da energia, maximizando a sua flexibilidade. 5. Promover a Mobilidade Sustentável Descarbonizar o setor dos transportes, fomentando a transferência modal e um melhor funcionamento das redes de transporte coletivo, promovendo a mobilidade elétrica e ativa e o uso de combustíveis alternativos limpos. 6. Promover uma Agricultura Sustentável e Potenciar o Sequestro de Carbono Reduzir a intensidade carbónica das práticas agrícolas e promover uma gestão agroflorestal eficaz contribuindo para aumentar a capacidade de sumidouro natural. 7. Desenvolver uma Indústria Inovadora e Competitiva Promover a modernização industrial apostando na inovação, na descarbonização, digitalização (indústria 4.0) e na circularidade, contribuindo para o aumento da competitividade da economia. 8. Garantir uma Transição Justa, Democrática e Coesa Reforçar o papel do cidadão como agente ativo na descarbonização e na transição energética, criar condições equitativas para todos, combater a pobreza energética, criar instrumentos para a proteção dos cidadãos vulneráveis e promover o envolvimento ativo dos cidadãos e a valorização territorial.
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)	<p>O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) visa melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação e, desta forma, contribuir também para o desenvolvimento económico e social do país. O Plano apresenta como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos; ■ Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais; ■ Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco; ■ Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde. <p>Constituem domínios prioritários do PNAAS: (1) água; (2) ar; (3) solo e sedimentos; (4) químicos; (5) alimentos; (6) ruído; (7) espaços construídos; (8) radiações; e (9) fenómenos meteorológicos.</p>
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)	<p><u>Ações macro:</u></p> <p>Ação 1 — Desenhar, Reparar, Reutilizar: uma responsabilidade alargada do produtor; Ação 2 — Incentivar um mercado circular; Ação 3 — Educar para a economia circular; Ação 4 — Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável; Ação 5 — Nova vida aos resíduos!; Ação 6 — Regenerar recursos: água e nutrientes; Ação 7 — Investigar e inovar para uma economia circular;</p> <p><u>Ações meso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Proposta de agenda de transição para o setor da construção; ■ Proposta de agenda de transição para as compras públicas ecológicas. <p><u>Ações micro:</u></p> <p>Proposta de agenda de transição para as Zonas Empresariais Responsáveis (ZER).</p>
Alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (Alteração PNPOT)	<p><u>Desafios Territoriais, subdivididos em 15 opções estratégicas de base territorial:</u></p> <p><u>D1 Gerir os recursos naturais de forma sustentável</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Valorizar o capital natural 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano 1.3. Aumentar a resiliência socioecológica <p><u>D2 Promover um sistema urbano policêntrico</u></p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>2.1. Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa</p> <p>2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna</p> <p>2.3. Promover a qualidade urbana</p> <p><u>D3 Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial</u></p> <p>3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral</p> <p>3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização</p> <p>3.3. Promover o desenvolvimento transfronteiriço</p> <p><u>D4 Reforçar a conectividade interna e externa</u></p> <p>4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica</p> <p>4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade</p> <p>4.3. Dinamizar as redes digitais</p> <p><u>D5 Promover a governança territorial</u></p> <p>5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível</p> <p>5.2. Promover redes colaborativas de base territorial</p> <p>5.3. Aumentar a Cultura Territorial</p>
<p>Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)</p>	<p>O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 pretende, apoiar o compromisso de atingir a neutralidade carbónica da economia Portuguesa em 2050. O objetivo principal do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 é a identificação e análise das implicações associadas a trajetórias alternativas, tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceites, e que permitam alcançar o objetivo de neutralidade carbónica da economia Portuguesa em 2050.</p> <p>O roteiro apresenta as trajetórias alternativas até 2050 para quatro componentes setoriais – Energia, Transportes, Resíduos e Agricultura, Florestas e Uso do Solo, principais responsáveis pelas emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) e pelo sequestro de carbono. E que têm como suporte três componentes transversais: Cenários socioeconómicos, Economia circular e Envolvimento da sociedade.</p>
<p>Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 4 de junho)</p>	<p>A ENM 2030 tem como objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Combater as alterações climáticas e a poluição e proteger e restaurar os ecossistemas; 2) Fomentar o emprego e a economia azul circular e sustentável; 3) Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis e autonomia energética; 4) Apostar na garantia da sustentabilidade e na segurança alimentar; 5) Facilitar o acesso a água potável; 6) Promover a saúde e o bem-estar; 7) Estimular o conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e inovação azul; 8) Incrementar a educação, a formação, a cultura e a literacia do oceano; 9) Incentivar a reindustrialização e a capacidade produtiva e digitalizar o oceano; 10) Garantir a segurança, soberania, cooperação e governação.
<p>Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)</p>	<p>O Plano de Recuperação e Resiliência é um programa de aplicação nacional, com um período de execução excecional até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década.</p> <p>O Conselho Europeu, perante os graves impactos da pandemia nas economias europeias, criou o Next Generation EU, um instrumento estratégico de mitigação do impacto económico e social da crise, capaz de promover a convergência económica e a resiliência, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e responder aos desafios da transição para uma sociedade mais ecológica e digital. É a partir deste instrumento que se desenvolve o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadra o PRR.</p> <p>O PRR assenta em três dimensões estruturantes:</p> <p>Resiliência: A dimensão Resiliência está associada a um aumento da capacidade de reação face a crises e de superação face aos desafios atuais e futuros que lhes estão associados. Esta dimensão surge para promover uma recuperação transformativa, duradoura, justa, sustentável e inclusiva, sendo entendida no contexto PRR em todas as suas vertentes: resiliência social, resiliência económica e do tecido produtivo e resiliência territorial.</p> <p>Na dimensão de Resiliência foram consideradas 9 Componentes com vista a reforçar a resiliência social, económica e territorial do nosso país. Estas componentes incluem um conjunto robusto de intervenções em áreas estratégicas, designadamente a saúde, a habitação, as respostas sociais, a cultura, o investimento empresarial inovador, as qualificações e competências, as infraestruturas, a floresta e a gestão hídrica.</p> <p>Transição Climática: A dimensão Transição Climática resulta do compromisso e contributo de Portugal para as metas climáticas que permitirão o alcance da neutralidade carbónica até 2050. A descarbonização da economia e da sociedade oferece oportunidades importantes e prepara o país para realidades que configurarão os fatores de competitividade num futuro próximo.</p> <p>Na dimensão de Transição Climática foram consideradas 6 Componentes com intervenção em áreas estratégicas, como sejam o mar, a mobilidade sustentável, a descarbonização da indústria, a bioeconomia, a eficiência energética em edifícios e as energias renováveis.</p> <p>Relativamente ao princípio da integração climática, o PRR português cumpre o limiar do seu investimento global com afetação a objetivos de transição climática, atingindo 38%.</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>Transição Digital: Na dimensão Transição Digital, estão previstas reformas e investimentos significativos nas áreas da digitalização de empresas, do estado e no fornecimento de competências digitais na educação, saúde, cultura e gestão florestal. Para assegurar que Portugal acelere a transição para uma sociedade mais digitalizada, as opções nacionais, no PRR, assentam em 5 componentes nas seguintes áreas: capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação, formação em competências digitais e promoção da literacia digital, transformação digital do setor empresarial e digitalização do Estado. As medidas de apoio aos objetivos digitais representam um montante que representa 22% da dotação total do plano, ultrapassando o limiar de 20% definido pela regulamentação europeia: 12 das 20 componentes do PRR têm contributo direto meta digital.</p>
<p>Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro)</p>	<p>As políticas públicas do clima visam o equilíbrio ecológico, combatendo as alterações climáticas, e prosseguem os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Promover uma transição rápida e socialmente equilibrada para uma economia sustentável e uma sociedade neutras em gases de efeito de estufa; b) Garantir justiça climática, assegurando a proteção das comunidades mais vulneráveis à crise climática, o respeito pelos direitos humanos, a igualdade e os direitos coletivos sobre os bens comuns; c) Assegurar uma trajetória sustentável e irreversível de redução das emissões de gases de efeito de estufa; d) Promover o aproveitamento das energias de fonte renovável e a sua integração no sistema energético nacional; e) Promover a economia circular, melhorando a eficiência energética e dos recursos; f) Desenvolver e reforçar os atuais sumidouros e demais serviços de sequestro de carbono; g) Reforçar a resiliência e a capacidade nacional de adaptação às alterações climáticas; h) Promover a segurança climática; i) Estimular a educação, a inovação, a investigação, o conhecimento e o desenvolvimento e adotar e difundir tecnologias que contribuam para estes fins; j) Combater a pobreza energética, nomeadamente através da melhoria das condições de habitabilidade e do acesso justo dos cidadãos ao uso de energia; k) Fomentar a prosperidade, o crescimento verde e a justiça social, combatendo as desigualdades e gerando mais riqueza e emprego; l) Proteger e dinamizar a regeneração da biodiversidade, dos ecossistemas e dos serviços; m) Dinamizar o financiamento sustentável e promover a informação relativa aos riscos climáticos por parte dos agentes económicos e financeiros; n) Assegurar uma participação empenhada, ambiciosa e liderante nas negociações internacionais e na cooperação internacional; o) Estabelecer uma base rigorosa e ambiciosa de definição e cumprimento de objetivos, metas e políticas climáticas; e p) Reforçar a transparência, a acessibilidade e a eficácia da informação, do quadro jurídico e dos sistemas de informação, reporte e monitorização; q) Garantir que todas as medidas legislativas e investimentos públicos de maior envergadura sejam avaliados estrategicamente em relação ao seu contributo para cumprir os pressupostos enunciados, integrando os riscos associados às alterações climáticas nas decisões de planeamento e de investimento económico nacional e setorial.
<p>Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver, no âmbito regional, as opções nacionais da política de ordenamento do território e das políticas sectoriais traduzindo, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma do Açores; ▪ Formular a estratégia regional de ordenamento territorial e o sistema de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território; ▪ Orientar a compatibilização prospetiva das diferentes políticas sectoriais com incidência espacial, com destaque para o ambiente e recursos naturais, acessibilidades, transportes e logística, agricultura e desenvolvimento rural, economia, turismo e património cultural; ▪ Introduzir a especificidade do planeamento e gestão integrada de zonas costeiras que, inerentemente, as ilhas constituem, tendo em conta, entre outros aspetos, a diversidade de situações de ocupação humana, os valores ecológicos existentes e as situações de risco identificadas; ▪ Contribuir para a atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais, atendendo às especificidades de cada ilha; ▪ Promover a estruturação do território, definindo a configuração do sistema urbano, rede de infraestruturas e equipamentos, garantindo a equidade do seu acesso; bem como as áreas prioritárias para a localização de atividades económicas e de grandes investimentos públicos; ▪ Defender o valor da paisagem, bem como o património natural e cultural enquanto elementos de identidade da região, promovendo a sua proteção, gestão e ordenamento, em articulação com o desenvolvimento das atividades humanas; ▪ Reforçar a participação dos agentes e entidades interessadas, através da discussão e validação de opções estratégicas que deverão nortear a construção do modelo territorial a adotar.
<p>Açores 2030</p>	<p>Princípios relativos à orientação estratégica regional para o período de programação 2021-2027:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Promover o desenvolvimento económico, a competitividade, a atração de investimento externo, a criação de emprego qualificado e a fixação de populações no território do arquipélago dos Açores, através da especialização inteligente, da investigação e da inovação;

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>b) Desenvolver estratégias para a coesão social, com as pessoas em primeiro lugar, aumentando os níveis de escolaridade e formação profissional, diminuindo os níveis de abandono escolar, o acesso universal e generalizado a cuidados de saúde, à proteção social e o acesso à cultura;</p> <p>c) Desenvolver a mobilidade, enquanto pilar fulcral da competitividade e coesão económica e social de todo o território dos Açores contribuindo para a integração nas redes internacionais e para projeção dos Açores no mundo;</p> <p>d) Promover a sustentabilidade ambiental, a resiliência às alterações climáticas, a prevenção de riscos, a produção energética a partir de fontes endógenas e sustentáveis e a proteção dos ecossistemas regionais, em articulação com o desenvolvimento da economia do setor primário;</p> <p>e) Promover a digitalização e a proximidade da administração pública nas suas interações com os cidadãos e com as empresas, através da desmaterialização e da desburocratização.</p> <p><u>Objetivos Políticos:</u> OP1 - Promover o desenvolvimento económico, a investigação, a inovação e a digitalização; OP2 - Promover a sustentabilidade ambiental OP3 - Desenvolver a mobilidade OP4 - Promover estratégias para a coesão social OP5 - Promover a coesão territorial</p>
Estratégia Regional para as Alterações climáticas (ERAC)	<p><u>Eixos Estruturantes da Estratégia e respetivos objetivos:</u> Eixo A – Conhecer ▪ Objetivo A.1 – Reforçar o conhecimento e a Informação; ▪ Objetivo A.2 – Inovar e Valorizar os Condicionais Climáticos. Eixo B – Atuar ▪ Objetivo B.1 – Contribuir para a Mitigação das AC; ▪ Objetivo B.2 – Reduzir a Vulnerabilidade e Adaptar às AC. Eixo C – Participar ▪ Objetivo C.1 – Participar, Sensibilizar e Divulgar; ▪ Objetivo C.2 – Cooperar a Nível Nacional e Internacional.</p>
Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030) (aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 6/2023 de 31 de janeiro de 2023)	<p>A Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030) apresenta-se como um instrumento orientador para atingir as metas que visam o fomento da eficiência da economia, tornando-a menos dependente de recursos energéticos externos, tendo como principais objetivos a garantia da segurança de abastecimento, a redução dos custos de energia e a redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).</p> <p>A prossecução dos objetivos acima identificados baseia-se na aplicação de três princípios orientadores: o Eficiência energética, pela utilização de menos energia em produtos ou serviços, sem comprometer a qualidade ou o nível de conforto. Opera-se pela adoção de novas tecnologias, processos e alteração de comportamentos, com vista ao uso racional e suficiente de energia; o Eletrificação, pela crescente substituição dos vetores energéticos dependentes da importação de combustíveis fósseis por eletricidade; o Descarbonização, pela redução de emissões de GEE, substituindo as fontes de energia que sejam responsáveis por essas emissões (tipicamente combustíveis fósseis) por fontes de energia com menos emissões (tipicamente fontes de energia renováveis).</p> <p>Assim, esta Estratégia providencia uma política energética de base da RAA, definindo objetivos, metas e princípios orientadores e sugerindo áreas de atuação cujas medidas serão posteriormente detalhadas em planos de ação.</p>
Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE) (a aguardar aprovação)	<p>O PRAEE dá corpo a um conjunto de ações prioritárias na matéria, auxiliando na prossecução dos objetivos da Região, em particular os que constam na Estratégia Açoriana para a Energia 2030.</p> <p>O PRAEE identifica os principais setores do ponto de vista da sua representatividade económica e peso no consumo energético, nomeadamente: indústria, comércio e serviços, administração pública, residencial, transportes, agricultura e pescas.</p>
Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores 2018-2024 (PMEA)	<p>PMEA tem os seguintes objetivos estratégicos: - Redução das emissões de GEE; - Descarbonização da economia regional; - Promoção da eficiência energética; - Utilização mais eficiente do sistema elétrico; - Redução de custos para famílias e organizações; - Ganho reputacional da RAA, potenciando os Açores, no contexto das regiões insulares e ultraperiféricas europeias, como um verdadeiro living lab de soluções para a ME.</p>
Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores (PREPC Açores)	<p><u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade; ▪ Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver; ▪ Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes; ▪ Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe; ▪ Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil; ▪ Assegurar uma resposta rápida, eficiente e coordenada de meios e recursos, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifiquem; ▪ Garantir que as entidades envolvidas no Plano têm um adequado grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes, através da realização de exercícios.

Referencial Estratégico	Objetivos
Objetivos de qualidade de paisagem e orientações para a gestão da paisagem (adaptação da CEP à RAA)	<p>II – Objetivos de Qualidade de Paisagem para os Açores</p> <p>II.1- Considerando o estabelecido na CEP, foram definidos os seguintes Objetivos de Qualidade de Paisagem para os Açores:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Uma paisagem diversa, equilibrada e harmoniosa em termos de usos e funções; b) Uma paisagem que assegura a qualidade dos diferentes recursos naturais; c) Uma paisagem que conta com um maior nível de consciencialização da sua importância como um recurso público; d) Uma paisagem que mantém preservados os seus aspetos de singularidade; e) Uma paisagem que garante o acesso e a fruição de valores cénicos elevados; f) Uma paisagem que permite atividades desportivas, de recreio e lazer, e com fins didáticos; g) Paisagens urbanas, cujos espaços públicos e centros históricos merecem uma preocupação ao nível da qualidade; h) Paisagens urbanas com um tecido urbano mais eficiente do ponto de vista funcional e de bem-estar social e cultural; i) Paisagens com infraestruturas e equipamentos bem integrados e respeitadores dos aspetos essenciais do seu carácter; j) Paisagens que integram as novas dinâmicas económicas, sociais e culturais sem comprometer os seus aspetos identitários, fundamentadas em conhecimento e reflexão; k) Paisagens que sejam flexíveis e resilientes; l) Paisagens que considerem vocações com viabilidade económica a longo prazo, sem dispensar a diversidade. <p>III – Orientações para a Gestão da Paisagem dos Açores</p> <p>III.1- Na definição das orientações para a gestão da paisagem dos Açores são considerados os objetivos de qualidade de paisagem constantes do ponto anterior e os princípios de atuação seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Garantir e promover a sustentabilidade da paisagem, através da coerência e diversificação de usos adequados à matriz biofísica existente, com vista ao equilíbrio entre as componentes natural e humana da paisagem; b) Promover a diversidade biológica e a conservação das zonas em que dominam os processos de regeneração natural; c) Atender ao regime de gestão das áreas protegidas dos Açores, com vista à preservação dos recursos naturais e do património natural protegido ou classificado; d) Preservar e promover o património geológico, o qual constitui uma das potencialidades da paisagem; e) Contribuir para a valorização da paisagem, através da definição de critérios de qualidade arquitetónica e da requalificação do património cultural construído identitário das paisagens açorianas e preservar os elementos que testemunham diferentes períodos de humanização da paisagem; f) Promover o planeamento e ordenamento, em especial da expansão urbana, com destaque para as faixas litorais das ilhas, no sentido de diminuir os riscos para a segurança de pessoas e bens e promover a salvaguarda dos ecossistemas presentes, e que são especialmente sensíveis nas situações de interface terra/ mar; g) Promover a concretização de ações preventivas que diminuam os fenómenos erosivos evidentes em algumas paisagens. <p>(o III.2 define orientações para a gestão da paisagem de cada uma das ilhas dos Açores)</p>
Estratégia Florestal dos Açores (EFA)	<p>A Estratégia Florestal dos Açores, direcionada para garantir o ordenamento e a gestão dos recursos florestais, assenta nos seguintes <u>objetivos estratégicos</u>:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a Certificação da gestão florestal, a valorização dos produtos florestais e a sua comercialização através da procura de novos mercados; 2. Aumentar a competitividade do sector florestal através da utilização sustentável dos recursos florestais; 3. Incentivar a gestão florestal ativa; 4. Dinamizar o uso múltiplo da floresta. <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro</p>
Programa Regional da Água (PRA)	<p>Linhas de Orientação Estratégica</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerir a procura de água para as populações e atividades económicas, assegurando a sustentabilidade do recurso numa gestão articulada e integrada perante as necessidades, as disponibilidades (acessíveis) e a gestão dos efeitos das Alterações Climáticas; ▪ Melhorar e proteger a qualidade da água; ▪ Prevenir e mitigar riscos, em especial associados a fenómenos hidrológicos extremos e a atividades antropogénicas, bem como implementar um modelo de gestão integrada com outros instrumentos de proteção dos recursos naturais, com destaque para os ecossistemas e espécies terrestres e aquáticas associadas aos recursos hídricos; ▪ Otimizar a implementação e aplicação do atual quadro institucional e normativo e articulá-lo, de forma tangível, com referenciais ao nível da conservação da natureza, da gestão do mar, e outros instrumentos de gestão territorial;

Referencial Estratégico	Objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a sustentabilidade económica e financeira dos serviços de abastecimento, saneamento e de gestão dos recursos hídricos; ▪ Promover e otimizar os modelos de informação e de participação do cidadão; ▪ Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos de modo a colmatar lacunas de conhecimento e otimizar a gestão. <p>Foram considerados dois tipos de objetivos no PRA: Objetivos de Estado e Objetivos de Resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os Objetivos de Estado, que representam as metas de qualidade ambiental que se pretendem atingir para a Região. Para se atingirem os Objetivos de Estado é necessário recorrer a um conjunto de "respostas" da sociedade. ▪ Os Objetivos de Resposta, que representam compromissos de resposta da sociedade, estabelecidos no sentido da prossecução dos Objetivos de Estado desejados. Consequentemente, os Objetivos de Resposta estão diretamente ligados a medidas, projetos e ações resultantes de outros instrumentos de planeamento de recursos hídricos. <p>AT1 – Quantidade de Água</p> <p>Objetivos de Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Água Segura <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Origens de água com perímetros de proteção implementados ▪ População servida por sistemas de abastecimento ▪ Perdas nos sistemas de abastecimento de água ▪ Avaliação satisfatória na ocorrência de falhas no abastecimento (1) ▪ Consumo urbano: atingir uma eficiência de utilização da água (3) ▪ Consumo turístico: atingir uma eficiência de utilização da água (4) ▪ Consumo agrícola / agropecuário: atingir uma eficiência de utilização da água (3) ▪ Consumo de água na agropecuária por rede separativa ▪ Reutilização de águas residuais tratadas ▪ Reutilização de águas pluviais na indústria e agricultura/pecuária (m3 reutilizados / m3recolhidos) ▪ Redução do consumo de água na indústria ▪ Redução dos custos ambientais e de escassez (2) ▪ Planos de Gestão de Secas e Escassez regionais e setoriais (agricultura e pecuária) (2) ▪ Planos de Segurança da Água (2) <p>AT2 - Qualidade da Água</p> <p>Objetivos de Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Massas de águas superficiais interiores com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de água superficiais costeiras com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de água superficiais de transição com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de água subterrâneas com Estado igual ou superior a Bom ▪ Qualidade trófica das lagoas ▪ Qualidade das Águas Balneares ▪ Qualidade ecológica de ecótipos ▪ Massas de águas associadas a áreas protegidas no âmbito da RN2000 com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de águas associadas a Zonas Vulneráveis com Estado igual ou superior a Bom <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ População servida por sistemas de drenagem de águas residuais ▪ População servida por sistemas de tratamento adequado de águas residuais ▪ Redefinição das metas de atendimento dos serviços de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas (1) ▪ Tratamento de águas residuais industriais ▪ Redução da aplicação de estrume animal ▪ Linhas de água intervencionadas sujeitas a regime de caudais ambientais ▪ Zonas sensíveis e vulneráveis definidas ▪ Classificação dos meios hídricos <p>AT3 – Gestão de Riscos e Valorização dos Recursos Hídricos</p> <p>Objetivos de Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Bacias hidrográficas com zonas críticas à ocorrência de cheias fluviais ▪ Zonas críticas à ocorrência de inundações costeiras ▪ Grau de artificialização da costa <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Bacias hidrográficas com sistemas de monitorização e alerta de cheias ▪ POOC com medidas de reabilitação /renaturalização e proteção costeira definidas / implementadas ▪ Diminuição do grau de artificialização da costa ▪ Concelho com cadastro de infraestruturas hidráulicas georreferenciado ▪ Área do domínio hídrico delimitado ▪ Locais intervencionados para área de recreio e lazer

Referencial Estratégico	Objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exploração de extração de inertes abrangidas por plano de gestão ▪ Planos de gestão de recursos hídricos elaborados ▪ Vazadouros selados ▪ Planos de emergência <p>AT4 – Quadro Institucional e Normativo</p> <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instrumentos de planeamento setoriais articulados com as Linhas de Orientação Estratégica e objetivos do PRA ▪ Diminuição dos processos de contraordenação ambiental levantados associados a recursos hídricos <p>AT5 – Regime Económico e Financeiro</p> <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Internalização dos custos totais no sistema tarifário ▪ Nível de recuperação de custos nos serviços de saneamento de águas residuais ▪ Implementação da Taxa de Recursos Hídricos pelas Entidades Gestoras ▪ Aplicação da recuperação dos custos ambientais e de escassez pelas Entidades Gestoras ▪ Aplicação de tarifários familiares para agregados familiares numerosos pelas Entidades Gestoras ▪ Aplicação de tarifários especiais para situações de carência económica pelas Entidades Gestoras <p>AT6 - Informação e Participação do Cidadão</p> <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acessos ao Portal dos Recursos Hídricos ▪ Reforço das ações de sensibilização/educação e formação sobre recursos hídricos ▪ Organizações Não Governamentais de Ambiente ou equiparadas <p>AT7 – Conhecimento</p> <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Representatividade da rede de monitorização das massas de água superficiais e subterrâneas ▪ Adequabilidade da rede de monitorização das massas de água superficiais e subterrâneas ▪ Monitorização da qualidade da água abastecida ▪ Ações de formação de Recursos Humanos
Plano de Transportes dos Açores (PTA) 2021-2030	<p>O Governo Regional dos Açores elaborou o Plano de Transportes para os Açores (PTA 2030), que constitui o instrumento de definição das prioridades de investimentos infraestruturais estratégicos de médio e longo prazo, nos setores da mobilidade e transportes, incluindo infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, de mobilidade e transportes públicos.</p> <p>Conforme plasmado no programa do XIII Governo dos Açores, este pretende implementar um novo modelo de transporte marítimo de mercadorias e passageiros interilhas que assegure a regularidade, previsibilidade, estabilidade e segurança das operações realizadas.</p>
Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027)	<p><u>Objetivos estratégicos do PGRH-Açores por área temática</u></p> <p>AT1 – Qualidade da água</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteger as massas de águas subterrâneas e superficiais (interiores e costeiras) no que respeita à sua qualidade, para garantir a respetiva conservação e melhoria; ▪ Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas associados; ▪ Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água; ▪ Abordagem combinada. <p>AT2 – Quantidade de água</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o consumo sustentável dos recursos hídricos, assegurando uma gestão eficaz e eficiente da oferta e da procura desses recursos. <p>AT3 – Gestão de riscos e valorização do domínio hídrico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevenir as pressões com vista à redução e minimização dos riscos associados às atividades antropogénicas que possam resultar em poluição accidental dos recursos hídricos, de forma direta ou indireta; ▪ Prevenir as pressões com vista à redução e minimização dos riscos associados a fenómenos sísmicos, vulcânicos e hidrológicos; ▪ Adotar medidas de adaptação e boas práticas associadas aos riscos com origem em fenómenos naturais; ▪ Mitigar os efeitos das inundações e das secas. <p>AT4 – Quadro económico e financeiro</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a sustentabilidade dos recursos hídricos nas suas várias vertentes, nomeadamente a económica e financeira, com vista à otimização da gestão da água, no intuito de suportar uma política de gestão da procura tendo em consideração os critérios de racionalidade e equidade. <p>AT5 – Quadro institucional e normativo</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> Promover um quadro institucional e normativo capaz de assegurar o planeamento e a gestão integrada dos recursos hídricos. <p>AT6 – Monitorização, investigação e conhecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover o conhecimento e investigação sobre os recursos hídricos, proporcionando o aprofundamento do conhecimento técnico e científico; Implementar e otimizar a rede de monitorização, de forma a construir um sistema de informação e vigilância relativo ao estado e utilizações do domínio hídrico. <p>AT7 – Comunicação e governança</p> <ul style="list-style-type: none"> Assegurar a disponibilização de informação ao público e promover processos de participação de decisão dinâmicos; Promover a informação e participação do cidadão nas diversas vertentes do planeamento e da gestão dos recursos hídricos; Promover a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local e também com instituições da sociedade civil. <p><u>Objetivos ambientais 2016-2021</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Massas de água em que o estado Bom deve ser mantido ou melhorado; Massas de água que deveriam ter atingido o estado Bom até 2015; Massas de água em que o estado Bom deverá ser atingido até 2021; Massas de água em que se prevê que o estado Bom seja atingido em 2027. <p><u>Objetivos ambientais 2022-2027</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Massas de água em que o estado Bom deveria ter sido mantido ou melhorado até 2015 Massas de água em que o estado Bom deverá ser atingido até 2021 Massas de água em que se prevê que o estado Bom seja atingido em 2027 Massas de água em que não é expectável que o Bom estado seja atingido até 2027
<p>Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2022-2027 (PGRIA 2022-2027) (DLR 1/2025/A)</p>	<p><u>Linhas de orientação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Assegurar a articulação estratégica com os instrumentos de ordenamento e planeamento do território, de recursos hídricos e de emergência na RH9; Assegurar a proteção das populações, das atividades económicas, do património natural e construído e do ambiente face a eventos de cheias; Adotar uma abordagem preventiva para reduzir a possibilidade de ocorrência de consequências adversas de cheias; Planear e operacionalizar um sistema de monitorização e alerta de cheias; Sensibilizar, informar e incrementar a perceção das populações face aos riscos de ocorrência de inundações; Incrementar o conhecimento específico sobre os riscos de ocorrência de inundações na RH9.
<p>Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da RAA (PSRN 2000 RAA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais e paisagísticos; Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, de forma sustentada; Corrigir os processos que poderão conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização; Definir modelos e regras de utilização do território, de forma a garantir a salvaguarda, a defesa e a qualidade dos recursos naturais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável; Promover a conservação e a valorização dos elementos naturais da região, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda da fauna, da flora endémica, e da vegetação, bem como do património geológico e paisagístico; Promover a gestão e valorização dos recursos naturais, possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobre explorados; Contribuir para a ordenação e disciplina das atividades agroflorestais, urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região, possibilitando um exercício de atividades compatíveis, nomeadamente o turismo de natureza; Estabelecer regras de utilização do território que garantam a boa qualidade ambiental e paisagística da zona de intervenção; Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da conservação da natureza, quer do ponto de vista do ordenamento do território.
<p>Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores (PRAC)</p>	<p>O PRAC abrange toda a Região Autónoma dos Açores, e a sua elaboração, determinada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 93/2014, de 28 de maio de 2014, define que este constitui-se como um instrumento essencial de planeamento das políticas públicas, considerando que a intensificação das Alterações Climáticas (AC) globais coloca uma pressão acrescida em territórios limitados e frágeis como é o caso do arquipélago dos Açores. Define que o PRAC-Açores visa operacionalizar a implementação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, incluindo duas vertentes: uma relativa às emissões e mitigação e outra relativa aos impactos e adaptação.</p> <p>A ERAC, para além de se basear no princípio da precaução, pretende simultaneamente contribuir para o desenvolvimento e consolidação das bases de um desenvolvimento sustentável para a RAA, tendo como referência um modelo de sociedade e da sua relação com o meio ambiente que se pretende não descaracterizar.</p> <p>De modo a concretizar a ERAC, a elaboração do PRAC-Açores tem como objetivos centrais a apresentação dos seguintes resultados:</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer cenários e projeções climáticas para os Açores no horizonte 2030 e 2050; ▪ Estimar as emissões regionais de gases com efeito de estufa (GEE), avaliando o contributo regional para a emissão de GEE, quer a nível sectorial, quer ainda em comparação com o contexto nacional; ▪ Definir e programar medidas e ações para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, estimando o seu potencial de redução; ▪ Definir e programar medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas para os diversos sectores estratégicos; ▪ Proceder à avaliação e análise do custo-eficácia das medidas e ações propostas e definir as responsabilidades sectoriais para a respetiva aplicação; ▪ Identificar mecanismos de financiamento para as medidas definidas; ▪ Definir um programa de monitorização e controlo da sua implementação. <p>Na sua versão final o PRAC assumiu a seguinte Visão Estratégica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma Região que conhece a evolução do sistema climático, as suas interações com os sistemas biofísicos, sociais e económicos e as respostas mais eficazes e eficientes, preparando-se antecipadamente para os desafios e oportunidades das Alterações Climáticas; ▪ Uma Região que participa no esforço global de descarbonização, comprometida com o crescimento sustentável e com a valorização da qualidade ambiental, promovendo a economia circular e de baixas emissões de carbono; ▪ Uma Região preparada para reduzir as vulnerabilidades atuais e futuras dos sectores estratégicos aos efeitos das Alterações Climáticas, reduzindo riscos e tornando-se mais resiliente. <p><u>Objetivos Estratégicos do PRAC:</u></p> <p>- Eixo CONHECER:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ OE1 – Aumentar o conhecimento e informação sobre o Clima e as suas implicações ▪ OE2 – Incentivar a investigação, desenvolvimento e capacitação relacionada com a mitigação e adaptação às Alterações Climáticas ▪ OE3 – Aumentar a capacidade de reporte e monitorização <p>- Eixo MITIGAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ OE4 – Promover a transição para uma economia regional de baixas emissões de carbono ▪ OE5 – Promover uma trajetória sustentável de redução das emissões de GEE ▪ OE6 – Promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais <p>- Eixo ADAPTAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ OE7 – Reforçar a resiliência territorial às Alterações Climáticas ▪ OE8 – Promover a capacidade de adaptação dos sectores estratégicos ▪ OE9 – Promover a integração dos objetivos de adaptação nas políticas setoriais <p>- Eixo PARTICIPAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ OE10 – Promover a sensibilização da sociedade para os desafios das Alterações Climáticas no Açores, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva ▪ OE11 – Facilitar a participação das comunidades e dos atores locais na identificação das opções de Adaptação e na definição dos caminhos adaptativos.
<p>Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica dos Açores (ERDABA) e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Agrícolas Biológicos da Região Autónoma dos Açores (PAPPPABA)</p>	<p>Diário da República da Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2017 de 27 de julho que aprova a Estratégia Nacional para Agricultura Biológica (ENAB) e o Plano de ação (PA) para produção e promoção de produtos agrícolas e géneros alimentícios biológicos era imperativo que se procedesse à elaboração de um plano estratégico para o desenvolvimento da agricultura biológica. Com esse objetivo, foi celebrado um protocolo entre a SRAF e a Cooperativa de Produtores de Agricultura Biológica-CRL (BioAzórica), e criado um grupo de trabalho específico para a definição de um plano estratégico e de um plano de ação para o desenvolvimento e implementação da agricultura biológica na Região. A presente Estratégia Regional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (ERDAB) e PA para a Produção e Promoção de Produtos Agrícolas Biológicos da RAA resultam da análise detalhada das ações da estratégia nacional e da sua adaptação às características específicas da Região.</p> <p>A ENAB, definida para um horizonte temporal de 10 anos, tem os seguintes 5 objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fomentar a expansão das áreas de produção biológica nos setores da Agricultura, da Pecuária e da Aquicultura, através da melhoria da sua viabilidade técnica e do reforço da sua atratividade económica. 2. Aumentar a oferta de produtos agrícolas e agroalimentares obtidos em produção biológica, promovendo a sua competitividade e a sua rentabilidade comercial nos mercados interno e externo. 3. Desenvolver a procura de produtos biológicos, através da estruturação das fileiras, a abertura de novos mercados, a promoção da sua notoriedade, da sua disponibilidade e do reforço da confiança e credibilidade junto do consumidor. 4. Promover o conhecimento e elevar o nível de competências sobre a Agricultura e a produção biológica nas condições edafoclimáticas específicas nacionais. 5. Dinamizar a inovação empresarial e a disponibilidade de informação estatística, de mercado e de apoio técnico às produções agrícola, pecuária e aquícola em MPB. <p>Eixos do Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Agrícolas Biológicos da Região Autónoma dos Açores:</p> <p>Eixo 1 – Produção</p> <p>Eixo 2 – Investigação, formação e apoio técnico</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>Eixo 3 – Inovação, transferência de conhecimentos e difusão de informação</p> <p>Eixo 4 – Promoção e Mercados</p>
<p>Plano de Ação 2019-2030 da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (PASDTA)</p>	<p>O Plano de Ação 2019-2030 reflete uma atualização da versão inicial deste documento estratégico – inicialmente programado para o horizonte 2019-2027. O alargamento deste horizonte temporal pretende garantir o alinhamento das medidas e políticas assumidas pelos Açores com os desafios e projetos promovidos pela União Europeia no âmbito de políticas relacionadas com o desenvolvimento sustentável, como são exemplo as 169 metas estabelecidas pela Agenda 2030. Reflete, também, a ambição do destino em evoluir e apontar, sempre, novos desafios e objetivos que permitam capacitar o território de melhores e mais eficientes políticas e projetos em prol da sustentabilidade em todos os setores de atividade.</p> <p>o presente plano de ação que tinha inicialmente previsto a implementação de medidas para os anos 2019-2027, passará a estar alinhado com as metas temporais da União Europeia, até 2030. A revisão do plano inclui medidas que já estão em curso pelo Governo dos Açores, como é o exemplo do Life IP Climaz, bem como medidas mais imediatas de recuperação aos danos económicos e sociais causados pela pandemia COVID-19.</p> <p>. O sucesso do futuro deste setor passará pela aposta em modelos de desenvolvimento centrados na valorização das pessoas locais e do território, onde residentes, empresários e turistas, sairão, altamente beneficiados. Em todo esse processo, serão fundamentais, a implementação de um novo Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA) e do novo Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), que irão orientar as políticas de turismo a seguir nos próximos anos e que refletirão o futuro do turismo como atividade económica, mas, também, sustentável, geradora de valor e emprego. Assim, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade turística, continuarão a ser prioridades inerentes ao desenvolvimento turístico, que tende a focar-se na nossa economia verde e na nossa economia azul. Ultrapassada esta crise pandémica, os Açores veem o seu Turismo fortalecido pela certificação como primeiro arquipélago sustentável do Mundo, pela EarthCheck, o que constitui uma mais-valia que nos posiciona como um destino de oferta diferenciadora, aumentando a nossa competitividade perante mercados concorrentes, e estará preparado para enfrentar com otimismo a retoma da sua atividade económica.</p> <p>A Estrutura de Gestão da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (Açores DMO), criada em 2018 pela Resolução do Conselho do Governo n.º 58/2018 de 15 de maio de 2018, e com mandato renovado pela Resolução n.º 91/2021, de 21 de abril de 2021, é a entidade responsável pela gestão da sustentabilidade do destino na dependência da Secretaria Regional com competência em matéria de turismo. A Açores DMO constitui-se assim como a estrutura mandatada para planejar, organizar, concretizar, gerir e supervisionar a certificação dos Açores como Destino Turístico Sustentável, bem como de acompanhar a implementação da estratégia para o setor do turismo nos Açores.</p>
<p>Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores 2030 (PEMTA 2030)</p>	<p>O Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores Horizonte 2030 tem como Visão: Em 2030, os Açores lideram o panorama internacional, reconhecidos como um destino de natureza sustentável, exclusivo, com um património cultural singular, onde o turismo contribui positivamente para o desenvolvimento económico e social, garantindo a satisfação dos residentes, empresas e turistas.</p> <p>Apresenta 4 objetivos estratégicos a alcançar até 2030:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1. Consolidar internacionalmente os Açores enquanto destino turístico sustentável, liderando pelo exemplo; - 2. Reduzir a Sazonalidade e distribuir os fluxos turísticos, gerindo as capacidades de carga.; - 3. Elevar os padrões de qualidade e gerar mais valor, modernizando práticas, criando sistemas de informação, qualificando a mão de obra, evoluindo no enquadramento das atividades turísticas; - 4. Alavancar a notoriedade junto do consumidor final, apostando na digitalização da promoção e na disseminação internacional do destino Açores <p>Foram adicionalmente definidos 23 objetivos específicos e 18 metas a alcançar até 2030.</p>
<p>Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social (ERPES)</p>	<p>Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, através da concretização das seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Promoção da frequência em creche para crianças de famílias com baixos rendimentos, através de incentivo» abranger 7 750 crianças; ■ Criação de Pontos de apoio ao estudo para crianças e jovens cujas famílias apresentem fracos recursos económicos» apoiar 2 320 crianças e jovens; ■ Garantir a igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, na permanência do ensino superior» apoiar 450 estudantes; ■ Aumentar o número de vagas nas creches e rede de amas como medida de promoção e conciliação da vida familiar com a vida profissional» abranger mais 1 041 crianças; ■ Reforçar a capacidade técnica das famílias abrangidas pela ação social, com formação contínua, anualmente» capacitar 13 000 famílias; ■ Aumentar a capacidade de resposta na área da deficiência ou incapacidades» criar 207 novas vagas; ■ Reforço e renovação do parque automóvel das IPSS de forma a melhorar a capacidade de resposta e sustentabilidade ambiental» adquirir 100 viaturas elétricas; ■ Criar projeto piloto inovador - Idosos em casa "ageing in place "» abranger 250 idosos e/ou pessoas com deficiência ou incapacidade.
<p>Diretiva Quadro-Estratégia Marinha – Estratégia Marinha para a Subdivisão dos</p>	<p>A Diretiva 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, na sua atual redação, designada por Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM), constitui o pilar ambiental da política marítima integrada e estabelece o quadro de ação comunitária no domínio da política para o meio marinho, determinando que os Estados-Membros elaborem Estratégias Marinhas com o objetivo de alcançar ou</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
Açores, 1.º ciclo (2012-2018) e 2.º ciclo (2018-2024)	<p>manter o bom estado ambiental das águas marinhas sob soberania ou jurisdição nacional, tendo em conta onze descritores para a avaliação desse estado ambiental.</p> <p>Em conformidade com os requisitos da DQEM, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, na sua atual redação, atendendo às especificidades das águas marinhas nacionais, foi determinada, a elaboração de quatro Estratégias Marinhas, referentes às subdivisões do Continente, Açores, Madeira e Plataforma Continental Estendida, que são atualizadas a cada seis anos.</p> <p>No âmbito do 1.º ciclo de implementação da DQEM (2012-2018) preparou-se a Estratégia Marinha para a subdivisão dos Açores (publicada em 2014), que, à semelhança das restantes subdivisões, é composta por uma avaliação inicial (correspondente à análise das características e estado ambiental das águas marinhas, principais pressões e impactos e análise socioeconómica), pela definição do bom estado ambiental das águas marinhas, e pelo estabelecimento de metas ambientais. A segunda fase de preparação das Estratégias Marinhas correspondeu à elaboração conjunta do Programa de Monitorização (PMo) e do Programa de Medidas (PMe).</p> <p>No âmbito do 2.º ciclo (2018-2024), a decorrer atualmente, procedeu-se à atualização da Estratégia Marinha para a subdivisão dos Açores (publicada em 2020), em simultâneo com as restantes subdivisões, com base nos resultados do ciclo anterior e nas novas orientações comunitárias. O documento é composto pela revisão da avaliação inicial (com foco nas principais atividades humanas e pressões e impactos relacionados e na análise socioeconómica das águas marinhas), pela reavaliação do bom estado ambiental, e pela revisão das metas ambientais estabelecidas no 1.º ciclo da DQEM. Decorre atualmente a revisão ao PMo, que será seguida do processo de revisão ao PMe.</p>
Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA) (PEPGRA 2020+)	<p><u>Objetivos Estratégicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ OE.1 Prevenir a produção de resíduos e os seus impactos no ambiente ▪ OE.2 Promover a gestão integrada e sustentável dos resíduos ▪ OE.3 Promover a eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular
Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores (RNCA) (em elaboração)	<p>Tem como objetivo: Traçar uma visão estratégica clara e as várias possíveis trajetórias custo-eficazes, tecnologicamente exequíveis e economicamente viáveis, em diferentes cenários coerentes de desenvolvimento económico e demográfico, para que a Região atinja a neutralidade carbónica da economia açoriana em 2050.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Valorizar as pessoas e o território promovendo a economia da região no contexto da resiliência, neutralidade carbónica, economia circular e transição justa; Fomentar o investimento em investigação e desenvolvimento na região na área da neutralidade carbónica através da identificação de lacunas de conhecimento e necessidades específicas da RAA; Integrar os objetivos da neutralidade carbónica nos instrumentos de política regional e de governação da RAA; Contribuir para o desenvolvimento sustentável da RAA; Envolver as partes interessadas da RAA na construção do RNCA; Criar estratégias inovadoras para financiar a ação climática na RAA; Procurar sinergias com a adaptação às alterações climáticas; Criar uma rede de cooperação e partilha de informação sobre alterações climáticas e neutralidade carbónica na RAA.
Roteiro para a Economia Circular dos Açores (RECA)	<p>O Roteiro para a Economia Circular Regional, apresentado no âmbito do REACT-EU: Projeto Economia Verde – Promoção de medidas e apoio ao investimento para elementos de economia circular dos Açores, prevê a elaboração da Agenda para a Economia Circular da Região Autónoma dos Açores que tem como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Adaptar à Região Autónoma dos Açores, o novo Plano de Ação para a Economia Circular; Elaborar um diagnóstico regional, incluindo a análise de fluxos de materiais e energia, medindo o metabolismo económico e criando um quadro de base de avaliação das potencialidades e constrangimentos; Munir a RAA de um documento estratégico que, a partir de um diagnóstico atual e revelador das dinâmicas económicas, sociais e territoriais e dos fluxos de materiais e energéticos, concretize uma visão para a economia regional, assente na eficiência, na sustentabilidade e num modelo de transição para a economia circular.
Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de Santa Maria	<p>O POOC estabelece as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação dos solos abrangidos pela sua área de intervenção, nomeadamente a regulamentação dos usos preferenciais, condicionados e interditos, visando os objetivos gerais e específicos constantes dos números seguintes.</p> <p>- Constituem objetivos gerais da área de intervenção do POOC:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) O ordenamento dos diferentes usos e atividades específicas da orla costeira; b) A proteção da integridade biofísica do território; c) A valorização dos recursos existentes e dos aglomerados urbanos; d) A defesa, recuperação e conservação dos valores ambientais e paisagísticos terrestres e marinhos; e) A reestruturação das frentes urbanas, face à salvaguarda dos recursos litorais; f) O controlo e gestão de fenómenos urbanos relacionados com a atratividade do litoral; g) A orientação do desenvolvimento turístico da orla costeira, como complemento da rede urbana atual; h) A valorização das praias e zonas balneares; i) A promoção da adoção de medidas de prevenção dos riscos naturais;

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>j) A função de instrumento de suporte à gestão integrada do litoral; l) A promoção de um quadro de mudança ou de transição, necessário à sustentação do desenvolvimento socioeconómico da área de intervenção.</p> <p>- Constituem objetivos específicos da área de intervenção do POOC:</p> <p>a) Defender a preservação do património natural dos espaços insulares; b) Definir critérios de prevenção para áreas de risco geológico; c) Preservar o património natural e em especial os recursos marinhos; d) Qualificar as zonas de paisagem com interesse geológico; e) Estruturar condições de fruição e utilização de áreas com potencial paisagístico e de áreas de cultura tradicional de vinha; f) Requalificar as áreas afetadas a zonas balneares; g) Realizar propostas de intervenção em áreas prioritárias de risco geológico; h) Potenciar as atividades passivas de recreio e lazer ligadas ao mar; i) Promover o reforço de proximidade geográfica com a ilha de São Miguel e a identidade do grupo oriental do arquipélago dos Açores;</p> <p>j) Fomentar medidas que atenuem a sazonalidade de procura turística.</p>
Plano Gestão da Área Terrestre do Parque Natural da Ilha de Santa Maria (PGPNISMA)	<p>Constituem <u>objetivos gerais</u> do PGPNISMA, para além dos objetivos gerais da Rede de Áreas Protegidas dos Açores, nomeadamente:</p> <p>a) Assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável e da proteção, gestão e controlo das espécies selvagens;</p> <p>b) Promover a proteção e manutenção da diversidade biológica e a integridade dos valores geológicos e dos recursos e valores naturais e culturais associados aos sítios protegidos, assegurando a sua articulação com as utilizações humanas compatíveis;</p> <p>c) Manter o continuum natural e com vista à salvaguarda da fauna e flora selvagens, tendo em vista a melhoria da coerência ecológica da Rede de Áreas Protegidas dos Açores, em especial das áreas protegidas integradas na Rede Natura 2000;</p> <p>d) Evitar a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, bem como as perturbações que atinjam espécies nos sítios protegidos;</p> <p>e) Estabelecer as medidas necessárias para garantir uma proteção eficaz da paisagem, dos habitats e das espécies, mantendo uma vigilância permanente sobre o respetivo estado de conservação e adotando as políticas necessárias para garantir a sua manutenção num estado de conservação favorável.</p> <p><u>Objetivos de gestão</u></p> <p>O PGPNISMA prossegue objetivos de gestão específicos, em função das categorias das áreas protegidas e dos regimes de proteção definidos, designadamente:</p> <p>a) Preservar os habitats, ecossistemas e espécies num estado favorável de conservação;</p> <p>b) Assegurar as condições de referência para a manutenção dos processos ecológicos e para a preservação das características físicas do ambiente;</p> <p>c) Salvaguardar a diversidade e integridade biológica, geológica, paleontológica e da paisagem d) Proteger as características estruturais da paisagem, bem como os elementos naturais de grande valor pela sua significância, singularidade e qualidade representativa;</p> <p>e) Promover condições de referência e oportunidades de pesquisa e estudo científico e de monitorização, educação e interpretação ambientais;</p> <p>f) Regular os usos e atividades de forma a prevenir tipos de exploração ou ocupação que possam constituir ameaça à sustentabilidade de habitats ou espécies e da paisagem;</p> <p>g) Monitorizar os espaços de acesso público e definir limites e condicionantes, na salvaguarda dos valores em presença;</p> <p>h) Promover a gestão e uso sustentável dos recursos naturais e as atividades com baixa incidência de impactes ambientais;</p> <p>i) Contribuir para um desenvolvimento socioeconómico sustentável, apoiando modos de vida e atividades económicas em harmonia com a natureza, bem como a preservação de usos e práticas tradicionais e a promoção de produtos locais.</p>
Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (PGSE-Açores)	<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar e catalogar os sistemas de abastecimentos de água associados a cada entidade gestora da Região. ▪ Identificar as zonas e os focos de população e de atividades socioeconómicas de maior vulnerabilidade. ▪ Priorizar os consumos de água. ▪ Definir os princípios orientadores para os procedimentos a serem adotados em caso de ameaça de seca e em situação de escassez de água, tendo em conta as diferentes tipologias de seca. ▪ Garantir uma resposta eficaz e adequada a períodos de seca e escassez de água em cada uma das ilhas (e respetivos concelhos e setores) da Região. ▪ Diminuir os efeitos e danos provocados pelas diferentes tipologias de seca a todos os níveis e setores relevantes. ▪ Definir os mecanismos de informação, alerta e adaptação para os agentes socioeconómicos.
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo	<p>O Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM) assume os seguintes objetivos gerais:</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
Nacional – Subdivisão dos Açores (PSOEMA)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuir para a valorização do mar na economia nacional, promovendo a exploração sustentável, racional e eficiente dos recursos marinhos e dos serviços dos ecossistemas, garantindo a salvaguarda do património natural e cultural do oceano. ▪ Contribuir para a coesão nacional, reforçando a dimensão arquipelágica de Portugal e o papel do seu mar interterritorial. ▪ Contribuir, através do ordenamento do espaço marítimo nacional, para o ordenamento da bacia do Atlântico. ▪ Contribuir para o reforço da posição geopolítica e geoestratégica de Portugal na bacia do Atlântico como maior estado costeiro da UE. ▪ Garantir a segurança jurídica e a transparência de procedimentos na atribuição de TUPEM. ▪ Assegurar a manutenção do bom estado ambiental das águas marinhas, prevenindo os riscos da ação humana e minimizando os efeitos decorrentes de catástrofes naturais e ações climáticas. ▪ Assegurar a utilização da informação disponível sobre o espaço marítimo nacional. ▪ Contribuir para o conhecimento do oceano e reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional. <p>O Plano de Situação para a subdivisão dos Açores (PSOEM-Açores) definiu objetivos específicos, que são complementares aos objetivos gerais do PSOEM, e que se organizam em quatro temas: “política e gestão”, “ambientais”, “sociais” e “económicos e setoriais”.</p> <p>Objetivos de política e gestão (OPG):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir uma gestão de proximidade aplicada ao território marítimo dos Açores, em cumprimento do princípio da subsidiariedade, no respeito pelas competências próprias da Região Autónoma dos Açores, em contexto de gestão partilhada com o Estado, potenciando a sua posição estratégica. ▪ Promover e facilitar a gestão sustentável das atividades marítimas, potenciando sinergias e prevenindo conflitos espaciais, económicos ou sociais. ▪ Promover a eficiência nos procedimentos administrativos, de atribuição de títulos de utilização e de licenciamento e garantir a sua segurança jurídica e transparência. ▪ Reconhecer e valorizar a dimensão marítima dos Açores, potenciando a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável e justo da Região. <p>Objetivos ambientais (OA):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuir para a obtenção e manutenção do bom estado ambiental das águas marinhas da Região através de uma gestão baseada no ecossistema, de acordo com Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha (DQEM) e outras políticas ambientais marinhas aplicáveis. ▪ Contribuir para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos, em particular os vulneráveis, e para a manutenção dos serviços ecossistémicos, através da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores e de outras áreas de relevo para a conservação. ▪ Contribuir para uma gestão costeira integrada, tendo em conta as interações terra-mar, através da compatibilização com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis. ▪ Contribuir para a prevenção de riscos naturais e para a mitigação dos impactos resultantes das alterações climáticas, de catástrofes naturais e da ação humana, em particular a nível costeiro. <p>Objetivos sociais (OS):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar condições para a promoção e diversificação das profissões do mar, inclusivamente do emprego qualificado. ▪ Preservar e promover os valores culturais associados ao meio marinho e ao património marítimo e sua fruição. ▪ Assegurar os mecanismos de promoção da literacia marinha, e de acesso à informação e à participação pública no processo de ordenamento do espaço marítimo, nas suas fases de desenvolvimento e aplicação. <p>Objetivos económicos e setoriais (OES):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilitar o crescimento azul e o desenvolvimento sustentável de atividades e usos marítimos, promovendo a exploração económica racional e eficiente dos recursos marinhos, vivos e não vivos; ▪ Garantir a coordenação do processo de ordenamento com os setores das pescas, da aquicultura, portuário, dos transportes marítimos, do turismo, recreio e desporto, da investigação e de outros setores relevantes da economia do mar; ▪ Facilitar a inovação, competitividade, diversificação e clusterização da economia marítima, criando condições para o desenvolvimento de novos usos e atividades, assentes na investigação, como a biotecnologia marinha e as energias renováveis.
Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)	<p>O Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) define a estratégia de desenvolvimento sustentável do sector do turismo e o modelo territorial a adotar e tem por vocação fundamental agregar os esforços e iniciativas das administrações públicas regional e local e de toda a sociedade açoriana à volta de um conjunto de objetivos comumente partilhados. É também um instrumento orientador dos diversos agentes económicos e disciplinador da ação administrativa, definindo para cada ilha os produtos turísticos estratégicos e a evolução da oferta turística até 2015.</p> <p>As normas de execução destinam-se a orientar as decisões de intervenção no território, no âmbito de atuação da Administração Pública.</p> <p>As diretrizes, medidas e indicações contidas no POTRAA devem ser integradas e desenvolvidas em instrumentos de gestão territorial (IGT) ou estudos subsequentes mais detalhados.</p> <p>As normas de ocupação do território que o POTRAA define visam fundamentalmente o desenvolvimento controlado das estruturas turísticas, de modo a não comprometer a capacidade futura da Região.</p>
Plano Sectorial de Ordenamento do	<p>O PAE tem por objeto o ordenamento e gestão integrada da atividade de extração de recursos minerais não metálicos da Região Autónoma dos Açores e assenta no princípio de que estes materiais geológicos são</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE)	<p>estratégicos para o desenvolvimento da Região. É neste contexto que o PAE visa desenvolver uma estratégia regional para o setor extrativo, promovendo a maximização do aproveitamento dos recursos minerais não metálicos da Região Autónoma dos Açores e a criação de mecanismos que incentivem a integração e valorização territorial desta atividade económica, em cumprimento dos objetivos estratégicos que estiveram subjacentes à sua elaboração, definidos na Resolução do Conselho do Governo n.º 182/2009, de 26 de novembro, que o mandou elaborar. Foi publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A, de 14 de agosto.</p> <p>Objetivo geral:</p> <p>- A compatibilização da atividade de exploração de recursos minerais não metálicos com a valorização dos valores ambientais e paisagísticos e com o desenvolvimento socioeconómico.</p> <p>O objetivo geral é desenvolvido nos seguintes eixos de orientação que refletem, por um lado, a caracterização e o diagnóstico integrado realizado e, por outro, uma ambição/visão sobre o futuro da atividade extrativa da Região Autónoma dos Açores e sobre as formas de gerir a trajetória de desenvolvimento que será necessário percorrer até atingir o estado ambicionado:</p> <p>a) Promover a exploração racional de recursos minerais não metálicos na Região;</p> <p>b) Salvaguardar o potencial estratégico dos recursos minerais não metálicos no contexto do desenvolvimento integrado da Região;</p> <p>c) Promover a recuperação de áreas ambiental e paisagisticamente degradadas em virtude da cessação de atividades extrativas de recursos minerais não metálicos;</p> <p>d) Fomentar o conhecimento e inovação associada ao setor extrativo</p>
PMEPC Vila do Porto	<p><u>Objetivos gerais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos; ▪ Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil; ▪ Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver; ▪ Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes; ▪ Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe; ▪ Minimizar as perdas de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade; ▪ Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique; ▪ Habilitar as entidades envolvidas no Plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes; ▪ Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência;
PMARU-VP	<p>Ao nível da gestão de resíduos, a atual estratégia de prevenção da Câmara Municipal de Vila do Porto assenta na realização da recolha seletiva das fileiras de papel/cartão, plástico/metálico e vidro. Este serviço abrange toda a população do concelho, através da rede de ecopontos existente e mais recentemente pela implementação da recolha seletiva porta a porta na freguesia de Vila do Porto. Paralelamente, o Município é responsável pela execução de campanhas de sensibilização para a correta gestão dos diversos tipos de resíduos geridos pela autarquia.</p> <p>O PMARU tem um horizonte temporal de 4 anos, vigorando para o período de 2016 a 2020.</p> <p>A correta gestão de resíduos deverá assentar em reduzir o teor de substâncias nocivas presentes nos materiais e nos produtos; prolongar o ciclo de vida dos materiais; promover a reutilização de produtos; reduzir a quantidade de resíduos produzidos; minimizar os impactos adversos no ambiente, na saúde pública e na proteção de bens resultantes da produção e gestão dos resíduos.</p> <p>No período em que o Centro de Processamento de Resíduos, ainda não estava pronto a iniciar funções, a Câmara Municipal de Vila do Porto, já havia implementado o sistema de recolha seletiva de resíduos no concelho, tendo esta entidade, efetuado o devido encaminhamento da fração recolhida seletivamente para as instalações provisórias de triagem municipal.</p> <p>Para a Câmara Municipal de Vila do Porto, como entidade gestora, não é possível diminuir diretamente a quantidade de resíduos produzidos. No entanto, cabe a esta criar as condições e os mecanismos que permitam a prevenção de resíduos. Face ao exposto, a estratégia de prevenção de resíduos, a levar a cabo pela Câmara Municipal de Vila do Porto, assentará nos seguintes pontos-chave:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização para a participação da população na redução da produção de resíduos, nomeadamente, reforço da adesão à fatura eletrónica da água, realização de feiras, mercados e troca de produtos, com vista à reutilização de resíduos de vestuário, calçado e brinquedos; confeção de sacos de pano pelo Grupo Sénior da autarquia; distribuição de sacos reutilizáveis nos estabelecimentos comerciais contendo mensagens apelativas à redução/ reutilização de resíduos; promoção da compostagem doméstica; ▪ Sensibilização continuada da população para a correta separação das fileiras recicláveis e/ou valorizáveis, incluindo a minimização da produção e separação de resíduos perigosos e esclarecimento sobre a importância da separação e encaminhamento a destino final adequado destes resíduos;

Referencial Estratégico	Objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potenciação da compostagem doméstica, como estratégia de valorização da fração orgânica e consequente redução da quantidade de resíduos a recolher e a encaminhar para destino final. <p>Para a garantia dos objetivos e metas definidos na legislação aplicável, a estratégia de gestão de resíduos urbanos para os próximos 4 anos deverá considerar os aspetos indicados seguidamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Continuação do reforço da recolha seletiva de resíduos recicláveis, através da adequação às necessidades em termos de equipamentos e contentores; ▪ Alargar a recolha seletiva porta-a-porta de resíduos de embalagens à população; ▪ Promover o encaminhamento dos resíduos recolhidos indiferenciadamente e seletivamente para o Centro de Processamento de Resíduos. <p>A estratégia de sensibilização deverá assentar nos pontos indicados de seguida:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução de ações de sensibilização com especial destaque para a população (residente e flutuante), hotéis, restaurantes e cafés (HORECA) e dos estabelecimentos comerciais; ▪ Execução de ações de sensibilização com especial destaque para setores específicos, tais como produtores agropecuários, pesca profissional, com a distribuição de panfletos com informação e esclarecimentos relativos à correta separação e deposição de resíduos recicláveis, bem como, outras tipologias de resíduos; ▪ Criação de concursos para as escolas, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar para a adequada gestão dos resíduos urbanos; ▪ Distribuição de panfletos para a população em geral, com informações e esclarecimentos relativos à correta separação e deposição de resíduos recicláveis; ▪ Distribuição de informação à população relativa à evolução dos resultados obtidos com o sistema de gestão de resíduos; ▪ Contactos diretos com a população e comerciantes, porta a porta;

Página propositadamente deixada em branco

ANEXO_02: Ponderação dos Pareceres das ERAE ao Relatório de Definição de Âmbito

Página propositadamente deixada em branco

Tabela A02.1_Matriz de ponderação dos pareceres das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (EERAE) ao Relatório de Definição de Âmbito (RDA) da AAE da 2rPDM_ViladoPorto

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC)	<p>QRE – Comentários Gerais</p> <p>Em termos genéricos, considera-se adequado o conteúdo do capítulo. Contudo, recomendamos as seguintes melhorias ao Quadro de Referência Estratégico (quer o constante do Anexo 1, quer o apresentado na tabela 4.1_Quadro de Referência Estratégico) :</p> <p>-Nos documentos de referência internacionais, sugere-se a adição da Diretiva Aves, Diretiva Habitats, Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional (Convenção de Ramsar);</p> <p>Entende-se que o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril) é importante para a elaboração do PDM, pelo que sugerimos, também, a sua adição à tabela.</p>	<p>Quanto às Diretivas Aves e Habitats, a equipa não considera a sua inserção no QRE uma vez que o PSRN 2000 RAA já as contempla e faz parte do QRE.</p> <p>Quanto aos diplomas referidos não são de caráter estratégico, mas sim a legislação segundo a qual existe a obrigatoriedade de se fazer cumprir.</p>
	<p>Fatores de Sustentabilidade e Fatores Transversais de Sustentabilidade</p> <p>Em termos genéricos, considera-se adequado o conteúdo do capítulo.</p> <p><u>Tabela 5.1 - Fatores de Sustentabilidade: descrição, critérios de avaliação, indicadores de caracterização da situação atual e fontes de informação para a AAE da 2rPDM_ViladoPorto</u></p> <p>Em termos genéricos, considera-se adequado o conteúdo do quadro, salvaguardadas as melhorias apresentadas abaixo:</p>	--
	<p>No Indicador “Áreas classificadas ou protegidas (n.º, ha; % da AI)”, não se compreende, na “Descrição”, ser indicada “(...) a área da AI ocupada por áreas protegidas e classificadas associadas a massas de água, (...)”, sublinhado nosso. Propomos que seja retirado do texto da Descrição - “associadas a massas de água”;</p>	Referência retirada.
	<p>- No indicador “Espécies invasoras presentes (espécies, n.º e distribuição)”, deve alterar-se para “Espécies invasoras presentes (espécies, n.º), e também alterar a Descrição para “Identificação das espécies invasoras presentes nas áreas sensíveis para a conservação da natureza do município” (porque poderá ser difícil garantir a informação acerca de toda a área territorial do município);</p>	<p>Sugerimos que se mantenha a “distribuição”, pois existiam dados referentes em alguns projetos que estão a ser desenvolvidos.</p> <p>Relativamente à limitação da informação às áreas sensíveis para a conservação da natureza, foi alterado.</p>
	<p>- O indicador “Património natural classificado ou em vias de classificação (n.º, ha e tipologia)” parece-nos repetitivo com vários dos indicadores presentes no Critério de Avaliação “Áreas naturais e ecossistemas”.</p>	O património natural classificado não corresponde necessariamente a áreas naturais ou ecossistemas – poderá corresponder a uma árvore ou outros elementos singulares. Pelo que se propõe manter o indicador.
	<p>Do ponto de vista da DRAAC, como Fonte de Informação, propomos que seja retirado o indicador referente ao património natural, a não ser que o município possa especificar património natural classificado diferente do que for fornecido pela DRAAC.</p>	No seguimento da ponderação apresentada acima, sugere-se manter o indicador. Podendo ser feita referência apenas ao município.
	<p><u>Tabela 5.4 Matriz de articulação dos temas ambientais definidos na legislação e dos fatores de sustentabilidade propostos para a AAE da 2rPDM_ViladoPorto</u></p> <p>Em termos genéricos, considera-se adequado o conteúdo do quadro, salvaguardadas a seguinte melhoria:</p> <p>Propomos que possa ser identificado para o Fator Ambiental (FA) “Fatores climáticos”, o Fator de Sustentabilidade (FS) “Vulnerabilidade e Riscos”.</p>	Foi considerado.
	<p><u>Tabela 5.3 Matriz de articulação entre os objetivos gerais da 2rPDM_ViladoPorto e os fatores de sustentabilidade</u></p> <p>Como melhoria, propomos possa ser também assinalada a correlação entre o FS “Vulnerabilidade e Riscos” e o Objetivo “Valorizar os recursos naturais e patrimoniais, salvaguardando as condicionantes à ocupação territorial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos, bem como a definição de idênticas condicionantes para zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, em defesa das populações ameaçadas.</p>	Foi considerado.
	<p><u>Tabela 5.5 - Matriz de articulação entre o QRE e os Fatores de Sustentabilidade</u></p> <p>Considera-se ser adequado o conteúdo da tabela, não obstante propormos que possa refletir as propostas de melhoria apresentadas para o QRE (acima).</p>	Foi considerado.

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	<u>Questões Estratégicas Ambientalmente Sustentáveis</u>	--
	Consideramos que as QEAS são adequadas.	
	<u>Fatores Transversais de Sustentabilidade</u>	--
	Entende-se que o proposto é adequado, sem que tenhamos nada a obstar ou a acrescentar.	
	Capítulo 2: Objetivos e Metodologia Consideramos, no essencial, adequado o enquadramento e procedimentos metodológicos propostos, bem como conformes com a legislação em vigor. Registamos que no primeiro parágrafo da introdução e no que respeita à aplicabilidade da AAE, embora o texto faça referência ao Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, designadamente ao seu artigo 3.º, na verdade a redação apresentadas não corresponde ao constante neste diploma regional, mas sim ao conteúdo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 julho, diploma que a nível nacional estabeleceu o regime jurídico da AAE, mas que não se aplica à RAA, por existência da legislação própria.	Foi retificado. Foi um lapso.
	Capítulo 3: Objeto de Avaliação Em termos genéricos, considera-se que a definição e caracterização é adequada, salvaguardadas as seguintes melhorias:	--
	Pág. 17 - 3.2. Breve Caracterização de âmbito Territorial - Biodiversidade e Paisagem: -É referido “Rede Regional de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores”, porém, de acordo com o artigo 24.º do DLR n.º 15/2012/A, de 2 de abril, atualmente designa-se como Rede de Áreas Protegidas dos Açores;	Foi retificado e introduzida a referência ao Paleoparque
	-Deverá também ser referido a existência do Paleoparque de Santa Maria, criado através do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/A, de 28 de agosto.	
	Capítulo 7: Consulta a entidades e participação pública Entende-se adequado e conforme com a regime jurídico a que fica sujeita a avaliação de determinados planos e programas no ambiente	--
Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC)	Fatores de Sustentabilidade e Fatores Transversais de Sustentabilidade <u>Tabela 5.1 - Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação da 2rPDM ViladoPorto e o Quadro de Referência Estratégico</u> A designação da direção regional está incorreta: Trata-se de Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC) em vez de Direção Regional da Cultura (DRC).	Foi retificado
	No que concerne ao património cultural com valor histórico-arqueológico, propõe-se acrescentar uma referência à Carta de Risco do Património Arqueológico nos indicadores, que facilitará a identificação dos sítios com interesse, mesmo que não classificados, ou dentro de áreas protegidas. Assim, na página 42, no que concerne aos indicadores para o Património cultural classificado ou em vias de classificação, onde se lê: “(n.º e tipologia)”; alterar para: “(n.º, tipologia e referência na Carta de Risco do Património Arqueológico)” – Alteração feita no âmbito da referência a sítios com interesse, ao abrigo da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, e associada ao documento já previamente submetido no âmbito do processo de revisão do PDM de Vila do Porto.	Alterado e introduzido em conformidade
	<u>Tabela 5.3 - Matriz de articulação entre os objetivos gerais da 2rPDM ViladoPorto e os fatores de sustentabilidade</u> O objetivo b) também se articula com os recursos naturais na medida em que se correlaciona com os recursos naturais e ordenamento e qualificação territorial.	Foi considerado.
	Capítulo 7: Consulta a entidades e participação pública A designação da direção regional está incorreta: Trata-se de Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC) em vez de Direção Regional da Cultura (DRC).	Retificado
Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) (atualmente DRAAC e DRRFOT)	Quadro de Referência Estratégico: <u>Tabela 4.1 - Quadro de Referência Estratégico:</u> De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, propõe-se que a referência “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2.º ciclo (PGRIA 2.º ciclo) (em elaboração)” seja alterada para “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA 2022-2027) (para publicação). Sugere-se: Substituir a referência “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2.º ciclo (PGRIA 2.º ciclo) (em elaboração)” para “Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA 2022-2027) (para publicação)”.	Alterado em conformidade
	Considera-se que o QRE deve ter em consideração todos os Programas setoriais em vigor, pelo que se sugere que sejam acrescentados os documentos em falta: - Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA);	Introduzido

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	- Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE)	
	<u>Tabela 4.2 - Matriz de correlação entre a síntese de Objetivos da 2rPDM VP e o QRE</u> De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, propõe-se que a referência "PGRIA 2º ciclo" seja alterada para "PGRIA 2022-2027" e acrescentar a referência ao POTRAA nesta tabela.	Alterado em conformidade
	<u>Tabela A01_1 (ANEXO_01) Quadro de Referência Estratégico da AAE da 2rPDM ViladoPorto</u> De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, propõe-se alterar a referência de "Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2.º ciclo (PGRIA 2.º ciclo)" para "Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores 2.º ciclo (PGRIA 2022-2027)" e acrescentar a referência ao Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores	Alterado em conformidade
	Fatores de Sustentabilidade e Fatores Transversais de Sustentabilidade <u>Tabela 5.1 - Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação da 2rPDM ViladoPorto e o Quadro de Referência Estratégico</u> De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, nas páginas 39 a 47 deverão ser eliminadas, da coluna "Fonte de Informação", todas as referências à DRAM atendendo à orgânica do Governo Regional dos Açores, publicada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2022/A, de 29 de abril, que determinou a extinção da referida Direção Regional. Assim, deve ser eliminada a DRAM como fonte de informação e acrescentar a entidade atualizada.	Alterado em conformidade
	De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, e no que respeita ao indicador "Águas balneares identificadas e não identificadas (n.º e classificação)" (página 41), sugere-se clarificar que o mesmo se refere a águas balneares costeiras. Sugere-se, ainda, a revisão ou clarificação deste indicador, uma vez que somente as águas balneares costeiras identificadas, por portaria, são classificadas nos termos da Diretiva das Águas Balneares, transposta para a ordem jurídica regional pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011/A, de 30 de maio, num estatuto de "Má", "Aceitável", "Boa", "Excelente". Isto significa que águas balneares não identificadas, por portaria, não são classificadas nos termos da referida Diretiva e estatuto. A informação disponível sobre as águas balneares não identificadas respeitam aos resultados das amostras únicas, que podem ser "água própria para banhos" ou "água imprópria para banhos". Ainda de acordo com o parecer emitido em matéria de RH, a fonte de informação para o referido indicador deve ser a DROTRH tendo em conta as competências que lhe estão atribuídas, em matéria de águas balneares, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2023/A, de 15 de setembro, segunda alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2022/A, de 4 de outubro, retificado pela Declaração de Retificação, n.º 7/2022/A, de 2 de dezembro, que aprova a orgânica e o quadro de pessoal dirigente da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, e no âmbito da gestão e administração dos recursos hídricos, o relatório utiliza como critérios de avaliação o estado das massas de água de superfície de acordo com os critérios definidos na DQA/LA, e o grau de implementação das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos previstos no âmbito do PGRH, de acordo com o nível de implementação (executadas, não executadas, em execução), sendo que nada há a opor aos critérios de avaliação definidos. Para mais se informa que o PRA e o PGRH-Açores 2022-2027 foram articulados com todos os Fatores de Sustentabilidade. Assim: Clarificar que o indicador "Águas balneares identificadas e não identificadas (n.º e classificação)" se refere a águas balneares costeiras; - Rever ou clarificar o mesmo indicador, no que respeita à classificação das águas balneares costeiras; - Alterar a fonte de informação de DRAM para DROTH.	Alterado em conformidade
	De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, no critério de avaliação "Serviços e infraestruturas ambientais", indicador "cumprimento das licenças de descarga", sugere-se a inclusão da DROTRH como fonte de informação, enquanto entidade licenciadora.	Alterado em conformidade
	<u>Tabela 5.5 - Matriz de articulação entre o QRE e os Fatores de Sustentabilidade</u> Corrigir a referência "PGRIA 2.º ciclo" para "PGRIA 2022-2027" e acrescentar o POTRAA.	Introduzido
	Capítulo 1: Introdução A transposição do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, não se encontra correta, pelo que deve ser revista.	Alterado em conformidade
	Capítulo 3: Objeto de Avaliação <u>Subcapítulo 3.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial</u> – Página 19	Considerado e introduzidas as referências sugeridas.

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	<p>- No parágrafo introdutório da caracterização da temática “Riscos” é feita a referência à Figura 3.9, mas a mesma não é apresentada.</p> <p>- De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, propõe-se que também se tenha em consideração o Guia para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e restrição ao uso e ocupação do solo (DROTRH, 2022), elaborado no âmbito do projeto PLANCLIMAC (MAC2/3.5B/244), que estabelece os procedimentos técnicos e metodológicos para a elaboração de cartografia digital de áreas inundáveis e de risco de inundação costeira nos Açores, define normas e nomenclaturas de produção de cartografia de riscos naturais nos documentos cartográficos dos PEOT e PMOT na Região Autónoma dos Açores e propõe orientações para a adoção de restrições ao uso e ocupação do solo nas áreas de risco.</p> <p>Assim:</p> <p>- Eliminar a referência à Figura 3.9 ou acrescentar a Figura 3.9.</p> <p>- Ter em consideração o Guia para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e restrição ao uso e ocupação do solo.</p>	
	<p><u>Subcapítulo 3.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial – Precipitação Intensa - Página 19</u></p> <p>De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, sugere-se que o seguinte parágrafo “No âmbito do PGRI 2022-2027 (que se encontra em elaboração) são identificadas como situações nas Bacias Hidrográficas das ilhas das Flores, Terceira, Pico, São Jorge e São Miguel – nenhuma na ilha de Santa Maria.” Seja alterado para – “No âmbito do PGRI 2022-2027 (já concluída a versão final do plano e do respetivo relatório ambiental, encontrando-se reunidas as condições para a respetiva aprovação) resultaram na identificação em termos de riscos de inundação fluvial de 11 bacias hidrográficas, distribuídas pelas ilhas das Flores, Terceira, Pico e São Miguel, com risco elevado. No caso de inundações de origem costeira são identificadas, pela primeira vez, 4 zonas de elevado risco de inundação nas ilhas do Pico e São Miguel. Na ilha de Santa Maria não foi identificada nenhuma situação.”</p> <p>Subcapítulo 3.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial – Páginas 20 a 23</p> <p>Sugere-se que se acrescente os seguintes títulos: Zonas Ameaçadas pelo Mar; Secas; Movimentos de Vertente; e Índice de Vulnerabilidade Costeira.</p> <p>Conforme proposto no parecer à análise dos Estudos de caracterização e cartografia da 2rPDM Vila do Porto, e relativamente ao risco de movimento de massa, também se propõe que este relatório considere a monitorização que tem sido desenvolvida por esta Direção Regional e pelo CIVISA na Maia, Praia Formosa e Panascos, cujos relatórios têm sido remetidos para a Câmara Municipal de Vila do Porto.</p>	<p>Importa referir que a fase a que correspondia o parecer era uma fase de RDA e não de RA, sendo que esses temas foram tratados e desenvolvidos devidamente na presente etapa de Relatório Ambiental.</p>
	<p><u>Subcapítulo 3.3. Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade – Páginas 26</u></p> <p>No primeiro parágrafo da QEAS 1 é feita a referência à Figura 3.9, mas a mesma não é apresentada</p>	Retificado.
	<p><u>Subcapítulo 3.3. Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade – Páginas 26</u></p> <p>QEAS 1: tendo em consideração os riscos naturais publicados no Portal do Ordenamento do Território dos Açores de acordo com o artigo 6.º do PRAC, considera-se pertinente que também se destaque o risco natural relacionado com os movimentos de vertentes.</p> <p>Para além disso, também se considera fundamental que a 2rPDM inclua as orientações previstas no Guia para a delimitação e integração da cartografia de riscos naturais nos PEOT e PMOT e restrição ao uso e ocupação do solo.</p>	Internalizado.
Direção Regional Políticas Marítimas (DRPM)	<p><u>Subcapítulo 3.3. Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade – página 31</u></p> <p>Na Tabela 3.3, julga-se pertinente que o QEAS1 também esteja articulado com o objetivo e) da 2rPDM_VP</p>	Introduzido.
	<p>Quadro de Referência Estratégico:</p> <p>Propõe-se a atualização de informação ao documento apresentado tendo em consideração as competências das diferentes entidades atualmente em vigor.</p> <p>Paralelamente, sugere-se que o novo plano tenha em consideração a característica insular do concelho que faz com que o mar seja uma importante fonte de riqueza e consequentemente um importante desafio a considerar no desenvolvimento sustentável do concelho.</p>	Alterado em conformidade
	<p>Fatores de Sustentabilidade e Fatores Transversais de Sustentabilidade</p> <p><u>Tabela 5.1 - Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação da 2rPDM ViladoPorto e o Quadro de Referência Estratégico</u></p> <p>Devem ser consideradas as orgânicas em vigor. Na tabela deve-se alterar DRAM por DRPM</p>	Alterado em conformidade
	<p>Tendo em conta as orgânicas em vigor deve incluir-se a DROTRH como fonte de informação relativa às áreas balneares, e a gestão costeira, deve ser também considerada a DRPM nas questões de ambiente marinho, nomeadamente conservação marinha e espécies exóticas invasoras marinhas (incluindo portos)</p>	Alterado em conformidade
	<p>Capítulo 2: Objetivos e Metodologia</p>	Não se compreende o comentário da entidade – estes são os objetivos designados de um

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	<p>Os objetivos definidos são bastante redutores na característica insular do concelho, e na importância da área marinha e costeira da ilha com reconhecidos registos do património arqueológico subaquático, na dimensão e importância do turismo marítimo (mergulho com jamantas e tubarões baleia) e particulares zonas balneares.</p> <p>Assim, sugere-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar condições para a atração das atividades económicas e para a qualificação do território, através da implementação de políticas de desenvolvimento e diversificação de base económica, atendendo aos recursos locais existentes, nomeadamente no setor do turismo (turismo rural e marítimo) e agropecuária, como os critérios de localização e distribuição espacial, estratégias de aproveitamento e adaptação às alterações climáticas; - Criar condições para o desenvolvimento e diversificação dos usos e atividades no espaço rural, costeiro e marinho, designadamente através de medidas que permitam o desenvolvimento de algumas atividades económicas específicas, clarificando as condicionantes e regras de ocupação espacial e os parâmetros urbanísticos para as diversas funções; 	<p>processo de AAE, que constam quer dos referenciais legais, quer das orientações em matéria de AAE e não os objetivos da revisão do PDM.</p>
<p>Direção Regional dos Recursos Florestais (DRRF) (atualmente Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial (DRRFOT))</p>	<p>Quadro de Referência Estratégico</p> <p>Na análise ao Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da 2rPDM_VP, verifica-se que este documento encontra-se bem estruturado. Contudo, pensamos que não aborda os eventuais efeitos ambientais significativos das possíveis alterações de uso do solo florestal, Desflorestação, que certamente ocorrerão, como tem sido apanágio na dinâmica do território do concelho, se o Regulamento do Plano não prever condicionantes e interdições para essas ações. Pelo que, propomos que sob o ponto de vista do Desenvolvimento Sustentável, que esta questão das alterações de uso do solo de Floresta em outros fins (Desflorestação), seja avaliada e consequentemente elaboradas propostas de medidas de mitigação.</p>	<p>Considerado em sede do RA, uma vez que é nessa etapa que são avaliados os efeitos.</p>
	<p>Tabela 3.2 Articulação entre os objetivos da 2rPDM_ViladoPorto e o Quadro de Referência Estratégico</p> <p>Esta análise é efetuada na Tabela 4.2, Matriz de correlação entre a síntese de Objetivos da 2rPDM_VP e o QRE.</p> <p>Considerando as estratégias temáticas de proteção do solo da União Europeia (ETPS da UE) e a nível nacional o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, entende-se que o objetivo da alínea c) deve estar interligado com o estabelecido nesses documentos, dado que se tratam de documentos que estabelecem medidas com implicações económicas em diversos sectores, nomeadamente florestais.</p> <p>Propomos que o objetivo da alínea e) do QRE inclua também o combate à desflorestação (de acordo com o Regulamento (UE) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho 31 de maio de 2023) salvaguardando as condicionantes à alteração de uso do solo</p>	<p>Alterado em conformidade relativamente ao RNC 2050.</p> <p>No que concerne ao Regulamento (UE) 2023/1115, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31.05.2023, não se concorda que seja um referencial estratégico, mas um instrumento que estabelece as regras relativas à colocação no mercado da União Europeia (UE) e à exportação dos produtos de base e produtos derivados associados à desflorestação e à degradação florestal, constantes do anexo ao Regulamento (bovinos, cacau, café, palmeira-dendém, borracha, soja e madeira).</p>
	<p>Tabela A02_1 (ANEXO_02) Quadro de Referência Estratégico da AAE da 2rPDM_ViladoPorto</p> <p>O ANEXO_02 é referente à Consulta a Entidades. A Tabela A01.1 apresenta o referencial estratégico, Quadro de Referência Estratégico da AAE da proposta de 2rPDM_VP.</p> <p>Não há referência à Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030, que considera as florestas e o sector florestal um fator essencial para a transição na Europa para uma economia moderna, com impacto neutro no clima, eficiente em termos de recursos e competitiva.</p> <p>Propomos aditar na Tabela A01.1 referência Nova Estratégia da UE para as Florestas 2030.</p> <p>De acordo com disposto no Regulamento (UE) 2023/1115 do Parlamento Europeu e do Conselho 31 de maio de 2023, que estabelece as diretrizes relativas à disponibilização no mercado da União e à exportação para fora da União de determinados produtos de base e produtos derivados associados à desflorestação e à degradação florestal, que entre outras matérias regulamenta que os produtos cuja procedência esteja associada a desflorestação ou a degradação de terrenos florestais não podem ser colocados no mercado a partir de 30 de dezembro de 2024, sendo que os produtos de origem animal tais como a carne de bovino, as peles e/ou outros produtos derivados, não poderão ser comercializados se a criação do gado é efetuada em terrenos (parcelas agrícolas) que foram objeto de desflorestação após 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Assim, propomos aditar na Tabela A01.1 o Regulamento (UE) 2023/1115 do</p>	<p>Introduzido.</p>

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	<p>Parlamento Europeu e do Conselho 31 de maio de 2023, uma vez que consideramos que é de extrema responsabilidade social, ambiental e económica incorporar as medidas de combate à desflorestação ou degradação florestal nos instrumentos de gestão territorial.</p> <p>Propomos que a referência à Estratégia Florestal dos Açores, inclua indicação do seguinte: “(Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro)”. Apesar do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores (RNCA) ainda não ter sido aprovado pelo Conselho de Governo, pensamos que poderia ser ponderada a sua inclusão, pois já foram apresentados os resultados do RNCA. Considerando que o RNCA pretende “traçar uma visão estratégica clara e as várias possíveis trajetórias custo-eficazes, tecnologicamente exequíveis e economicamente viáveis, em diferentes cenários coerentes de desenvolvimento económico e demográfico, para que a Região atinja a neutralidade carbónica da economia açoriana em 2050, que se deverá traduzir num balanço neutro entre as emissões de gases de efeito estufa e o sequestro de carbono pelo uso do solo e florestas”, será fundamental a sua inclusão no planeamento dos próximos instrumentos de gestão territorial.</p> <p>Fatores de Sustentabilidade e Fatores Transversais de Sustentabilidade</p> <p>Considerando a importância dos espaços florestais e agroflorestais, deverão ser acauteladas e condicionadas com normativos as alterações de uso de solo no concelho de Vila do Porto, prevendo a manutenção dos espaços pré-existentes e o delineamento de novas áreas florestais e agroflorestais.</p> <p>Relativamente à floresta endógena e de produção, alerta-se para a tendência de alteração do uso do solo para pastagens, o que contribui para a perda de área florestal cuja resolução é demorada e complexa.</p> <p>É de todo o interesse a manutenção das áreas florestais e agroflorestais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, permitindo um maior sequestro de carbono, com capacidade de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas, aumentando a sustentabilidade económica, social e ambiental. A sua conservação, ordenamento e criação de novas zonas florestais e agroflorestais potenciam a proteção dos solos, das nascentes, o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais, minimizando as vulnerabilidades decorrentes das alterações climáticas.</p>	
	<p>Tabela 5.1</p> <p>Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação da 2rPDM_ViladoPorto e o Quadro de Referência Estratégico</p> <p>Considerando que a Floresta e meios naturais e seminaturais ocupam 34,28% do território do concelho de Vila do Porto e a nível regional, Região Autónoma dos Açores, essa ocupação é de 42,60%, segundo os dados do COSA de 2018, somos do entendimento que se deve criar um indicador no critério de avaliação “Áreas naturais e ecossistemas”, do fator de sustentabilidade “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais” que responda à perda de área florestal por alteração de uso/transformação/Desflorestação de terrenos florestados para outros usos, que de certo modo enquadre as medidas a prever no regulamento sob o ponto de vista da manutenção e incremento dos serviços ecossistémicos da floresta que numa visão holística garantem a sustentabilidade do território.</p> <p>No indicador “Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais (ha e % por tipologia)”, do fator de sustentabilidade Recursos Naturais, alerta-se que pode ser utilizado para esse fim a Carta de Ocupação do Solo 2018 (COSA 2018) e o Inventário Florestal de 2007 (sendo que a 1.ª fase do 2.º IFRAA na ilha de St. Maria encontra-se em fase final de validação de campo).</p>	<p>Compreende-se a preocupação da entidade e foi internalizado em sede da QEAS 4.</p>
	<p>Propomos que a equipa sugira um indicador na Tabela 5.1, no Fator de sustentabilidade “Recursos Naturais”, do Critério de Avaliação “Recursos agroflorestais”, que avalie as ações de desflorestação no concelho, como por exemplo a dimensão ou proporção (face à área florestal do concelho) da área sujeita a transformação/alteração de uso de solo florestado para outros usos no período de vigência do PDM.</p>	<p>Foi ponderado, sendo que apenas a floresta de proteção fará sentido ser incluída nesse indicador.</p> <p>Sobre a fonte de informação foi considerada a referida.</p> <p>Não obstante, e compreendendo a pertinência da proposta da área de floresta em perda, foi incluído um indicador de monitorização a esse nível.</p>
	<p>Tabela 5.2</p> <p>Matriz de articulação dos temas ambientais definidos na legislação e dos fatores de sustentabilidade propostos para a AAE da 2rPDM_ViladoPorto</p> <p>A Matriz de articulação dos temas ambientais definidos na legislação e dos fatores de sustentabilidade propostos para a AAE da 2rPDM_ViladoPorto encontra-se na Tabela 5.4.</p> <p>Considera-se que a importância da Floresta, enquanto indispensável recurso natural para regularização do ciclo hidrológico, controlo da erosão do solo, combate às alterações climáticas e sequestro do carbono e outras, encontra-se implícita no fator de sustentabilidade dos Recursos Naturais. Assim, verifica-se que na tabela 5.4. existe essa conexão entre este fator com os fatores ambientais nos quais a floresta desempenha a sua função fundamental.</p>	<p>Foi internalizado como indicador de monitorização: Ações ilícitas de transformação florestal (desflorestação) e Áreas florestais transformadas (desflorestação) (ha)</p>
	<p>Tabela 5.4 - Matriz de articulação entre o QRE e os Fatores de Sustentabilidade</p> <p>A Matriz de articulação entre o QRE e os Fatores de Sustentabilidade é apresentada na Tabela 5.5.</p>	<p>Foi considerado</p>
	<p>Fatores Transversais de Sustentabilidade</p>	<p>--</p>
	<p>Fatores Transversais de Sustentabilidade</p>	<p>Internalizado.</p>

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	<p>Atendendo à importância florestal e a sua transversalidade nos diversos fatores de sustentabilidade e dadas as competências desta Direção Regional, entende-se que a Direção Regional dos Recursos Florestais deve constar na Tabela 5.7.</p> <p>Propomos aditar no quadro 5.7 a Entidade: Direção Regional dos Recursos Florestais (DRRF), com as competências de manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível das políticas de ordenamento florestal, e acompanhar a fase de monitorização do Plano.</p>	
	<p>Capítulo 3: Objeto de Avaliação</p> <p>Adicionar um ponto fraco e duas oportunidades na Tabela 3.1._Diagnóstico prospetivo (SWOT)</p> <p>Propomos que se insira:</p> <p>Ponto Fraco:</p> <p>1. "Reduzida oferta no mercado de empresas com mão-de-obra especializada em silvicultura e exploração florestal, bem como em aconselhamento florestal."</p> <p>Oportunidades:</p> <p>1. "Atendendo que o sector da produção florestal no concelho de Vila do Porto encontra-se pouco explorado, facto que poderá representar uma potencialidade para o concelho, em termos económicos e sociais com a criação de riqueza e emprego, respetivamente, e em termos ambientais por todos os benefícios intangíveis que as florestas oferecem enquanto produzem;"</p> <p>2. "Existência de medidas de apoio para investimento florestal e silvo-ambientais e climáticas ao abrigo do Eixo E do PEPAC: florestação de terras agrícolas; implantação, regeneração ou renovação de sistemas agroflorestais; melhoria da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais; melhoria do valor económico das florestas; compromissos silvoambientais. Medidas de apoio estas que potenciam um incremento das áreas ocupadas por espaços florestais."</p>	Introduzido
	<p>No Âmbito do Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto, enquadrada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, verifica-se que foram cumpridos os requisitos legais e técnicos de acordo com o referido diploma. O documento apresenta uma estrutura e um articulado conciso e claro, relevando a metodologia adotada, identificando o contexto, os fatores estratégicos ambientais e de sustentabilidade, definindo um quadro de referência estratégico e de fatores de sustentabilidade e a respetiva articulação como os objetivos do Plano, mas também é apontada a sistematização e o modo de interação com os diversos intervenientes ao longo do processo de revisão do plano municipal.</p> <p>Sendo ainda de assinalar, a proposta de desenvolvimento de análises de avaliação de serviços de ecossistemas e dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, como contributos para a eficácia do relatório.</p>	Nada a referir
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local (DRCPL)	<p>Por outro lado, há a observar que são apresentados dados que não são os mais atuais, reportando no máximo a 2021, concretamente nos domínios População (que utiliza os resultados preliminares dos Censos 2021 em vez dos definitivos) e Desenvolvimento Económico do subcapítulo 3.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial e nos temas taxas de emprego/ de atividade/ de desemprego, número de dormidas/ de hóspedes, oferta de alojamento turístico e sistema de drenagem de águas residuais do subcapítulo 3.3. Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS) . Datando o relatório de jan./2024, considera-se que é de proceder à atualização dessa Informação.</p>	Houve um desajuste temporal entre a produção do relatório e envio para as ERAE, mas foi atualizado em termos de ano de referência em sede do RA.
	<p>Há também a apontar a difícil leitura da legenda da figura 3.8 Unidades de Paisagem da Ilha de Santa Maria.</p>	Foi utilizada a cartografia disponível no portal do OT do GRA, mas foi solicitada a informação georreferenciada de base e reformulada a legenda.
	<p>Observa-se, ainda, que o texto faz duas remissões para a Figura 3.9, mas só a segunda (p. 20) corresponde ao tema da figura (Intensidades sísmicas); assim, a figura a que primeira remissão (p. 19) se refere (hierarquização do grau de risco em Vila do Porto) está omissa no Relatório.</p>	Foi um lapso, a imagem foi novamente colocada no relatório
	<p>Por último, em relação ao Quadro de Governança (Tabela 5.7), sugere-se que seja substituído por «Ações», ou por outro próximo, o termo «competências», que designa a coluna que descreve que atuações se esperam das entidades que se prevê que tenham alguma participação na operacionalização e monitorização do Plano, para evitar estabelecer uma correspondência direta e literal com competências orgânicas de cada uma dessas entidades.</p>	Alterado em conformidade.
	<p>Salvaguardados estes últimos aspetos, que se considera que ser de melhorar e/ou corrigir, emite-se parecer favorável ao Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto.</p>	Nada a referir
Direção Regional do Turismo (DRTu)	<p>Relativamente ao Quadro de Referência Estratégico (QRE). a observar para a AAE da proposta de rPDM_ VP, em concreto sobre os instrumentos de gestão territorial e outros referenciais, indicados na Tabela 4.1 (pág. 33) e pormenorizadamente descritos no Anexo_01, verifica-se que, no que concerne os diretamente relacionados com a política e estratégia de turismo, são considerados, apenas, o Plano de Ação 2019-2030 da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores</p>	Introduzido.

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	(PASDTA), e o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA), sendo neste incluída a nota de que se encontra em revisão, o que nos merece os seguintes comentários: 1 - Conforme expresso no relatório, os referenciais Identificados na Tabela 4.1 são aqueles que os autores consideram ter relevância para a prossecução da avaliação ambiental em apreço, não sendo, neste âmbito, considerado o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), instrumento que, assim, não figura no Quadro 4.1 e respetivo Anexo_ 01. Ora, não obstante não se discuta a avaliação feita sobre a relevância, ou irrelevância dos referenciais a considerar no âmbito da AAE, recomenda-se, contudo, que a exclusão do POTRAA seja ponderada, no sentido de ser o mesmo, igualmente, considerado para efeitos da AAE da rPDM_ VP, o que se justifica, fundamentalmente, pelo seguinte motivo:	
	a) No relatório que procede à atualização da situação de referência para a rPDM_ VP (estudos de caracterização e diagnóstico), que em 2022 foi submetido a parecer da respetiva Comissão de Acompanhamento2, verifica-se, no âmbito do QRE aí definido, que o POTRAA é um dos instrumentos considerados como tendo incidência no território municipal e influência no conteúdo da proposta de rPDM_ VP3, com o qual esta se deverá articular, o que, inclusivamente, se traduzirá na manutenção da articulação já verificada no atual PDM, de 2.8 geração. Assim sendo, julga-se que o ORE a considerar, para efeitos da avaliação ambiental da proposta de rPDM_ VP, deverá ser consonante com os instrumentos de gestão territorial e outros referenciais que serão observados na própria proposta de rPDM_ VP, entre os quais, como atrás referido, se encontra o POTRAA, de forma a promover a devida articulação entre os dois processos.	Compreendemos a questão do POTRAA, sendo que nem todos os referenciais são comuns aos dois processos, uma vez que têm até objetivos diferentes. Mas foi internalizado.
	b) Relativamente ao PEMTA. informa-se, apenas, que o documento já não se encontra em fase de revisão, tendo sido concluído e aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 123/2023, de 9 de agosto, encontrando-se disponível para consulta no portal do Governo Regional/ SRTMI.	Alterado em conformidade.
	2. Sobre os Fatores de Sustentabilidade, nomeadamente sobre a proposta dos indicadores a utilizar em sede do Relatório Ambiental, constantes do Quadro 5.1, em concreto no que se refere ao fator de "Desenvolvimento Socioeconómico e Competitividade" e à avaliação do Turismo (pág. 47), sugere-se o seguinte: a) Na designação do indicador, onde se menciona "Alojamento turístico (hotelaria tradicional e alojamento local) por tipologia e capacidade (n. o;*, sugere-se que se indique "Alojamento turístico (empreendimentos turísticos e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º); b) Na descrição do mesmo indicador, onde se menciona "Número de estabelecimentos hoteleiros (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos e pousadas), turismo no espaço rural e alojamento local e capacidade de camas instalada", sugere-se que se indique "Número de estabelecimentos em hotelaria tradicional (hotéis, hotéis apartamentos, pousadas, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos), turismo no espaço rural, turismo de habitação e alojamento local, e capacidade de camas instalada";	Alterado em conformidade.
	c) Ainda sobre o referido indicador, e sem prejuízo da fonte de informação definida (SREA), sugere-se que seja também indicada, como fonte, a Direção Regional do Turismo, tendo em conta que se trata da entidade com competência na atribuição da classificação dos empreendimentos turísticos e no registo dos estabelecimentos de alojamento local. os quais, no seu conjunto. constituem o alojamento turístico, estando, por isso, na posse de informação rigorosa e atualizada. Face ao que antecede, sobre o RDA. do processo de ME da proposta de 2.3 rPDM_ VP, é emitido o parecer favorável desta Direção Regional, recomendando-se, contudo, que sejam tidas em consideração as observações atrás produzidas.	Alterado em conformidade.
Direção Regional Mobilidade (DRM)	em detrimento do Plano de Integrado dos Transportes (PIT), que se manteve em vigor nos anos 2014-2020, deverá ser feita menção ao Plano de Transportes dos Açores (PT A) 2021-2030 (pág. 34), que se encontra disponível no site da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, no endereço https://portal.azores.gov.pt/web/srtmi	Retificado.
	Também no quadro da página 89 é necessário substituir o referencial estratégico de "Plano de Integrado dos Transportes (PIT)" para "Plano de Transportes dos Açores (PTA)", que é o instrumento de planeamento e acompanhamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos no sector dos transportes na região, para o período 2021 -2030, com o objetivo de satisfazer as necessidades de mobilidade de pessoas e bens entre as diferentes ilhas e de/ para o exterior da região, promovendo a coesão territorial e o aumento da resiliência das infraestruturas portuárias e aeroportuárias às alterações climáticas, para um regular abastecimento de bens a todas as ilhas. Este plano foi desenvolvido considerando o contexto atual em que a região se encontra inserida, dando seguimento à estratégia definida para o período anterior 2014-2020 (PIT), e pretende corresponder aos desafios dos setores aéreo, marítimo e rodoviário, que passam pela intermodalidade e eficiência operacional numa perspetiva de transportes sustentáveis e economicamente eficientes, em consonância com as diretrizes das União Europeia (onde destacamos o Pacto	Retificado.

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	<p>Ecológico Europeu) e restantes planos estratégicos nacionais e regionais como o Programa Regional dos Açores 2021-2027 (Açores 2030), Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade (PMACS), Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) e Plano de Mobilidade Elétrica dos Açores (PMEA).</p>	
Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC)	<p>No âmbito do processo da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila do Porto, a Câmara Municipal de Vila do Porto de Santa Maria solicitou ao Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) um parecer sobre o relatório de Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do referido Plano.</p> <p>O relatório de Definição de Âmbito – Versão Preliminar, de um modo geral, encontra-se bem estruturado e devidamente fundamentado. Deste modo, na sua generalidade têm uma apreciação positiva.</p>	Nada a referir.
	<p>No entanto há a referir o seguinte:</p> <p>Na Análise SWOT, apontam como uma ameaça o recuo da atividade turística devido às restrições de mobilidade durante a Pandemia do Covid-19. Considera-se que esse fator se encontra ultrapassado, não sendo de momento um critério de ameaça, tendo em conta que atualmente não existem medidas de confinamento, nem restrições de mobilidade.</p>	Alterado em conformidade.
	<p>Sugere-se a inclusão como Ponto Fraco para Vila de Porto o facto da inexistência de transporte marítimo de passageiros e/ou veículos na época de Verão, fator que limita a mobilidade entre os marienses e os habitantes das restantes ilhas dos Açores, bem como o turismo.</p>	Introduzido.
	<p>O QUEAS 2 apresenta os números correspondentes ao setor do turismo, nomeadamente dos anos 2020 e 2021, situação de período de pandemia COVID19, época com restrições de mobilidade. Apesar de mencionarem que em 2021 se verificou uma retoma nas dormidas em Vila do Porto, não se considera que esses dados sejam relevantes no futuro do concelho e decerto não espelham a realidade do turismo em Vila do Porto, pois foi uma época excecional a nível mundial.</p>	Os dados foram atualizados em sede do RA, não obstante optar-se por manter a referência também às questões da pandemia, pois apesar ser atípico, foi um período crítico e que se espera que a aprendizagem daí resultante permita tornar as atividades económicas, nomeadamente o turismo, com maior capacidade de resiliência face a imprevisibilidades similares.
	<p>Por fim, o quadro 5.1 – Fatores de Sustentabilidade apresenta um conjunto de indicadores referentes ao separador de Vulnerabilidades e Riscos. Nos indicadores e nas respetivas descrições apresentam como referência temporal: “nos últimos 5 anos”. Entende-se que é um período temporal notoriamente curto tendo em consideração que muitos dos fenómenos naturais têm períodos de retorno muito mais alargados no tempo.</p>	Concorda-se com a entidade e foi feito o devido ajuste ao período temporal, nomeadamente na proposta de indicadores para a fase de Seguimento e Monitorização da AAE.
IROA, S.A.	<p>Parecer favorável, sendo apenas de referir que a sigla RAR é algumas vezes utilizada para referir Região Autónoma dos Açores</p>	Retificado.
Direção Regional da Energia (DREn)	<p>QRE: Atendendo ao facto que a 2ª revisão ao PDM de Vila do Porto ser um instrumento de natureza regulamentar e as suas disposições vincularem as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares, atesta-se a importância do Quadro de Referência Estratégico (QRE) constituir um referencial, o qual reúne objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e sectorial.</p> <p>Abaixo, apresentamos as nossas observações no âmbito dos instrumentos da nossa responsabilidade:</p> <p>Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030) Já não se encontra em elaboração Nota: aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 6/2023 de, 31 de janeiro de 2023</p>	Alterado em conformidade
	<p>Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE) Já não se encontra em elaboração Nota: Existe uma proposta do documento disponível no Portal da Energia – será alvo de revisão e aprovação</p> <p>Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores 2018-2024 (PMEA) Nota: Será alvo de consulta pública para a elaboração de um novo Plano pós 2024-2030</p>	
	<p>Fatores de Sustentabilidade e Fatores Transversais de Sustentabilidade: Nada mais temos a acrescentar relativo ao conjunto de fatores de sustentabilidade considerados adequados para atingir os objetivos da presente AAE e considerados consistentes com a tipologia e âmbito de intervenção deste Plano, sendo que abaixo, apresentamos as nossas observações no âmbito da matéria da nossa responsabilidade:</p> <p>Tabela 5.1 - Para as colunas referentes a: Fatores de Sustentabilidade: Recursos Naturais</p>	Relativamente ao indicador da capacidade instalada em FER, foi ajustado em conformidade no RA, em função dos dados disponibilizados / acedidos.

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	<p>Critérios de Avaliação: Energia Indicadores: Capacidade instalada em FER - Não obstante não termos acesso a toda a informação e dados relativos este indicador, sugere-se adicionar a Direção Regional da Energia (DREn) na coluna Fonte de Informação, uma vez que poderemos ter outra informação complementar às restantes fontes de informação</p> <p>Para as colunas referentes a: Fatores de Sustentabilidade: Ordenamento e Qualificação Territorial Critérios de avaliação: Transportes e Mobilidade</p> <p>- Sugere-se adicionar um novo indicador: Veículos Elétricos (VE) incentivados Descrição: número de VE incentivados ao abrigo do Programa Regional que visa a atribuição de incentivos financeiros para a introdução no consumo de veículos elétricos novos bem como a atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de pontos de carregamento de veículos elétricos na RAA. Fonte de Informação: DREn</p>	No que respeita ao indicador relativo aos veículos elétricos, propõe-se incluir nos indicadores de monitorização.
	<p>Tabela A01.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE da proposta de 2rPDM_VP</p> <p>Para a coluna referente ao Referencial Estratégico:</p> <p>Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030) Já não se encontra em elaboração Nota: aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 6/2023 de 31 de janeiro de 2023</p> <p>Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE) Já não se encontra em elaboração Nota: Existe uma proposta do documento disponível no Portal da Energia – será alvo de revisão e aprovação Adicionar na coluna de objetivos em relação ao PRAEE o seguinte texto: O PRAEE dá corpo a um conjunto de ações prioritárias na matéria, auxiliando na prossecução dos objetivos da Região, em particular os que constam na Estratégia Açoriana para a Energia 2030.</p> <p>O PRAEE identifica os principais setores do ponto de vista da sua representatividade económica e peso no consumo energético, nomeadamente: indústria, comércio e serviços, administração pública, residencial, transportes, agricultura e pescas.</p> <p>Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores 2018-2024 (PMEA) Nota: Será alvo de consulta pública para a elaboração de um novo Plano pós 2024-2030</p>	Introduzido.
	<p>Por forma a não confundir com a Direção Regional da Educação (DRE), temos vindo a adotar a sigla DREn para identificar a Direção Regional da Energia. Assim, sugere-se que em todo o documento sempre que for mencionada a Direção Regional da Energia esta deverá ser identificada como DREn.</p>	Alterado.
Amigos dos Açores	<p>Página 13:</p> <p>Refere ainda que foi identificado um conjunto de situações que deverão dar origem a atualizações do PDM e que resultam quanto à sua natureza essencial da necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “Proceder à adaptação deste instrumento face ao novo enquadramento legal, bem como à entrada de novos planos e programas ou ainda servidões administrativas e restrições de utilidade pública, nomeadamente: ▪ (...) - Plano de Gestão do Parque Natural e Ilha; - Plano de Ação do Paleoparque de Santa Maria; ▪ Incorporação das recomendações do Programa Regional para as Alterações Climáticas; - Incorporação das recomendações do Plano Municipal de Ação Climática de Vila do Porto; - Definição clara das vias e caminhos municipais; 	Informação a ser considerada pela Equipa Técnica do Plano
	<p>Página 14:</p> <p>Neste contexto, os objetivos da proposta de revisão são:</p> <p>Manter as características do povoamento tradicional de Santa Maria, através do estabelecimento de um modelo urbanístico compatível e da aplicação de medidas específicas que garantam o respeito e a manutenção das características tradicionais do povoamento marcadamente rural da ilha de Santa Maria, bem como</p>	Informação a ser ponderada pela Equipa Técnica do Plano. Não obstante, a dispersão desse edificado é um constrangimento à forma e natureza de um plano de salvaguarda para este propósito.

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	<p>a valorização da casa típica mariense, <u>para a qual deverá ser elaborado um Plano de Salvaguarda, que preserve as características típicas das existentes e não permita construções dissonantes nas suas envolventes.</u></p>	<p>Mas precisamente tendo em vista ações concretas que permitam concretizar esse objetivo, foram propostos dois projetos no programa de execução que visam essa temática: 2.1- Elaborar estudo de suporte à adoção de incentivos à recuperação das casas típicas degradadas; e 2.2- Elaborar estudos urbanísticos para os aglomerados rurais.</p>
	<p>Página 19</p> <p>Riscos</p> <p>O PMEPC de Vila do Porto (Vila do Porto, janeiro de 2021), apresenta uma hierarquização do grau de risco dos quais importa destacar por apresentarem um grau de risco “Elevado”:</p> <p>Precipitação Intensa</p> <p>As situações de inundação mais frequentes em Santa Maria têm origem em cheias rápidas, geralmente resultantes de episódios de precipitação muito intensa, com consequências especialmente gravosas quando ocorrerem em áreas urbanizadas, muitas vezes em leitos de cheia, nas ruas mais inclinadas de Vila do Porto, assim como nas zonas do litoral da Ilha, nomeadamente nas baías de S.Lourenço e da Praia Formosa e Fajã da Maia , provocando inundações e deslizamento de terras.</p> <p>- Propomos:</p> <p><u>- Revisão e aumento dos bueiros de águas pluviais nas ruas de Vila do Porto:</u></p> <p><u>- Evitar o desnudamento vegetal dos taludes das estradas e caminhos da ilha;</u></p> <p><u>- Escaminhamento para as ribeiras, das águas que escorrem dos terrenos que encimam as zonas litorais da ilha;</u></p> <p><u>- Plantação de cortinas arbóreas em redor das pastagens;</u></p> <p><u>- Plantação de faixas arbóreas nos terrenos que encimam e são contíguos com as vertentes das baías e fajãs da ilha;</u></p> <p><u>- Aumento da áreas arborizadas na parte ocidental da ilha;</u></p> <p><u>- Restrição das arroteias para transformação em pastagens;</u></p> <p><u>- Restrição de construções em zonas de risco geológico e de deslizamento de terras.</u></p>	<p>Remetem-se as considerações da entidade para a equipa técnica do Plano e para a Câmara Municipal de Vila do Porto, atendendo ao âmbito tão específico do proposto.</p>
	<p>Página 24</p> <p>O diagnóstico apresentado na Tabela 3.1 é a primeira reflexão sobre o território municipal, constante dos estudos de caracterização da 2rPDM_VP que será retomado e aprofundado no início da fase seguinte, no qual se evidenciam as principais características estáticas e evolutivas da área de Intervenção</p> <p>Por este método são avaliados de forma integrada todos os sectores caracterizados anteriormente, evidenciando os fatores internos e externos de cada componente, e, dentro de cada um destes vetores, os fatores positivos e negativos.</p>	<p>Nada a referir.</p>
	<p>Tabela 3.1_Diagnóstico prospetivo (SWOT)</p> <p>PONTOS FORTES:</p> <p>- (...)</p> <p>- Rede viária com elevada densidade e em bom estado de conservação ??? (...)</p> <p>Nota: A afirmação não corresponde ao estado geral das estradas na ilha, que se encontra em péssimo estado.</p> <p>- (...)</p> <p>▪ Existência de sistema de tratamento de águas lixivantes no aterro sanitário de resíduos urbanos, bem como de uma rede dedicada ao abastecimento de atividades agropecuárias; ???</p> <p>Nota: Ainda existem muitas explorações “alimentadas” a partir da rede pública doméstica, o que paulatinamente deverá ser desvinculado, fazendo maior retenção/rentabilização das águas das chuvas e do caudal das ribeiras para o abeberamento dos animais.</p> <p>- (...)</p>	<p>- Rede viária: Ajustado em conformidade.</p> <p>- Rede dedicada ao abastecimento de atividades agropecuárias: importa referir que não obstante o facto de existirem ainda explorações que são abastecidas por rede pública, o concelho apresenta efetivamente já uma rede dedicada, que se pretende que tenha um maior nível de atendimento.</p> <p>- Recolha de resíduos: tal como é possível verificar pelos dados apresentados no RA, em 2023 48% dos resíduos urbanos foram encaminhados para valorização material, 34,6% para valorização orgânica e 17,3% para valorização energética, e, não obstante a</p>

Entidades	Parecer	Ponderação AAE
	<p>▪ Serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos sobre praticamente todo o concelho.</p> <p>Nota: a percentagem da recolha seletiva na ilha ainda é muito baixa (17-18%) devendo-se estender paulatinamente a recolha seletiva “porta-a porta” a todas as freguesias, por forma a aumentar a taxa dessa recolha, no fito da aproximação e mesmo ultrapassagem da média regional (32,3%) e do cumprimento das metas europeias.</p>	<p>recolha porta-a-porta poder ser uma excelente oportunidade e ferramenta para aumentar a percentagem de recolha seletiva, importa referir que em 2023, a taxa de preparação para a reutilização e reciclagem (PRR) no município fixou-se em 72,8% (acima das metas estipuladas pelo PEPGRA 20+. Como tal, considera-se que apesar de tudo a situação atual é um ponto forte, não obstante ter margem para uma evolução positiva ainda muito significativa.</p>
	<p>Páginas 28 e 29</p> <p>(...)</p> <p>Por outro lado, existe uma quantidade significativa de água que é perdida ao longo da rede de abastecimento após a sua extração. O sistema público de abastecimento apresenta perdas significativas de água potável, que se estimam rondar os 50%, e que importa mitigar de modo a satisfazer as necessidades hídricas dos diversos usos, e evitando a extração excessiva de água.</p> <p>Nota: Consideramos fundamental/prioritário fazer-se um trabalho preventivo/resolutivo de prospeção/descoberta dos “pontos críticos” das roturas ao longo dos canais de distribuição da água, por forma a reduzir a elevado volume de desperdício de metade da água captada.</p>	<p>Esta questão crítica foi analisada em sede de RA.</p>

Página propositadamente deixada em branco



—
Matosinhos
R. Tomás Ribeiro, nº412 – 2.º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159
porto@quaternaire.pt

Lisboa
R. Duque de Palmela, nº 25 – 2.º
4250-097 Lisboa Portugal
1050-012 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201
geral@quaternaire.pt
www.quaternaire.pt

—